



COLEÇÃO CULT

Políticas Culturais na Bahia Contemporânea

Antônio Albino Canelas Rubim



Políticas Culturais
na Bahia Contemporânea



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA Dora Leal Rosa

VICE-REITOR Luiz Rogério Bastos Leal



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Alberto Brum Novaes

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



CULT — CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO Clarissa Braga

VICE-COORDENAÇÃO Leonardo Costa

COLEÇÃO CULT

Políticas Culturais
na Bahia Contemporânea

Antônio Albino Canelas Rubim

EDUFBA
SALVADOR, 2014

2014, Antônio Albino Canelas Rubim

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

REVISÃO Lucas Guimarães Pacheco

NORMALIZAÇÃO Equipe da Edufba

EDIÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO Iuri Oliveira Rubim

DIAGRAMAÇÃO Edson Nascimento Sales

IMAGEM DA CAPA Iuri Oliveira Rubim

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Rubim, Antônio Albino Canelas.

Políticas culturais na Bahia contemporânea / Antônio Albino Canelas Rubim ; edição e preparação de texto, Iuri Oliveira Rubim. - Salvador : EDUFBA, 2014.

251 p. - (Coleção Cult).

ISBN 978-85-232-1252-0

1. Bahia - Política cultural. 2. Democracia. 3. Cidadania. 4. Relações culturais - Bahia. 5. Artes. 6. Patrimônio cultural - Bahia. I. Rubim, Iuri Oliveira. II. Título. III. Série.

CDD - 353.7098142

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,
Salvador – Bahia CEP 40170 115 tel/fax (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

*Aos companheiros e companheiras
que compartilham comigo
esta experiência*

SUMÁRIO

11		
Apresentação		
Políticas culturais: horizontes e mares bravios		11

PARTE I

17		
Políticas Culturais na Bahia Recente (2013)		
39		
Democracia, Políticas Culturais e Territórios (2014)		

PARTE II

53		
Políticas Culturais		
Modos de construir políticas culturais (2013)		53
Cultura e agenda pública (2011)		56
Eventos e políticas culturais (2013)		58
A crítica como política cultural (2013)		63
Sistemas de cultura (2014)		65
Bahia: terra da formação em cultura (2011)		67

Políticas de formação e qualificação em cultura na Bahia (2014)	73
Financiamento da cultura e editais (2012)	77
Economia criativa e desenvolvimento da Bahia (2013)	79
Filmar (n)a Bahia (2012)	82
Atrair instituições como política cultural (2013)	83
Centros culturais para a Bahia e Salvador (2013)	85
Cultura na Copa (2013)	87
Futebol arte: cultura em campo (2013)	89
Cultura e Pacto pela Vida (2011)	92
Anísio Teixeira e a cultura (2012)	94
97	
Democracia, Cidadania e Participação	
Construindo uma cultura cidadã (2013)	97
Cultura cidadã e desenvolvimento (2011)	99
Cultura e eleições municipais (2012)	101
Cultura em cena nas eleições municipais (2012)	103
Conferências de cultura: desafios atuais (2013)	105
Conferência Estadual de Cultura: uma realidade (2011)	108
Conferência Estadual de Cultura da Bahia: espaço da democracia (2013)	110
Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Estadual de Cultura (2013)	114
Conferências e territórios (2011)	121
Colegiados setoriais e participação cultural (2013)	123
Fórum do Pensamento Crítico (2013)	125
Fórum do Pensamento Crítico: autoritarismo e democracia 1964-2014 (2014)	127
131	
Diálogos Interculturais e Identidades	
Internacionalização da cultura da Bahia (2013)	131
Culturas da diáspora africana (2011)	133

Um encontro das culturas negras (2012)	136
Bahia: encruzilhada das culturas negras (2012)	138
Carnaval negro: 40 anos (2014)	140
Políticas para as culturas negras (2014)	142
Notas para Ubiratan Castro (2013)	148
Culturas do sertão (2011)	150
A seca e as culturas dos sertões (2012)	152
Estudos das culturas dos sertões (2014)	154
Valorizar os Vaqueiros (2012)	156

157

Artes e Artistas

Da Bahia para o Brasil e o mundo (2014)	157
Políticas culturais para o teatro baiano (2013)	160
Projeto Exu Sile Oná TCA (2014)	163
Os múltiplos desafios do novo TCA (2011)	165
Nova ação do BTCA (2012)	166
BTCA na Bahia (2013)	167
Neojibá: música clássica para a juventude (2011)	168
Pelourinho, artes e formação (2012)	169
Dança Bahia (2014)	171
Políticas culturais para a música na Bahia (2014)	173
Políticas culturais para o circo (2012)	176
Política para a literatura na Bahia (2014)	177
Panorama do cinema baiano (2012)	180
Um Festival para o cinema baiano (2012)	181
XIV Festival Nacional Cinco Minutos (2011)	183
O que podem significar cinco minutos? (2014)	184
Imagens e territórios (2012)	185
Algumas palavras acerca do Prêmio Pierre Verger (2012)	187
Artes visuais, salões e territorialização da cultura (2012)	189
III Bienal da Bahia (2014)	190
A Secretaria de Cultura no Ano Jorge Amado (2012)	192
Amado e Gonzaga (2012)	194

Jorge Amado como ativista cultural (2012)	196
Bahia festeja Caymmi (2014)	198
Argentino, baiano, universal (2011)	200
A modernidade de Mário Cravo Júnior (2013)	201
Das singularidades de Rubem Valentim (2011)	204
Clodoaldo, crítica e cultura (2012)	206
Da rebeldia de Bel Borba (2011)	208
90 Anos de Frans Krajcberg (2011)	210

211

Patrimônio Cultural

Ideias para o Pelourinho (2011)	211
Salvador, cultura e políticas culturais (2012)	213
Salvador e seu aniversário (2013)	215
O Dois de Julho e a releitura da Independência do Brasil (2013)	217
Capoeira na Bahia e no mundo (2014)	219
Artesanato e artista popular (2013)	222
Sala do artista popular (2013)	223
Cultura e festas (2011)	225
Políticas culturais e festas (2011)	227
Carnaval e cultura (2011)	230
Políticas culturais para o carnaval (2013)	232
Carnaval da diversidade no Pelô (2012)	234
Carnaval, carnavais (2014)	236
Carnaval da cultura (2014)	238
Uma morada para o carnaval da Bahia (2012)	239

243

Apêndice

249

Outros títulos da Coleção Cult

Apresentação

Políticas culturais: horizontes e mares bravios

*Antonio Albino Canelas Rubim**

Os textos reunidos neste livro foram escritos no contexto dos meus anos à frente da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com pequenos ajustes para esta publicação. Eles retratam, ainda que implicitamente, as angústias e as alternativas que foram possíveis no diálogo com estas circunstâncias e com os agentes culturais e políticos que vivenciam e conformam tais realidades. São boias jogadas ao mar, interrogações e interpelações. Expressam energias acionadas, capazes ou incapazes de fazer frente aos imensos desafios que vivemos, com alegrias e tristezas, com acertos e erros, mas sempre com um compromisso assumido com os processos

* Professor da
Universidade Federal
da Bahia, Secretário
de Cultura do Estado
da Bahia, Pesquisador^{1A}
do CNPq.

de mudança em curso no Brasil e na Bahia, na construção de uma sociedade e de uma cultura mais equânime, justa, democrática, republicana, libertária e criativa.

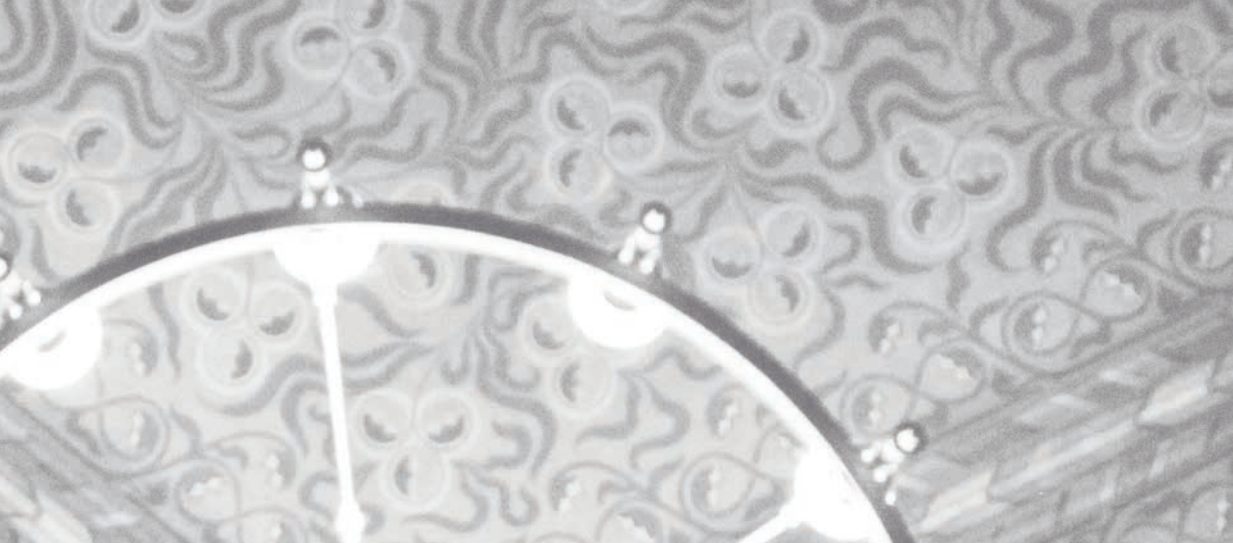
Estar secretário implica em um conjunto de desafios. Talvez o maior deles seja transitar do estudo para a formulação e, mais que isto, para a realização de políticas culturais. Este desafio se traduz de diferentes maneiras. Não se deixar tragar pelas demandas do cotidiano, que impedem a imaginação de novos projetos. Não ficar preso aos eventos e produtos, que tomam de assalto o tempo e os recursos da gestão. Não se deixar seduzir pela fácil visibilidade dos grandes espetáculos e atrações, que encantam multidões em voláteis instantes. Enfim, saber lidar com todas as dimensões recorrentes da atuação cultural, mas ir adiante. Imaginar e concretizar projetos estratégicos, que incidam sobre as estruturas mais profundas da vida cultural, que reforcem a institucionalidade e a organização do campo cultural, que formem e aprimorem o pessoal envolvido com cultura.

Tais desafios não são pequenos. Ainda mais se considerarmos que se encontram sempre conectados a circunstâncias e conjunturas políticas, econômicas e sociais. O tema dos recursos – financeiros, materiais, legais e humanos – tem lugar crucial na configuração de condições e possibilidades para o desenvolvimento de políticas culturais. Recursos financeiros escassos dificultam em muito a construção de políticas culturais. A fragilidade dos recursos materiais – instalações, equipamentos etc. – tem forte incidência sobre tais possibilidades. As legislações – inexistentes ou existentes – podem facilitar ou bloquear políticas, através da interdição ou da lentidão burocrática. A presença ou ausência de pessoal qualificado afeta profundamente as possibilidades inscritas nas políticas.

O lugar ocupado por estas políticas na gestão governamental, bem como, sua inscrição e sintonia com o modelo de desenvolvimento em andamento, é componente vital desta constelação de desafios. Assumir prioridade ou estar distante das lógicas do poder decisório faz a diferença para o desenvolvimento das políticas culturais. O lugar ocupado

não apenas no sentido institucional, mas no político. Ele determina a potência possível das políticas culturais a serem desenvolvidas.

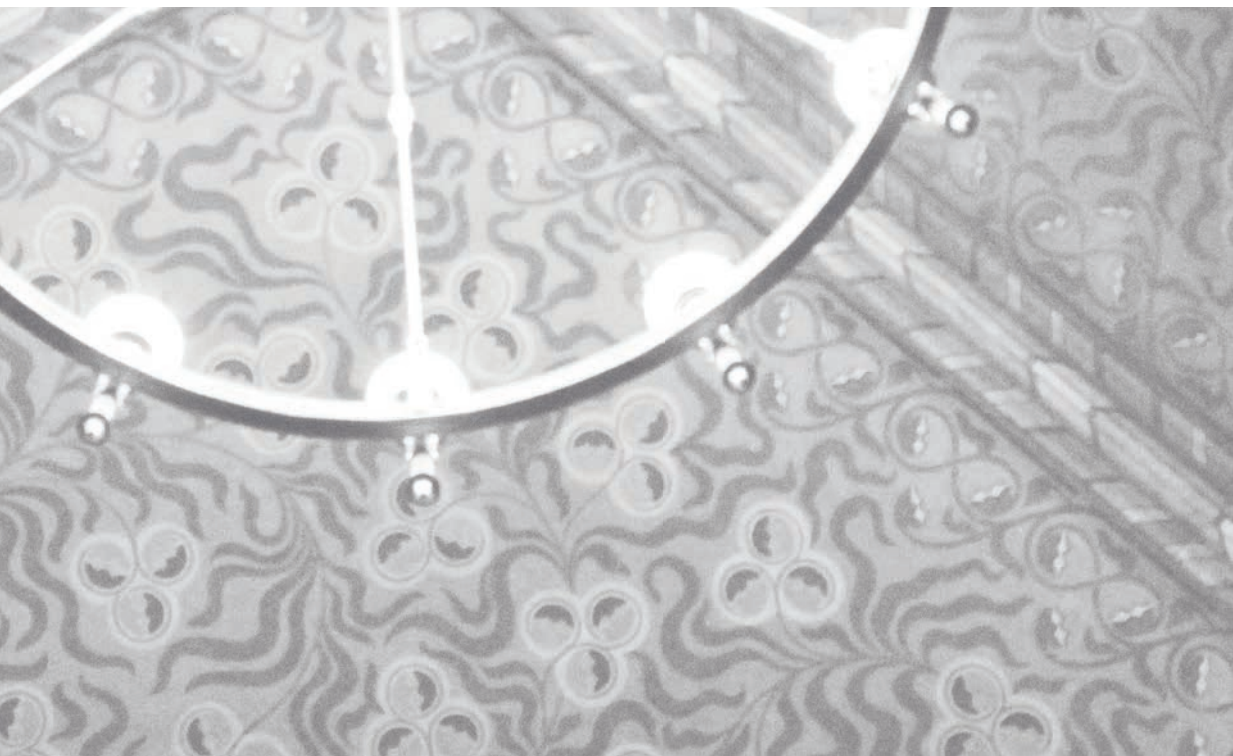
Deste modo, os desafios – formular e realizar políticas culturais – estão contidos em um campo de forças que delimita suas possibilidades e tensões, introduz incertezas, abre e interdita alternativas. Navegar neste mar bravio e tormentoso parece ser a sina das políticas culturais, enquanto não se constituem as condições políticas, econômicas e sociais que permitam desenvolver as políticas em outro patamar. Nesta perspectiva, os sistemas, redes e planos culturais, inscritos em horizontes nacional, estaduais e municipais, com implantação em andamento, apresentam-se como essenciais para reverter esta situação.



COLEÇÃO CULT

Parte I

Políticas Culturais
da Bahia Contemporânea



Políticas Culturais na Bahia Recente (2013)

O Brasil, desde o governo Lula, vem passando por profundas mudanças, ainda que elas apresentem limitações e ambiguidades. Tais mudanças se expressaram de modo mais consistente na dimensão socioeconômica, através da incorporação de dezenas de milhões de pessoas a uma vida, social e economicamente, mais digna e da melhoria dos alarmantes índices de desigualdade, que caracterizam a história do Brasil. Na esfera da política, as mudanças encontraram grande resistência do sistema e foram mais frágeis: a democracia vem se consolidando, mas muitos vícios da estrutura política permanecem.

Na comunicação, a mídia se mantém muito concentrada, fortemente conservadora e quase sem pluralidade.

No campo da cultura, vive-se um paradoxo. Foram frágeis as mudanças acontecidas, mas a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura representou um divisor de águas na história das políticas culturais no país. Nela, foram enfrentadas as três tristes tradições que marcaram as políticas culturais na história do Brasil: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. Depois do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, o Estado brasileiro passou a desenvolver políticas públicas de cultura em uma circunstância democrática. A construção do Plano Nacional de Cultura, com a vigência de dez anos; a criação do Sistema Nacional de Cultura e a realização de diversos programas, a exemplo dos Pontos de Cultura, expressam mudanças substantivas acontecidos nas políticas culturais no Brasil.

Este panorama de mudanças constitui o contexto no qual devem ser analisadas as políticas culturais de estados brasileiros, como a Bahia. Elas contribuem para o desenvolvimento do país e do estado. Cabe assinalar que se entende desenvolvimento como processo complexo e articulado que envolve sempre diferentes dimensões, tais como: econômica, social, política, ambiental e cultural.

Cena baiana

A Bahia é um dos maiores estados brasileiros. Tem uma população em torno de 15 milhões de habitantes. Seu território é semelhante ao da França e sua economia é a sexta entre os 26 estados brasileiros. Mas a Bahia apresenta imensa desigualdade socioeconômica, indicadores bastante graves de educação e saúde e, mesmo depois do final da ditadura militar em 1985, permaneceu sob o comando de forças ligadas ao

autoritarismo, até o ano de 2007, quando tomou posse o governador Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores.

A tradição baiana no campo das políticas culturais tem reproduzido as dinâmicas nacionais de ausências, autoritarismos e instabilidades, com algumas pequenas nuances. A Bahia viveu um longo período de ausência de políticas culturais. A própria Secretaria Estadual de Cultura foi criada tardiamente em comparação com outros estados brasileiros. Ela só foi inaugurada no pós-ditadura, em 1987, no Governo Waldir Pires, quando as forças conservadoras deixaram momentaneamente o poder estadual. Pouco depois, em 1991, no governo de Antonio Carlos Magalhães, ela foi extinta. Posteriormente, em 1995, ela foi recriada pelo governador Paulo Souto, como Secretaria de Cultura e Turismo. A Secretaria de Cultura foi finalmente implantada em 2007.

O prolongamento do autoritarismo no período pós-ditadura, decorrente do estilo carlista de governar, não permitiu um ambiente de liberdade e crítica que favorecesse o florescer cultural baiano com o retorno da democracia. A opção pelo mercado como orientador das políticas culturais, vigente no Brasil com base nas leis de incentivo, foi reproduzida na Bahia através do FazCultura, lei de incentivo estadual, que repetiu muitas das mazelas das leis nacionais e as combinou com traços de dirigismo estatal na definição dos patrocínios. Foram constantes as acusações de apoios concentrados em termos geográficos e de beneficiários com privilégios e uso inapropriado da legislação.

Algumas singularidades baianas se somaram à reprodução das três tristes tradições das políticas culturais nacionais. Desde a reinstalação da Secretaria, agora como de Cultura e Turismo, até seu desmembramento em 2007, ele teve sempre o mesmo dirigente, oriundo da área de turismo. Nestes longos 12 anos, a cultura esteve subordinada aos interesses do turismo, com todos os problemas e distorções que isto ocasionou.

A Secretaria de “Turismo e Cultura” buscou incessantemente, com esta inversão de orientações e prioridades, a afirmação de uma identidade forjada principalmente pelo intuito de vender o estado no mercado do turismo. Uma identidade, concebida como uma e única para

toda a Bahia, desconheceu o diálogo cultural democrático, aberto e plural com a sociedade baiana e a interlocução com outras culturas, privilegiando um grupo bastante reduzido de interlocutores, interesses e signos, conformando uma espécie de monocultura da baianidade, que esqueceu a diversidade cultural constitutiva da Bahia.

O fechamento e isolamento da Secretaria de Cultura e Turismo no plano estadual, nacional e internacional foram notáveis, implicando em graves descompassos e atrasos da cultura baiana em relação às dinâmicas inscritas no panorama contemporâneo, nacional e internacional. As transformações acontecidas nas políticas culturais nacionais no Governo Lula, mesmo sob a direção dos baianos Gilberto Gil e Juca Ferreira, não tiveram acolhida na Bahia. O estado ficou alijado, com grandes prejuízos para a atualização necessária da cultura baiana.

Mudanças nas políticas culturais (2007-2011)

O desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo em duas secretarias distintas foi uma das medidas do governador Jaques Wagner, atendendo à demanda de amplos setores culturais e da sociedade baiana. Com o novo governo, o clima de liberdade e de democracia finalmente chegou à Bahia.

A gestão do Secretário Márcio Meirelles teve como característica mais marcante a busca da territorialização da cultura na Bahia. A nova Secretaria adotou a noção de territórios de identidade, instituída pelo Governo, pois esta noção trouxe imanente uma dimensão claramente cultural, com a expressa pelo sentido de pertença a um determinado território. Por óbvio, as outras dimensões – geográficas, econômicas, políticas etc. – não foram desconsideradas, mas uma nova e vital dimensão foi incorporada à delimitação das fronteiras territoriais.

O processo de democratização da cultura, então desencadeado, possibilitou a realização de conferências de cultura, territoriais e estaduais, estimulou a atuação territorial da cultura, implantou pontos de cultura e sua rede estadual, apoiou a constituição de fórum dos dirigentes municipais de cultura e instalou as representações territoriais da cultura. A Bahia finalmente passou a atuar em parceria com o Ministério da Cultura.

O financiamento da cultura também foi democratizado com a implantação da dinâmica de editais para a distribuição dos recursos do Fundo de Cultura da Bahia. Assim, a lógica do balcão e do favor estava sendo superada. O fundo foi valorizado e passou a ser a modalidade principal de financiamento à cultura na Bahia, colocando em segundo plano a lei estadual de incentivo cultural.

Políticas culturais da gestão atual (2011-2014)

Com a troca do secretário no segundo governo Jaques Wagner, a Secretaria de Cultura passou por um natural processo de continuidade e mudança. Muitas das políticas implantadas pela gestão anterior foram continuadas, como se verá a seguir, e outras foram construídas e incorporadas.

A Secretaria de Cultura passou a ser orientada pelas seguintes diretrizes: construção de uma cultura cidadã, aprofundamento da territorialização da cultura, fortalecimento da institucionalidade cultural, crescimento da economia da cultura, ampliação dos diálogos interculturais e alargamento das transversalidades da cultura.

Construção de uma cultura cidadã

A construção de uma cultura cidadã emerge como componente essencial do processo de desenvolvimento econômico e social que vive o

Brasil e a Bahia. Tais mudanças devem ser necessariamente acompanhadas de transformações políticas e culturais, com a mudança de valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de paz, de equidade e de respeito à diversidade, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a atuação da Secretaria não apenas buscou o desenvolvimento da cultura, mas assumiu como compromisso qualificar este desenvolvimento pela superação de valores autoritários, conservadores, intolerantes e monolíticos por novos valores que estejam em sintonia com o aprimoramento e a emancipação da sociedade e dos indivíduos. A política cultural adotada, por conseguinte, nada teve de neutra. Pelo contrário, ela tomou nitidamente posição nas lutas culturais e políticas em curso nas sociedades: internacional, brasileira e baiana.

Além da luta por novos valores, a construção de uma cultura cidadã implica na conquista e consolidação de direitos culturais. Ou seja: respeito à diversidade, valorização das identidades, participação na elaboração de políticas, oportunidade de experimentar a criação; acesso aos bens culturais, que não sejam pertencentes às comunidades culturais originárias dos indivíduos, dentre outros. A cidadania cultural é componente imprescindível da construção de uma cidadania ativa e plena.

Aprofundamento da territorialização

Desde o início do governo Jaques Wagner, a Secretaria de Cultura assumiu com vigor os territórios de identidade como política que assegura atenção à diversidade de manifestações culturais presente em toda Bahia. Coube, neste segundo mandato, aprofundar e consolidar o processo de territorialização, que visa levar as políticas culturais ao interior e à periferia de Salvador, superando a histórica delimitação e aprisionamento destas políticas em alguns territórios da capital e de poucas cidades.

Para realizar esta política, ainda no primeiro mandato, foram implantadas conferências de cultura territoriais, setoriais e estaduais;

representantes territoriais de cultura e foi instituído o Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura. Além de reforçar estes movimentos, os centros e espaços culturais da Secretaria passaram a assumir papel destacado neste processo de territorialização e caravanas culturais foram inauguradas.

Muitos dos centros e espaços culturais da capital e do interior foram deslocados da Fundação Cultural do Estado da Bahia, voltada para a atuação na área de artes, para a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, visando uma melhor inserção no processo de territorialização. Deste modo, maior atenção passou a ser destinada a eles, através de reformas, renovação de seus equipamentos e dinamização de sua programação.

As Caravanas Culturais da Secult e a Funceb Itinerante, com quatro edições cada, permitem que equipes da Secretaria se desloquem por dezenas de municípios, assistam mostras organizadas pela comunidade em cada cidade visitada e debatam políticas culturais com a população. Por volta de 75 municípios foram visitados entre 2011 e 2014. Tais visitas, apresentações e discussões possibilitam o conhecimento dos territórios, das culturas e dos agentes culturais e ensejam a construção de políticas culturais para os territórios visitados.

Os diferentes programas e projetos da Secretaria passaram a ter relevante componente territorial. Diversos deles, antes restritos à Salvador, foram também realizados no interior e na periferia de Salvador. Várias modalidades de apoio, antes concentradas na capital, foram redesenhadas para fomentarem a cultura em toda a Bahia.

Fortalecimento da institucionalidade cultural

O Brasil e a Bahia têm uma organização do campo cultural muito frágil. Um dos desafios das políticas culturais, diante deste déficit organizacional, é fortalecer sua institucionalidade. Este processo busca consolidar: políticas, estruturas, gestão democrática, procedimentos republicanos de apoio à cultura, tais como as seleções públicas e editais, e mecanismos de participação político-cultural. A criação de novas instituições, a reforma

de instalações existentes, a qualificação da gestão e a formação de pessoal são vitais para o desenvolvimento cultural.

Em 2011, foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa, a Lei Orgânica da Cultura, pauta central da III Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2009, na cidade de Ilhéus. A lei instituiu o Sistema Estadual de Cultura, o Plano Estadual de Cultura e democratizou o Conselho Estadual de Cultura. Além da lei, a reforma administrativa, também realizada em 2011, reforçou a institucionalidade cultural com a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias e do Centro de Formação em Artes.

Aliás, uma das prioridades da Secretaria é a formação em cultura, pois sem ela não se consolida a institucionalidade cultural, nem se aprimora a gestão e o desenvolvimento da cultura. Neste horizonte, foram instituídos o Programa e a Rede de Formação e Qualificação em Cultura, que reúne todas as universidades públicas, federais e estaduais, os institutos federais de educação, entidades do Sistema S, organizações não governamentais voltadas para cultura e educação, secretarias estaduais afins e Ministério da Cultura.

A Secretaria adotou uma política deliberada de apoio à constituição de novos cursos universitários na área da cultura, sejam de graduação e pós-graduação ou de extensão e especialização. O esforço visa tornar a Bahia uma referência na área de formação e qualificação em cultura no Brasil. Nesta perspectiva colaborativa foram instalados o Mestrado em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Santo Amaro. Há novos projetos em negociação: mestrado profissional em políticas e gestão da cultura (UFBA); bacharelados interdisciplinares em artes e centro de artes e comunicação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); cursos de graduação em artes e cultura (Universidade Federal do Oeste

da Bahia – UFOB) e de especialização em políticas e gestão culturais (Universidade do Estado da Bahia - UNEB).

Durante os anos de 2012 e 2013, a Secretaria de Cultura se empenhou em elaborar o projeto de construção do Instituto Baiano de Museus, atualmente na Casa Civil, discutir o conteúdo do Plano Estadual de Cultura, criado no ano anterior pela Lei Orgânica, e do Plano Estadual do Livro e Leitura, em conjunto com a Secretaria da Educação e a comunidade cultural da área do livro e leitura. Estes documentos foram submetidos em 2013 à consulta pública e ao Conselho Estadual de Cultura. Em 2014, eles reforçam a legislação cultural da Bahia.

O fortalecimento da institucionalidade cultural não se esgota na criação de novas instituições e legislações, nem na formação e qualificação das pessoas, mas implica igualmente na própria organização do campo cultural. Neste sentido, a Secretaria tem estimulado, dentre outros, a instalação de colegiados setoriais – já foram constituídos oito colegiados em artes e culturas digitais –, a constituição de associações de amigos de instituições culturais, a exemplo do Teatro Castro Alves (TCA), e consórcios intermunicipais de cultura.

As instalações devem também ser cuidadas. Nesta perspectiva, para fortalecer a institucionalidade cultural torna-se imprescindível cuidar das condições físicas dos equipamentos culturais. Está em andamento uma grande reforma do Teatro Castro Alves. A reforma prevê em sua primeira etapa: construção de estacionamento, requalificação da Concha Acústica, implantação de nova central elétrica, e, em uma segunda etapa: edificação de centro cenográfico, de sala sinfônica e de sala de cinema. Também o Museu de Arte Moderna (MAM) passa por uma importante reforma, que, em um primeiro momento, afeta casarão, capela e galpão. Outras reformas foram realizadas em centros culturais, como o de Feira de Santana e de Alagados. Algumas obras menores estão em andamento em outros centros culturais da Secretaria.

Crescimento da economia da cultura

Uma das áreas econômicas de maior expansão no mundo contemporâneo é a cultura. As indústrias culturais e a economia criativa são componentes fundamentais da economia em uma sociedade do conhecimento. O potencial da economia da cultura na Bahia precisa ser compreendido e estar inscrito no seu processo de desenvolvimento.

A Secretaria de Cultura entendeu que o financiamento aparece como uma das dimensões essenciais da economia da cultura. O campo da cultura, dada a sua complexidade constitutiva, requer diversificadas modalidades de financiamento, que envolvam, pelo menos: Estado, públicos e empresas.

Neste horizonte, tem buscado diversificar e tornar mais republicanos e transparentes, através de seleções públicas, seus procedimentos de financiamento à cultura. Hoje, existem na Bahia quatro modalidades de financiamento estatal: o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), o programa de incentivo cultural intitulado FazCultura, o Calendário das Artes e o microcrédito cultural. A maior parte do financiamento, por volta de dois terços, se realiza através do fundo de cultura, que possibilita um trabalho mais amplo e universal, porque não limitado pela lógica do mercado, como ocorre com as leis de incentivo.

Desde 2012, foi implantada no fundo uma dinâmica de editais por setores culturais, substituindo a lógica anterior de editais temáticos inscritos em áreas específicas. Com este dispositivo, foi possível, simultaneamente, diminuir seu número, alargar sua abrangência e dotar os editais de uma periodicidade anual. Assim, foram ampliadas as oportunidades oferecidas e incentivado o planejamento da comunidade cultural. A busca por um melhor planejamento ainda não foi plenamente alcançada por dificuldades do Estado no repasse mais pontual dos recursos aos proponentes selecionados pelo fundo. Os dados sobre o Fundo de Cultura da Bahia e o FazCultura estão sintetizados nas tabelas e gráfico abaixo.

Tabela 1 – Atuação do Fundo de Cultura da Bahia, Bahia, 2014

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Projetos Apoiados	30	40	173	104	275	389	221	379	380
Projetos Inscritos	30	147	1148	1717	1150	661	838	2364	3013
Investimento Financeiro (em R\$ milhões)	8	15	11	16	20	22	24	30	31
Orçamento disponível (em R\$ milhões)	11	29	24	36	30	40	32	35	39
Execução orçamentária	71%	51%	47%	44%	66%	55%	75%	86%	79%
Editais lançados	0	0	15	32	32	18	3	24	21
Áreas apoiadas	-	-	12	13	15	12	3	19	19

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

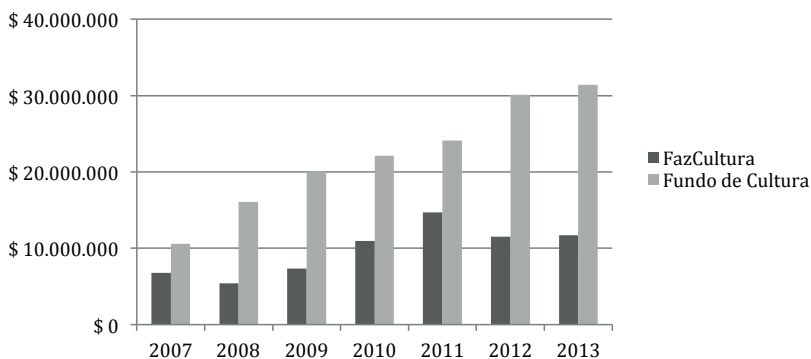
A lei de incentivo, importante modalidade de financiamento, assume um caráter complementar, pois é orientada por interesses de mercado e marketing cultural. Com este condicionante, ela é de difícil aplicação a muitas demandas de financiamento. Outro dado relevante: diferente das leis nacionais de incentivo, o FazCultura trabalha com a isenção de 80% do imposto devido, impulsionando, pelo menos, uma parcela de recursos privados para serem investidos na cultura.

Tabela 2 – Atuação do FazCultura – Lei de Incentivo à Cultura, Bahia, 2014

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Projetos Patrocinados	146	156	71	34	51	62	96	65	56
Projetos Aprovados	422	311	105	115	117	66	142	163	44
Projetos Inscritos	540	474	136	225	266	289	366	291	255
Investimento (em R\$ milhões)	15	15	7	5	7	11	15	11	12

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Gráfico 1 – Valores Investidos no FCBA e no FazCultura, Bahia, 2014



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Outro relevante programa de apoio à cultura, Calendário das Artes, é desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), órgão vinculado à Secretaria de Cultura. Apesar de lidar com recursos

menores, este programa, devido aos procedimentos simplificados e ao processo de implantação territorial, tem mobilizado as comunidades artístico-culturais em todos os territórios da Bahia.

Na esfera da economia da cultura, visando ampliar e diversificar as possibilidades de sustentabilidade da cultura, o estado estimula o crescimento de mercados alternativos, baseados nos princípios da economia solidária, pois as indústrias culturais têm dinâmicas e mercados capitalistas específicos, que independem da atuação da Secretaria.

Para incentivar a constituição de mercados culturais, a Secretaria tem apoiado a criação de circuitos culturais alternativos, em especial envolvendo o interior do estado e as periferias da cidade de Salvador. Nesta perspectiva, política de formação de públicos culturais é desenvolvida através dos equipamentos culturais da Secretaria, instalados na capital e no interior, e por programas como o Verão Cênico, que leva teatro, dança e circo a estes territórios.

O programa Bahia Criativa, que envolve diversas secretarias e instituições afins, como o Sebrae e o Ministério da Cultura, pretende alavancar o potencial da economia criativa na Bahia. Ele envolve investimento relevante em formação e qualificação no campo da cultura, além de assessoria e projetos estruturantes como o Forte de Serviços Criativos, localizado no antigo Forte do Barbalho, que reúne serviços culturais necessários à criação de espetáculos, em todas as suas variantes nas áreas de: música, teatro, dança, opera, audiovisual, arte de rua, circo, culturas digitais. O Forte deve aglutinar serviços de cenografia, iluminação, sonorização, vestuário, design, aplicativos digitais e outros.

Outro projeto estruturante chama-se Ambiente Digital, envolvendo a instalação de curso de graduação, criação de laboratório de produção e de pesquisa, constituição de programa para encubar micro e pequenas empresas de culturas digitais e elaboração de leis municipais para atrair investimentos em tecnologias digitais. Este projeto congrega a Secretaria Estadual de Cultura, a Prefeitura Municipal da São Francisco do Conde, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(Unilab) e o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Economia Criativa. Com algumas mudanças nas direções acontecidas na Unilab e no Ministério da Cultura, infelizmente, este programa teve sua dinâmica afetada e bastante reduzida.

O desenvolvimento da economia da cultura e mesmo de políticas culturais requerem ainda informações e indicadores. A Secretaria, por meio da Superintendência de Promoção da Cultura e de sua Diretoria de Economia da Cultura, está implantando o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), essencial para garantir dados e análises consistentes sobre a economia da cultura na Bahia. Esta diretoria também é responsável pela realização de pesquisas na área da cultura, buscando compreender dinâmicas das festas populares, a exemplo do carnaval e São João, e de áreas da cultura baiana, como o audiovisual.

Ampliação dos diálogos interculturais

Esta diretriz visa ampliar os diálogos interculturais entre estoques e fluxos (ocidental, afro-brasileiro, do sertão, dos povos originários etc.) que configuram a cultura baiana, os sotaques brasileiros e outras culturas do mundo, em especial latino-americanas e africanas. Sem os diálogos interculturais, não existe a possibilidade de desenvolvimento da cultura, pois ela sempre é resultante das conversações e trocas.

Eles aparecem como vitais para superar a monocultura da baianidade que animava as políticas culturais anteriores ao governo Jaques Wagner. Agora a baianidade é imaginada como complexa e composta de múltiplos estoques e fluxos culturais. Uma identidade produzida pela diversidade que conforma a Bahia.

As culturas negras são fundamentais para a constituição da cultura baiana. Neste horizonte, o programa/evento Encontro das Culturas Negras, iniciado em novembro de 2012, merece destaque. Ele busca fazer dialogar as culturas negras baianas com as nacionais e as internacionais, colocando a Bahia como encruzilhada destes potentes estoques e fluxos simbólicos negros. O primeiro acontecimento propiciou

encontros memoráveis como: o inédito espetáculo musical coletivo do Ilê Ayiê e do Olodum; a reunião das baterias dos maiores grupos afro e afoxés sob a direção de Carlinhos Brown; a discussão acerca dos carnavais negros das Américas, reunindo representantes do Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai e Trinidad e Tobago e as numerosas trocas culturais entre estados brasileiros e países, como Uruguai e Venezuela. A segunda edição do Encontro das Culturas Negras, em novembro de 2013, assumiu um novo formato, que aglutinou um conjunto de iniciativas durante o mês de novembro. Diferente do acontecimento anterior, concentrado em alguns dias, o programa/evento aconteceu em muitos lugares e muitas datas, com ampla repercussão.

Os sertões e seu clima semiárido abrangem a maior parte do território baiano. Entretanto, esta vertente cultural, essencial para a Bahia e o Brasil, foi menosprezada pelas políticas culturais anteriores, orientadas pela monocultura. O projeto/evento Celebração das Culturas dos Sertões, inaugurado em maio de 2012, reanimou e rearticulou os fazedores destas culturas para revitalizar sua dinâmica e colocar as culturas dos sertões na agenda cultural da Bahia e do Brasil. O acontecimento inaugural, realizado em conjunto com a comunidade cultural envolvida com os sertões, serviu como polo desencadeador de todo um processo de revigoramento das culturas dos sertões da Bahia. O projeto de 2012 ocorreu em Salvador e Feira de Santana e o de 2013 em Salvador e Juazeiro. Em 2014, a Celebração das Culturas dos Sertões passou a ter um formato desconcentrado e multifacetado, como aconteceu com o Encontro das Culturas Negras.

As copas são momentos excepcionais de visibilidade internacional do país. Em 2013 e 2014 o Brasil está, como nunca, na agenda mundial. Nas discussões sobre as copas, surge sempre a palavra legado. Ela está associada às obras físicas que ficariam como benefícios para a população. Mas o legado pode assumir uma dimensão intangível, bastante significativa para o país. Este parece ser um dos desafios mais contemporâneos das políticas culturais no Brasil e na Bahia. Como se apropriar deste momento único de visibilidade para colocar a cultura brasileira

e baiana nas agendas internacional e nacional. Não se pode perder esta excepcional oportunidade para dar uma intensa visibilidade à nossa cultura. Ou seja, a circunstância atual requer formulação e implantação de específicas políticas culturais, inspiradas no diálogo cultura e copas.

Neste horizonte, a Secretaria de Cultura elaborou um vasto programa intitulado Cultura em Campo para sua atuação no ano de 2013. Foram mais de cem apresentações em mais de vinte espaços culturais da capital e do interior. Para o ano da Copa do Mundo, a opção da Secretaria foi realizar a III Bienal da Bahia, 46 anos depois do fechamento da II Bienal em 1968 pela ditadura militar. A Bienal continua o projeto e ao mesmo tempo inova e atualiza. Deste modo, ela acontece em diferentes espaços em Salvador e diversas cidades da Bahia. Ela busca conectar a Bahia com o Brasil e com o mundo.

As relações internacionais e nacionais são instantes notáveis de diálogos interculturais. Como destaque neste quesito, emerge o Programa de Mobilidade Artístico-Cultural, que apoia, via chamamentos públicos, a visitação periódica e cruzada de artistas e profissionais da cultura. Este programa está sendo reforçado com a instalação da Residência Artístico-Cultural do Pelourinho, que deverá ser uma das âncoras mais consistentes do programa.

As trocas culturais implicam também em uma animada circulação cultural. Alguns programas desenvolvidos pela Secretaria buscam exatamente difundir nossos repertórios em outros lugares. O Verão Cênico faz circular e popularizar, na capital e no interior, a produção teatral baiana. O Balé do Teatro Castro Alves, desde 2011, realiza um programa de circulação na Bahia e em outros territórios, inclusive internacionais. O mesmo ocorre com a orquestra jovem Neojibá. O Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger e o Festival Nacional Cinco Minutos, todos realizados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, são bons exemplos de atividades de intercâmbio e trocas culturais.

Destaque especial para três projetos também executados pela Funceb. Primeiro, a publicação do kit e realização de mostra do teatro baiano no Festival de Curitiba, em 2013 e 2014, com ótimos resultados

para a divulgação do teatro baiano. Segundo, a publicação da coletânea Autores baianos: um panorama, reunindo escritores para difusão em feiras literárias no Brasil e no exterior. Terceiro, o Bahia Music Export que já produziu cinco CD, com curadorias específicas, para divulgar a música baiana em festivais e mostras no exterior e no Brasil.

Os diálogos interculturais e o próprio desenvolvimento da cultura não podem prescindir de um elemento crucial: a reflexão e a crítica cultural. Neste horizonte foi implantado programa de incentivo à crítica cultural, que envolve: seminário, cursos, premiações, publicação de revista e coleção de livros. A reflexão e a crítica são compreendidas como momentos imprescindíveis da dinamização e da vitalidade da cultura.

Alargamento das transversalidades da cultura

A cooperação não acontece apenas entre culturas e territórios distintos, mas igualmente entre áreas de conhecimento e de práticas diferenciadas. Na contemporaneidade, parece impossível desenvolver a cultura sem considerar sua articulação, cada dia mais essencial, com campos afins, como: educação, comunicação, ciência e tecnologia, turismo, direitos humanos, economia, segurança pública, saúde, urbanismo, trabalho e outros. Por conseguinte, ênfase especial está sendo dada ao trabalho colaborativo com outras áreas e secretarias.

Não existem políticas culturais na atualidade sem educação e comunicação. A interface entre cultura, educação e comunicação torna-se vital na contemporaneidade. A rigor, educação é, em boa medida, transmissão da herança cultural de uma geração à outra. A rigor, quando se fala em comunicação, não se deve esquecer que suas mídias não só transmitem cultura, mas são hoje gigantescas produtoras de cultura.

A cooperação com a educação envolve variados projetos. Dentre outros, inclui: restauração de obras artísticas pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (Ipac), entidade vinculada à Secretaria, como os murais modernistas da famosa Escola Parque, criada por Anísio Teixeira; elaboração conjunta do Plano Estadual do Livro e Leitura; reestruturação da

Bienal do Livro da Bahia; realização de editais conjuntos para a produção de literatura infantil e a organização de visitas de professores e estudantes aos museus e outros equipamentos culturais do estado.

O remanejamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb) da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Comunicação em 2011, não resta dúvida, prejudicou a cooperação entre cultura e comunicação, antes realizada principalmente através do instituto. A continuidade do trabalho colaborativo acontece através da divulgação das atividades e da transmissão dos espetáculos produzidos pela Secretaria de Cultura. Mas a discussão essencial das interconexões entre as políticas e as práticas de cultura e de comunicação, em especial audiovisuais, foi fragilizada. Recentemente, foram retomadas articulações para desenvolver políticas de audiovisual.

Com o turismo, a cooperação se realiza também em diferentes dimensões. Na área de instalações físicas, através da atuação conjunta no restauro e reforma do patrimônio, a exemplo do que ocorreu no palácio Rio Branco e nas Igrejas do Rosário dos Pretos e de Nossa Senhora do Pilar, e dos projetos em curso no Museu de Arte Moderna, no Palácio da Aclamação, no Museu Wanderlei Pinho e no Liceu de Artes e Ofícios, para a instalação da Fundação Cultural do Estado da Bahia e de centro cultural no Pelourinho.

Além do trabalho conjunto na área de patrimônio, a cooperação com a Secretaria de Turismo e a Bahiatursa abrange a capoeira no Forte de Santo Antonio Além do Carmo e, em especial, as festas populares, como o carnaval e as festas juninas. O Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) atua nas festas carnavalescas, através de quatro programas: Carnaval Ouro Negro, Carnaval do Pelourinho, Carnaval Pipoca e Outros Carnavais, além de responder, durante todo o ano, pela programação do Pelourinho Cultural.

A ação colaborativa abarca hoje muitas áreas e secretarias. Com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, estão em andamento

projetos em culturas digitais e economia criativa. Com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano são diversas as ações comuns no Centro Histórico. Com a Secretaria de Segurança Pública, participa-se do Pacto pela Vida, programa para levar a presença do Estado e da segurança a territórios violentos da capital e do interior. Com a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA/Brasil 2014, a Secretaria de Cultura realizou o programa intitulado Cultura em Campo, que abarcou a copa das confederações (2013). Com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, está em andamento o programa Trilhas, iniciado em 2012, que já formou mais de 500 jovens, através de cursos em artes, produção cultural e culturas digitais. O sucesso do programa garantiu a continuidade de sua realização nos anos seguintes. Com as Secretarias da Promoção da Igualdade Racial; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres igualmente estão sendo desenvolvidas importantes ações conjuntas.

Estas interfaces são fundamentais para a construção de uma cultura cidadã, pois elas acionam direitos, oportunidades e valores que são constitutivos para uma nova cultura. Uma cultura que expresse não só a cidadania cultural, com seus direitos específicos, mas que faça prevalecer na sociedade baiana novas relações, modos de sentir, de pensar e de imaginar a sociedade em uma ótica humana, demasiadamente humana. Todas as formas de cooperação descritas buscam sempre potencializar e realizar a transversalidade, hoje indispensável às políticas culturais.

Apontamentos finais

O dilema de escrever um texto ocupando um duplo lugar de fala – o de pesquisador e o de Secretário de Cultura do Estado da Bahia – mostrou-se um enorme desafio. Diferentes “saídas” foram aventadas para obter o distanciamento muitas vezes exigido pela análise. Todas pareceram

forçadas e mesmo ilusórias. Melhor a escritura, com todas as ambiguidades, que revela e expressa este duplo engajamento.

No final deste itinerário, cabem algumas observações que inevitavelmente contaminam todo o texto. De imediato, afloram os impasses entre a formulação e a execução das políticas culturais imaginadas. Neste item, destacam-se os entraves decorrentes de condições insatisfatórias de recursos humanos e financeiros e, em especial, dos procedimentos burocráticos, que cada vez mais povoam o Estado. Tais dispositivos reúnem, simultaneamente, a legítima busca de controle da aplicação correta dos recursos públicos e da regulação do Estado pela sociedade, e a normatização jurídica excessiva e muitas vezes ilógica, que dificulta a eficácia tão necessária à construção de um Estado republicano e radicalmente democrático.

A exagerada burocracia e a fragilidade de suas condições de funcionamento afetam a capacidade de planejamento e gestão do Estado. Tais circunstâncias e a tradição de patrimonialismo que ainda impregna ambientes do Estado e da sociedade fazem com que, muitas vezes, a atuação do executivo fique prisioneira de demandas particulares, pontuais e eventuais em detrimento de uma atuação mais consistente e estratégica. A sobrecarga do cotidiano cria dificuldades nada desprezíveis para a formulação e a realização de projetos inovadores. O embate entre o cotidiano, inundado da pequena política, e realização estratégica das políticas culturais, essenciais à grande política, apresenta-se como um dos campos mais vitais do enfrentamento para superar a paralisia do mais do mesmo, da mera reprodução do Estado. Devem ser acrescidas a estes aspectos as tradições do campo cultural, com sua acentuada fragilidade de organização e de planejamento.

Em angulação mais específica, a Secretaria da Cultura funciona como uma espécie de arquipélago, que reúne formalmente, mas muitas vezes não conecta de modo satisfatório, a Secretaria centralizada, com suas duas superintendências e o Centro de Culturas Populares e Identitárias, e suas três potentes entidades vinculadas: o Instituto do Patrimônio

Artístico Cultural, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon, que congrega o arquivo público estadual, bibliotecas e setores dedicados à memória. A história delas antecede a própria criação da Secretaria, suas estruturas organizacionais são amplas e elas gozam de boa autonomia institucional. Decorre daí um dos singulares desafios das políticas culturais estaduais na Bahia: a superação deste esgarçamento institucional e o desenvolvimento de políticas culturais compartilhadas. Diversos expedientes foram implantados visando enfrentar o problema: reunião semanal dos dirigentes e assessores, constituição de comissões intersetoriais para atividades comuns, avaliação coletiva de projetos realizados etc. Estes dispositivos também colaboram na superação de um componente institucional complicado: a gestão excessivamente concentrada na figura do secretário.

As conexões essenciais entre as políticas culturais e as demais políticas de governo também representam um desafio de envergadura. Como na gestão governamental brasileira a ênfase tem sido dada, mesmo em governos progressistas, às políticas econômicas e sociais, articular a cultura com tais políticas aparece como uma questão substantiva. O risco de descolamento e isolamento é enorme, mas uma colagem forçada também se torna um perigo. Submeter cultura meramente às exigências socioeconômicas, mesmo com boas intenções, pode produzir em lugar do desenvolvimento cultural, apenas a instrumentalização da cultura por políticas sociais e econômicas. Uma das lutas mais contemporâneas no Brasil e na Bahia é fazer prevalecer o entendimento que o desenvolvimento do país e do estado só será pleno, quando ele abarcar de modo integrado suas dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais.

Democracia, Políticas Culturais e Territórios (2014)

*Para Carlos Nelson Coutinho e Milton Santos,
pensadores da democracia e do território*

O Brasil vive hoje um momento singular. Apesar das muitas limitações existentes, temos agora um dos períodos democráticos mais longos de nossa história. Mais que isto, habitamos um instante social ímpar, em que passos relevantes podem ser dados no sentido de combinar democracia formal e democracia substantiva. Isto é, conjugar ritos formais da democracia e efetiva mudança das condições de vida dos cidadãos. Tais transformações estão relacionadas estritamente com as possibilidades abertas através da articulação, acontecida recentemente no país, entre democracia, desenvolvimento e enfrentamento da desigualdade social. Cabe lembrar que historicamente

os governos das elites nunca se preocuparam em realizar um desenvolvimento associado à distribuição de renda, que estivesse voltado para toda a população brasileira.

Todos nós sabemos que a trajetória histórica brasileira também foi comprometida por inúmeros golpes autoritários. Eles impediram a continuidade e o aprofundamento da experiência democrática tão necessária a sua instalação plena; ao amadurecimento político do país e à superação dos imensos problemas socioeconômicos e culturais. Como afirmou Carlos Nelson Coutinho reiteradas vezes em seus textos e em suas falas, a democracia não é uma dádiva das classes dominantes. Antes, ela é produto das intensas lutas políticas e sociais dos trabalhadores, das mulheres e de todos os oprimidos em uma sociedade desigual e autoritária, mesmo em tempos de democracia formal.

A instalação formal da democracia no período posterior à ditadura militar se realizou através de mais uma “transição pelo alto”, sem uma ruptura plena com o autoritarismo vigente na sociedade brasileira. Aliás, transições pelo alto são constantes em nossa história. Esta alternativa implicou na implantação de uma democracia limitada, sem que ela tenha representado aprofundamento da democracia, mudança mais substancial na vida da maioria de nossa população e enfrentamento da perversa estrutura social brasileira, sempre carregada de desigualdades e exclusões sociais.

Somente no governo Lula, esta gritante dissociação entre democracia formal e substantiva começou a ser colocada em cena e questionada, ainda que de modo tímido, em certas áreas sociais. Através das suas políticas, o governo Lula deu início a um longo processo, que pode significar a superação da desconexão entre democracia formal e substantiva no Brasil. Com isto, o processo democrático poderá se reconectar e a democracia expressar os interesses efetivos das maiorias populacionais.

O movimento mais substantivo das transformações aconteceu no âmbito das mudanças socioeconômicas, com a inclusão de contingentes

nada desprezíveis de excluídos da nossa desigual sociedade. Afinal, alterar a vida de dezenas de milhões de pessoas – populações próximas a da Colômbia ou da Argentina, os dois maiores países da América do Sul depois do Brasil – não pode ser algo desconsiderado. Esta mudança significativa, inclusive para a vida de todas estas pessoas e do país, propiciou um admirável fortalecimento de nosso mercado interno, que permitiu ao Brasil enfrentar de modo bastante satisfatório as recentes crises, provocadas pela especulação financeira internacional. Mas tais mudanças não afetaram de modo profundo a estrutura socioeconômica capitalista, que persiste como reprodutora de desigualdade e exploração.

Mesmo com a limitação de não atingir de maneira contundente a estrutura socioeconômica brasileira, a ampla mutação não foi acompanhada de um processo de dimensão correspondente de transformações no ambiente da política, nem da cultura.

Na esfera política, muitos dos seus arcaicos procedimentos mostraram impressionante persistência no contexto de mudanças. As poucas inovações existentes, a exemplo do maior e mais democrático diálogo do Estado com a sociedade, não conseguiram sacudir o patrimonialismo, a lógica do favor, a pequena política e o déficit de cidadania que parecem estar fortemente impregnados na vida política brasileira. Nesta perspectiva, uma radical reforma política é cada vez mais necessária. Uma reforma política que garanta, dentre outros dispositivos, o exclusivo financiamento público de campanha eleitoral para inibir a prática do financiamento privado que, como todos sabem, é uma das grandes fontes da corrupção neste país. Inúmeros escândalos estão cotidianamente confirmando isto. Além disto, o custo exacerbado das campanhas dificulta ou até impede a renovação da política, impossibilitando que os segmentos sociais majoritários sejam adequadamente representados e que sejam expressas de modo satisfatório as transformações em andamento na sociedade brasileira.

Ainda no plano da política, a reforma do Estado é outra necessidade urgente. O Estado brasileiro foi criado pelas elites para servir as elites e excluir o povo. Os procedimentos e mecanismos ainda hoje existentes

são prova cabal disto. Os dispositivos de participação – conferências, conselhos etc. – e de democracia direta, estimulados e potencializados a partir do governo Lula, caminham no sentido de uma mudança, mas não são suficientes para a sua transformação em um Estado radicalmente democrático que seja governado em plenitude pelo interesse público e atenda as demandas justas da maioria da população.

Um exemplo desta inadequação política do Estado no plano cultural pode ser buscado nas grandes dificuldades de um programa inovador como o Cultura Viva. Ou seja, o programa, que muitas vezes é conhecido apenas como Pontos de Cultura, possibilitou que comunidades culturais, antes excluídas de uma relação político-cultural com o Estado nacional brasileiro, começassem a desenvolver esta interação, mas através de dispositivos, em grande medida, inadequados para este processo de democratização da sua atuação cultural. Os problemas do programa decorrem muito mais desta desconexão entre busca de inclusão e dispositivos inadequados do que propriamente de meros problemas de gestão. O Estado existente, neste caso, não foi transformado para realizar uma relação – democrática, republicana, transparente, eficaz e com zelo pelo recurso público – com comunidades culturais, principalmente aquelas inseridas em setores populares. Para a continuidade e consolidação do programa é vital o enfrentamento deste descompasso entre atitude e procedimentos.

A desconexão assinalada e a ausência de inovações substantivas nas relações políticas que superem as corroídas tradições e a prevalência da “pequena política” têm criado imensos obstáculos e comprometido potencialidades da convergência entre democracia formal e substantiva no país. Cabe perguntar: como pensar uma democracia substantiva sem uma cidadania plena e ativa, uma sociedade civil organizada atuante e novas práticas políticas de democracia representativa e direta?

Democracia e políticas culturais

No horizonte da cultura, o cenário não foi até agora totalmente satisfatório. As políticas culturais inovadoras empreendidas pelo governo Lula enfrentaram, de modo significativo, as três tristes tradições das políticas culturais nacionais: ausências, autoritarismos e instabilidades. Mas elas não conseguiram ainda mobilizar a sociedade civil e a comunidade cultural brasileira, de maneira a conformar um potente movimento cultural no país que expresse, com criatividade e liberdade, todas as contundentes mutações em andamento. Todos os momentos relevantes de mudança no país foram acompanhados de movimentos culturais significativos. A década de 30 e os anos 50/60 são emblemáticos nesta perspectiva, ainda que tenham sido bloqueados pelas elites através de regimes ditatoriais.

Uma rápida discussão sobre a conexão entre cultura e desenvolvimento se impõe. O desenvolvimento, muitas vezes, é reduzido a sua dimensão meramente econômica. A imbricação entre cultura e economia é hoje cada vez mais evidente. Desde meados do século XIX, com o surgimento das indústrias culturais, tais interfaces começaram a ser construídas. O gigantesco avanço destas indústrias nos séculos XX e XXI intensificou ainda mais as relações. A emergência da chamada “economia criativa”, em anos mais recentes, ampliou imensamente os enlaces entre cultura e economia. Na atualidade, a percepção da dimensão econômica da cultura tornou-se algo cotidiano e até banal. Em consequência, aparece como quase um senso comum, a afirmação da cultura como desenvolvimento, porque produz emprego e renda.

Associação assumida, o desafio colocado na contemporaneidade parece ser o de definir que tipo de articulação se deseja entre cultura e economia, pois, se isto não acontece estamos apenas, conscientemente ou não, submetendo a cultura à lógica do capitalismo e das grandes empresas, com todas as suas contradições, desequilíbrios e iniquidades. Necessário, portanto, assumir que a alternativa desejável é aquela que

enlaça preferencialmente cultura e micro e pequenas empresas, no âmbito dos princípios da economia solidária, para evitar monopólios, umbilicalmente contrapostos à diversidade cultural. Cabe lembrar que no mundo contemporâneo a diversidade tem sido reconhecida, através da declaração e convenção da Unesco, subscritas pelo Brasil, como um valor, pois a riqueza cultural de um país guarda uma relação íntima com sua diversidade e capacidade de diálogo intercultural.

No caso brasileiro, esta contraposição visceral entre monopólios e diversidade fica evidente na configuração do campo da comunicação midiática, conformado na ditadura cívico-militar e persistente até os dias de hoje. A mídia eletrônica em nosso país é concentrada nas mãos de algumas famílias, funciona em rede nacional quase o tempo todo e produz quase toda sua programação, com exceção dos enlatados norte-americanos e programas religiosos. Esta configuração, por exemplo, exclui da nossa televisão as ricas culturas regionais brasileiras, que apenas têm aparições eventuais nas telas, quase sempre caricaturais e estereotipadas. Nesta perspectiva, a democratização da comunicação tem importância crucial para a democracia cultural, inclusive para a preservação e a promoção da diversidade cultural e, por conseguinte, para o desenvolvimento da cultura brasileira.

Mas é sempre bom lembrar que cultura não é desenvolvimento somente – ou mesmo principalmente – porque produz emprego e renda. Hoje não é concebível pensar desta maneira unilateral, pois ela exprime a recaída em uma visão economicista do desenvolvimento, quando sabemos que o desenvolvimento na atualidade deve ser compreendido, de modo mais complexo e integrado, comportando dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais entrelaçadas.

A noção contemporânea de desenvolvimento nos obriga a entender de maneira bem mais abrangente o papel da cultura. Pode-se afirmar, sem medo de errar, que cultura é desenvolvimento, não só porque produz emprego e renda, mas também e principalmente em, pelo menos, três outros sentidos: a) Como fortalecimento do pertencimento

e da identidade cultural, com suas conseqüentes repercussões políticas, culturais, econômicas e existenciais; b) Como articulação simbiótica com a informação em uma sociedade cada vez mais caracterizada como do conhecimento, na qual o saber adquire um lugar imprescindível como motor do desenvolvimento e c) Como desenvolvimento das subjetividades, componentes essenciais para a construção da cidadania e de outro mundo, fundado em novos valores sociais, mais democráticos, equânimes, justos, solidários, sensíveis e criativos.

Desta maneira, algumas indagações tornam-se inevitáveis: como imaginar uma sociedade mais justa, um Brasil verdadeiramente desenvolvido, sem a superação de preconceitos, discriminações, intolerâncias e violências expressos, por exemplo, através de valores classistas, machistas, racistas, homofóbicos, regionalistas e outros marcados por preconceitos e intolerâncias?

A configuração de um amplo, rico e plural movimento cultural se apresenta como vital para o aprofundamento da democracia, a construção de uma democracia substantiva e o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira. Este movimento cultural nada tem de neutro. Ele necessita de políticas culturais que não só busquem o desenvolvimento quantitativo do campo cultural, mas estejam atentas cotidianamente para a qualidade da cultura que está sendo apoiada e estimulada. Esta cultura deve configurar uma cultura cidadã, porque radicalmente comprometida com a realização em plenitude da cidadania. A cultura cidadã tem como horizonte uma democracia que, para além das imprescindíveis regras da democracia e do desenvolvimento, signifique efetivamente: igualdade, inclusive de oportunidades; justiça social; solidariedade; reconhecimento da diversidade social, política e cultural; respeito às diferenças, inclusive regionais; dialogo intercultural; paz; liberdade e felicidade.

No panorama da conjuntura nacional e glocal em que vivemos cabe analisar as relações entre democracia, territórios e políticas culturais. De imediato é preciso lembrar Milton Santos e sua concepção de território como lugar carregado de sentido. Ou seja, o território não pode ser apreendido apenas como um mero dado físico-geográfico, destituído de dimensão simbólica. Antes deve ser considerado como um ambiente no qual convivem pessoas, com seus modos de vida e de trabalho, experiências, identidades, valores, ideários, sentimentos e emoções. Enfim, território e cultura estão umbilicalmente associados.

Esta premissa teórica e política de reconhecimento da relevância do território como fator vital para a cultura tem orientado a elaboração de políticas culturais no Estado da Bahia, desde o início do governo Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, em 2007. Neste horizonte, foi criada logo no começo do governo na Secretaria de Cultura uma Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult).

A criação da Superintendência guardou sintonia fina com mudanças na formulação do planejamento do desenvolvimento do Estado da Bahia. Elas deram centralidade à ideia-força de que o desenvolvimento deve alcançar todas as pessoas em todos os territórios do estado. Com base nesta concepção, foi imaginado um processo de regionalização da Bahia. Esta regionalização inovou em termos de parâmetros utilizados para a definição e classificação de regiões, sempre um ato histórico, social e político, como ensinou Pierre Bourdieu, e não algo decorrente automaticamente da natureza e da geografia, pensada em sua elaboração tradicional. A visão das regiões como coisas naturais aparece muitas vezes reificada em linguajar pretensamente científico.

A nova definição e classificação das fronteiras regionais, diferente de outras tentativas anteriormente focadas em aspectos naturais e quando muito econômicos, teve inspiração nas elaborações do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Ela tomou a noção de territórios de identidade como conceito central para a construção da regionalização e

de um novo modelo de planejamento do desenvolvimento do estado, mais inclusivo e descentralizador.

A Secretaria de Cultura da Bahia foi um dos órgãos governamentais que mais rapidamente assimilou esta nova regionalização, pois a noção territórios de identidade traz imamente uma dimensão claramente cultural, com expreso sentido de pertença a um determinado território. Por óbvio, as outras dimensões – geográficas, econômicas, políticas etc. – não foram desconsideradas, mas esta uma nova e vital dimensão foi incorporada à definição das fronteiras territoriais. Assim, as políticas da Secretaria de Cultura incorporaram e foram delineadas com base na noção de territórios de identidade, inicialmente 26 e, hoje, 27.

O processo de territorialização da cultura não deve ser identificado como interiorização, pois busca realizar o desenvolvimento da cultura e a implantação de políticas culturais em todos os territórios da Bahia, inclusive nas periferias de Salvador, sempre esquecidas, apesar da riqueza e da dinâmica de culturas identitárias e populares, em especial aquelas de matriz afro-brasileira. A Secretaria de Cultura promoveu conferências territoriais, estimulou planos territoriais de cultura, incentivou pontos de cultura e sua rede estadual, apoiou a constituição de fórum dos dirigentes municipais de cultura, criou edital territorial e representações territoriais da cultura, além de outros dispositivos visando a territorialização da cultura.

Com a mudança do secretário de Cultura, acontecida com a reeleição do governador, este processo não foi interrompido, mas passou por transformações, sob o signo da dialética continuidade e mudança, objetivando aprofundar a territorialização da cultura. Esta meta está expressa em uma das diretrizes priorizadas pela nova gestão, intitulada emblematicamente de “aprofundamento da territorialização da cultura”. Ela afirma que a Secretaria de Cultura assumiu os territórios de identidade como uma política para assegurar atenção à diversidade de manifestações culturais presente em todos os territórios da Bahia. Cabe aprofundar e consolidar este processo de territorialização da cultura, que visa levar as políticas culturais ao interior e à periferia de Salvador.

De imediato, a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura foi reforçada pela transferência dos centros culturais existentes na Secretaria, antes localizados institucionalmente na Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb). A mudança dos centros culturais, instalados em geral nas principais cidades polos do estado e em Salvador, buscou integrar os centros ao processo de territorialização e reforçar com isto esta dinâmica. Cabe aos centros culturais transcender as fronteiras do seu município de localização e desenvolver também uma programação de alcance territorial, além das atividades de conotação local, estadual, nacional e internacional. A atuação territorial dos centros tem significativo papel na construção do sentimento de pertença dos territórios, através do conhecimento, da troca e do fortalecimento dos laços culturais entre os municípios, suas populações e comunidades culturais.

Outra iniciativa inovadora, que merece destaque, é a realização de expedições da Secretaria e de seus órgãos nos territórios de identidade. Duas delas merecem destaque: a “Funceb Itinerante” e a “Caravana Cultural da Secult”. A primeira tem uma concepção territorial mais larga e abrangente. Ela, em suas quatro versões já efetivadas, visitou todos os seis macroterritórios, que aglutinam todos os territórios de identidade, promovendo o debate e conhecendo a realidade das artes na Bahia. A “Caravana Cultural da Secult” tem uma formulação distinta. Ela abrange uma área mais circunscrita e efetua um mergulho mais detido e focado na região. Na sua primeira edição, realizada em janeiro de 2012, ela percorreu quatro municípios do território de identidade da Chapada Diamantina, visitando suas zonas urbanas e rurais, com base no trabalho realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac) acerca dos sítios arqueológicos da Chapada Diamantina. Em outubro, na sua segunda edição, a Caravana Cultural visita sete municípios do oeste da Bahia, situados em três territórios de identidade diferentes. Em 2013 e 2014 foram realizadas mais duas caravanas, uma para o sul e outra para os sertões da Bahia.

A política de territorialização alcançou também o Conselho Estadual de Cultura, que deliberou introduzir uma representação territorial na sua composição, em nítido reconhecimento que os territórios são elementos fundamentais para a cultura. A mudança foi incluída na Lei Orgânica da Cultura, aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia no final de 2011. A partir de 2014, o Conselho terá um terço de seus membros composto de representantes dos territórios culturais da Bahia. Eles, em conjunto com um terço de representações do poder público e um terço de membros representativos dos segmentos culturais, conformam o novo Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

Para estimular a territorialização, foi redefinido o antigo edital de Territórios Culturais e criando outros editais em áreas de forte incidência sobre territórios, como os editais de apoio às culturas populares, culturas identitárias, projetos estratégicos e, a partir de 2013, espaços culturais. O edital de Territórios Culturais e o Calendário das Artes, da Funceb, passaram a ter seu processo de seleção ancorado nos macroterritórios, visando descentralizar o apoio financeiro no estado e fortalecer a dinâmica territorial da cultura.

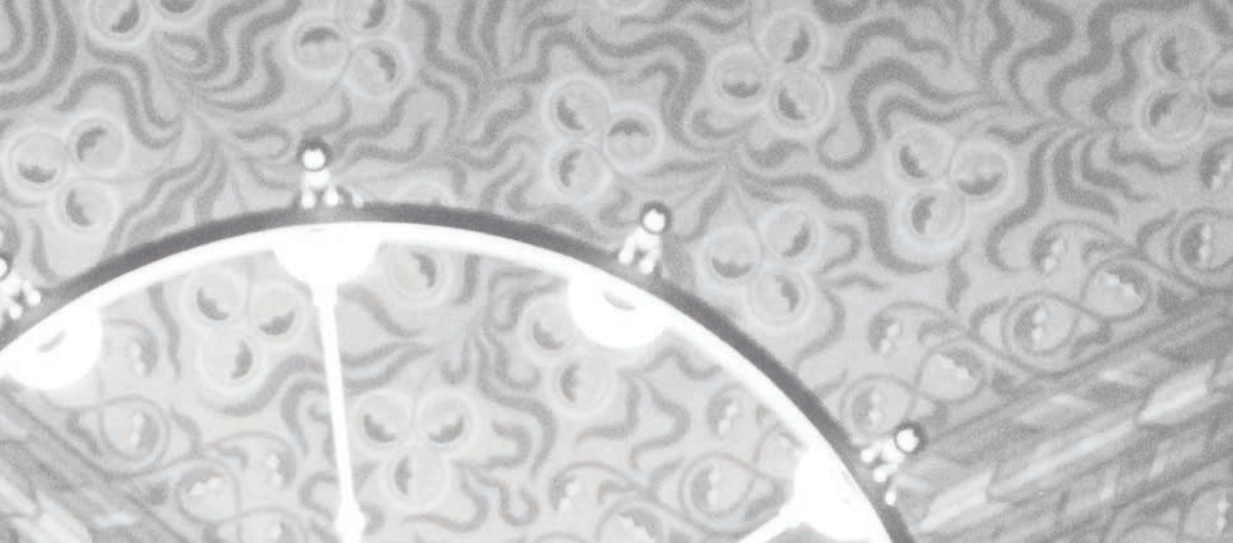
A Sudecult, em 2012, criou o encontro das redes, reunindo as redes de representantes territoriais da cultura, centros culturais e pontos de cultura. O encontro das redes teve como objetivo ampliar a articulação de redes em que a Secult está envolvida e potencializar seu trabalho nos territórios da Bahia. Outra atitude de reforço da territorialização tem sido o estímulo da Secult à constituição de consórcios intermunicipais de cultura, que possam colaborar na conformação efetiva dos territórios de identidade em uma perspectiva cultural.

Para desenvolver a política de territorialização da cultura, inúmeras outras iniciativas estão sendo realizadas pela Secretaria. Especial atenção tem sido dada às atividades nas periferias de Salvador e no interior do estado.

Para concluir, cabe reafirmar que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia entende que as relações entre democracia, políticas culturais e

territórios são, ao mesmo tempo, complexas, umbilicais e imprescindíveis. A política de territorialização da cultura empreendida pela Secult desde 2007 e reforçada a partir de 2011 caminha neste horizonte. Ela associa estreitamente território, cultura e democracia. Enfim, a política de territorialização da cultura é uma política de democratização da cultura, que incorpora de modo substantivo o território como componente vital do desenvolvimento da cultura.

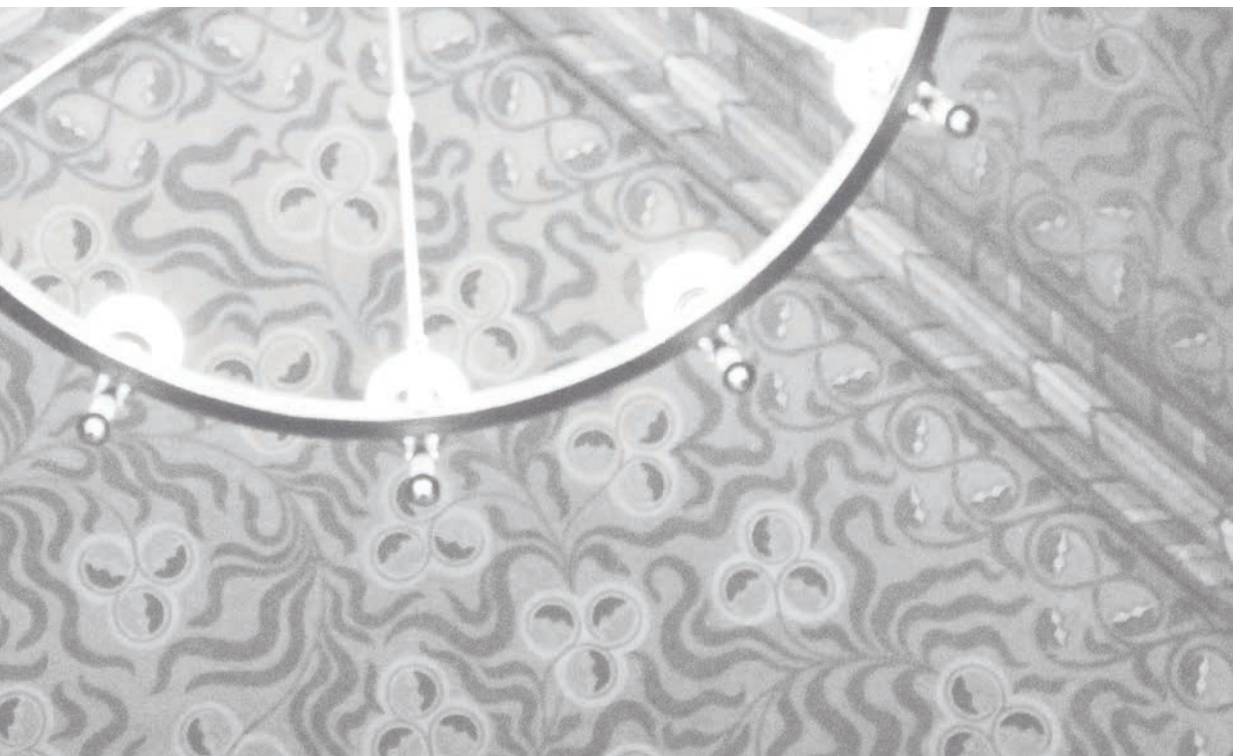
* * *



COLEÇÃO CULT

Parte II

Políticas Culturais
da Bahia Contemporânea



Políticas Culturais

Modos de construir políticas culturais (2013)

A Secretaria Estadual da Cultura da Bahia quase sempre é demandada, por membros das comunidades culturais ou por lideranças políticas e sociais, para “participar” de alguma atividade cultural como mera instituição de apoio. Pior que isto, como instituição de apoio reduzida a simples função de repassadora de recursos. Em suma, uma espécie de agência de financiamento da cultura. Mais grave ainda, uma agência sem políticas, logo sem critérios, pois deve apoiar todo e qualquer projeto apresentado, que sempre é considerado pelos proponentes como algo

importante e genial, que necessariamente tem que ser financiado pelo poder público. Os editais amenizam este panorama, pois podem introduzir políticas e critérios para qualificar a (seleção da) demanda, mas tendem a manter a atuação pulverizada e individualizada.

Para que a Secretaria de Cultura possa ter alguma política verdadeiramente relevante e de impacto sobre o desenvolvimento da Bahia e de sua cultura, torna-se imprescindível escapar desta armadilha, lugar, pulverização e prisão que acorrenta e amesquinha a atuação do órgão e impossibilita o desenvolvimento de políticas culturais, em uma perspectiva mais ampla, coletiva, consistente, democrática e sistemática.

Com esta finalidade, alguns movimentos devem ser obrigatoriamente realizados. Por óbvio que este processo não é fácil, nem rápido, pois este modo de relacionamento entre comunidade cultural e Estado foi construído durante muito tempo e constituiu muitos e enormes interesses que, ao mesmo tempo, colocavam o Estado a serviço de determinados produtores de cultura “amigos do rei” e tornavam os produtores culturais subservientes ao Estado e seus dirigentes. Para superar esta conexão indesejável entre Estado e cultura, precisamos avançar para uma nova modalidade de relacionamento. Registramos abaixo alguns procedimentos neste horizonte.

Definição clara de políticas culturais para que existam critérios explicitados e transparentes de escolha e seleção das atividades a serem apoiadas dentre a imensa demanda que cotidianamente chega à Secretaria. Um dos critérios a ser levado em consideração para a concessão ou não do apoio deve ser a sintonia fina entre a atividade proposta e políticas culturais vigentes. Sem isto, as políticas culturais não se traduzem em ações efetivas, ficando tão somente no patamar, necessário, mas não suficiente, da formulação.

Políticas de financiamento igualmente bem definidas, republicanas, democráticas e complexas para que todas as demandas possam ser acolhidas e analisadas por este caminho qualificado, equânime e, no desejável, justo. Os editais, como instrumentos, avançam nesta

perspectiva, mas cabe lembrar que eles não resolvem totalmente esta questão. Em processo simultâneo, precisamos consolidar os editais e imaginar novas modalidades complementares de políticas de financiamento que tenham afinidade com a complexidade inerente do campo cultural. Aqui, a imaginação do novo é essencial.

Criação de outras modalidades de atuação da Secretaria que funcionem e repercutam na dinâmica cultural sem necessariamente se traduzir como apoio financeiro direto e individualizado. A criatividade das políticas culturais para buscar estes caminhos alternativos deve ser intensa. Cabe aqui imaginar, por exemplo, programas de: difusão, circulação, formação, preservação, constituição de infraestruturas e de entes coletivos (associações, consórcios, fóruns, redes etc.) que impactem de modo coletivo e potente o desenvolvimento da cultura e de seus agentes, superando os modos de apoio apenas individualizados. Vale registrar que o modo atual de relacionamento tem historicamente enfatizado apoio individual, quase sempre voltado à criação, obras e/ou eventos. As esferas da circulação, da distribuição e da fruição da cultura, pontos de imenso gargalo na Bahia e no Brasil, têm sido esquecidas pelos agentes culturais, pois, em geral, demandam visão e ação mais coletivas.

É preciso que a atitude de relacionamento entre Estado e comunidade cultural se modifique. Que esta relação não se traduza por um simples pedido de apoio ou mais precisamente de recurso financeiro. Precisamos atuar pedagogicamente junto à comunidade cultural no sentido de demonstrar que políticas públicas se constroem através de parcerias que visam contemplar os interesses mútuos dos envolvidos e buscar o benefício coletivo, não apenas individual. Devemos constituir uma efetiva parceria entre Estado e comunidade cultural, no sentido de realizar colaborativamente efetivas políticas públicas, porque conformadas através de diálogos e negociações entre Estado e sociedade civil.

Estas reflexões me ocorreram com base nas atividades realizadas pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) no Festival de

Teatro de Curitiba. A iniciativa de escolher um conjunto de peças, levá-las ao festival e elaborar um kit do teatro baiano, também através de seleção pública, com o objetivo de divulgar a cena teatral baiana para um público focado – constituído de jornalistas especializados, curadores, diretores de teatros e de festivais, bem como dirigentes de cultura – constitui em excelente exemplo de intervenção positiva e efetiva, para além dos editais, sem implicar em repasse direto de recursos para proponentes individualizados. Tal atuação representa uma política cultural deliberada do estado para contemplar e fortalecer o teatro baiano, enquanto movimento coletivo, e não somente como atores individuais. Os colegas da Funceb estão de parabéns em ter dado este relevante passo para as políticas culturais na Bahia.

Cultura e agenda pública (2011)

Um dos maiores indicadores da importância de um tema, na atualidade, é a sua presença na agenda pública, em especial, naquela conformada pela mídia. No mundo contemporâneo, a mídia adquiriu, por inúmeras circunstâncias sociais, um enorme poder de publicizar e silenciar. Ou seja, de dar ou não existência pública a pessoas e instituições. Este reconhecimento da existência, em boa medida, se traduz no ato de frequentar a agenda pública.

Hoje muito se discute sobre o papel e a relevância da cultura. Nos ambientes culturais se fala reiteradamente na centralidade da cultura na contemporaneidade. Tal centralidade decorre da ampliação da noção de cultura, chancelada desde 1982 pelo Unesco, mas também por dois processos: o desenvolvimento das indústrias culturais, a partir do século XIX, e, mais recentemente, a expansão das dimensões simbólicas da economia, que passam a ter um papel cada vez mais relevante na

realização do valor; e a culturalização da política, acontecida a partir do século XX com a emergência das políticas de identidade e de reconhecimento, as quais trazem para o campo da política temas culturais, antes excluídos do universo político.

Tais afirmações acerca da centralidade da cultura têm, entretanto, muito pouco poder e potência se não rompem os guetos dos ambientes culturais e invadem decididamente a agenda pública. Aliás, um dos mais inquietantes desafios para o campo cultural e todos os seus simpatizantes é romper as barreiras existentes e colocar a cultura, de modo continuado, na agenda pública de nossas sociedades.

A cultura, por certo, tem muitos encantos que garantem visibilidade. Entretanto, a questão não é somente ser vista e ouvida em termos societários, mas o problema está focado na qualidade das modalidades de visibilidade que a cultura tem conseguido acionar contemporaneamente. Em uma sociedade que tende a transportar e transformar inúmeros acontecimentos, estoques e fluxos para o registro do espetáculo, a cultura também aparece, muitas vezes, capturada por esta dinâmica espetacular.

Além da tentação da espetacularidade, a cultura se vê quase obrigada a uma incessante manifestação pública sobre o formato de eventos. Existe uma forte demanda no sentido de ver a cultura apenas por sua dimensão de evento. Sem dúvida, os eventos são modalidades vitais de manifestação da cultura, mas eles não representam toda a dinâmica cultural. Além de seu momento expressivo e público, a cultura é tecida por complexos, delicados e exaustivos processos, em sua imensa maioria silenciosos. Tais procedimentos, quase invisíveis, são imprescindíveis para o aprimoramento e maturidade da cultura.

O necessário desafio político de frequentar a agenda pública não deve fazer a cultura se submeter, sem mais, a estes dois percursos tentadores e desviantes: se apresentar tão somente como espetáculo e/ou como evento. A conquista da agenda pública exige, pelo contrário, criatividade, diálogo democrático, respeito à diversidade, trabalho coletivo

e colaborativo, modelos inovadores de atuação e o acionamento inventivo de novas possibilidades políticas e tecnológicas de configuração da agenda pública.

A cultura deve conquistar a agenda pública, sem artifícios, porque ela mobiliza a sensibilidade, inteligência e fantasia; permite vivenciar outros mundos; possibilita novas experiências; estimula a imaginação; alarga horizontes e oportunidades. Enfim, nos faz mais humanos, demasiadamente humanos.

São estes os singulares atrativos que a cultura pode e nos deve dar. São estas dinâmicas imanentes da cultura que devem mobilizar nossa atenção e trazer a cultura para a agenda pública.

Nada mais alvissareiro que ler recentemente em uma edição de A Tarde Municípios um bom número de matérias dedicadas à cultura. Eram diversos textos voltados à leitura, festivais, agentes culturais, atividades culturais para idosos, cinema, arte e cidadania, dança etc. Enfim, a cultura incorporada à vida e à agenda pública da sociedade.

* * *

Eventos e políticas culturais (2013)

O fascínio pela visibilidade dos eventos reduz quase sempre a ação cultural a uma mera produção de eventos. Parece ser uma missão quase impossível atuar no campo da cultura sem estar aprisionado na teia dos eventos. Esta quase identidade entre intervenção cultural e eventos sem dúvida pode ser tomada como um dos males que afligem a atuação de ministérios, secretarias, fundações e departamentos voltados para o campo da cultura.

A crítica correta e sempre acionada assinala o caráter eventual do evento. Ou seja, ele é vento que passa e por vezes refresca, mas que não deixa nada de mais substantivo para a cultura. O caráter eventual do

evento torna-se deste modo o grande inimigo de uma atuação cultural mais consistente, porque orientada pela busca de impactos culturais mais permanentes e persistentes.

Sem desconsiderar estas críticas, corretas e valiosas, entretanto, pode-se aprofundar a reflexão sobre o tema dos eventos ao propor uma distinção, que nada tem de trivial, entre os próprios eventos. Deste modo, sugere-se que possam existir eventos-eventos e eventos-programas e que tal diferenciação pode ter um significado relevante para a ação cultural e, mais que isto, para as relações, possíveis ou não, entre eventos e políticas culturais.

O evento-evento aparece como o evento existente em sua modalidade mais radical. Acontecimento único e singular, ele se realiza em plena autonomia, descolado de qualquer teia maior de significados. Ele só se alimenta dele mesmo. Ele se basta. Sua força vem da visibilidade que traz e que busca conferir aos seus temas específicos.

Em geral, quando se fala e se produz eventos, está se acionando, de maneira consciente ou não, esta noção de evento. Em suma, trata-se de uma atuação cultural que age sempre de modo pontual, sem conectar os variados acontecimentos que promove e sem fazê-los interagir com alguma teia de sentidos e objetivos que orientem e dotem de significado sua realização.

O único diálogo, por vezes existente, acontece entre evento, seu contexto social e, em especial, a agenda pública, que prevalece em determinado tempo e lugar. Neste caso, busca-se potencializar o evento através da sua sintonia com os temas vigentes na agenda pública. Utilizar esta janela de oportunidades para obter ainda maior visibilidade parece ser o grau máximo de diálogo possível ao evento-evento.

Mesmo este diálogo oportuno com a agenda pública não permite que o evento-evento possa se inscrever em algo compreendido no campo das políticas culturais. Elas supõem sempre e necessariamente formulações e ações articuladas, continuadas e sistemáticas, com objetivos definidos e metas claras. Sem tais condições, não se pode falar

de políticas culturais em um sentido rigoroso. Nesta perspectiva, o evento-evento se contrapõe e aparece mesmo como inimigo das políticas culturais, por que atua na contramão dos requisitos necessários às políticas culturais.

A proposta inscrita neste texto implica em considerar que existem outras possibilidades para trabalhar eventos e, mais que isto, outros eventos possíveis. Mas ela não pode desconsiderar que o modo usual e hegemônico através dos quais os eventos se apresentam está sempre associado ao evento-evento, com todas as implicações e consequências daí decorrentes.

Na contramão desta concepção dominante, propõe-se que determinados eventos podem apresentar outro caráter. Eles podem ser denominados de evento-programa. Em sua versão mais óbvia, tal evento pode ser imaginado como expressão circunstanciada de um programa de atuação cultural, com objetivos claros, devidamente formulados e que está sendo ou já foi desenvolvido. Nesta perspectiva, o evento só ganha sentido porque aparece como acontecimento singular que exprime e dá visibilidade a uma ação cultural mais duradoura. Ou seja, a um programa cultural. Por óbvio, este tipo de evento tem um caráter bem distinto do evento-evento. Ele pode ser assumido, sem maiores problemas, como instantes das políticas culturais, inclusive para dar visibilidade a elas.

Existe, entretanto, outro tipo de evento-programa de mais difícil compreensão, pois ele não está assentado na pré-existência de um programa que lhe dê sentido. A proposição agora revira a fórmula “programa produz evento” e, em seu lugar, imagina outra modalidade, bem mais complexa, de conexão entre eventos e políticas culturais: o evento como produtor de políticas culturais.

Agora o evento não pode se ancorar na confortável pré-existência de um programa para ter sentido e ganhar articulação. Ele está solitário. Ele deve ter força para superar esta solidão, estabelecer conexões – não

apenas com a agenda pública dominante – e produzir sentidos, para além daqueles advindos de sua mera existência.

Para realizar a transmutação de evento para programa, algumas condições parecem ser obrigatórias. A potência do evento-programa, deste segundo tipo, necessita ser ampla, desde o início. Dificilmente um evento-programa frágil terá possibilidade de realizar esta mutação. Ele igualmente deve possuir condições de se desenvolver e de ganhar ainda mais potência, pois ela aparece como condição para a própria transformação. Neste sentido, o evento-programa precisa, desde seus primórdios, estar bem inserido em uma teia social que possibilite articulações, sem as quais o processo corre enorme risco de ser interdito.

A teia pré-concebida emerge como vital, mas a condição mais fundamental encontra-se ainda em outro quadrante. Para iluminar e delinear esta teia de significados, necessário que o evento-programa desde a sua concepção seja imaginado como uma espécie de ponta de lança de um processo mais largo, como ato inicial, anunciador, desencadeador e estimulador de um conjunto articulado de ações que estão por vir. Esta atitude consciente pressupõe a existência de objetivos consistentes e claros, para além da aparição particular do evento. Em suma: o evento-programa deve possuir um conjunto de requisitos para adquirir este caráter, com destaque, dentre eles, de objetivos que já nascem umbilicalmente colados com o evento-programa.

Estas reflexões derivam das experiências de eventos-programa como a “Celebração das Culturas dos Sertões” e do “Encontro das Culturas Negras”. O sentido destes eventos, desde seus primórdios, extrapola em muito a mera visibilidade que eles produzem. Eles anunciam e pretendem estimular políticas culturais identitárias específicas, essenciais para a diversidade da cultura da Bahia. Além disto, eles buscam reunir comunidades culturais no seu entorno e mais que isto fazer com que estas comunidades culturais tornem-se sujeito destes eventos-programa.

Assegurar os objetivos e metas como dimensões vitais para a existência dos eventos-programa não significa nos eximir de pensar a adequação de tais objetivos e metas a cada evento-programa singular. Deste modo, torna-se necessário explicitar a diversidade e a diferença dos objetivos e metas que animaram tais eventos-programa. Estes objetivos e metas, para sua boa formulação, guardam íntima relação com um adequado diagnóstico das circunstâncias e ambientes culturais a que se destinam.

A Celebração das Culturas dos Sertões se orienta, antes de tudo, pela necessidade de reconhecer e reforçar a diversidade da cultura na Bahia e superar a suposta monocultura identitária da Bahia, concebida na atuação de governos anteriores. A Celebração das Culturas dos Sertões busca recolocar na agenda pública esta temática, esquecida e silenciada pelas anteriores políticas culturais da Bahia; estimular e articular uma comunidade cultural, que estava e se sentia abandonada pelos poderes públicos; incentivar e, mais que isto, dar visibilidade a uma produção cultural quase tornada invisível; enfim, construir condições propícias para o desenvolvimento de uma política específica para as culturas dos sertões e, por consequência, enfatizar a diversidade cultural da Bahia.

Os objetivos e metas acionados para a construção do evento-programa Encontro das Culturas Negras derivam da sintonia fina com outros horizontes e entraves que marcam as culturas negras na Bahia. Dentre eles se destacam uma hegemonia que induziu de modo unilateral a um reforço de “tradições”, com pouca abertura para inovações, e a uma atitude quase autorreferente, que teve como consequência um déficit de intercâmbios com as culturas negras nacionais e internacionais. Neste contexto, o Encontro das Culturas Negras privilegia como objetivos: a ampliação do diálogo e das trocas com as culturas negras de outros estados brasileiros e de outros países, em especial africanos e americanos; o conhecimento das culturas negras contemporâneas e a articulação das comunidades culturais negras da Bahia, por vezes muito dispersas e desconectadas. Tais objetivos pretendem

recolocar a Bahia em um lugar nacional e internacional de destaque no âmbito das culturas negras.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia entende que o investimento de energias e recursos nestes dois eventos-programa emerge como essencial para o desenvolvimento consistente de políticas culturais em duas áreas identitárias – dentre outras, por certo – vitais para a cultura baiana. O fortalecimento destas e de outras culturas identitárias aparece como condição para estimular a diversidade cultural da Bahia e estabelecer diálogos interculturais que, por certo, constituem-se em dispositivos essenciais para o desenvolvimento da cultura na Bahia contemporânea.

A crítica como política cultural (2013)

Todos os grandes instantes da história cultural brasileira e baiana foram acompanhados por intensa atividade da crítica cultural. Isto ocorreu no Brasil dos anos 1930 e 1950/60, por exemplo. Como esquecer o famoso Boletim de Ariel, da década de 30, ou do lendário suplemento cultural do Jornal do Brasil nos anos 1960? Como não lembrar, na Bahia dos 1960, o suplemento cultural do Diário de Notícias, com Lina Bo Bardi, que em 2014 faria 100 anos, ou a existência da Associação dos Críticos Cinematográficos da Bahia, que inclusive editou livro específico sobre o filme baiano *A Grande Feira*, com seu argumento e comentários de Walter da Silveira, Paulo Emílio Salles Gomes, Alex Viany, Orlando Sena e depoimento de Glauber Rocha?

Sem nenhuma visão nostálgica, é preciso reconhecer que a crítica cultural no Brasil e na Bahia se encontra deprimida, por variados motivos: o desaparecimento de suplementos culturais dos jornais, a debilidade de revistas culturais, a excessiva especialização da crítica

elaborada nas universidades, que se distanciou da cena e de seu papel públicos, a ausência da crítica na televisão e no rádio etc. A emergência da crítica, que navega nas mídias digitais, apesar de seu imenso potencial de capilaridade e de mobilização, ainda não se firmou como alternativa capaz de revolucionar de modo substantivo este panorama de quase silenciamento da crítica no Brasil e na Bahia.

A Secretaria de Cultura da Bahia entende que a associação entre crítica e movimentos culturais não é um mero acaso na história, mas se constitui em conexão imanente e imprescindível à vitalidade de qualquer movimento cultural consistente. Nesta perspectiva, não existe política cultural que possa prescindir da atuação encorpada no campo da crítica. A crítica pode ser imaginada como política cultural. Sem ela, os movimentos culturais têm uma capacidade reduzida de se questionar, analisar e reinventar: atitudes vitais para uma cultura viva e inovadora.

A compreensão do lugar essencial da crítica no desenvolvimento qualificado da cultura e a percepção do ambiente de fragilidade atual da crítica cultural no Brasil e na Bahia levaram a Secretaria de Cultura da Bahia, através da sua Fundação Cultural do Estado da Bahia, a formular e implantar, desde 2011, o Programa de Incentivo à Crítica das Artes. O programa traduz em termos efetivos uma política cultural desenhada especificamente para trabalhar o momento da crítica, reflexão e estudo tão vitais para o aprimoramento da cultura e das artes.

O programa abrange o Seminário Baiano de Crítica das Artes, o Edital de Incentivo à Crítica das Artes, a oficina de qualificação em crítica, a coleção de livros Série Crítica das Artes e o *Cítrica*, periódico de crítica das artes, com tiragem de seis mil exemplares para cada edição. Em 2011 e 2012, foram realizados dois seminários, contando com a participação de nomes como: José Miguel Wisnik, Ruy Gardnier, Helena Katz, Ivana Bentes, Carlos Calado, Wagner Schwartz e Marcelo Resende. O edital premiou 20 textos críticos inéditos nas áreas de artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música e teatro. A série já publicou dois livros: *Leituras possíveis nas frestas do cotidiano* com textos premiados no edital e de autores convidados como: Antonio

Marcos, Carlos Bonfim e Rachel Esteves, professores da Universidade Federal da Bahia, e *Memória de uma crítica encantada*, organizado por Nadja Miranda, reunindo textos do crítico cultural Clodoaldo Lobo e de convidados como a escritora Kátia Borges, o diretor teatral Luiz Marfuz e o jornalista Marcos Gusmão. Dois outros livros já estão no prelo.

Em suma: com esta política, a Secretaria e sua Fundação Cultural buscam colaborar de modo ativo e sistemático para revitalizar a crítica cultural na Bahia e no Brasil, e, por conseguinte, contribuir para o desenvolvimento de uma cultura cidadã, que se oriente por valores libertários, porque densamente críticos às circunstâncias em que vivemos e capazes de abrir novos horizontes à cultura e à imaginação societária.

Sistemas de cultura (2014)

A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura no governo Lula colocou as políticas culturais em um patamar nunca antes alcançado na Brasil. Não se trata apenas da inauguração de programas inovadores como: Cultura Viva, conhecido através de seus pontos de cultura; Revelando Brasil; Doc-TV e outros. Além destes importantes programas, o novo patamar de possibilidades foi especialmente possível por meio de iniciativas mais estruturantes, como o Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010, e o Sistema Nacional de Cultura, instituído em 2012.

Isto não significa afirmar que tudo está maravilhoso. Problemas graves a serem enfrentados e resolvidos perduram. Por exemplo, a política de financiamento, que combina de modo perverso baixos orçamentos públicos diretos e uma dependência exagerada das leis de incentivo, que não conseguem mobilizar recursos privados para serem investidos no campo da cultura. Mas a existência do Plano Nacional

de Cultura, com vigência de 10 anos, e do Sistema Nacional de Cultura possibilitam o desenvolvimento de políticas públicas de cultura mais estáveis e de mais longo prazo, superando a instabilidade que muitas vezes caracteriza as políticas culturais no Brasil.

Os sistemas de cultura são vitais nesta perspectiva. Eles dão mais estabilidade às políticas culturais, pois permitem criar estruturas mais permanentes, consistentes, profissionalizadas e republicanas no campo da gestão cultural, além de possibilitarem uma maior integração e colaboração entre os entes federativos: a União, os estados e os municípios.

O Sistema Nacional de Cultura implica na existência de sistemas estaduais e municipais de cultura. Esta nova conformação da gestão cultural no país e na Bahia exige que os entes federativos definam melhor suas responsabilidades na área cultural e busquem desenvolver um trabalho compartilhado e colaborativo. Em lugar da indefinição de responsabilidades e da atuação por vezes concorrente dos entes federativos, podemos ter agora um novo e interessante momento de cooperação nas políticas culturais.

Neste cenário, a situação da Bahia apresenta boas perspectivas. Desde 2011, foi aprovada a Lei Orgânica da Cultura, que contempla, dentre outras medidas, a criação do Sistema Estadual de Cultura. Deste então, o trabalho para sua implantação vem sendo realizado pela Secretaria de Cultura. Diversos municípios baianos criaram seus sistemas de cultura. Recentemente, a Câmara Municipal de Salvador, por unanimidade, aprovou a criação do sistema de cultura da capital baiana. Tais iniciativas apontam positivamente para a consolidação em nosso estado de sistemas de cultura.

Conforme o dispositivo federal, os sistemas de cultura se configuram sempre e necessariamente como uma conjunção de diferentes componentes, dentre eles: plano, conselho, fundo e órgão gestor de cultura. Deste modo, a organização do campo cultural fica adensada nos planos federal, estaduais e municipais. Esta estrutura mais consistente

e complexa certamente terá desdobramentos relevantes para a dinamização da cultura brasileira e baiana.

Grandes desafios se colocam para o desenvolvimento de sistemas de cultura na Bahia. De imediato, trata-se de ampliar os sistemas municipais existentes e articulá-los com os sistemas estadual e nacional. Tal atitude, entretanto, não basta. É preciso fazer funcionar estes sistemas de cultura.

Neste horizonte, a sensibilidade política dos governos – nacional, estadual e municipais – emerge como dado fundamental. Para além da necessidade de melhores orçamentos para viabilizar estes dispositivos, é urgente imaginar dispositivos que coloquem em funcionamento tais sistemas.

Muitos podem ser os mecanismos com esta finalidade, mas alguns aparecem com destaque. Os consórcios municipais de cultura, por exemplo, podem ser um deles. Também as ações compartilhadas entre municípios de territórios de identidade. A formação e qualificação em cultura igualmente pode assumir um lugar significativo para a concretização dos sistemas de cultura. O desafio para 2014 é ampliar e fazer funcionar os sistemas de cultura na Bahia.

Bahia: terra da formação em cultura (2011)

Sabemos que a Bahia é reconhecida, nacional e internacionalmente, como um lugar privilegiado de produção cultural. Nossas dinâmicas culturais populares perpassam de modo substantivo a cultura brasileira. Nossos artistas e intelectuais têm presença ativa na cena cultural do país e contribuem de modo relevante para a conformação e a necessária renovação da cultura brasileira. Enfim, a Bahia deu e dá régua e compasso à criação cultural nacional.

Afirmar o reconhecimento nacional e internacional da produção cultural baiana não significa descartar o apoio do Governo da Bahia à cultura. Pelo contrário, este reconhecimento da relevância cultural da Bahia deve implicar em políticas culturais cada vez mais amplas, atuantes, ativas e afinadas.

Hoje, além da produção cultural, a Bahia tem grandes possibilidades de se tornar também reconhecida nacional e internacionalmente como lugar de estudo e formação em cultura. As condições para isto estão bem assentadas. As instituições de ensino superior instaladas na Bahia, em especial as universidades federais e as estaduais, possuem atuação relevante no campo dos estudos e da formação em cultura e os institutos federais começam a despertar para a temática.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma das únicas instituições universitárias brasileiras que dispõem de formação graduada e pós-graduada na quase totalidade das esferas artísticas e culturais. Ela foi, inclusive, pioneira no país na graduação em algumas destas áreas de conhecimento, como aconteceu em: Dança, Teatro, Música, Artes Plásticas, Produção Cultural e Políticas e Gestão da Cultura. Seus inúmeros cursos de pós-graduação no campo cultural têm avaliação bastante respeitada e muitos deles estão situados em registros inovadores. O Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) inaugurou no Brasil a tradição de instituições dedicadas a este tema. O Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), também inovador por sua perspectiva pluridisciplinar, realiza, anualmente, os Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), hoje o maior congresso de estudos sobre cultura existente no Brasil e com crescente repercussão internacional, que acontece ininterruptamente há dez anos.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em seu campus situado na cidade histórica de Cachoeira cada vez mais tem uma atuação ativa no campo cultural. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e a Universidade da Integração Internacional

da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), ainda que não tenham sede na Bahia, começam a desenvolver atividades e formação cultural em nosso estado. As universidades estaduais investem de modo cada vez mais consistente na área cultural: novos cursos de graduação e de pós-graduação; atividades de pesquisa e de extensão, com ênfase na ação cultural nas regiões em que estão instaladas. Crítica, memória e diversidade culturais são temas contemplados em cursos pós-graduados na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Este panorama promissor tem como complemento imprescindível a dinâmica de outros setores da sociedade baiana. O chamado Sistema S – que abarca dentre outros: Sebrae, Sesc, Senai e Sesi – é hoje importante parceiro da cultura na Bahia e desenvolve ações significativas em formação da cultura. Cabe ressaltar que a formação de técnicos e tecnólogos em cultura apresenta uma demanda crescente de profissionais na atualidade. Aliás, a intitulada economia criativa tem sido assumida pelo Sistema S, com destaque para o Sebrae, que já incorporou a temática institucionalmente no Brasil e na Bahia.

Outro fator alvissareiro na cena baiana é a presença atuante da sociedade civil, através de entidades, ONGs e projetos fundamentais situados na interface cultura e educação. Instituições como: CRIA, Oi Kabum, CIPÓ, Via Magia, Pracetum e muitas outras desempenham papel imprescindível para a vitalidade da cultura na Bahia, seus estudos e formação. Os Pontos de Cultura também têm contribuições relevantes na área de formação, a exemplo da Ação Griô, que hoje tem destacada influência em muitos lugares do Brasil.

Este rico e complexo panorama, pleno de potencialidades, convida a construção de uma política pública específica para a área de formação e estudos da cultura na Bahia, através da constituição de uma rede que atue de modo conjunto e colaborativo e de um programa de atuação específico.

Construindo uma política de formação e qualificação em cultura (2013)

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia elegeu, como uma de suas prioridades, desenvolver uma ampla política voltada para a formação e a qualificação em cultura. Em maio de 2011, ela transformou sua Escola de Dança no Centro de Formação em Artes (CFA). No segundo semestre, o CFA iniciou cursos em diversas áreas artísticas. Em dezembro daquele ano foi constituída a Rede Estadual de Formação e Qualificação em Cultura, reunindo todas as universidades públicas com atuação na Bahia; os institutos federais sediados no estado; entidades do Sistema S; organizações não governamentais voltadas para cultura e educação; secretarias estaduais parceiras com atuação na formação em cultura e o Ministério da Cultura. A rede é uma instância, presencial e virtual, de articulação, diálogo, pactuação para a formulação democrática e colaborativa de políticas para formação e qualificação em cultura na Bahia.

No ano de 2012, no dia 15 de maio, foi criado o Programa Estadual de Formação e Qualificação em Cultura. Ainda em maio, aconteceu o lançamento de edital que selecionou cinco projetos de formação e qualificação em cultura, em um investimento total de um milhão de reais. Os projetos acolhem formação em: agentes de cultura, arte inclusiva, cinema e educação, circo e teatro e abrangem várias regiões do estado. Além destes projetos, inúmeros outros foram apoiados através de distintos editais setoriais.

Em 10 de setembro, a sede do Centro de Formação em Artes foi inaugurada e, nos dias 27 e 28 de setembro de 2012, ocorreu o I Encontro Baiano de Formação e Qualificação em Cultura. Até o final do ano, novo edital para financiar atividades de formação e qualificação em cultura em 2013 deve ser lançado. Salvador sedia, de 9 a 11 de dezembro, seminário nacional sobre cultura e universidade. Para o próximo ano, está prevista a realização, em Salvador, do I Encontro Brasileiro de Formação e Qualificação em Cultura.

O Programa Estadual de Formação e Qualificação em Cultura tem como objetivos: estimular a formação e qualificação de pessoal no campo da cultura, considerando a multiplicidade de áreas, dimensões, manifestações e aspectos deste campo; proporcionar a criação e/ou ampliação de oportunidades de desenvolvimento profissional nos diversos segmentos culturais; melhorar as condições para a sustentabilidade e o fortalecimento de ações e organizações na área da cultura; contribuir para o aprimoramento da organização, gestão, produção e políticas culturais e estimular o desenvolvimento de ações e formulações inovadoras na cultura. Suas principais áreas de atuação de formação e qualificação são: organização da cultura (políticas culturais, gestão, produção e economia da cultura), técnicas e tecnologias da cultura, culturas digitais, linguagens artísticas, patrimônio e memória, economia criativa e artes aplicadas, além de desenvolver pesquisas e publicações em cultura.

O incentivo à criação de novos cursos de pós-graduação e de graduação na área de cultura aparece como meta estratégica para a consolidação da Bahia como terra da formação em cultura. Logo no início da gestão, em 2011, foi enviada carta a todos os reitores de universidades públicas sediadas ou que desenvolvem atividades de formação na Bahia estimulando a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em cultura, além de cursos de extensão e especialização, e propondo parcerias na construção deste horizonte de formação e qualificação.

A UFBA e a UFRB foram convidadas para discutir, junto com a Secretaria de Cultura (Secult) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a oferta na Bahia de um curso de pós-graduação (mestrado) em Museologia. Dos 14 cursos de graduação existentes no país, dois estão na Bahia, sendo que o da UFBA é o segundo mais antigo do Brasil. Existe apenas um curso de pós-graduação funcionando no país e outro sendo implantado. O projeto do mestrado em Museologia foi aprovado pela UFBA e está na Capes para avaliação. (Nota do editor: o curso foi implantado em 2013)

Outro diálogo bem avançado acontece em torno da configuração do ambiente digital e do curso de graduação em culturas digitais que devem ser implantado na cidade de São Francisco do Conde. O projeto consta da criação de ambiente englobando: laboratório, curso, atividades de pesquisa e de extensão, incubadora e leis de incentivo para atrair empreendedores em culturas digitais. As conversas envolvem a Secult, a Unilab, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, o Ministério da Cultura, através de sua Secretaria de Economia Criativa, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), vinculada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). O ambiente e o curso têm um caráter altamente inovador e visam atualizar a Bahia no campo estratégico das culturas digitais.

A parceria com a UFRB também tem sido promissora em diversas frentes e, em especial, nas conversações sobre o *campus* universitário a ser instalado em Santo Amaro da Purificação. Em sintonia com a nítida vocação cultural da cidade, expressa em suas culturas populares e em figuras como Caetano Veloso, Maria Bethânia, Roberto Mendes, Jorge Portugal, dentre outros, pretende-se sediar em Santo Amaro um centro voltado para a cultura e um curso de Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, com inovadoras e contemporâneas terminalidades.

Outro projeto em andamento é a constituição da Rede de Restauro da Bahia, uma espécie de consórcio envolvendo o Centro de Restauro do Ipac; a UFBA, através de seu Mestrado Profissional na área; a UFRB, que deseja implantar um curso de graduação; o Ministério da Cultura e seu Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e prefeituras municipais. A rede busca potencializar a atuação no campo do restauro de bens imóveis e móveis, vital para um estado com rico patrimônio cultural como a Bahia.

Traçado este panorama, cabe anunciar as atividades planejadas para o ano de 2013 com a finalidade de consolidar esta política de formação e qualificação em cultura. Dentre as iniciativas imaginadas podem ser destacadas: mapeamento da formação e qualificação em cultura na Bahia;

continuidade do estímulo à criação de cursos de graduação e de pós-graduação na área da cultura; incentivo à formação em cultura, inclusive de cursos profissionalizantes e técnicos em cultura; promoção e apoio à realização de encontros e seminários; estímulo a pesquisas e estudos em cultura e ao intercâmbio cultural.

Todo este trabalho que foi desenvolvido pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, em conjunto com todas as entidades parceiras, através da Rede de Formação e Qualificação em Cultura, tem colocado a Bahia em um lugar privilegiado nesta área no Brasil. As atividades elencadas e outras a serem realizadas são passos fundamentais no processo de transformar e consolidar o Estado da Bahia em uma terra da formação em cultura.

Políticas de formação e qualificação em cultura na Bahia (2014)

As demandas provenientes das conferências de cultura, a exemplo das estaduais de 2011 e 2013 e da nacional de 2013, agendaram e colocaram como prioridade da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia o tema da formação. As conferências expressam a necessidade de formação e aprimoramento sentida pelas mais diversas comunidades culturais e pela sociedade civil organizada. A implantação, em processo, de sistemas de cultura – nacional; estaduais e municipais – reforça sobretudo esta demanda, pois sem pessoal qualificado tais sistemas não realizam a contento a organização do campo para assegurar desenvolvimento simbólico, reivindicações da sociedade, cultura cidadã, cidadania e direitos culturais.

Para assumir esta prioridade, com impactos no fortalecimento da institucionalidade, já em 2011 a Secretaria implantou três dispositivos específicos acerca do tema: assessoria, programa e rede de formação e qualificação em cultura. A assessoria coordena a atuação, o programa

define os horizontes de formulação e ação e a rede articula instituições parceiras para deliberar e realizar trabalho colaborativo. Fazem parte da rede: secretarias estaduais afins, Ministério da Cultura, universidades públicas, federais e estaduais e institutos federais de educação que atuam na Bahia, organizações não governamentais dedicadas à cultura e educação e entidades do Sistema S, a exemplo do Sebrae.

Na reforma administrativa de 2011, criou-se o Centro de Formação em Artes, inspirado no sucesso da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia. A conformação deste arcabouço institucional potencializou, não resta dúvida, a atuação da Secretaria no campo da formação e qualificação em cultura.

Como passo seguinte, em 2012, foi instituído um edital setorial específico. O edital se constituiu em instrumento vital para estimular atividades de formação desenvolvidas pela sociedade civil e comunidade cultural. Tal edital, diferente dos outros, indicava registros prioritários de atuação em sintonia com as necessidades detectadas pela Secretaria. Assim, a formação de agentes e gestores, algumas culturas específicas – como indígenas; negras e dos sertões – e determinados temas considerados estratégicos, como festas, tiveram atenção especial. Ao edital foram destinados recursos crescentes do Fundo de Cultura da Bahia: um milhão em 2012, 1,8 milhão em 2013 e 2 milhões em 2014. Além do incentivo através do edital setorial, a Secretaria mobilizou outras verbas orçamentárias e buscou captar recursos junto a órgãos, como o Ministério da Educação (MEC), para realizar projetos de aprimoramento.

O fortalecimento da institucionalidade e a configuração de mecanismo de financiamento possibilitaram a realização de seminários, oficinas e cursos, em variadas modalidades, desde iniciação até formação profissional, em número significativo entre 2011 e 2014. A Escola de Dança e o Centro de Formação em Artes atuaram em Salvador e muitas cidades do interior, oferecendo uma gama expressiva de oficinas e cursos, inclusive profissionalizantes inscritos no Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com o MEC e a Secretaria de Educação da Bahia.

Outra colaboração, agora com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), tornou possível a concretização de cursos para a juventude, inseridos dentro do Programa Trilhas, em artes e culturas digitais. O sucesso entre os jovens destes cursos renovou e aprofundou a parceria entre as secretarias ao longo destes anos. O trabalho conjunto com o Sebrae também se tornou essencial para fazer chegar oficinas do Qualicultura a quase todo território baiano. Este programa leva informações acerca de serviços, procedimentos de elaboração de projetos e mecanismos de financiamento aos cidadãos e às comunidades culturais.

Diversas atividades formativas aconteceram focadas em setores especializados, tais como arquivos, bibliotecas, livro e leitura, artes, patrimônio, educação patrimonial e história, com ênfase na Bahia. Muitas delas também funcionaram em parceria com diversas instituições, a exemplo da Secretaria Estadual de Educação e universidades. Destaque para as atividades voltadas para bibliotecas e para a história da Bahia, com o projeto Conversando com sua História, que reúne especialmente pesquisadores e professores de história, há vários anos.

A Secretaria igualmente apoiou cursos oferecidos por variadas entidades. A formação de seus funcionários, através de diversas ações, não foi esquecida. Nesta perspectiva, a Bahia tem sediado e participado de algumas iniciativas do Ministério da Cultura como os dois cursos de formação de gestores do Nordeste de 2012 e 2014, este último ainda em andamento.

Além das atividades pedagógicas, não se negligenciou a produção de material didático para subsidiar os seminários, oficinas e, em especial, cursos. Exemplo emblemático: a produção da Coleção em Políticas e Gestão Culturais. Ela compreende 10 livretos, elaborados por autores especializados e reconhecidos, sobre temas associados à cultura como: política,

legislações, gestão, planos, sistemas, conselhos, fomento, redes e consórcios, território e identidade e participação, consulta e controle social.

Todo este investimento de trabalho e recursos humanos e financeiros garantiu que, entre 2011 e 2014, mais de 200 dos 417 municípios baianos pudessem sediar cursos e oficinas em cultura, com mais de 12 mil participantes entre 2011 e 2013. Números expressivos se considerada a dimensão e os recursos da Secretaria de Cultura da Bahia.

A atividade formativa não pode apenas se contentar com a realização de seminários, oficinas e cursos assumidos pela própria secretaria e por muitas e imprescindíveis parcerias. Todo este investimento tem um caráter eventual, por mais relevante que seja. Com tal entendimento, a Secretaria buscou associar estas ações a outras de caráter mais permanente e estratégico. Nesta perspectiva, o estímulo à criação de cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação, especialmente em instituições públicas, se firmou como atuação primordial para consolidar o campo da formação e qualificação em cultura.

O trabalho conjunto da Secretaria, através da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), do Instituto Brasileiro de Museus e das Universidades Federal da Bahia (UFBA) e Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), viabilizou a implantação do Mestrado em Museologia da UFBA. A cooperação com a UFRB e o MEC ensejou a instalação do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas em Santo Amaro da Purificação.

Entendimentos, preliminares e avançados, com outras instituições abrem possibilidades para a inauguração de bacharelados interdisciplinares em Artes em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, e de Centro de Artes e Comunicação, também em Porto Seguro, todos eles filiados à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); de mestrado profissionalizante em políticas e gestão da cultura na UFBA; de curso em Mídias ou Culturas Digitais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde; de

graduações em Artes na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e curso de Políticas e Gestão Cultural na UNEB, em Eunapólis.

As formulações e ações realizadas de modo articulado, continuado, participativo e sistemático conformam uma política pública de cultura que tem como horizonte estratégico a transformação da Bahia em lugar de referência para os estudos em cultura. Elas, somadas às condições e iniciativas já existentes de ensino e pesquisa, podem assegurar que a Bahia seja conhecida e reconhecida como terra de criação e formação em cultura.

Financiamento da cultura e editais (2012)

A cultura engloba manifestações e instituições bastante distintas. Ela abarca, por exemplo, desde brincantes das tradições populares até indústrias culturais de grande amplitude. Esta heterogeneidade faz que o campo cultural possua uma admirável complexidade.

O financiamento da cultura deve estar sintonizado com esta complexidade do campo, sob pena de se mostrar totalmente inadequado para estimular o desenvolvimento da cultura. Nesta perspectiva, o financiamento deve abarcar uma variedade de modalidades, visando atender de modo satisfatório a diversidade, que, em verdade, se constitui na riqueza cultural de uma nação ou região.

A multiplicidade de modalidades de financiamento, entretanto, deve atentar para princípios, tais como: transparência, acesso democrático, equidade de oportunidades e caráter republicano. A tradição do financiamento à cultura no Brasil e na Bahia esteve marcada, na maior parte de sua história, pela chamada “política de balcão”. Ou seja, pelo atendimento da demanda cultural através da lógica do favor. Assim, só os agentes da elite e próximos ao poder tinham acesso aos recursos

destinados ao campo da cultura. Esta situação guardava íntima conexão com o ambiente autoritário que se vivia no país e no estado.

O governo Lula e o governo Wagner transformaram este panorama com disseminação da utilização de editais como procedimento para realizar a distribuição dos recursos estatais, em especial aqueles alocados nos fundos, nacional e estadual, de cultura. A adoção dos editais como procedimento garante um caráter mais transparente, democrático e republicano aos campos de cultura.

Por certo, os editais não podem ser utilizados de modo adequado em todas as modalidades de financiamento à cultura. Existem áreas em que eles não se mostram pertinentes e eficientes. Além disto, apesar do enorme avanço que representam os editais públicos, eles apresentam algumas limitações. Os editais exigem, por exemplo, não só que os proponentes tenham capacidade para elaborar e gerir projetos, como também requerem justos processos de seleção, com a participação de avaliadores qualificados e boa margem de independência e autonomia.

Mesmo com estes limites, os editais se constituem em um dos procedimentos mais adequados para realizar o financiamento da cultura. Na Bahia, os editais passaram a ser o instrumento corriqueiro para financiar a cultura e distribuir os recursos do fundo estadual de cultura.

Este ano, o fundo estadual de cultura mantém sua recente tradição de utilizar os editais, mas modifica o desenho de suas delimitações. Eles agora terão a envergadura de editais voltados para setores da cultura e não mais se orientam por temáticas específicas. Deste modo, os editais podem passar a ter uma periodicidade anual, além de garantir um melhor equilíbrio entre os elos – criação, distribuição, reflexão, formação, consumo etc. – constitutivos dos diferentes setores da cultura.

A mudança – que permitirá um melhor planejamento das demandas pelos agentes e comunidades culturais – também possibilitou a inovação com a criação de novos editais, tais como: formação e qualificação

em cultura, destinado a apoiar projetos de formação, uma das maiores demandas das conferências estaduais e territoriais que foram realizadas; culturas digitais; culturas identitárias; culturas populares e projetos estratégicos.

Outras novidades foram inscritas nos editais de 2012 do Fundo de Cultura. São exemplos disto, a simplificação das exigências e dos procedimentos, ainda que outros passos ainda precisem ser dados neste horizonte, e a utilização de dispositivos territorializados para alguns editais, quando isto se mostrou pertinente. Enfim, este conjunto de mudanças visa fazer com que os editais possam se aprimorar e ser cada vez mais instrumentos transparentes, democráticos, republicanos e eficientes do financiamento do estado que busca estimular o desenvolvimento da cultura na Bahia.

Economia criativa e desenvolvimento da Bahia (2013)

As transformações que acontecem no cenário mundial têm colocado em cena algumas novas expressões tanto para nomear e decifrar o mundo contemporâneo, a exemplo do termo “sociedade do conhecimento”, quanto para intitular áreas especializadas deste ambiente que tenta emergir, com é o caso da noção de “economia criativa”.

Muitas vezes, estas novas denominações adquirem enorme poder de sedução, pois encantam pela novidade. Deste modo, elas terminam entrando na moda e sendo utilizados, inclusive por pessoas e instituições que não retêm os sentidos mais precisos e inspiradores destas novas modalidades de designação.

A economia criativa, em sua perspectiva talvez mais interessante, encontra-se associada às transformações econômicas relevantes que

acontecem na contemporaneidade. Ela busca expressar a crescente importância do simbólico na produção e determinação do valor, mesmo de bens antes tidos como materiais. Ou seja, ela pretende assinalar o atual processo de “culturalização” da mercadoria, como anotam alguns autores.

O desenvolvimento do simbólico na economia contemporânea ocorre através de diferentes dispositivos, tais como: expansão acelerada das chamadas indústrias culturais e, mais recentemente, das tecnologias da informação e transbordamento do simbólico para esferas antes nomeadas com bens e serviços materiais. Hoje importam como fontes de realização do valor, por exemplo: grifes, marcas, modas, design, regiões certificadas, propriedade intelectual etc.

Reconhecer a conexão existente entre o termo economia criativa e a contemporânea relevância econômica do simbólico não pode significar um deslumbramento, sem mais, com esta circunstância, inferindo daí automaticamente um caráter emancipador, justo, igualitário, sustentável e desconcentrador da “nova” economia.

Sem dúvida, tais dimensões podem ser apontadas na economia criativa, mas sempre apenas como potencialidades, que podem ou não ser desenvolvidas a depender de como se resolvem os conflitos próprios da sociedade capitalista globalizada em que vivemos e das correlações de forças que se constituam na sociedade. Esquecer as contradições e imaginar uma ingênua harmonia, na qual as potencialidades automaticamente se realizam, significa cair em um determinismo, que desconhece a história como escolha de possibilidades a ser construída cotidianamente pela atuação de homens e mulheres.

Deste modo, necessário se faz não só perceber as potencialidades inscritas – ainda não realizadas, nem automáticas – na economia criativa, mas lutar para que o seu desenvolvimento aconteça orientado por valores como: socialização das oportunidades, expansão das liberdades, desconcentração dos empreendimentos, sustentabilidade, respeito à diversidade cultural, construção colaborativa, justiça social, solidariedade, democratização da sociedade etc.

Tal perspectiva implica em um esforço decisivo de imaginar e construir conjuntamente novas modalidades de organização da produção, novos formatos de distribuição e circulação, novos modelos de negócios, novas configurações de mercados, novos modos de consumo, novos agentes e novas tecnologias adequadas a tais necessidades. Enfim, uma nova estruturação e regulação, econômica e solidária, da sociedade.

Preenchidos estes pré-requisitos essenciais, então é possível propor de modo consistente a economia criativa como potencial embrião de um novo modelo de desenvolvimento sustentável – econômica, social, política, ambiental e culturalmente – que se coloque como alternativa efetiva ao modelo de desenvolvimento ainda hoje predominante no mundo. Tal modelo neoliberal tem sistematicamente levado o mundo a crises, desemprego, injustiças sociais, violência, guerras, ampliação das desigualdades de classe e regionais, preconceitos, competição desenfreada etc. Urge a construção democrática de um novo mundo possível.

Respeitadas estas premissas, pode-se imaginar a economia criativa como vetor de desenvolvimento sustentável na Bahia. Com este objetivo, devem ser formuladas e implantadas políticas e programas, como o Bahia Criativa, atualmente em construção e já publicizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em sua versão inicial. Este programa compreende ações que envolvem diferentes elos da rede produtiva, tais como: criação, produção, formação, circulação, consumo etc. Ele visa potencializar as atividades criativas tão presentes e essenciais ao desenvolvimento da Bahia.

Filmar (n) a Bahia (2012)

A Bahia possui belas paisagens naturais. Sua biodiversidade possibilita a existência de cenários naturais muito distintos. Caatinga, cerrados, mata atlântica, serras, chapadas, *canyons*, vales, rios, planícies, praias, ilhas, baías são alguns dos muitos ambientes naturais que compõem a Bahia. Esta diversidade de ambientes configura a Bahia como lugar de muitos e ricos contrastes naturais.

Para além do meio ambiente, a Bahia possui muitos contrastes e desigualdades sociais. MetrÓpole, cidades grandes e mÉdias e pequenos povoados esquecidos na histÓria. Zonas urbanas modernas, plenas de riquezas, e “invasões”, denominação baiana para as favelas, expressão contundente da pobreza e da desigualdade. Problemas sociais e econÔmicos que estãO sendo enfrentados com vigor na Brasil e na Bahia, por recentes governos, a exemplo de Lula, Dilma e Wagner.

A Bahia possui muita histÓria. Lugar de nascimento e primÓrdios da civilização brasileira, acolhe sítios histÓricos vitais para compreender a histÓria brasileira. O descobrimento do Brasil em Porto Seguro; o desenvolvimento do povoamento e da economia no RecÔncavo Baiano; a primeira capital do Brasil; o cenário das mais intensas lutas pela consolidação da independência do Brasil; revoltas e lutas sociais sãO alguns exemplos emblemáticos desta presença essencial da Bahia na histÓria brasileira, expressa em um rico patrimônio construído, com suas inúmeras igrejas, fortes, palácios, engenhos, casas coloniais, cidades histÓricas e lugares de resistência e luta. A histÓria que nãO é só passado, mas também presente, manifesto em construções, na arquitetura e no urbanismo moderno e contemporâneo.

A Bahia possui uma viva diversidade cultural. A miscigenação brasileira se inicia na Bahia, onde brancos, índios e negros se encontram e desencontram, se misturam e conformam as singularidades das culturas brasileiras e baianas. Nelas estãO presentes potentes repertÓrios e fluxos simbólicos. Culturas dos sertões que florescem na maior parte

do território baiano, castigadas pelo clima semiárido. Culturas afro-baianas que marcam profundamente a Bahia e, em especial, Salvador e o Recôncavo. Outras culturas, que interagem com regiões geográficas, econômicas e políticas, e promovem diálogos interculturais nacionais e internacionais. A cena cultural da Bahia é a miscigenação, harmoniosa e tensa, de toda esta diversidade cultural.

O desafio da Bahia Film Commission é traduzir todas estas imagens em novas imagens. Atrair produções, apoiar com os suportes necessários, desenvolver o audiovisual e transformar a Bahia em muitas imagens nos múltiplos formatos contemporâneos. Imagens em filmes, vídeos, narrativas audiovisuais para os mais diversificados arranjos sociotecnológicos, nacionais e internacionais, de criação e difusão de imagens.

Atrair instituições como política cultural (2013)

Há alguns meses escrevi no jornal *A Tarde* sobre a pequena incidência de centros culturais amplos, que abarquem múltiplas áreas culturais, em Salvador e na Bahia. Creio que as movimentações em torno da federalização do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab) e da manutenção do Teatro Jorge Amado podem caminhar nesta perspectiva e superar esta dificuldade que fragiliza a dinâmica cultural de Salvador e da Bahia.

A existência de centros culturais amplos e abrangentes tem formidável impacto sobre a vida cultural. Eles, devido a sua dimensão, mobilizam a comunidade dos profissionais da cultura, dinamizam a vida cultural, alargam as possibilidades de circulação, ampliam os repertórios simbólicos, formam públicos diversos e injetam recursos importantes do campo cultural. A ausência ou a pouca presença de espaços inibe a movimentação cultural.

Esta fragilidade é paradoxal com a imagem pública de Salvador e da Bahia, pois ela faz com que sejamos considerados sempre como lugares culturais e criativos. Esta imagem pública tem vigência não só no Brasil, mas também no exterior. Ela decorre, sem dúvida, da relevância da arte e da cultura baianas, da potência de nossas tradições, da singularidade de nossas culturas populares, da qualidade das inovações e da presença de personalidades e grupos reconhecidos, nacional e internacionalmente.

Uma política que busque reverter esta situação é vital para a cultura na Bahia. Ela deve colocar na agenda a busca deliberada de atrair parcerias e instituições culturais potentes, que tragam todos os benefícios culturais indicados acima para a cidade e para o estado.

Nesta perspectiva deve ser entendida a recente atuação do Governo da Bahia e de sua Secretaria de Cultura no sentido de viabilizar a federalização do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), que apesar da denominação não é ainda um museu da União. A federalização do Muncab dotará a Bahia e Salvador de um espaço qualificado para a sua expressiva cultura afro-baiana, sem dúvida uma das mais relevantes marcas identitárias de nossa cidade e de nosso estado.

A visita da Ministra Marta Suplicy e a atuação do Governo abriram perspectivas concretas de efetivação da federalização. O museu será o primeiro equipamento cultural federal na Bahia e em Salvador e o segundo no Nordeste. Ele terá papel relevante em afirmar ainda mais a Bahia e Salvador como lugares de referência das culturas negras no mundo. Não é preciso lembrar que grande parte dos equipamentos culturais nacionais hoje se encontra localizado no Sudeste. Esta situação necessita ser revertida para que o Ministério da Cultura ganhe uma abrangência e implantação mais nacional.

Outra iniciativa do governo estadual pode também caminhar nesta mesma perspectiva. Trata-se a resolução da situação do Teatro Jorge Amado, que hoje afeta e preocupa profundamente a comunidade e a vida cultural da Bahia e de Salvador. O teatro presta relevantes serviços

à cultura baiana. Nos seus anos de existência, muitas atividades culturais foram acolhidas e estimuladas por sua presença atuante. Seu desaparecimento é inconcebível para a cultura na Bahia e em Salvador.

O prédio onde está instalado o Teatro Jorge Amado pode ser o novo centro cultural de Salvador e da Bahia. Além de manter o teatro, o prédio tem muitas potencialidades: espaço para cinemas e salas a serem destinadas para inúmeras atividades culturais, como cursos, oficinas, acervos etc. Sua localização no bairro da Pituba é privilegiada. O novo centro certamente atenderá a intensa demanda cultural de toda a região, da cidade e do estado.

A ideia assumida pelo Governo e pela Secretaria Estadual de Cultura é buscar uma instituição que adquira o prédio e o transforme em um centro cultural com atividades múltiplas e em diferentes áreas culturais. Um centro cultural, no sentido forte da palavra, que movimente nossa cultura e traga novos aportes a nossa vida cultural. Mas caso a busca desta instituição não se realize no prazo necessário, o Governo da Bahia já tornou público o compromisso de assumir diretamente o prédio e transformá-lo no novo espaço cultural da Bahia e de Salvador.

Centros culturais para a Bahia e Salvador (2013)

A cidade de Salvador e o Estado da Bahia são sempre considerados lugares culturais e criativos. Esta imagem pública tem vigência não só no Brasil, mas também no exterior. Ela decorre, sem dúvida, da relevância da arte e da cultura baianas, da potência de suas tradições, da qualidade das inovações e da presença de personalidades reconhecidas, nacional e internacionalmente. Apesar desta merecida fama, a capital e o estado não dispõem de um centro cultural de ampla dimensão e abrangência, que

acolha um conjunto significativo de áreas simbólicas. A ausência de um centro cultural, que corresponda plenamente a nossa estatura artístico-cultural, prejudica em muito a dinâmica da Bahia e de Salvador.

A Secretaria Estadual de Cultura (Secult) reconhece a importância da presença de centros culturais para nossa vida. Nesta perspectiva, tem buscado, através de diversos dispositivos, atrair a implantação, em nossa terra, de centros culturais ligados a variadas instituições, públicas e privadas, a exemplo do que ocorre em diversas cidades do Brasil, em especial nas capitais.

Em conjunto com estas iniciativas, a Secult vem desenvolvendo alternativas para prover a Bahia e Salvador de centros culturais desta envergadura. Neste horizonte, deve ser inscrito o projeto do Novo Teatro Castro Alves (TCA). O projeto inclui a reforma da sala principal, da concha acústica e da sala do coro, além de dotar o TCA de estacionamento, sala sinfônica, sala de cinema e centro de cenotecnia, destinado a apoiar programações do Novo TCA e formar profissionais em áreas técnicas vinculadas à produção de diferenciadas modalidades de espetáculos. Será um centro cultural da complexidade que a Bahia e Salvador merecem. Com projeto executivo já elaborado e com parte substantiva da captação de recursos realizada, a obra está sendo licitada.

Outra iniciativa em andamento é a transformação do belo prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Centro Histórico, em um espaço cultural, com teatro, cinema, galeria, oficinas, dentre outros ambientes culturais, além de acolher o funcionamento, em suas instalações, da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Esta transformação encontra-se em fase final de projeto e na etapa de captação de recursos. O Centro Cultural do Liceu terá relevante papel para consolidar a almejada dinamização do centro histórico.

Mas a possibilidade de concretização mais imediata para dotar Salvador e a Bahia de um centro cultural pode ser o projeto do Complexo Cultural dos Barris. Hoje no prédio da Biblioteca Pública da Bahia já estão instalados: o Teatro Xisto Bahia, ligado à Superintendência de

Desenvolvimento Territorial da Cultura; a Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado da Bahia, com as salas Walter da Silveira, Alexandre Robatto e Pierre Verger, além de órgãos vinculados à Fundação Pedro Calmon, como a própria Biblioteca Pública, a Biblioteca de Extensão, a Biblioteca Virtual 2 de Julho e o Centro de Memória da Bahia.

Apesar desta proximidade física e institucional, pois todos estes organismos pertencem à Secult, estas entidades funcionam de modo isolado e desarticulado. O procedimento para a plena construção do Complexo Cultural dos Barris parece simples: fazer com que estes órgãos trabalhem de modo articulado e colaborativo, respeitadas suas especificidades. Este dispositivo, em conjunto com algumas reformas físicas para facilitar a conexão entre eles e com um plano compartilhado de comunicação, podem construir com certa agilidade o Complexo Cultural dos Barris. Ele, por certo, é a mais acabada possibilidade de dotar a Bahia e Salvador rapidamente de um centro cultural digno da cultura baiana e soteropolitana.

Este conjunto de esforços pode mudar de modo radical o panorama grave de ausência de centros culturais no estado e na cidade. Eles, por certo, irão dinamizar nossa vida cultural, acolher as mais diversas manifestações simbólicas e estimular a criatividade dos profissionais da cultura e de todos os cidadãos baianos.

Cultura na Copa (2013)

Depois do carnaval, o ano começa. As atenções com a economia, política e cultura, esquecidas pela grandiosidade da festa, reaparecem. Novos interesses passam a movimentar a vida dos brasileiros. Uma delas deve emergir com todo vigor: a copa. Não a maior delas, a do mundo, mas sua

preliminar, a copa das confederações. O futebol, nosso mais querido esporte, deve animar o imaginário dos brasileiros em 2013 e, principalmente, 2014, apesar da fragilidade atual da seleção nacional.

A nossa cultura não desconsidera o futebol. Afinal, durante muito tempo, junto com o samba, ele era um dos ícones da identidade nacional. Por óbvio, uma identidade pensada a partir dos lugares dominantes e desconhecida da diversidade cultural brasileira. Diversidade reconhecida na contemporaneidade como evidência maior da riqueza cultural de cada país. Hoje, nossa identidade cultural se constrói na diversidade cultural que nos constitui enquanto país.

As copas serão momentos excepcionais de visibilidade internacional do país. Em 2013 e 2014, o Brasil estará, como nunca, na agenda mundial. O governo Lula, com sua política soberana de relações internacionais, começou a colocar o país no cenário mundial. A presidenta Dilma vem consolidando esta presença ativa e altiva, superando de vez a antiga tradição de silenciamento internacional do país, decorrente de sua política de submissão histórica aos interesses dos países hegemônicos: antes Inglaterra e depois Estados Unidos.

Nas discussões sobre as copas aparece sempre a palavra legado. Ela está associada às obras físicas que ficariam como benefícios para a população. Mas o legado pode assumir também uma dimensão intangível, bastante significativa para o país. Cabe perguntar: como aproveitar estas janelas de oportunidades, que são as copas, para afirmar internacional e nacionalmente a cultura brasileira?

Este parece ser um dos desafios mais contemporâneos das políticas culturais no Brasil e na Bahia. Como se apropriar deste momento único de visibilidade para colocar a cultura brasileira e baiana nas agendas internacional e nacional. Não se pode perder esta excepcional oportunidade para dar uma intensa visibilidade à nossa cultura. Ou seja, a circunstância atual requer formulação e implantação de específicas políticas culturais, inspiradas no diálogo cultura e copas.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia desenvolve um programa, intitulado Cultura na Copa, voltado para ativar

a intervenção cultural nas Copas das Confederações e do Mundo e potencializar a visibilidade da cultura brasileira e, em especial, baiana, em espaços físicos e redes simbólicas, sejam locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Na primeira etapa das Copas, no instante que antecede seus jogos, o eixo central de atuação deve colocar em cena a conexão entre cultura e futebol. Muitas são as possibilidades de realizar este agendamento. Por exemplo, uma mostra da filmografia brasileira existente sobre o tema, que já possui ricas e interessantes películas de curta e longa metragem inspiradas no futebol. Tal mostra deve circular por muitos espaços culturais baianos, públicos e privados, na capital e no interior. Ela, em sintonia com o momento vivido, difunde nosso cinema, afirma instantes de nosso maravilhoso futebol arte e a trajetória de seus maiores artistas.

Na segunda etapa, com os jogos já iniciados, o eixo de atuação se desloca para divulgar as manifestações culturais da Bahia. Serão espetáculos e exposições da cultura baiana: São João do Pelô; cortejo das culturas populares no Centro Histórico; intervenções culturais urbanas; dança, música e teatro no TCA; mostra de fotografia no Solar Ferrão; exposições da arte visual baiana em nossos museus; atividades em centros culturais de Salvador e outras cidades. Enfim, uma grande festa da cultura baiana para os baianos, brasileiros e estrangeiros que irão nos visitar ou que, em seus países, estarão atentos ao que acontece no Brasil e na Bahia.

Futebol arte: cultura em campo (2013)

O futebol no Brasil ganhou uma dimensão tão empolgante que ele passou a ser componente da vida e, por conseguinte, da cultura dos brasileiros. Não por acaso, um dos ícones da identidade brasileira, historicamente difundido e reconhecido em todo mundo, é o futebol. O Brasil é o país

do futebol e todos nós torcemos para que seja para sempre do futebol arte. Em suma, no Brasil futebol e cultura jogam no mesmo time.

Impossível imaginar que dois dos maiores espetáculos do futebol – as Copas das Confederações em 2013 e do Mundo em 2014 – não sejam também duas enormes celebrações das culturas brasileira e baiana.

Como já afirmamos no texto anterior, não podemos nem devemos imaginar que os legados das copas se restringem às obras físicas. As copas jogam sobre o país-sede uma intensa visibilidade. Podemos e devemos ser capazes de tratar com competência esta visibilidade, talvez um dos poucos recursos das copas não passíveis de serem rigidamente controlados pela dura marcação da Fifa.

A Bahia e sua potente cultura precisam competir bem neste campo de visibilidade. Percebendo esta imensa janela de oportunidades e possibilidades, a Secretaria Estadual de Cultura organizou uma grande equipe e colocou a cultura em campo.

A equipe escolhida reuniu, em sua maioria, muitas atrações selecionadas de maneira democrática, qualificada e representativa através de consultas e editais públicos, envolvendo comissões técnicas altamente qualificadas. Alguns exemplos disto são as mostras baianas de teatro, dança e circo que acontecem na Sala do Coro do Teatro Castro Alves (TCA) e as de artes visuais e de música que terão lugar no Museu de Arte Moderna (MAM).

Para os espetáculos na sala principal do TCA foram convocados alguns dos melhores espetáculos recentes dos corpos artísticos mantidos pelo Governo do Estado da Bahia: o “Concerto de Cordas e Máquina de Ritmos”, com Gilberto Gil e a Orquestra Sinfônica da Bahia, que começa o jogo no dia 13 de junho; e “A quem possa interessar”, com o Balé do Teatro Castro Alves e a cantora paulista Badi Assad. Outro encontro marcante acontece entre a orquestra juvenil Neojibá, criada e apoiada pela Secretaria, com a Orkestra Rumpillez, parceira viva e vital dos cursos de música que oferecemos no Centro de Formação em Artes, recentemente instalado no Pelourinho, em um espetáculo que conta com participação especial de Margareth Menezes.

Para atuar no TCA, ainda foram convocados dois dos programas culturais prioritários que a Secretaria vem desenvolvendo: a Celebração das Culturas dos Sertões e o Encontro das Culturas Negras. Eles entram em campo com dois belos espetáculos: o primeiro, Baião de Nóis, dirigido pelo maestro João Omar e composto por uma boa seleção de “cantautores” de nossa música dos sertões, a exemplo de Elomar, Bule-Bule, Gereba, Raimundo Sodré e outros, e o segundo, “Kindembu - Pérolas Mistas”, comemoração de nossa vital cultura afro-baiana, para o qual a Liga convocou muitos de nossos mais atuantes e reconhecidos blocos afros e afoxés. Dentre eles: Ilê Aiyê, Cortejo Afro, Filhos de Gandhi, Malê de Balê e Muzenza.

Para reforçar toda esta equipe admirável, foram chamadas outras atrações como: a mostra de filmes Futebol Arte, em uma homenagem ao cinema e aos grandes jogadores/criadores nacionais e internacionais; as exposições “O jogo só acaba quando termina”, em cooperação com o Goethe-Institut Salvador-Bahia (ICBA); “Mário Cravo Jr. esculturas”, no Palacete das Artes e “Lunar. Fotografia da Bahia Agora”, na Galeria Solar Ferrão.

Muitas iniciativas culturais acontecem em diversos de nossos espaços culturais da capital e do interior. No Complexo Cultural dos Barris ocorre o seminário “Novas letras: o futebol e a literatura”. No Centro Cultural de Plataforma, o Caldeirão Cultural. No Solar Boa Vista, o Solar do Virote. No Xisto Bahia, o foco será esporte, arte e cidade. Nos centros culturais dos Alagados, de Itapuã, de Feira de Santana, Juazeiro e Porto Seguro, intensa programação somada à transmissão dos jogos.

São mais de 120 eventos culturais em 22 espaços culturais e nas ruas do Pelô, onde acontecem inúmeros cortejos de culturas populares, reunidos em dias diferenciados: cheganças, capoeira, samba de roda, mascarados, reisados, congos, repentistas, dentre outros. Fazem parte da equipe do Cultura em Campo, além dos já citados, nomes como: Lazzo Matumbi, BaianaSystem, Paulinho Boca de Cantor, Márcia Short, Moreno Veloso, Juliana Ribeiro, Bailinho da Quinta, Os Nelsons, Karina Buhr, Anelis Assumpção, Mariella Santiago, O Quadro e muitos outros.

Um espetáculo formidável da cultura, em especial da Bahia, nos festivos dias da Copa das Confederações.

Cultura e Pacto pela Vida (2011)

O Pacto pela Vida agenda a violência como tema vital a ser enfrentado pela sociedade baiana e a coloca em debate público. A violência expressa nosso país em suas maiores mazelas: profunda desigualdade social, autoritarismo cotidiano, desrespeito aos direitos, fragilidade da cidadania etc. Elas reafirmam que a violência não é apenas caso de polícia, mas de democratização do Estado e da sociedade.

O Estado no Brasil e na Bahia, privatizado, serviu historicamente apenas às elites e esqueceu a maioria da população, destituída de todos os direitos que devem ser assegurados, de modo republicano, pelo Estado. Superar a situação de violência implica na democratização do Estado, garantindo direitos e serviços para todos.

Mas não cabe resolver a ausência do Estado apenas deste modo. Trata-se, também, e fundamentalmente de fazer com que o Estado democrático seja capaz de assegurar condições adequadas de convívio social e civilidade para que a cidadania possa se realizar. A mobilização dos cidadãos é imanente ao combate à violência. Hoje ela está bloqueada pela violência nos territórios controlados pelos traficantes. O empoderamento da sociedade civil requer a superação deste constrangimento, só assim ela pode se organizar e expressar livremente.

Este processo de reconfiguração democrática do Estado e da sociedade apresenta alta complexidade, mas a singularidade das culturas torna ainda mais complexa sua atuação. A universalização dos direitos econômicos, sociais e políticos busca assegurar a todos oportunidades semelhantes. No âmbito da cultura e da educação – entendida como

modalidade de transmissão de fluxos e estoques culturais entre gerações –, importa, além da expansão dos direitos e serviços, uma crucial sintonia entre conteúdos acionados pelo Estado e imaginários da população.

Culturas são simbolizações das experiências vividas. Elas, no Brasil e na Bahia, expressam vivências marcadas por condições muito desiguais e diferentes. Logo, abismos culturais separam parcelas de nossa população. Tais fossos não são apenas decorrentes de distinções educacionais, mas resultam de experiências vividas, sentidas e significadas em circunstâncias radicalmente desiguais e diferentes.

Tais fossos culturais colocam com toda potência a questão de quais modalidades de culturas devem acompanhar a atuação do Estado no Pacto pela Vida? Uma resposta rápida e quase pronta seria propor uma cultura de paz. Mas o que significa paz para pessoas com experiências societárias tão desiguais e diferentes? Os ativistas político-culturais estão desafiados a dar respostas sensíveis a esta intrigante questão. Sem isto, as culturas não serão efetivamente capazes de agir para superar situações de violência, que no dia a dia destroem relações sociais e espaços públicos, convivências imprescindíveis para a vitalidade das culturas. Uma intervenção cultural insensível corre o risco de ela mesma se transformar em mais uma violência.

A atuação delicada das culturas não pode conviver com imposições unilaterais. Ao contrário, deve buscar um diálogo contínuo que permita auscultar a população: seus interesses, preocupações, modos de viver e de simbolizar o mundo. Reconhecer estas culturas deve ser o passo inicial para uma respeitosa identificação de interlocutores, o ponto de partida para qualquer atuação cultural consequente.

Os interlocutores devem ser assumidos e capacitados como ativistas culturais, inclusive para realizar um mapeamento cultural do território, que possibilitará a organização de uma rede cultural, envolvendo agentes, instituições e atividades, e de mostras culturais, articuladas por eles em colaboração com a Secretaria Estadual de Cultura.

Mas esta atuação não se restringe às culturas do território. Ela combina as culturas do lugar com as de outros espaços da cidade e da nação para reafirmar as conexões contemporâneas entre local, regional, nacional e global. Estes procedimentos buscam estimular o desenvolvimento de uma cidadania cultural, imprescindível à superação da violência.

Anísio Teixeira e a cultura (2012)

Dois episódios recentes colocaram em cena a relação entre Anísio Teixeira e a cultura. Primeiro, o exame de qualificação da tese de doutorado de Juciara Barbosa no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A tese enfoca justamente esta dimensão quase esquecida da atuação de Anísio Teixeira. Segundo, a assinatura do protocolo de colaboração entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Cultura, com a interveniência do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural, para restaurar os painéis modernistas encomendados por Anísio aos artistas baianos para a seu projeto educacional mais representativo, a Escola Parque.

Estes dois episódios, com uma temporalidade bastante próxima, expressam de modo emblemático as essenciais conexões de Anísio Teixeira com a cultura. Por óbvio, seu olhar atento para a educação já destina também um lugar privilegiado à cultura. Mas a valorização da cultura por Anísio Teixeira não se reduz a esta conexão entre educação e cultura, por mais importante e vital que ela tenha sido para ele. Ela vai muito além desta fundamental conexão.

A escolha de jovens artistas baianos modernistas para trabalhar os painéis de seu projeto mais marcante demonstra seu vínculo umbilical com a cultura e arte modernas. O gesto manifesta coragem ao optar e apoiar jovens artistas, quase desconhecidos, em um ambiente no qual o modernismo cultural ainda não havia se instalado, apesar da

Semana de Arte Moderna de 1922 já ter acontecido há mais de 20 anos. Conservadora, a Bahia resistiu ao modernismo cultural até quase o final dos anos 1940. Só então, através de muitas lutas, o modernismo cultural conseguiu se consolidar na Bahia. Anísio Teixeira, à frente da Secretaria Estadual de Educação e Saúde, setor que englobava a cultura, teve lugar destacado neste enfrentamento.

As iniciativas culturais de Anísio Teixeira não se restringiram a este ato fundamental de apoio à implantação e consolidação da arte e cultura modernas na Bahia. Elas foram muitas e diversificadas. Ele apoiou com bolsas a fixação na Bahia de artistas estrangeiros expressivos, como Carybé, dentre outros. Anísio auxiliou decisivamente a instalação do Clube de Cinema da Bahia, dirigido por Walter da Silveira, que teve suas sessões e atividades iniciais realizadas na Secretaria. O Clube de Cinema da Bahia tem um papel privilegiado na atualização cinematográfica e na formação de gerações relevantes de cinéfilos e cineastas, dentre eles Glauber Rocha.

Com sua visão ampla de cultura, Anísio criou na Bahia uma das primeiras fundações para o desenvolvimento da ciência no país. Esta instituição inovadora infelizmente depois foi fechada, como a demonstrar uma das mais perversas tradições da Bahia: a dificuldade de manter seus projetos inovadores. A atualização das Ciências Sociais, através da cooperação e intercâmbio internacionais com os Estados Unidos, nas quais teve papel destacado Thales de Azevedo, configura outra iniciativa inventiva de Anísio Teixeira.

A adesão de Anísio ao modernismo se deu em uma perspectiva, consciente ou não, aproximada à concepção trabalhada por Antonio Candido, que concebe o modernismo como um movimento que não está restrito ao campo artístico, mas que envolve também a modernização do pensamento social no país. Anísio está filiado a esta corrente. Sua atuação busca de modo incessante modernizar a cultura na Bahia.

Na sua gestão à frente da Secretaria de Educação e Saúde, Anísio Teixeira desenvolveu um conjunto articulado e sistemático de iniciativas culturais que vão marcar a Bahia nos anos finais da década de

1940 e no começo dos anos 1950. Como este momento é crucial para as transformações que instalam e começam a consolidar o modernismo na Bahia, torna-se evidente, sem medo de errar, que a atuação de Anísio Teixeira foi fundamental neste período para a superação da cultura “academicista” então predominante na Bahia e a inauguração de outro horizonte na cultura baiana.

Nesta perspectiva, é justo afirmar Anísio Teixeira como inaugurador das políticas culturais no estado da Bahia, a exemplo do que fez Mário de Andrade, na década anterior, no departamento de cultura da cidade de São Paulo.

Democracia, Cidadania e Participação

Construindo uma cultura cidadã (2013)

Desde o governo Lula, com Gilberto Gil no Ministério da Cultura, as políticas culturais no Brasil passaram por significativas transformações. Na Bahia, este processo foi inaugurado pouco depois, em 2007, com o início do governo Jaques Wagner. As inovadoras políticas culturais colocaram no horizonte a construção de uma cultura cidadã.

O desenvolvimento econômico e social vivenciados pelo Brasil e pela Bahia incluiu milhões de brasileiros e baianos, através da criação de novos empregos, do aumento do salário mínimo, da bolsa

família, da educação e de outros dispositivos que combinaram como nunca desenvolvimento econômico e social. Os dados nesta perspectiva são incontestes.

As mudanças desencadeadas nestes anos no Brasil e na Bahia devem ser acompanhadas de profundas transformações políticas, dentre elas a reforma política e o financiamento público das campanhas eleitorais, que aprimorem a representação e criem novos procedimentos de democracia direta e participação cidadã, a exemplo de consultas públicas, conferências e outros mecanismos.

O campo da cultura, desde Gil, buscou estar sintonizado com o signo das mudanças. As políticas de cultura adotaram um conceito ampliado de cultura, procuraram se desenvolver em âmbito nacional e estimular a diversidade cultural brasileira, entendida como nossa maior riqueza no campo da cultura.

Na Bahia, tais horizontes foram fontes inspiradoras das transformações desencadeadas a partir de 2007 e continuadas/transformadas desde 2011, com o início do segundo mandato do governo Jaques Wagner e com a troca do secretário de Cultura.

As políticas culturais desenvolvidas desde então têm como seu horizonte a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, além de propiciar a mudança dos valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de paz, de equidade e de respeito à diversidade cultural, social, étnica, etária, de gênero e de orientação sexual, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a atuação da Secretaria não apenas buscou o desenvolvimento da cultura, mas assumiu como compromisso qualificar este desenvolvimento pela superação dos valores autoritários, discriminatórios, conservadores, intolerantes e monolíticos por outros valores que estejam em sintonia com o aprimoramento e a emancipação

da sociedade e dos indivíduos. A política cultural adotada, por conseguinte, nada teve de neutra. Pelo contrário, ela tomou nitidamente posição nas lutas culturais e políticas em curso nas sociedades: internacional, brasileira e baiana.

A construção desta cultura cidadã, ainda embrionária e em constante processo de luta e de atualização, requer a sua tradução em efetivas linhas de atuação. A Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, entre 2011 e 2013, tem se orientado por diretrizes que possibilitaram a escolha e o desenvolvimento de suas atividades: fortalecimento da institucionalidade e da organização do campo cultural; ampliação dos diálogos interculturais; aprofundamento da territorialização das políticas culturais; desenvolvimento da economia da cultura e alargamento das transversalidades da cultura.

Cultura cidadã e desenvolvimento (2011)

O Brasil, desde o governo Lula, passa por relevantes transformações, com inédita inclusão e ascensão de imensos grupos populacionais. A Bahia acompanha este processo a partir de 2007, com o governo Jaques Wagner. Tais transformações expressam um processo de mudanças, que deve ser longo e contínuo, pois acontece necessariamente em ambiente democrático. Hoje se vive um dos mais longos períodos democráticos de nossa história. Mas só agora a democracia começa a ganhar substância social.

Este movimento de desenvolvimento com inclusão social se contrapõe ao horizonte da ditadura militar: crescer e só depois dividir a riqueza. Trata-se de um desenvolvimento de novo tipo, por contraposição ao anterior que preconizava um “desenvolvimento” descolado da sua dimensão social, como dado somente econômico.

A superação desta visão unilateral de desenvolvimento é um avanço, mas insuficiente para prefigurar um novo modelo de desenvolvimento, que possibilite de modo efetivo orientar a construção de outra sociedade, mais democrática, equânime e livre. As dimensões econômica e social do desenvolvimento não bastam para a construção da nova sociedade. Elas são necessárias, mas insuficientes para a realização plena de uma profunda transformação da sociedade brasileira e baiana.

As últimas eleições presidenciais servem como expressão exemplar desta insuficiência. O cenário eleitoral marcado por condições econômicas e sociais favoráveis não foi capaz de resolver a eleição no primeiro turno. A oposição, em sua guinada política à direita, acionou valores conservadores e com isto impediu a vitória no primeiro turno. A disputa política se fez no campo dos valores, em inscrição cultural.

O episódio eleitoral demonstrou que o desenvolvimento tem, para se realizar em plenitude, que mobilizar outros componentes, além do econômico e do social, como a política e a cultura. Sem eles, o processo de transformação e o próprio desenvolvimento não conseguem configurar um novo modelo civilizatório, radicalmente democrático e republicano, no qual igualdade, liberdade e fraternidade sejam efetivas.

A transformação da sociedade requer a constituição de uma cultura cidadã. Uma cultura que reconheça a cidadania, conforme Marshall, como “direito a ter direitos”. Esta cultura cidadã tem dificuldade histórica de se instalar no Brasil e na Bahia, pois nosso contexto cultural tem sido hostil. Este cenário é marcado, ainda hoje, por um autoritarismo cotidiano, vigente mesmo em momentos democráticos, devido à estrutura social profundamente desigual; ao patrimonialismo e à manutenção da lógica do favor, através dos quais as elites privatizam o Estado. Some-se a tudo isto os preconceitos oriundos de fundamentalismos que contaminam as vidas privada e pública e, mais recentemente, o ideário de inspiração neoliberal.

A “convergência perversa”, detectada por Evelina Dagnino, fez conviverem temporalmente, mas de modo tenso, a construção de valores

democráticos provenientes da luta contra a ditadura com valores neoliberais, umbilicalmente antidemocráticos. A hegemonia neoliberal vivida, especialmente, nos governos dos Fernandes, Collor e Henrique Cardoso, inibiu a construção de uma cultura cidadã no país, com a prevalência do individualismo e competição radicais; a crítica acirrada ao Estado e o endeusamento do mercado como única via capaz do desenvolvimento.

Este imaginário político-cultural deveria estar em xeque com a crise internacional de 2008, demonstração viva da derrocada do modelo neoliberal de desenvolvimento. Entretanto, ele tem demonstrado uma admirável capacidade de persistência.

O panorama traçado busca indicar a importância da cultura neste processo de mudança vivido pelo Brasil e pela Bahia. Enfrentar firmemente os valores culturais antes anotados e construir uma cultura verdadeiramente cidadã, baseada na afirmação de direitos individuais, políticos, sociais, ambientais e culturais, é um movimento imprescindível para o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira e baiana.

Cultura e eleições municipais (2012)

Começaram as campanhas eleitorais municipais de 2012. As eleições são ritos inventados pelas sociedades para escolha de seus governantes, sejam eles do executivo ou do legislativo. Elas não só escolhem dirigentes, mas atualizam periodicamente a correlação de forças existente entre os agentes políticos. Além disto, esta conjuntura singular da política se caracteriza pela aceleração da dinâmica e da disputa políticas.

Uma das grandes virtudes das eleições é que elas podem e devem substituir a violência como procedimento para escolhas e atualizações. No passado, inclusive não muito distante, a violência foi – e infelizmente

ainda é em muitos países e regiões – o dispositivo usual para escolher dirigentes e atualizar a correlação de forças. As eleições por certo não são procedimentos perfeitos mas, sem dúvida, são bem melhores que a violência ou outros mecanismos – como a hereditariedade, por exemplo – para escolher governantes.

O acontecimento eleitoral agita e mobiliza o campo político e a sociedade. A política se inscreve mais que nunca na agenda pública. Não por acaso muita gente fala deste instante como “tempo da política”. Ainda que as promessas eleitorais não sejam muitas vezes cumpridas, a disputa de ideias e propostas na agenda pública tem um lugar de destaque nas disputas eleitorais.

Infelizmente, a cultura tem sido excluída quase sempre das agendas públicas eleitorais. Assim, antes de tudo, cabe lutar para que a cultura tenha um lugar de destaque na agenda das eleições de 2012. Em um contexto em que o Brasil e a Bahia, depois da paralisia dos governos neoliberais, encontraram afinal um inovador caminho para o desenvolvimento, que tem conjugado suas dimensões econômicas e sociais, será desastroso esquecer que o desenvolvimento também possui obrigatoriamente uma dimensão cultural e que, sem esta dimensão, o desenvolvimento não pode se realizar de modo pleno e consistente.

A sociedade e, mais especificamente, a comunidade cultural devem se mobilizar para exigir que os temas culturais estejam presentes com destaque na agenda eleitoral. Afinal de contas, o município, em muitos lugares do mundo e mesmo no Brasil, tem cada vez mais assumido um papel importante no campo cultural. A trajetória constituída desde a notável experiência de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo nos anos 1930 até inovadoras gestões culturais municipais acontecidas em anos recentes é emblemática nesta perspectiva. Não por acaso, no Brasil de hoje, dentre os entes federativos – União, estados e municípios – aquele que em bloco mais gasta com a cultura é o ente municipal.

Na atualidade, quando estão se implantando os planos e os sistemas – nacionais e estaduais – de cultura, a importância da atuação municipal

fica ainda mais evidente, pois tais planos e sistemas implicam na existência de planos e sistemas municipais de cultura e na interação persistente entre todos eles. Ou seja, as mudanças em curso no Brasil e na Bahia exigem que os municípios baianos cada vez mais tenham atenção e cuidem melhor da cultura.

Esta atitude dos governos municipais é vital para o desenvolvimento, inclusive cultural, da Bahia. O governo estadual tem buscado levar as políticas culturais a todos os territórios da Bahia. Não é casual que a Secretaria Estadual de Cultura tenha assumido a dinâmica territorial proposta pelo governo e, nesta perspectiva, venha se destacando entre os organismos do estado.

Mas o pleno desenvolvimento da cultura na Bahia não pode ficar somente sob a responsabilidade do governo estadual, tampouco prescindir da decisiva atuação dos entes municipais. A iniciativa municipal é essencial, bem como a participação ativa da comunidade cultural e da sociedade civil. Assim, estado, municípios, agentes e comunidades culturais, em trabalho colaborativo e democrático, serão capazes de desenvolver em plenitude a cultura baiana e colocar a Bahia em um lugar de destaque na cena cultural do Brasil e do mundo.

Cultura em cena nas eleições municipais (2012)

Auspicioso que o primeiro encontro de todos os candidatos a prefeito de Salvador tenha acontecido em uma reunião sobre o tema da cultura, organizada pela Academia de Letras da Bahia (ALB). Cabe parabenizar a ALB e aos 250 artistas, intelectuais e produtores culturais envolvidos nesta iniciativa. Animador que logo após o encontro tenham sido publicados dois textos em *A Tarde*: “Política cultural para a cidade de Salvador” de Paulo Ormino de Azevedo e “Por uma política municipal de cultura” de Almandrade.

O encontro e estes dois textos trazem visões diferenciadas e até contrapostas das políticas culturais necessárias para Salvador. Bom para a democracia, a cidade e a população que isto aconteça. Mas, apesar das diferenças bem-vindas, encontro e textos cumprem um papel fundamental: eles colocam em cena e na agenda das eleições municipais o tema da cultura. A expectativa de que isto aconteça em plenitude será essencial para cidades e estados tão culturais como Salvador e a Bahia.

No mundo contemporâneo, os municípios vêm ganhando lugar significativo em relação às políticas culturais. Em diversos países, como a França, e em muitas cidades, a exemplo de Barcelona, as políticas culturais municipais assumiram papel relevante como dispositivo para a construção da sua identidade e de seu desenvolvimento. A centralidade que a cultura vem adquirindo na contemporaneidade e na economia do século XXI é reconhecida na atualidade por inúmeros documentos, encontros, autores e organizações multilaterais.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, os municípios, tornados entes federativos, adquirem atuação expressiva no campo da cultura. Os exemplos nesta perspectiva são muitos. Não por acaso, hoje o orçamento dedicado à cultura no país, agregando todos os entes federativos – União, Estados e Municípios – tem sua maior parcela advinda do conjunto dos municípios, mais de 50%. A União dedica mais de 15% e os estados contribuem com o restante.

Os municípios baianos e, em especial Salvador, não têm acompanhado, com algumas exceções que terminam por confirmar esta afirmação, este movimento de ampliação de políticas culturais municipais, estruturas institucionais, equipamentos e orçamentos dedicados à cultura. Muitos municípios não possuem setores institucionais, nem equipamentos destinados à cultura e não investem recursos ao campo cultural. Uma cidade da envergadura e vida cultural como Salvador tem repassado historicamente apenas algo em torno de 0,2% de seu orçamento para a cultura. Pior que isto, os últimos dados apontam o investimento de 0,11%. Em Recife, para tomar só um exemplo, este

percentual tem variado entre 2,0 e 3,5%, a depender do ano. O argumento que Salvador é uma cidade pobre não pode justificar a falta de atenção para a cultura soteropolitana. Ela é básica para a identidade e o desenvolvimento da “Cidade da Bahia”.

Colocar este tema como um dos centrais da campanha eleitoral municipal de 2012 é vital para o desenvolvimento da Bahia. Sem a atuação e o investimento dos 417 municípios baianos em cultura, não há como superar, de modo substantivo, a situação de dificuldade em que ainda vive nosso campo cultural. A existência de políticas culturais municipais é requisito vital para consolidar o desenvolvimento cultural baiano.

A ausência destas políticas impossibilita o estabelecimento de parcerias virtuosas entre estado e municípios. O poder estadual, por mais que desenvolva políticas sintonizadas com o campo cultural, não pode e nem deve substituir os poderes municipais, pois somos uma federação e vivemos hoje em situação democrática, inclusive de respeito aos poderes dos entes federativos. Só um trabalho colaborativo e democrático, acordado por todos, pode alimentar desenvolvimento integral da Bahia, porque envolvendo simultânea e colaborativamente suas dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais.

Conferências de cultura: desafios atuais (2013)

Diálogo é a palavra chave de qualquer conferência realizada em uma perspectiva verdadeiramente democrática e republicana. Ela só adquire este sentido profundo quando se torna elo efetivo de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil que, no caso de uma conferência de cultura, pode estar representada em dimensão expressiva pela comunidade cultural.

Se o diálogo é o alimento vital de qualquer conferência democrática e republicana, nos tempos atuais de crise da democracia representativa e de não assimilação ainda de dispositivos da democracia participativa, cabe a cada conferência assumir um papel pedagógico, dialogando e enfrentando discursos que buscam deslegitimar a conferência. Discursos do tipo: “conferência é muita conversa, mas não produz nada de efetivo”.

Uma conferência sintonizada com seu tempo deve colocar este enfrentamento no centro de suas preocupações, pois sem criar uma “cultura de conferência”, uma “cultura de participação”, a própria conferência – enquanto um dos procedimentos de realização da democracia participativa – corre o risco de ser fragilizada pela suspeita e de ser colocada em perigo mortal.

Cada conferência precisa desenvolver este papel pedagógico e afirmar sua importância como mecanismo de construção coletiva de políticas públicas em cultura. Nesta perspectiva, ela necessita incorporar “devolutivas”. Isto é, prestações de conta como momento didático de demonstração de como os debates são traduzidos depois em ações efetivas de políticas culturais.

As “devolutivas” não só representam prestações de conta obrigatórias à sociedade como dispositivo democrático e republicano, mas qualificam o diálogo entre Estado e sociedade ao buscar consolidar uma cultura de participação. Através das “devolutivas”, cada cidadão passa a se reconhecer como agente de intervenção de discursos e ações, que alteram a vida, social e individual.

Na contemporaneidade, outro desafio se impõe à cultura e aos seus dispositivos de participação político-cultural. Enfrentado o desafio da legitimidade, emerge o desafio da representatividade. Ele pode ser formulado da seguinte maneira: como tornar representativas as instâncias de participação, como as conferências e mesmo os colegiados e conselhos?

Esta questão decorre inclusive do reconhecimento da complexidade imanente do campo cultural, em especial depois da assimilação de um

conceito ampliado de cultura, que incorpora novos componentes ao campo cultural. Cabe, portanto, buscar mecanismos que garantam esta complexa representatividade.

As conferências têm sido fundamentadas em lógicas espaciais: municipais, estados, União e outros. Sem dúvida, os territórios adquirem lugar relevante para a cultura, pois, como afirmou Milton Santos, eles têm sempre uma dimensão cultural e ela não pode ser menosprezada. Deste modo, o território deve ser considerado como elemento significativo para a cultura. Ele produz diferenças e dá singularidade às manifestações culturais.

A aceitação do território como horizonte de representação para composição de coletivos culturais não parece ser tão problemática, mas, de imediato, uma preocupação deve estar cotidianamente presente: como fazer que a pluralidade e a diversidade de territórios culturais estejam representadas em uma conferência ou em órgãos coletivos, como colegiados e conselhos? A tentação é que estes mecanismos de representação participativa sejam dominados de modo desigual pelos territórios mais poderosos em termos políticos, econômicos, populacionais etc. Criar modalidades de contraposição a esta tentação é vital para uma representação territorialmente mais plural, justa e diversa.

A presença dos territórios como vetor de representação no campo da cultura deve ser igualmente alargada. Hoje ela é quase onipotente na circunstância das conferências, mas quase inexistente nos colegiados e conselhos, a não ser como delimitação da abrangência das fronteiras espaciais dos coletivos. Necessário se faz que a lógica territorial passe a ser procedimento de composição dos colegiados e conselhos. Isto significa reconhecer que a diversidade territorial das representações importa à cultura e à construção de políticas públicas de cultura.

A lógica de representação territorial ganhou força e se impôs como natural na maioria das conferências em diversos campos sociais. Acontece que esta naturalidade não pode ser aceita, sem mais, no campo da cultura. Historicamente este campo também se organiza

através de outra lógica: os setores diferenciados da cultura. Novamente aqui, a complexidade e a singularidade do campo da cultura devem ser reconhecidas e consideradas.

Isto significa dizer que a conferência de cultura deve assimilar, pelo menos, duas lógicas distintas para a construção de representatividade: a territorial e a setorial. Enquanto a representação territorial, em geral, contempla ativistas e militantes culturais, muitas vezes associados às culturas identitárias e populares, a representação setorial na maioria das vezes absorve agentes provenientes de segmentos mais profissionalizados da cultura. A combinação equitativa entre representantes advindos dos territórios e dos setores da cultura expressa de modo mais consistente a complexidade e a singularidade próprias do campo cultural.

Estes são alguns desafios postos e que devem ser enfrentados neste ano de 2013 que congrega a V Conferência Estadual de Cultura e a III Conferência Nacional de Cultura. Estes enfrentamentos e avanços são essenciais para a consolidação da participação e da democracia participativa no campo da cultura no Brasil e na Bahia.

Conferência Estadual de Cultura: uma realidade (2011)

A cada dois anos, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia desenvolve seu processo de conferência estadual de cultura. Ele abrange conferências municipais, organizadas pelas prefeituras; territoriais; setoriais e a etapa estadual, todas elas realizadas pela Secretaria Estadual, além de conferências livres que podem ser ativadas por instituições da sociedade civil. Este ano foram mais de 330 municipais, 26 territoriais e aproximadamente 20 conferências setoriais.

Todo este amplo, longo e complexo processo é vital para a democratização da cultura na Bahia. Ele possibilita que a sociedade civil e, mais

especificamente, a comunidade cultural seja auscultada e, em diálogo com o Estado, possa construir políticas públicas de cultura. Por óbvio, o processo de conferência não aparece como o único meio de diálogo entre sociedade e Estado, mas não resta dúvida que ele emerge como instante privilegiado deste diálogo, por sua envergadura e mobilização.

As conferências municipais constituem a base de todo este processo. Elas estão enraizadas em todos os territórios da Bahia. Nelas, ouvimos a voz do cidadão baiano em seu espaço de vida. A vitalidade e diversidade destas experiências locais asseguram uma pluralidade importante de pontos de vista, opiniões e demandas acerca da cultura.

As conferências territoriais constituem-se de certo modo em uma invenção baiana. Elas derivam da adesão da Secretaria de Cultura à nova dinâmica de planejamento do Estado que tem nos territórios de identidade sua unidade privilegiada. Nesta perspectiva, só a Bahia realiza tais encontros territoriais na área da cultura. As conferências territoriais, aglutinando seus municípios, tornam-se relevantes momentos de construção dos territórios de identidade, pois fortalecem o sentimento de pertencimento e contribuem para a elaboração de projetos culturais comuns aos territórios.

A complexidade do campo da cultura não permite restringir sua estruturação e representação apenas à dimensão territorial. O território é vital para a cultura. Toda cultura existe enraizada em territórios, por certo, de modos muito distintos. Entretanto, o campo cultura não se expressa apenas em dinâmica territorial.

As conferências setoriais surgem como vitais para responder a esta complexidade da cultura. Hoje este campo abarca uma gama muito diversificada de setores: patrimônio material e imaterial; artes em suas mais diferentes expressões, tais como: cinema, dança, escultura, fotografia, literatura, música, opera, pintura, teatro, vídeo etc.; museus; culturas tradicionais, populares, identitárias, etárias, eruditas, midiáticas e digitais; humanidades; formação, estudos e pesquisas; além de circo, design, moda, arquitetura, gastronomia e outros. Por conseguinte,

o processo de conferência estadual de cultura tem obrigação se abrir democraticamente a todos estes setores e seus atores.

Este processo, diverso e plural como o campo da cultura, culmina na etapa estadual da conferência que acontece em Vitória da Conquista de 30 de novembro até 3 de dezembro de 2011. O momento síntese acolhe todos os delegados eleitos nas fases anteriores para discutir, democrática e livremente, problemas, demandas e propostas para a cultura na Bahia.

A IV Conferência Estadual de Cultura tem como tema central a construção de planos de cultura. Em 2010, foi aprovado no Brasil o Plano Nacional de Cultura. Este é o primeiro plano de cultura existente no país em um período democrático, pois só tivemos antes um plano elaborado em 1975, durante a ditadura cívico-militar. Além disto, ele é um plano para dez anos. Portanto, não configura como política de governo, mas como política de longo prazo, política de Estado. O Plano Nacional de Cultura exige a elaboração de planos estaduais e municipais de cultura.

Nesta perspectiva, todo este amplo processo democrático, iniciado desde agosto, culmina em Vitória da Conquista, quando passos essenciais serão dados na elaboração do plano estadual de cultura e, bem mais que isto, na construção de políticas públicas para o desenvolvimento e a democratização da cultura na Bahia.

*Conferência Estadual de Cultura da Bahia:
espaço da democracia (2013)*

A partir de junho de 2013, estaremos realizando a V Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Desde o início do governo Wagner, acontecem regularmente, a cada dois anos, conferências estaduais: 2007, 2009, 2011 e agora 2013. Assim, serão quatro conferências em oito anos

de mandato. Este ano, teremos também a III Conferência Nacional de Cultura. As anteriores foram realizadas em 2005 e 2010. De imediato, uma questão se impõe: para que realizar conferências?

Há no Brasil uma relação direta entre realização de conferências e democracia no país. Ainda que algumas delas tenham acontecido no momento de luta contra a ditadura, o fenômeno da proliferação das conferências está associado de maneira intrínseca à democratização do Brasil, assim como a expansão dos conselhos, que articulam o Estado e a sociedade civil em diversas áreas temáticas. Ambos, conferências e conselhos, são produtos da democratização da sociedade brasileira.

Em verdade, o sentido maior das conferências está no diálogo que buscam e permitem entre Estado e sociedade civil. As conferências são uma das modalidades que foram criadas em todo mundo e no país para desenvolver uma interação periódica entre Estado e sociedade civil acerca de temas específicos. Elas são uma espécie de espaço da democracia direta em um momento histórico em que a democracia representativa, sem desconsiderar sua relevância, mostra evidentes limitações para realizar em radicalidade e plenitude a própria democracia.

Não por acaso, no mundo e no Brasil, emergem, na atualidade, novas modalidades de participação direta. A democracia política contemporânea, cada vez mais, conjuga necessariamente a escolha, através de eleições, dos representantes políticos para os poderes executivos e legislativos, com novos procedimentos de atuação dos cidadãos. As conferências, os conselhos, as consultas públicas, os plebiscitos, dentre outros mecanismos, são alguns dos novos componentes que podem aprofundar a democracia política e realizar a democracia em um sentido mais amplo, porque também democracia socioeconômica e cultural.

As conferências são, portanto, uma das maneiras de efetivar a democracia. Elas são instantes privilegiados de ausculta das demandas da sociedade civil e, especialmente, das comunidades culturais. Foi o que aconteceu centralmente nas conferências estaduais e nacionais

realizadas. Nelas, as demandas represadas pelo desinteresse com a cultura e as opiniões interdidas pelo autoritarismo dos governos, nacionais e estaduais, anteriores, puderam ser livremente formuladas. Natural, portanto, que as conferências tenham se voltado principalmente para ouvir a sociedade civil e as comunidades culturais.

Na V Conferência Estadual e na III Conferência Nacional devemos manter e aprimorar os procedimentos de ausculta, mas precisamos dar novos passos na perspectiva de aprofundar a democracia cultural. As conferências necessitam ser, cada vez mais, um lugar de elaboração conjunta das políticas culturais, que irão governar o estado e o país nos próximos anos. As construções dos planos e dos sistemas nacionais e estaduais de cultura reforçam este horizonte de exigência de trabalho colaborativo entre Estado e sociedade civil, com todas as tensões que isto possibilita e comporta em um regime democrático.

Deste modo, o grande desafio em 2013 é imaginar e realizar conferências que mantenham a ausculta, mas possibilitem um amplo trabalho conjunto no desenvolvimento de políticas culturais. Nesta perspectiva, novos procedimentos devem ser criados e adotados nas conferências. As demandas e opiniões provenientes das conferências passadas e a atuação nos anos recentes dos governos nacional e estadual permitem que sejam colocadas em discussão propostas mais elaboradas para o desenvolvimento de uma cultura cidadã no Brasil e na Bahia.

Uma última questão sempre aparece em debates acerca das conferências e mesmo de outros instrumentos de participação dos cidadãos: os resultados alcançados através destes mecanismos.

De imediato, cabe afirmar que a Secretaria Estadual de Cultura da Bahia tem assumido total compromisso não só com a realização, mas com a consideração de seus resultados. Neste sentido, para a elaboração do documento do Plano Estadual de Cultura – que será colocado em consulta pública, além de ser avaliado pelo Conselho Estadual de Cultura, antes de ser enviado para a Assembleia Legislativa –, foram analisadas todas as propostas provenientes das conferências realizadas

e, na medida do possível, contempladas e aglutinadas nos eixos e estratégias, necessariamente mais gerais do Plano.

Isto não significa, honestamente, que todas as propostas aprovadas nas conferências tenham sido ou possam ser implantadas. As demandas são muitas, diversas, algumas exigem recursos vultosos e outras são contraditórias, como é natural em um ambiente democrático. Mas, dentro das possibilidades da Secretaria, as propostas, em especial aquelas de maior repercussão social e cultural, têm sido efetivadas.

Elas são muitas. Mas, a título de exemplo, podem ser elencadas: a criação do Programa e da Rede de Formação e Qualificação em Cultura e o Centro de Formação em Artes para atender a continuada demanda por formação no campo da cultura; a criação e trabalho do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) como resposta às reivindicações de maior atenção para as culturas populares e identitárias, também relacionadas com a realização anual da Celebração das Culturas dos Sertões e do Encontro das Culturas Negras; a territorialização crescente da atuação da Secretaria, através das caravanas, das inúmeras atividades realizadas nos territórios, inclusive em equipamentos culturais da Secretaria, e, com destaque, a ampliação do número de proponentes e territórios contemplados pelos editais, periódicos e largamente divulgados. As políticas desenvolvidas para as artes, patrimônio e outras áreas culturais também estão sendo orientadas por reivindicações expressas nas conferências. Além disto, outros exemplos não podem ser esquecidos, tais como: a elaboração e aprovação da Lei Orgânica e os processo em curso da construção do Plano Estadual de Cultura, do Plano Estadual do Livro e Leitura e da reforma da Lei do Fundo Estadual de Cultura.

Por certo, as conferências têm suas limitações, como qualquer instituição social. Elas não podem resolver, em um passe de mágica, todos os problemas seculares da cultura no Brasil e na Bahia, nem mesmo atender os projetos de cada indivíduo envolvido no campo cultural. Mas, apesar de seus limites, têm permitido que as comunidades culturais e a sociedade civil sejam ouvidas; que elas participem da construção

de políticas públicas para enfrentar os problemas detectados e desenvolver a cultura e que, através do exercício da democracia direta, como cidadãos e sujeitos políticos colaborem para desenvolver a democracia, a cultura e a democratização da cultura no Brasil e na Bahia.

Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Estadual de Cultura (2013)

O ano de 2013 emerge como muito relevante para a cultura. Neste ano são realizadas a V Conferência Estadual de Cultura (Alagoinhas, 10 a 13 de outubro de 2013) e a III Conferência Nacional de Cultura (Brasília, 26 a 30 de novembro de 2013). As conferências têm sido importantes momentos de interação e diálogo entre poder público e sociedade civil/comunidade cultural, para discussão e construção conjunta de políticas culturais.

No caso da Bahia, desde o início do governo Jaques Wagner, a Secretaria Estadual de Cultura realizou conferências a cada dois anos (2007, 2009, 2011 e agora 2013) e assumiu o compromisso de implantar suas principais resoluções. Nesta perspectiva, em 2012, como âmbito da elaboração do Plano Estadual de Cultura, que está sendo colocado em consulta pública e será depois enviado para a Assembleia Legislativa, foram sistematizadas todas as demandas das conferências antes realizadas. Elas são alicerces do Plano Estadual de Cultura e dos vários planos setoriais de cultura, a exemplo do Plano Estadual do Livro e Leitura e horizonte das políticas culturais desenvolvidas na Bahia.

Ainda que nem todas as demandas possam ter se concretizado, muitas e importantes conquistas resultaram das conferências: a criação do Programa e da Rede de Formação e Qualificação em Cultura e o Centro de Formação em Artes que viabilizam cursos na capital e no

interior; a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) e a realização anual da Celebração das Culturas dos Sertões e do Encontro das Culturas Negras, que colocam em destaque estas culturas; a territorialização crescente da atuação da Secretaria, através de caravanas, de muitas atividades nos territórios e nos equipamentos culturais da Secretaria, além da ampliação do número de proponentes e territórios contemplados pelos editais anuais e largamente divulgados.

Outros importantes resultados foram: elaboração e aprovação da Lei Orgânica e os processos em curso da construção do Plano Estadual de Cultura; do Plano Estadual do Livro e Leitura e da reforma da Lei do Fundo Estadual de Cultura, conforme reivindicação das conferências. As políticas desenvolvidas para as artes, patrimônio e todas as áreas culturais estão sendo orientadas por propostas expressas nas conferências. Em suma, as conferências são horizontes para as políticas culturais na Bahia.

No plano nacional, as conferências também obtiveram resultados significativos, com destaque para a criação do Plano Nacional de Cultura em 2010, aprovado pelo Congresso Nacional com a vigência de 10 anos, e do Sistema Nacional de Cultura, aprovado em 2012 e agora em processo de implantação. Não por acaso o Sistema Nacional de Cultura é o tema da III Conferência Nacional de Cultura, assim como o Sistema Estadual de Cultura é o tema da V Conferência Estadual de Cultura.

SISTEMAS E POLÍTICAS CULTURAIS (2013)

Os sistemas de cultura podem transformar as políticas culturais em políticas de Estado. Isto é, em políticas que permanecem para além dos mandatos dos governos. Deste modo, alguns dos constantes e graves problemas das políticas culturais como ausência, descontinuidade e instabilidade podem e devem ser superados.

As legislações que criam os sistemas de cultura preveem que eles existam no plano nacional, estadual e municipal. Com isto, o país, os

estados e os municípios passam a ser dotados de um conjunto de estruturas que deve garantir a existência e a continuidade das políticas culturais. Os sistemas de cultura exigem a presença, pelo menos, de: órgão gestor, conselho, plano e fundo de cultura. A presença destas estruturas possibilita que o campo da cultura e das políticas culturais adquira uma intensa dinâmica e um grande potencial de desenvolvimento.

O órgão gestor e o conselho de cultura, com perfil participativo e plural, permitem a democratização da administração cultural, condição necessária para assegurar liberdade, diversidade, diálogos interculturais e exercício da crítica cultural, todos eles essenciais para o desenvolvimento da cultura.

Os planos de cultura – nacional; estaduais e municipais – aparecem como vitais para a definição de prioridades e para o planejamento da atuação no campo cultural. Todos sabem que as carências da área da cultura são imensas, devido à ausência de políticas culturais dos governos passados, que descuidaram da cultura. Com tantas demandas, é preciso que o poder público e a sociedade civil/comunidade cultural, sejam capazes de construir conjuntamente planos de cultura que definam com clareza passos e prioridades das políticas culturais. O Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010 e com suas metas definidas em 2011/2012, é o primeiro plano de cultura do Brasil em tempos democráticos. O Plano Estadual de Cultura, criado em 2011 e em construção desde 2012, será o primeiro plano de cultura da Bahia.

Sistemas de cultura exigem, por óbvio, a existência de fundos de cultura, pois uma das maiores vantagens da implantação dos sistemas é a possibilidade de repasse de recursos de fundo a fundo. Ou seja, do fundo nacional para fundos estaduais e municipais e dos fundos estaduais para os fundos municipais. Esta modalidade de transferência de recursos ocorre de maneira bem mais fácil e menos burocrática que os formatos jurídicos hoje existentes, como convênios, por exemplo.

Para que esta nova dinâmica de financiamento aconteça, torna-se necessária a existência de fundos e ampliação dos recursos do Fundo

Nacional de Cultura e do Fundo Estadual de Cultura. Na atualidade, o Fundo Nacional de Cultura corresponde a apenas 1/6 dos recursos investidos no financiamento nacional à cultura no Brasil. Já as leis de incentivo detêm 5/6 do financiamento público nacional. Além deste enorme desequilíbrio entre fundo e leis de incentivo, na sua trajetória histórica as leis de incentivo têm acumulado problemas como a alta concentração de seus recursos em determinados proponentes e regiões do país; a definição do uso de recursos públicos pelas empresas e muitos outros. Em suma, o financiamento à cultura via leis de incentivo, como elas funcionam no Brasil, não pode ser universalizável, pois não apresenta capacidade de atender as complexas e amplas demandas da diversidade cultural. Na Bahia, felizmente, a situação já se configura de outro modo: o Fundo Estadual de Cultura corresponde a 2/3 do financiamento estadual, enquanto o FazCultura (lei estadual de incentivo) mobiliza 1/3 dos recursos.

A implantação dos sistemas de cultura, além de dotar de maior estabilidade e de mais recursos o campo da cultura, possibilita, a exemplo do que aconteceu em outras áreas, uma melhor definição das responsabilidades na esfera da cultura entre os entes federativos: União, estados e municípios. Hoje, em geral, na cultura, todos estes entes são responsáveis por todas as atividades. As políticas de patrimônio e de artes, por exemplo, são atribuições de todos eles. Com a implantação dos sistemas, as responsabilidades podem ser delimitadas de modo mais consistente. A responsabilidade pelo sistema de formação em cultura, previsto nos sistemas, pode ser atribuída, por exemplo, a algum dos entes federativos, tendo os outros um papel complementar. No campo da educação, a definição hoje é bem clara: a União é responsável pelo ensino superior; os estados, pelo ensino médio e os municípios, pelo ensino básico. Este delineamento de tarefas racionaliza recursos e facilita a atuação mais colaborativa, porque não concorrente, dos entes federativos.

A implantação dos sistemas de cultura implica na elaboração de normas legais. Elas devem estimular a regulação e a participação social.

Implica também na qualificação da gestão cultural e na formação de gestores e conselheiros de cultura; na construção democrática de planos de cultura; na instalação de sistemas de informação e indicadores culturais confiáveis; no fortalecimento dos sistemas de financiamento, com destaque para os fundos de cultura e na governança colaborativa em toda esta rede.

As vantagens da instalação dos sistemas de culturas, por conseguinte, são muitas e fundamentais. As listadas anteriormente são apenas algumas delas. Neste sentido, a escolha dos temas Sistema Nacional de Cultura e Sistema Estadual de Cultura para as conferências deste ano nada tem de aleatório. Ela coloca em discussão na agenda pública da cultura temas vitais para o avanço da cultura e das políticas culturais no Brasil e na Bahia. Possibilita que o ano de 2013 seja o instante do grande salto organizativo da cultura com a implantação efetiva do Sistema Nacional de Cultura, do Sistema Estadual de Cultura e de Sistemas Municipais de Cultura em toda a Bahia.

CULTURAS E POLÍTICAS CULTURAIS (2013)

Desde o Governo Lula, na gestão do ministro Gilberto Gil, as políticas culturais no Brasil assumiram um conceito ampliado de cultura. Isto significa que a cultura deve ser entendida, para além do patrimônio e da arte, com suas dimensões: simbólica, cidadã e de desenvolvimento.

Como dimensão simbólica, exercida por todos os seres humanos, através de seu idioma, valores, visões de mundo, sensibilidades, comportamentos, culinárias, crenças, expressões estéticas, dentre outros, e especificamente por alguns dentre eles – os profissionais da cultura – que se dedicam especificamente a criação, transmissão, preservação e reflexão de bens e serviços simbólicos. A produção simbólica nos faz humanos.

Como dimensão cidadã, através do reconhecimento que a cultura é um direito humano fundamental, a exemplo de outros direitos da cidadania como educação, saúde, trabalho etc. A cidadania cultural compreende o pleno acesso aos bens e serviços culturais, a possibilidade de

experimentar a criação cultural e a participação na discussão e na elaboração das políticas culturais.

Como vetor de desenvolvimento, pelo entendimento de que sem a presença da cultura não há desenvolvimento em plenitude, pois ele abrange sempre e necessariamente aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais. A cultura é essencial para o aprimoramento dos indivíduos e das sociedades. Além disto, no mundo contemporâneo, diversas áreas da cultura – nunca todas elas – apresentam cada vez mais conexões com a economia, fazendo com que também neste horizonte a cultura – enquanto campo profissionalizado – apareça como vetor de desenvolvimento relevante para o século XXI, por via da economia da cultura e da economia criativa.

Todas estas dimensões também estão em debate nas conferências de 2013. Elas se expressam em subtemas como criação, produção, preservação, intercâmbios e circulação de bens artísticos e culturais; educação e formação artístico e cultural; democratização da comunicação e das culturas digitais; valorização do patrimônio cultural e proteção aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais; democratização e ampliação do acesso à cultura e descentralização da rede de equipamentos, serviços e espaços culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais; diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias sociais; valorização e fomento das iniciativas culturais locais e articulação em rede; formação para a diversidade, proteção e salvaguarda do direito à memória e identidades; institucionalização de territórios criativos e valorização do patrimônio cultural em destinos turísticos brasileiros para o desenvolvimento local e regional; qualificação em gestão, fomento financeiro e promoção de bens e serviços criativos no Brasil e no exterior; fomento à criação/produção/distribuição/comercialização e consumo/fruição de bens e serviços criativos, tendo como base as dimensões econômica, social, ambiental e cultural da sustentabilidade; direitos autorais e conexos, aperfeiçoamento dos marcos legais existentes e criação de arcabouço legal para a dinamização da economia criativa brasileira.

A conferência estadual de 2013 deve manter e aprimorar os procedimentos de ausculta das conferências anteriores, mas necessita ser um lugar de elaboração conjunta das políticas culturais, que irão nortear a atuação do estado nos próximos anos. A construção de planos e sistemas de cultura reforça este horizonte de trabalho colaborativo entre estado e sociedade civil. O grande desafio este ano é imaginar e realizar uma conferência que mantenha a ausculta, mas possibilite um amplo trabalho conjunto.

Nesta perspectiva, novos procedimentos devem ser adotados na V Conferência. As demandas sistematizadas provenientes das conferências passadas devem ser analisadas. A atuação dos governos nos anos recentes deve ser levada em conta para avaliar o que foi implantado e aquilo que não foi possível ser efetivado. Os planos de cultura elaborados ou em construção devem ser considerados. Este conjunto de informações permite colocar em discussão propostas mais elaboradas e consistentes para o desenvolvimento da cultura no Brasil e na Bahia. Em suma, a V Conferência Estadual de Cultura deve assumir uma atitude que conjugue ausculta e proposição mais efetiva de políticas e ações culturais.

Depois da realização de quatro conferências de cultura anteriores na Bahia e duas no Brasil, torna-se vital dar este passo. Sem ele, o avanço das políticas culturais e de uma cultura cidadã na Bahia estará comprometido. Com ele, será possível realizar a transformação cultural que a Bahia e o Brasil necessitam. Depois das profundas mudanças sociais e econômicas acontecidas no país e no estado nos Governos Lula e Dilma e no Governo Wagner, precisamos fazer com que elas sejam consolidadas e que outras mudanças entravadas sejam deslanchadas, a exemplo da reforma política, tão imprescindível ao aprofundamento da democracia política; à constituição de uma nova cultura política; ao revigoramento da representação no campo da política e à ampliação das modalidades de participação mais ativa dos cidadãos nas decisões políticas.

As transformações em andamento no Brasil e na Bahia não podem estar desarticuladas de mudanças culturais que possibilitem a emergência de uma efetiva cultura cidadã. Uma cultura inspirada em valores democráticos, republicanos, solidários e libertários, que se contrapõe vigorosamente a quaisquer discriminações e preconceitos, sejam eles: de classe social, raça, gênero, orientação sexual, idade, região, nacionalidade, religião, identidades culturais e outros. Uma cultura que possibilite uma rica convivência humana, cada vez mais demasiadamente humana, em um Brasil e em uma Bahia mais democráticos, republicanos, diversos, plurais, solidários, criativos e menos desiguais, intolerantes e violentos.

Conferências e territórios (2011)

A Secretaria de Cultura da Bahia, desde o início, abraçou com vontade o projeto dos territórios de identidade, esboçado pela Secretaria de Planejamento no começo do governo Jaques Wagner, visando mudar e consolidar a atuação do Estado em todo o território baiano.

Esta adesão, convicta e imediata, decorreu de diversas motivações. Dentre elas podem ser citadas: o reconhecimento de que a dimensão e a diversidade da Bahia impõem ao Estado a necessidade de uma atuação regionalizada em seus diferentes territórios e que o território só pode ser imaginado considerando o sentimento de pertencimento dos municípios e cidadãos com relação ao seu território. Ou como anuncia o projeto: sua identidade. Assim, o componente cultural está inscrito mesmo na noção de territórios de identidade.

Desde então, a atuação da Secretaria de Cultura se faz na perspectiva de trabalhar com a territorialização da cultura na Bahia. Aqui cabe tomar um cuidado: territorialização não pode ser confundida, sem mais, com interiorização. A territorialização é também interiorização. Mas é bem mais que isto. É a busca de levar as políticas culturais a todos

os territórios da Bahia que estavam excluídos, inclusive as periferias de Salvador, também elas alijadas da atuação cultural do Estado. Aliás, uma das marcas diferenciais da Secretaria de Cultura tem sido seu engajamento neste processo de territorialização.

Em 2011, construiu-se, junto com a comunidade cultural, a sociedade baiana e os poderes públicos municipais, nossa IV Conferência Estadual de Cultura. Ela possibilitou a realização de 316 conferências municipais; 26 territoriais; pouco mais de 10 conferências setoriais e, por fim, da fase estadual da conferência em Vitória da Conquista de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2011. Todo este processo visava ouvir as demandas culturais da Bahia, prestar contas do que vem sendo realizado e construir, de modo colaborativo, os planos: municipais; territoriais; setoriais e estadual de cultura.

Desde 2010, o Brasil possui um Plano Nacional de Cultura, aprovado pelo Congresso Nacional, que prevê as necessidades e prioridades da cultura para um prazo de 10 anos. Nele, está definida a construção dos planos estaduais e municipais, com o mesmo prazo de vigência. Tal dinâmica de planejamento e atuação deve fortalecer muito e dar estabilidade as políticas culturais no Brasil e na Bahia.

Com as conferências municipais quase todas já realizadas, entramos agora na etapa dos encontros territoriais de cultura. Tais conferências são uma singularidade baiana, devido ao projeto de territorialização da Bahia e à adesão da Secretaria a este processo, pois elas não ocorrem em outros estados brasileiros.

Com as conferências territoriais, a Secretaria de Cultura buscou não só ouvir e prestar contas aos diferentes territórios, como ocorre em todas as outras conferências, mas também quer ajudar a consolidar os próprios territórios. Eles nasceram com base em critérios elaborados de modo estudado pela Secretaria de Planejamento. Mas sua consolidação passa necessariamente pela construção cotidiana de sua identidade. Um reconhecimento que permita detectar interesses comuns para resolver problemas compartilhados e para aproveitar, de modo

conjunto, oportunidades. Sem isto, o território de identidade não se consolida enquanto marco do planejamento e da atuação do Estado.

A Secretaria de Cultura acredita que a ideia de pertencimento é passo essencial para a consolidação dos territórios de identidade. Ela, com as conferências e todo seu trabalho nos territórios, busca ajudar a construir culturalmente e potencializar a ação dos territórios de identidade, para fazer deles um efetivo agente da transformação do desenvolvimento em nosso estado. Nesta perspectiva, estamos incentivando a constituição de consórcios intermunicipais de cultura ou estimulando que os existentes para que acolham também a esfera da cultura. Os consórcios funcionam como entes de governança dos territórios e são vitais para um novo planejamento e atuação do estado, que tenha como meta um desenvolvimento integrado e mais equilibrado no Estado da Bahia.

Colegiados setoriais e participação cultural (2013)

O pensamento contemporâneo acerca da democracia e da cidadania culturais contempla, pelo menos, três dimensões como condições iminentes para sua realização consistente: o acesso aos bens e serviços culturais, a garantia de experimentar a criação cultural e a possibilidade de intervir e influenciar nas políticas públicas de cultura.

Devido ao horizonte deste texto, não cabe discutir os dois primeiros tópicos. Vamos, portanto, concentrar nossa atenção na possibilidade de intervir e influenciar nas políticas públicas de cultura. Como afirmado acima, ela é uma das exigências fundamentais para a existência da democracia e da cidadania culturais.

A rigor, só existem políticas públicas, em quaisquer áreas, se e somente se elas são construídas através da discussão e deliberação públicas. Estes são dois requisitos fundamentais para se falar em

políticas públicas, sem os quais, a rigor, não podemos falar destas. Deste modo, as políticas públicas de cultura, para existir, pressupõem a democracia e a cidadania culturais e, mais especificamente, a possibilidade e a capacidade dos cidadãos intervirem e influenciarem no desenvolvimento destas políticas públicas.

Para que esta intervenção se efetive substantivamente como influência, são necessários canais que estimulem e possibilitem a participação nas políticas culturais. No Brasil, desde o processo de democratização do país estão sendo construídos, através de lutas sociais e políticas, alguns canais de participação. As conferências, os fóruns, os conselhos, os colegiados, as ouvidorias e outras instâncias coletivas são alguns exemplos deles.

As conferências são momentos relevantes de conexão entre Estado e sociedade civil. Elas são potencialmente amplas e se apresentam por vezes harmônicas, por vezes tensas, como é próprio de uma situação democrática. Mas as conferências são interações periódicas que precisam sempre ser complementadas por outras modalidades de participação menos sazonais.

Os conselhos têm uma possibilidade de participação mais limitada, mas apresentam uma enorme vantagem, pois são mecanismos mais permanentes de participação. Não cabe, entretanto, contrapor estes procedimentos, pois eles, em geral, assumem atuações bastante complementares.

Os colegiados setoriais não têm a abrangência temática dos conselhos, já que estão voltados para áreas específicas. Também neste caso eles devem ser vistos como instrumentos complementares, colaborativos e conectados com os conselhos. Sem esta articulação entre os conselhos e os colegiados setoriais, muitas vezes os próprios conselhos perdem representatividade e dinamicidade.

Com base nestes entendimentos, a Secretaria de Cultura e, mais destacadamente, a Fundação Cultural do Estado da Bahia colocaram entre suas prioridades a construção de dispositivos que viabilizem a

participação da comunidade cultural e artística na construção das políticas de cultura e de arte da Bahia.

Em 2012, foram constituídos os colegiados setoriais de sete áreas artísticas: artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música e teatro. O processo foi de grande riqueza e aprendizado para todos que dele participaram. Na Secretaria de Cultura, ele foi inspirador e estimulador da construção de colegiados setoriais em diversos outros campos da cultura. Todo este interessante processo está agora retratado nesta publicação. Com ela, pretende-se não só documentar a construção dos colegiados setoriais de artes, mas também disponibilizar procedimentos visando estimular a constituição de colegiados setoriais em territórios baianos e de outros estados brasileiros.

Fórum do Pensamento Crítico (2013)

O desenvolvimento de uma cultura cidadã emerge como componente vital do processo de transformação da sociedade atual. A contemporaneidade tem se caracterizado pela contraditória combinação entre o vertiginoso aceleração do mundo, aparentemente desmanchando tudo que é sólido no ar, e manutenção de determinadas estruturas sociais e valores, que subsistem a este processo, mesmo sofrendo seus impactos.

A dinâmica capitalista persiste organizando a sociedade. O capitalismo manufatureiro, industrial e cognitivo, por óbvio, têm diferenças, mas se localizam dentro de uma lógica comum de acumulação do capital e de exploração do trabalho. O pensamento crítico emerge como imprescindível para desvelar e denunciar estas e outras modalidades de opressão, não necessariamente vinculadas às dimensões oriundas de classes sociais, mas sempre conformadoras do social, como aquelas associadas às discriminações de nações, gênero,

orientação sexual, cor, idade e outras localizadas em patamares sociais e/ou individuais. O mundo glocal potencializa e nos coloca estes e outros enormes desafios para o presente e futuro da humanidade. A preservação da biodiversidade e o estímulo à diversidade cultural aparecem como dois destes desafios contemporâneos.

O Brasil e a Bahia vivem na atualidade um desenvolvimento econômico e social de grandes proporções. O país incorporou à vida com um mínimo de dignidade e ao mercado uma população semelhante à da Colômbia ou Argentina. Este feito não é nada desprezível em um país cuja história sempre se caracterizou pelo autoritarismo, intensa desigualdade social e descompromisso das elites com o destino da sua população. A incorporação desta parcela populacional e a construção de um grande mercado interno são fundamentos do desenvolvimento recente do Brasil.

Tais mudanças socioeconômicas devem ser acompanhadas por transformações políticas e culturais. Essencial acontecer uma reforma política que institua o financiamento público de campanha, pois o financiamento privado tem se mostrado uma grande fonte de corrupção e cooptação de pessoas e entidades. Uma reforma política que busque também interditar as interações entre política e Estado através do mero preenchimento fisiológico de cargos.

Igualmente necessária acontecer uma transformação cultural, que mude de modo radical os valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, que tenham compromisso com transparência, equidade, paz social, respeito à diversidade e estímulo aos diálogos interculturais, imprescindíveis à nova sociedade e ao novo modelo de desenvolvimento.

A atuação da Secretaria não apenas busca o desenvolvimento da cultura, mas assume como compromisso qualificar este desenvolvimento pela superação de valores autoritários, conservadores, intolerantes e monolíticos por novos valores que estejam em sintonia com o

aprimoramento da sociedade e a emancipação dos indivíduos. A política cultural adotada, por conseguinte, nada teve de neutra. Pelo contrário, ela toma nitidamente posição nas lutas culturais e políticas em curso nas sociedades: internacional, brasileira e baiana.

Para realizar este necessário processo de transformação cultural, as políticas culturais devem incorporar a dimensão do pensamento como momento privilegiado de questionamento da sociedade atual e da capacidade de imaginar outro mundo possível.

Neste horizonte, a Secretaria de Cultura da Bahia criou o Fórum do Pensamento Crítico. Ele pretende colocar em discussão pública, de modo amplo e democrático, temas fundamentais da e para a nossa contemporaneidade, buscando colaborar com o processo de transformação no plano específico das ideias. O Fórum em sua edição de 2012 priorizou a temática “Cultura e cidade”. Para 2013, o tema escolhido foi “Cultura e transformação da sociedade”.

Fórum do Pensamento Crítico: autoritarismo e democracia 1964-2014 (2014)

O ano de 2014 será emblemático para uma reflexão sobre autoritarismo e democracia no Brasil e na Bahia. Em 2014, os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 devem servir como memória viva para que ditaduras e autoritarismos não sejam mais possíveis no presente e no futuro da sociedade. Em 2014, os 30 anos da campanha das Diretas Já devem ser comemorados como momento catalisador e exemplar de luta pela democracia e como inspiração para novas lutas democráticas imprescindíveis na atualidade.

A ditadura civil-militar marca profundamente a história e mesmo o presente das sociedades brasileira e baiana. Ela interditou a realização

das reformas de base (urbana, agrária, universitária etc.) e bloqueou naqueles anos a possibilidade da construção no Brasil e na Bahia de uma sociedade mais justa, democrática e livre, que incorporasse toda população em sua dinâmica societária. Em lugar disto, impôs uma “modernização conservadora” com um modelo de desenvolvimento altamente concentrador, desigual e excludente, alicerçado no arrocho salarial; na restrição às liberdades; no apoio e controle rigoroso da mídia; na censura às opiniões diferentes e às manifestações culturais divergentes; na perseguição, repressão, tortura e assassinato de todos aqueles que fossem considerados adversários da ditadura. Ela marcou profundamente o passado, ainda marca o presente e talvez o futuro.

A campanha das Diretas Já pode ser considerada como momento emblemático da luta pela democracia. Ela de algum modo sintetiza as muitas e variadas modalidades de luta que foram empreendidas contra a ditadura civil-militar. Possibilita a transição do autoritarismo para a democracia, com suas virtudes e limitações. O movimento das Diretas Já, ainda que derrotado em 1984 no seu intento maior de eleição direta do presidente do Brasil, expressara o desejo da sociedade brasileira e baiana de construção da democracia. Ele derrota, mas não derruba a ditadura.

O processo de construção da democracia no Brasil e na Bahia tem se mostrado bastante complexo. O modo específico da transição do autoritarismo para a democracia no Brasil e na Bahia, uma transição pelo alto no dizer de alguns autores, impacta profundamente no processo de construção da democracia. Ele articula de modo desigual e combinado: avanços e retrocessos, mudanças e persistências, possibilidades e limitações, aliados e adversários. Por conseguinte, ele permite modalidades bem distintas de pensar e de realizar a democracia.

Os movimentos acontecidos em meados de 2013, com todas as suas ambiguidades, contradições e tentativas de manipulação, expressam a tensão entre alternativas possíveis de democracia: algumas meramente formais outras substantivas; algumas somente representativas outras incorporando novos formatos de participação. Os movimentos atualizam e colocam em cena a discussão sobre

o presente e o futuro da democracia. As ruas trazem para o cenário público e recolocam em disputa estas distintas e muitas vezes antagônicas concepções de democracia.

O III Fórum do Pensamento Crítico, a ser realizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, de 24 a 28 de março de 2014, no Teatro Castro Alves, pretende discutir publicamente o tema Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia: 1964-2014, considerado fundamental para imaginar nosso passado, presente e futuro. Nestes cinco dias, serão realizados oito debates: 1. O que possibilitou o golpe civil-militar de 1964? 2. Como a ditadura redesenhou o Brasil e quais suas repercussões no futuro do país? 3. Como a ditadura redesenhou a Bahia e quais suas repercussões no futuro do estado? 4. Quais as heranças culturais e comunicacionais da ditadura no Brasil? 5. Quais as heranças culturais e comunicacionais da ditadura na Bahia? 6. Como foi realizada a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil e quais suas consequências? 7. Como foi realizada a transição do autoritarismo para a democracia na Bahia e quais suas consequências? E, por fim, quais os avanços e limites da democracia na contemporaneidade? Entre os expositores convidados estão, dentre outros: estudiosos, políticos, pesquisadores, artistas, professores universitários, jornalistas, lideranças e militantes sociais.

A programação do III Fórum do Pensamento Crítico, além dos oito debates a serem realizados em Salvador, contempla espetáculo de encerramento no dia 28 de março, à noite, no Teatro Castro Alves; diversos debates sobre o tema Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia: 1964 – 2014 e mostras de filmes sobre a temática em diversas cidades baianas. O Fórum tem diversos parceiros institucionais: Secretaria Estadual de Educação da Bahia, ministérios, universidades e entidades da sociedade civil. Todas estas entidades pretendem colaborar não só com o direito à memória, mas buscam colocar na agenda pública a necessidade vital de pensar e de agir para superar o autoritarismo e aprofundar a vida democrática.

O Fórum se debruça sobre o tema autoritarismo e democracia, como campo de força e de disputa, que reúne memória e contemporaneidade,

que olha o passado para pensar e atuar no presente e para imaginar futuros possíveis. O Fórum busca reavivar nossa memória dos autoritarismos, que marcam drasticamente a história do Brasil e da Bahia e muitas vezes ainda persistem de modo expresso ou camuflado, e lembrar a todo instante o vital compromisso de enfrentar e superar todos eles. Ele busca, em sintonia fina de memória e atualidade, colocar na cena e no debate público temas essenciais para a superação de todas as modalidades de autoritarismos e para o aprofundamento da democracia na contemporaneidade. O III Fórum do Pensamento Crítico entende a democracia como um processo vivo, sempre em atualização e atento aos perigos do autoritarismo.

Diálogos Interculturais e Identidades

*Internacionalização da cultura da
Bahia (2013)*

Uma das diretrizes das políticas culturais assumidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia indica os diálogos interculturais como dispositivo imprescindível para o desenvolvimento e o enriquecimento da cultura. Toma-se como pressuposto que toda manifestação cultural isolada, fechada, aprisionada nas paredes de um gueto, sem efetivar trocas com outras manifestações simbólicas tende a se esclerosar. Nesta perspectiva, os diálogos

interculturais adquirem um papel estratégico para a vida cultural em uma contemporaneidade cada vez mais glocalizada.

A Secretaria de Cultura tem realizado um formidável esforço de inscrever a cultura da Bahia em uma intensa dinâmica de interações intermunicipais, regionais, nacionais e internacionais. Este processo se traduz por múltiplas iniciativas que buscam intensificar o intercâmbio de nossa cultura com outros universos simbólicos. Mesmo atividades não explicitamente vocacionadas para os diálogos têm assumido um vital compromisso com estas dinâmicas.

A Celebração das Culturas dos Sertões nos faz intercambiar com expressões enraizadas em muitos territórios da Bahia e do Brasil, em especial do Nordeste e de Minas Gerais. O Encontro das Culturas Negras tem possibilitado articulações entre as culturas negras da Bahia, do Brasil e outras partes do mundo, como as Américas e a África. As Caravanas Culturais, que percorrem regiões do estado, buscam (re)conhecer e conectar as diferentes culturas que habitam e conformam a Bahia.

Em um horizonte mais orientado para as trocas culturais, têm se destacado algumas ações, a exemplo do recente investimento feito na difusão do teatro, com a realização da Mostra do Teatro Baiano no Festival de Teatro de Curitiba, onde foram apresentadas sete peças selecionadas com a curadoria do ator Wagner Moura, e com a organização de kit destinado à divulgação focada de nosso teatro para curadores e profissionais especializados da mídia.

Para além das fronteiras nacionais, merece atenção a atuação da Assessoria de Relações Internacionais. Ela, mesmo com suas limitações orçamentárias e de pessoal, através de ações como o Bahia Music Export e o programa de mobilidade artístico-cultural, projeta nossa inscrição no mundo. A Residência Artístico-Cultural do Pelourinho, em processo de instalação, servirá para intensificar nossas conexões internacionais.

Tais relações interculturais, nacionais e internacionais, por óbvio, pressupõem a afirmação da singularidade da cultura baiana e a relevância

de nossa identidade cultural. A rigor, sem estes reconhecimentos, não pode haver uma verdadeira troca cultural, pois ela implica sempre em um encontro entre culturas que se (re)conheçam e respeitem como movimentos relevantes. Sem isto, em lugar de trocas emergem imposições, dominações e imperialismos culturais.

Tomando em consideração todo este contexto, a Secretaria de Cultura, através da Coordenação de Literatura da Fundação Cultural do Estado da Bahia; da Diretoria do Livro e Leitura da Fundação Pedro Calmon e da Assessoria de Relações Internacionais, resolveu dar um passo no sentido de colaborar com a internacionalização da literatura baiana em 2013. Como neste ano, de 9 a 13 de outubro, o Brasil será o país homenageado na Feira do Livro de Frankfurt, uma das mais importantes do mundo, surgiu o projeto de ter uma presença mais coletiva da literatura baiana no evento.

Assim, resolvemos lançar na Feira uma publicação trilingue (inglês, alemão e espanhol) com textos de 18 nomes representativos do universo literário da Bahia, envolvendo distintas gerações, gêneros e perfis. O processo de seleção foi realizado por uma comissão de seis especialistas especialmente convidados para esta, sem dúvida, difícil tarefa.

Esta publicação, a ser lançada em Frankfurt, depois será utilizada em outros eventos internacionais para difundir a literatura baiana. Com estas ações, a Secretaria de Cultura busca contribuir para a internacionalização da cultura da Bahia e, em especial, para o estabelecimento de novos diálogos interculturais, tão vitais para a cultura.

Culturas da diáspora africana (2011)

A modernidade ocidental conviveu e mesmo promoveu a brutal escravidão de seres humanos, em especial, capturados em terras africanas. Esta violência obrigou milhões de africanos a serem levados

compulsoriamente de suas terras para muitas regiões do planeta, em especial para as Américas. Elas, recém-“descobertas”, estavam sendo incorporadas pelo nascente capitalismo, com base em processos de colonização também realizados de maneira brutal com os seus povos originários. Este movimento forçado de milhões de seres humanos fez com que as múltiplas culturas africanas se espalhassem pelo mundo e pelas Américas. Ao se mesclar aos ambientes locais, tais culturas criaram manifestações que marcam de modo profundo o mundo contemporâneo.

O Brasil recebeu, do século XVI ao XIX, mais de seis milhões de africanos de diversas regiões daquele continente. Tais pessoas foram trazidas de modo compulsório e violento. Como escravos e depois como homens livres, tiveram papel fundamental na constituição histórica do que veio a ser o Brasil. Eles e seus descendentes conformaram de maneira significativa, junto com outras tradições, a cultura brasileira. A singular civilização construída nos trópicos não poderia existir sem este componente cultural.

A Bahia é um dos lugares do Brasil onde esta herança é mais visível e reconhecida. Somos um território de forte presença étnica e cultural afrodescendente. Nada mais natural que este estado brasileiro busque celebrar as culturas da diáspora e pretenda sediar um grande festival anual inteiramente dedicado à valorização, à divulgação e ao intercâmbio destas culturas.

Tal festival, a ser realizado a partir de agosto de 2012, em Salvador e no Recôncavo Baiano, tem obrigação de assumir uma perspectiva abrangente e contemplar todas as modalidades de manifestações das culturas da diáspora africana. Ele busca difundir estas culturas, tão ricas e diversas; possibilitar um maior e melhor conhecimento delas e ampliar seu intercâmbio. Além de criar redes de cooperação entre os agentes culturais envolvidos neste cenário e estimular reflexões e estudos sobre uma das modalidades de cultura mais presentes e significativas no mundo atual.

O festival deve estar aberto e ter espaço para a diversidade de áreas contempladas por estas culturas. Ele terá que abarcar esferas tão

distintas quanto: estudos e reflexões; literatura; música; dança; artesanato; artes visuais; cinema e audiovisual; culinária; vestuário; religiosidade; dentre outras dimensões múltiplas das culturas da diáspora. Nenhuma destas manifestações pode ficar de fora ou ser menosprezada. Todo este mosaico plural é vital na constituição das culturas da diáspora.

Um festival desta envergadura só será possível com a participação dos movimentos mais expressivos das culturas afrodescendentes baianas e se for construído com esses grupos. Eles estão convidados a um trabalho conjunto e colaborativo. Os parceiros também podem e devem ser múltiplos: Governo do Estado da Bahia, através das secretarias de Cultura; Promoção da Igualdade; Turismo; Educação e Relações Internacionais; universidades estaduais; Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira; governo federal, através dos Ministérios da Cultura, Relações Externas, Turismo, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; universidades federais; organizações da sociedade civil local, nacional e internacional; empresas; organizações multilaterais e governos de países que acolhem significativas culturas da diáspora africana.

A presença de expressivos movimentos afrodescendentes na Bahia com a visibilidade, nacional e internacional, alcançada por tais grupos e por suas manifestações populares, permite imaginar que nosso estado dispõe de um excelente suporte social e cultural para poder propor e acolher um festival com esta envergadura. Um festival desta dimensão pode projetar ainda mais a Bahia e sua cultura. Ele (re)coloca nosso estado como encruzilhada, que conecta e (re)úne os povos da diáspora. Ele possibilita conhecer, reconhecer e atualizar as muitas áfricas que habitam estas culturas e estes povos, inclusive aquelas que habitam e produzem o imaginário vivo da cultura baiana.

Um encontro das culturas negras (2012)

Novembro se transformou em um mês emblemático para o Brasil, a Bahia e sua população afrodescendente. O luta do movimento negro possibilitou um expressivo deslocamento simbólico: em lugar de comemorar a abolição da escravatura assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio, a nova tradição construída passou a celebrar a consciência negra no dia 20 de novembro, em homenagem a Zumbi e à luta, passada e presente, de todos contra racismo, desigualdade e discriminação étnicas. Além desta vitoriosa reescritura da história, dois acontecimentos, dentre outros, conformam o Novembro Negro. No dia 08 de novembro de 1799, quatro dos cinco maiores líderes da Revolta dos Búzios, todos eles populares, foram executados. A Revolução dos Búzios foi uma das primeiras e mais importantes revoltas com cunho nitidamente social e participação popular no Brasil. Hoje, suas lideranças são consideradas heróis nacionais. Mais recentemente, em novembro de 2011, aconteceu o Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que em seu documento final propôs Salvador como a capital ibero-americana dos afrodescendentes. A ONU, depois do ano, resolveu ampliar o tempo dedicado ao tema e estabeleceu a “década afrodescendente”. O Encontro das Culturas Negras ocorre e ganha sentido no contexto do novembro negro, que vem sendo celebrado pelo governo estadual desde o início da gestão do governador Jaques Wagner.

O Encontro das Culturas Negras pretende realizar, anualmente, em Salvador e no Recôncavo Baiano, uma grande reunião das culturas negras do Brasil, das Américas e do mundo, envolvendo as mais variadas manifestações destas culturas. Ele busca: possibilitar um maior e melhor conhecimento das culturas negras; ampliar o diálogo e o intercâmbio entre as culturas negras nacionais e internacionais; criar redes de cooperação entre seus agentes; estimular reflexões e estudos;

incentivar a difusão das culturas negras; posicionar e consolidar a Bahia como lugar de referência das culturas negras e contribuir para o desenvolvimento de políticas afins na Bahia.

Todos estes objetivos pretendidos estão expressos na programação de sua primeira edição, que acontece nos dias 8, 9 e 10 de novembro em Salvador e 12 em Santo Amaro. Ela está composta de mesas-redondas, plenárias, mostras e apresentações artísticas, dentre outras modalidades. As mesas-redondas, com importantes convidados internacionais e nacionais, tratam temas como “Culturas negras no mundo contemporâneo”, “Carnavais negros das Américas”, “Culturas negras no Brasil hoje” e “Diversidade das culturas negras da Bahia”. As plenárias visam estimular o desenvolvimento de redes de cooperação e intercâmbio entre estudiosos, criadores e produtores das culturas negras. As mostras, realizadas em diversos espaços expositivos da cidade, dão visibilidade à expressiva plasticidade das culturas negras. As apresentações reúnem inúmeros espetáculos culturais – música, teatro, dança, capoeira etc. – em performances de artistas internacionais e brasileiros, nomes relevantes da cena cultural negra.

O processo de construção do encontro foi caracterizado pela busca de um diálogo amplo e intenso com secretarias estaduais, ministérios, instituições, grupos e coletivos culturais. Foram muitas conversas e consultas locais, nacionais e internacionais. A articulação da plural comunidade cultural envolvida com as culturas negras sempre apareceu como uma condição essencial para a construção de um projeto, que não se configure apenas como um mero evento, mas que possibilite a conformação de um processo, coletivo e potente, que possa contemplar a riqueza e a diversidade das culturas negras. Elas, de modo substantivo, têm marcado no mundo e no Brasil as tradições e as contemporaneidades culturais.

Um dos mais relevantes objetivos do Encontro é consolidar a Bahia como um lugar mundial de referência das culturas negras. Ele só pode

ser alcançado através de um processo de construção dialógico, agregador e plural, que congregue democraticamente Estado e sociedade na construção de políticas para as culturas negras.

Bahia: encruzilhada das culturas negras (2012)

Acaba de acontecer em Salvador e Santo Amaro o I Encontro das Culturas Negras. O evento se insere no conjunto de atividades desencadeadas pelo Ano Internacional dos Afrodescendentes, comemorado em 2011, e continuadas pelo encontro ibero-americano, intitulado Afro XXI, realizado naquele ano em Salvador e pela proclamação da década dedicada aos afrodescendentes, desenvolvida a partir de 2012. Ele está integrado às celebrações do Novembro Negro, promovidas pelo Governo do Estado, desde 2007.

O evento, construído conjuntamente com órgãos estaduais, federais e sociedade civil, teve a participação de personalidades oriundas de inúmeros lugares do mundo, do Brasil e da Bahia. Estiveram presentes instituições e pessoas de países como: Angola, Argentina, Cabo Verde, Camarões, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, além de convidados de diversos estados brasileiros, a exemplo de Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Diversas cidades baianas também estiveram representadas na reunião.

O I Encontro desenvolveu uma ampla e diversificada programação cultural e artística, com mesas-redondas, plenárias, exposições, oficinas, apresentações de música, teatro e dança. Foram discutidos temas relevantes, tais como: “Culturas negras no mundo contemporâneo”, “Carnavais negros nas Américas”, “Culturas negras no Brasil hoje” e “Diversidade das culturas negras na Bahia”. Duas plenárias foram

realizadas sobre temáticas como: “Encontro de estudos das culturas negras” e “Redes de intercâmbio e cooperação das culturas negras”. Nestes debates estiveram envolvidos, dentre outros: Chico César, Muniz Sodré, Liv Sovik, Edgardo Ortuño, Mahomed Bamba, Simon Njami, Umi Vaughan, Jaime Sodré, Nelson Maca, Alberto Pita, Rosildo do Rosário, Antonio Godi, Jamile Borges, Cecília Soares e Ayrson Heráclito.

Dentre as inúmeras atrações artísticas, podem ser lembrados os grupos “Candombe Puro” (Uruguai), “Madero” (Venezuela), “Berimbrown” (Minas Gerais) e o maracatu “Aruenda da Saudade” (Paraíba). A Bahia esteve representada, por exemplo, pelas orquestras “Rumpilez” e “Afrosinfônica”, além do “Zambiapunga” e “Dianorina”. Homenagens foram feitas a personalidades significativas para a história das culturas negras no Brasil: Edison Carneiro, que este ano completaria 100 anos, estudioso do candomblé e das culturas populares, e Mestre King, um dos criadores da dança afro no Brasil.

Além da rica programação e das interessantes atrações, o I Encontro das Culturas Negras propiciou dois momentos memoráveis de grande simbologia para o movimento das culturas negras. O primeiro aconteceu no início da noite do dia nove de novembro no Terreiro de Jesus. O “Encontro dos Tambores” reuniu mais de 100 tambores dos mais marcantes blocos negros de Salvador. Percussionistas do Ilê Aiyê, Timbalada, Cortejo Afro, Filhos de Gandhi, Didá, Malê, Muzenza, Bankoma, Okambi e Os Negões foram regidos por Carlinhos Brown, em um espetáculo de rara beleza, ritmo e harmonia. Quem esteve na praça pode presenciar este instante especial das culturas negras da Bahia, que expressou a grandeza e a potência das nossas culturas negras.

O outro momento expressivo e emblemático, também aconteceu no Terreiro de Jesus, mas no dia seguinte, 10 de novembro. Neste dia, às 22 horas, com a praça literalmente tomada pelo povo, aconteceu a apresentação do Ilê Aiyê e do Olodum, os dois mais representativos blocos das culturas negras da Bahia. Após as belas performances de cada um dos blocos, estava reservado um grande final. No auge do espetáculo, os dois

blocos compartilharam o mesmo palco e se apresentam juntos. Imagens, sons e atitude para ninguém, que estava ou não na praça, esquecer.

A força da (re)união dos tambores nestes dois episódios memoráveis, por certo, é a simbologia e o resultado mais vivo e contundente do I Encontro das Culturas Negras. Enquanto evento processual, o encontro busca estimular a construção de pactos e de trabalhos colaborativos, cada vez mais consistentes, entre os agentes das culturas negras, visando potencializar ainda mais estas culturas e transformar a Bahia em uma verdadeira encruzilhada das culturas negras de todo o mundo. Em 2013, com o segundo encontro, mais um passo será dado nesta perspectiva.

Carnaval negro: 40 anos (2014)

Antes de quaisquer palavras, cabe lembrar que os blocos afros criaram, como seu ritmo, visual e beleza, o recente carnaval negro da Bahia. Na atualidade, ele marca, de modo inconfundível, e dá singularidade ao nosso carnaval, em conjunto com a engenhosidade dos trios elétricos. Mas hoje os trios já se difundiram por tudo o Brasil e estão presentes em muitos carnavais. Sem dúvida, também o carnaval negro baiano está em outros lugares, através das chamadas micaretas, mas elas não traduzem e expressam a riqueza do carnaval negro de Salvador.

Em 2014, devemos dar parabéns ao Ilê Ayê por sua coragem de desafiar poderes conservadores e atitudes racistas, afirmar a beleza negra e inaugurar a africanização recente do carnaval da Bahia. Parabéns, também, às outras agremiações negras da Bahia. Ao Olodum, por seu ritmo e presença nacional e internacional; ao Malê, pelo apuro de suas danças; ao Cortejo Afro, por seu cuidadoso visual estético; ao Muzenza; aos Negões; ao Bancoma: enfim, a todos os blocos que expressam com

vida e vigor as tradições e as dinâmicas das culturas afro-baianas no carnaval, dando singularidade, ritmo e beleza à nossa festa popular.

A comemoração dos 40 anos do Ilê Ayê e de muitos outros aniversários “redondos” de blocos negros em 2014 desafia olhares e requer reflexões destinadas às ricas trajetórias destas agremiações culturais e políticas, porque elas desencadearam mudanças estéticas e deslocamentos de poder nada desprezíveis em uma sociedade muitas vezes impermeável às mudanças.

Mas os aniversários colocam em cena uma questão mais atual: como as comemorações podem trazer novas mudanças e renovações? Em tempos pré-carnavalescos são muitas as indagações sobre possíveis novidades na festa. Muitas vezes, tais questionamentos apenas atendem a uma dinâmica imposta pela lógica mercantil. Ela difunde uma imagem de que o carnaval necessita e tem capacidade intrínseca de se renovar a cada edição. Ele seria mercadoria sempre nova. Nesta perspectiva, todos os anos os agentes mercantis, que desejam aprisionar o carnaval, cantam e exaltam “novidades”, que a rigor não passam de escandalosas mistificações.

Para além destas mistificações meramente mercadológicas, uma curiosidade sincera acerca das possíveis novidades do carnaval também se insinua. São muitas as perguntas e grande a curiosidade. A indagação sobre novidades no carnaval dos 40 anos de blocos afros na Bahia aciona como resposta o próprio carnaval negro.

Desde 2013, o Afródromo e a Liga apareceram na cena baiana. Eles imaginaram inovações, possíveis e mesmo improváveis. Eles balançaram o coro dos contentes e descontentes. Eles inquietaram e as reações foram as mais distintas. Talvez algumas delas rememorassem aquelas acontecidas na sociedade baiana com a saída inaugural do Ilê Ayê no seu primeiro carnaval nos anos 1970. Elas não tiveram a virulência de então, dado a circunstância de vivermos agora em uma sociedade democrática, na qual a luta contra o racismo avançou, ainda que ele esteja presente em muitos poros da sociedade.

A grande novidade é que os blocos afros estão tomando cada vez mais consciência de seu potencial no carnaval da Bahia e, simultaneamente, das interdições, externas e internas, que enfrentam para realizar este potencial. Depois de 40 anos, o lugar ocupado pelos blocos afros no carnaval negro da Bahia continua muito aquém de seu potencial, com notórias discriminações e graves riscos para a sua sobrevivência na festa e fora dela.

A compreensão deste lugar de destaque deriva de tempos e espaços diversos. Alguns externos às próprias agremiações, a exemplo do Carnaval Ouro Negro da Secretaria Estadual de Cultura, que não só apoia os blocos de matriz africana, mas estimula sua articulação e coloca em cena o debate de sua inserção no carnaval. Aliás, a Secretaria tem apoiado desde o início o Afródromo. Outros, por certo os mais importantes, têm nos blocos, na Liga e em Carlinhos Brown os sujeitos da promissora atualização dos blocos afros: de suas visões e práticas políticas e estéticas, com a incorporação de novos agentes e dinâmicas culturais; tecnologias; recursos estéticos; modalidades de negócios e promoção; lugares a serem ocupados no carnaval e na cultura contemporâneas.

Políticas para as culturas negras (2014)

A baianidade em tempos contemporâneos não pode ser identificada através de nenhuma monocultura. A diversidade conforma culturalmente a Bahia. Mas não se pode negar que nesta diversidade a presença das culturas negras aparece como marcante. Neste contexto, é preciso reconhecer a necessidade de configuração de políticas para as culturas afro-baianas. A formulação e implantação destas políticas, no entanto, ainda estão em situação embrionária, apesar do esforço recente da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia.

Um panorama das iniciativas desenvolvidas pode iluminar estes contornos. A criação, em 2011, do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) emerge como passo inicial para dotar de institucionalidade tal atuação, pois as políticas culturais não podem prescindir de alguma institucionalidade. Cabe assinalar que, depois da rica experiência destes quase quatro anos, a institucionalidade construída se apresenta como frágil e insuficiente diante das demandas e desafios colocados pela amplitude e complexidade das culturas negras da Bahia. A necessidade de uma estrutura institucional mais potente é manifesta.

O CCPI, apesar da limitação de recursos, mostrou-se vital para coordenar a atuação na área. Vinculado diretamente ao Secretário, o CCPI tem sedes no Largo do Pelourinho, a famosa casa 12, e no Forte de Santo Antonio Além do Carmo, hoje Forte da Capoeira. Seu horizonte de ação abrange culturas identitárias (indígenas, afro-baianas, dos sertões, LGBT, de gênero, de juventude, para infância e para idosos etc.), culturas populares e suas manifestações, a exemplo da capoeira e festas, como carnaval e juninas.

Alguns projetos seus se tornaram emblemáticos, como o Encontro das Culturas Negras, realizado em 2012 e 2013, sempre no mês de novembro, dedicado à consciência negra. Enquanto, no ano de 2012, o Encontro teve o formato de um evento, já em 2013 ele se transformou em um conjunto de eventos. O Encontro visa dar mais visibilidade às culturas negras na sociedade e na própria Secretaria, ampliar os diálogos interculturais com outras culturas negras nacionais e internacionais, fortalecer seus agentes e ajudar a conformar políticas articuladas, continuadas e sistemáticas para as culturas negras.

O Carnaval Ouro Negro também aparece como emblemático para dar visibilidade e empoderar as culturas afro-baianas. O apoio às agremiações negras no carnaval de Salvador e na micareta de Feira de Santana colabora na sustentabilidade de blocos e afoxés e ajuda a qualificação de sua presença nas ruas e nos trabalhos que muitos desenvolvem em suas comunidades durante o ano. Mais de 100 entidades

negras de Salvador e por volta de 20 em Feira de Santana têm participado do Carnaval Ouro Negro. De 2008 até 2014 já foram investidos aproximadamente 35 milhões de reais.

A festa carnavalesca tem lugar de destaque na cultura baiana e para as culturas negras. No Carnaval do Pelourinho, organizado em plenitude pela Secretaria Estadual de Cultura, sempre com forte presença negra, a Secretaria já investiu 24 milhões de reais desde 2007, garantindo a presença de centenas de agremiações carnavalescas negras. Além do apoio a algumas atividades pré-carnavalescas como o Festival do Olodum e o Baile da Beleza Negra do Ilê Aiyê, a Secretaria tem dado apoio político a iniciativas dos blocos afro como a Liga, que aglutina muitos destas entidades, e a proposta de constituição do Afródromo. O belo espetáculo Pérolas Mistas, realizado pela Secretaria, no Teatro Castro Alves, durante o Programa Cultura em Campo, foi exemplar nesta perspectiva. Ele teve importante impacto na articulação e realização de projetos posteriores dos grupos afro-baianos.

O Pelourinho Cultural funciona como outra importante modalidade de apoio às culturas negras. Durante todo o ano, o CCPI dinamiza uma programação cultural no Pelourinho, em seus largos e praças. Parte significativa dela é mantida pela Secretaria de Cultura. Mudança relevante aconteceu na modalidade de contratação destas atrações. Agora elas obedecem a um sistema de credenciamento, que garante a qualidade da seleção e, simultaneamente, assegura a todos inscritos a possibilidade de estarem na programação. O público anual estimado fica em torno de 500 mil pessoas. Entre 2007 e 2013, já se apresentaram mais de 950 atrações artísticas, com um investimento de 14 milhões de reais. As culturas negras, em suas variadas modalidades e estilos, aparecem como predominantes nesta programação.

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) não esqueceu o relevante patrimônio negro da Bahia. Os tombamentos, registros e obras envolveram Terreiro Ilê Assipá, Igreja do Rosário dos Pretos, Festa de Santa Bárbara, Desfile de Afoxés, Pano da Costa, Ofícios das Baianas de Acarajé, Bembé do Mercado (Santo Amaro), Festa e

Memorial da Boa Morte (Cachoeira). Muitos outros se encontram em andamento, a exemplo de 11 terreiros em Cachoeira e São Félix. O Ipac apoia a Casa de Angola na Bahia, através da cessão de um imóvel para seu funcionamento.

A Fundação Pedro Calmon (FPC), por meio da Biblioteca Virtual Dois de Julho, disponibiliza exposições sobre Baianos de África, Africanos da Bahia; Edison Carneiro; Heróis Negros do Brasil; Jubiabá de Jorge Amado; Levante dos Malês; Malês; Revolta dos Búzios; Sabinada; 13 de Maio; Ubiratan Castro de Araújo. Na Bienal do Livro da Bahia de 2013, a Secretaria e a Fundação homenagearam escritores negros, com destaque para Mãe Stella de Oxossi, eleita para a Academia de Letras da Bahia.

A formação e qualificação em cultura, além de oferecer atividades para públicos afrodescendentes, tem contemplado manifestações culturais negras. A Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) tem em seus corpos discente e docente uma forte composição negra. Muitos dos seus 1.500 estudantes frequentam aulas de danças afro-brasileiras. O Centro de Formação em Artes, criado em 2011, oferta cursos de música, sob a orientação dos maestros Letierres Leite e Bira Marques, inspirados nas culturas musicais negras. Palestras, exposições e publicações sobre a herança e atualidade das culturas negras acontecem periodicamente. Estudos sobre dimensões destas culturas são realizados, a exemplo das pesquisas acerca do carnaval e das dimensões econômicas da capoeira na Bahia.

Diversos mecanismos têm sido acionados para promover as manifestações das culturas negras. A seleção anual de grupo teatral a ser acolhido no TCA Núcleo, em 2013, premiou o projeto Exu Sile Oná do Núcleo Afro-Brasileiro de Teatro de Alagoinhas (Nata), dirigido por Fernanda Júlia. Como nos anos anteriores, comissão de especialistas convidados fez a seleção. Pela primeira vez, o TCA Núcleo contemplou um grupo teatral negro.

O Programa Cultura Viva, pareceria da Secretaria com o Ministério da Cultura, também acolheu muitas expressões das culturas negras em seus Pontos e Pontinhos de Cultura. Temas como capoeira, tradições

afro-brasileiras, manifestações artísticas negras, dentre outras afins, orientam o trabalho de muitos deles em inúmeros territórios e municípios da Bahia, a exemplo de Água Fria, Barra, Brumado, Cachoeira, Caravelas, Itabuna, Jeremoabo, Lençóis, Presidente Tancredo Neves, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Uruçuca, Valença e Vitória da Conquista. Pelo menos três milhões de reais foram assegurados para estas atividades e este montante apenas inclui os Pontos e Pontinhos totalmente voltados para as culturas negras. Também em muitos outros são realizadas atividades afins com este horizonte simbólico.

O apoio financeiro envolve diferentes dispositivos, como os editais do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), o FazCultura e outras modalidades de promoção. Através do FCBA, entre 2007 e 2013, foram investidos, pelo menos, cinco milhões de reais em manifestações das culturas negras, nos mais diferentes gêneros e estilos: Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Culturas Digitais, Culturas Identitárias, Culturais Populares, Dança, Economia Criativa, Espaços Culturais, Formação em Cultura, Literatura, Livro e Leitura, Mobilidade Artística, Museus, Música, Patrimônio, Projetos Estratégicos, Teatro etc.

A dificuldade de captação de recursos via leis de incentivo fica evidente quando se aciona dados do FazCultura. Por via deste mecanismo de financiamento, que depende do aval de empresas, foram disponibilizados para as culturas negras, de 2007 a 2013, dois e meio milhões de reais. Entretanto, se forem deduzidos os apoios anuais ao Balé Folclórico da Bahia e à Fundação Pierre Verger, praticamente não se conseguiu carrear recursos para as culturas negras por este dispositivo. As outras modalidades de auxílio englobam variados procedimentos: divulgação, custos de luz e som, cessão de espaços, transporte e mesmo apoio financeiro. Também estas modalidades foram acionadas para promover as culturas negras. Especial destaque deve ser dado ao trabalho desenvolvido pelos equipamentos culturais da Secretaria, em especial para o Forte da Capoeira e para o CCPI.

Dentre os projetos contemplados com algum tipo de auxílio do CCPI podem ser listados: Feira de Artes e Artesanato Kitaanda Bantu; Caminhada Azoany; Comemorações do Dia do Samba; Comemorações do Dia da Baiana; Festa de Santa Bárbara; Festa da Santa Luzia; Intercâmbio Cultural com Tambores do Mundo; Exposição da Sala do Artista Popular; Exposição A Cara do Santo; Visões da Bahia, Canções da Liberdade; Intercâmbio Cultural Caribe e Bahia; Semana Baiana de Hip Hop; Alvorada Bem Black; Bahia Afro Film Festival; Caminhada da Liberdade; Marcha Zumbi dos Palmares; Cinco Anos da Faixa Negra da Educadora FM; Dia Nacional das Baianas de Acarajé; Programa Nova África; Diretos do Povos e Comunidades Tradicionais; Exposição Carnaval Negro Baiano; Exposição Homens de Ferro; Espicha Verão; 40 Anos Semana da África; Esperando o Caboclo; Rede de Memórias em Terreiros de Candomblé; Encontro das Nações de Candomblé; Simpósio de Estudos da Religião Afro-Brasileira; Dia Nacional da Consciência Negra; Curso Manuel Querino de Personalidades Negras e Festa da Raça.

Já o Forte da Capoeira, dirigido pelo CCPI, apoiou, dentre outros, os seguintes projetos: Encontro Internacional de Capoeira Angola; Festa da Capoeira Roda Mundo; Evento Cultural do Grupo Capoeira Angola; Capoeira Festival; Causos & Recordações da Capoeiragem; Encontro Internacional de Capoeira; Encontro Cultural & Internacional de Capoeira Mangangá; Cinema, Capoeira e Samba; Berimbau; Encontro Capoeira Grupo Raça; Zumbimba; Grupo de Capoeira Kilombolas; Capoeira Bahia – Mundo; Rede Capoeira. Economia Criativa; Encontro Internacional de Capoeira Regional; Festa da Capoeira Roda Mundo; Audiência Pública sobre Capoeira; Encontro Capoeira Viva; Seminário Salve a Capoeira e Festival Internacional da Capoeiragem.

Traçado o panorama de atuação da Secretaria de Cultura, algumas observações finais se impõem. Este já robusto conjunto de atividades ainda requer uma maior articulação, continuidade, participação e sistematicidade para conformar em plenitude políticas para as culturas

negras. Ele representa, sem dúvida, um bom começo e abre grandes possibilidades de políticas, mas ainda possui significativas limitações. A principal delas obriga este texto a retornar, agora com mais dados e argumentos, ao seu início e retomar a afirmação da necessidade imperiosa de fortalecimento da institucionalidade, como condição imprescindível para o desenvolvimento das políticas para as culturas negras. Com isto, o estado mais negro do Brasil estará honrando seu passado, afirmando seu presente e construindo de modo democrático seu futuro.

Notas para Ubiratan Castro (2013)

Na sua posse na Academia de Letras da Bahia, Mãe Stella de Oxossi falou com muita beleza da convergência naquele instante acontecida entre a cultura oral de linhagem civilizatória africana e a cultura escrita, oriunda da civilização europeia. Esta mestiçagem foi o lugar de fala escolhido e assumido por Mãe Stella para seu discurso de chegada à Academia e para sua trajetória de vida. Ela, que havia se destacado entre as mães de santo da Bahia, dentre outras ousadias, pela corajosa afirmação de que o sincretismo religioso entre candomblé e catolicismo não fazia mais sentido nos tempos atuais.

Bira – como carinhosamente Ubiratan Castro era chamado por todos – por certo, estaria muito feliz na posse de Mãe Stella e tudo que ela significou simbolicamente para a Bahia e o Brasil em termos de superação de preconceitos, de quebra de estruturas e visões de mundo conservadoras. Mas o destino quis que Mãe Stella chegasse à Academia exatamente na vaga deixada pela morte do saudoso Bira. Como muitas vezes em vida e com vida, Bira abriu caminhos na sua persistente luta e militância pelas causas do povo negro.

As conexões entre os caminhos abertos por Bira e as palavras de Mãe Stella são profundas, pois falar do enlace entre cultura oral e escrita é

relembrar e dizer muito de Bira. Ele frequentou e assimilou de modo consistente a cultura europeia. Seus estudos na França, seus trabalhos de mestrado e doutorado são exemplares nesta perspectiva. Neles, a tradição do conhecimento analítico europeu é acionada de modo brilhante para iluminar seu quase eterno objeto: destinos, dores, desejos e dificuldades do povo negro.

Frequentar a academia e se alimentar da tradição europeia não fez Bira olvidar em momento algum sua cultura e companheiros. Nele, a tradição oral sempre esteve viva, encorpada, fluida, alegre, expansiva e pronta para diálogos e narrações, carregadas de humor, vivacidade e simpatia.

Bira foi forjado pela tradição oral da cultura afro. Dela nunca se afastou, por mais que estivesse em terras distantes e em ambientes letrados. Ele era um ser da cultura oral em conjunção com a herança letrada. Neste horizonte, não é nada surpreendente sua reduzida, mas rica e rigorosa, produção escrita. Ele era um narrador. Um inventor de animadas e belas narrativas. Um contador instigante de histórias. Um homem da conversa e diálogo.

Talvez seja esta uma das explicações possíveis da sua adesão apaixonada à história oral e seus procedimentos. Narrar com sabedoria e ter a sabedoria de escutar narrativas. Vivas e vitais narrativas. Histórias densas, mas sem estar destituídas de senso de humor, de vitalidade e de prazer.

Mãe Stella, em sua sabedoria, falou dela e de Bira. Disse da mistura que criou a Bahia, o Brasil e filhos tão diletos como ela e como Bira. Ela antecedeu e continuou Bira. Eles, através de suas posições emancipatórias, fazem a história do povo negro da Bahia e do Brasil.

A sabedoria de Bira não era somente dos livros, mas da vida e da convivência com as pessoas. Notável era a pessoalidade de suas relações. Ela marcava mesmo instantes e demandas mais apropriadamente formais. Sua história foi sempre feita com pessoas, no convívio com pessoas. Elas alimentavam sua fome de vida, de mundo e de história.

Culturas do sertão (2011)

A cultura da Bahia é diversa e plural. Ao lado da nossa marcante cultura afro-brasileira, a Bahia conjuga inúmeras outras dicções essenciais para a configuração chamada da cultura baiana. Dentre estes múltiplos estoques e fluxos se destacam, sem dúvida, os advindos das culturas do sertão. Esta excepcional presença decorre não só da vastidão da área do estado que ambienta e alimenta tal cultura, pois ela constitui a maior parte de nosso território, mas também e principalmente da riqueza, da complexidade e da pluralidade de suas manifestações simbólicas.

As culturas do sertão derivam de uma memória secular, conformadora por potentes e variadas tradições e por uma rica história de reinvenções. A figura do vaqueiro, agora registrada como patrimônio cultural do Estado da Bahia, em uma atitude inovadora, está, de modo significativo, na origem da chamada civilização brasileira. No caso da Bahia, o vaqueiro foi responsável, em boa medida, pela constituição destas peculiares culturas; pela extensão territorial do estado e pelo desbravamento dos sertões, inclusive aqueles longínquos, como, por exemplo, aconteceu com o Piauí, povoado inicialmente pela criação de gado extensiva vinda da Bahia.

As culturas do sertão têm sido conformadoras e inspiradoras essenciais da cultura brasileira. Na literatura, podem ser lembrados gigantes como Euclides da Cunha, com sua epopéia sobre os sertões; Graciliano Ramos, com o preci(o)so *Vidas Secas*; Guimarães Rosa, com o inventivo *Grande Sertão: Veredas*, e a dramática poesia de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. No cinema, o esplendor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; a árida beleza de *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; o renovado sertão de *Baile Perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, além dos documentários de Geraldo Sarno. No teatro, a contundente peça *Vau de Sarapalha*, adaptada e dirigida por Luiz Carlos Vasconcelos. Na música, basta lembrar a exuberância de Luiz Gonzaga que, em 2012, comemoraria seus 100 anos, e, em sotaque mais erudito, Elomar. Enfim, vaqueiros, cangaceiros, religiões messiânicas povoam o imaginário brasileiro e baiano.

Por certo, esta sucinta lista contém graves e injustificáveis esquecimentos, mas ela não pretende ser exaustiva. Antes, ela busca demonstrar, de modo bastante sintético, como os sertões marcam em profundidade e constituem a cultura brasileira. Aliás, os limites espaciais deste texto não comportariam, de modo algum, a ampla e maravilhosa gama de criadores e obras enlaçados com as culturas do sertão.

Apesar deste grandioso cenário, as culturas do sertão não têm sido contempladas de modo satisfatório pelas políticas culturais realizadas até o momento no Brasil e, em especial, na Bahia. Cabe assumir o compromisso de reverter este quadro e superar esta distância entre as políticas e as culturas do sertão. A continuidade e consolidação do processo de territorialização da cultura na Bahia impõem um novo olhar acerca das culturas do sertão, que não apenas busque manter tradições, mas que propicie novos diálogos interculturais, sem os quais a dinâmica cultural se vê paralisada e a cultura sofre intensos prejuízos.

A criação de um Centro de Referência do Sertão (Ceres) para trabalhar de modo colaborativo e articular as instituições já existentes voltadas às culturas do sertão emerge nesta cena como uma singela tentativa de reparação. O Ceres, a ser localizado no território de identidade do Portal do Sertão, deve ser um primeiro movimento institucional na perspectiva de conectar, em modalidade substantiva, as políticas públicas de cultura e este imenso estoque e fluxo das culturas do sertão.

Mas para marcar esta sintonia entre políticas culturais e sertão nada melhor que uma comemoração. Assim, marcamos para março de 2012 uma celebração das culturas do sertão em um evento que deve reunir em Feira de Santana: um encontro de estudiosos das culturas do sertão; exposições de artesanato, cultura popular e artes visuais; lançamentos de livros, filmes e outros bens culturais; mostra temática de filmes; espetáculos de teatro, de dança e de música, incluindo uma grande homenagem ao centenário de Luiz Gonzaga.

A seca e as culturas dos sertões (2012)

A Bahia sofre hoje uma das piores secas dos últimos 30 anos. A prolongada estiagem afeta grande parte do território baiano e torna ainda mais dramática a sobrevivência de nossos conterrâneos que, em situações normais, já enfrentam o enorme desafio de conviver cotidianamente com o semiárido. A seca atinge a população dos sertões, sua vida e seu trabalho, destrói plantações e mata animais. A sua própria sobrevivência está em risco.

O Estado e a sociedade não podem estar indiferentes a esta situação dramática e ao sofrimento de milhões de baianos. A delicada circunstância exige do Estado e da sociedade políticas públicas para a seca e de todos nós uma grande solidariedade. Inaceitável desconhecer esta situação aflitiva e não buscar modos efetivos de atuar.

Mesmo neste momento doloroso, os nossos conterrâneos dos sertões têm muito a nos ensinar. A sua convivência cotidiana com um clima muitas vezes hostil não impede uma relação vital e criativa com o mundo. Pelo contrário, a atitude assumida frente às dificuldades da vida e do trabalho tem produzido uma ampla e rica diversidade de manifestações, que dão sentido à existência e que abarcam os mais diferentes campos culturais.

A capacidade de enfrentar e superar adversidades, de não se imobilizar frente às mais diversas dificuldades, possibilita a admirável sabedoria de vivenciar a vida em toda sua complexidade, tensões e contradições, dores e alegrias. Enfim, viver a vida, mesmo prejudicada, e ser capaz de desenvolver culturas, que expressem, de modo complexo, a vitalidade desta experiência existencial e social.

Em verdade, as culturas dos sertões estão entre os estoques e fluxos mais relevantes para a construção das culturas brasileira e baiana e de nossa identidade nacional e estadual. Elas abrangem em profundidade esferas culturais tão distintas como: música, gastronomia, artesanato, dança, audiovisual, teatro, artes visuais, moda, design, festas, arquitetura, culturas populares etc.

As culturas dos sertões têm sido fontes inspiradoras essenciais das culturas brasileiras e baianas. Na literatura, podem ser lembrados gigantes como Euclides da Cunha, com sua epopéia sobre os sertões; Graciliano Ramos com o preciso *Vidas Secas*; Guimarães Rosa, com o inventivo *Grande Sertão: Veredas*, e a dramática poesia de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. No cinema, o esplendor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; a árida beleza de *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; o renovado sertão de *Baile Perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, além dos significativos documentários de Geraldo Sarno. No teatro a contundente peça *Vau de Sarapalha*, adaptada e dirigida por Luiz Carlos Vasconcelos. Na música, basta lembrar a exuberância de Luiz Gonzaga que, em 2012, comemoraria seus 100 anos, e, em horizonte mais contemporâneo, Elomar. Enfim, secas, vaqueiros, cangaceiros, religiões messiânicas povoam o imaginário brasileiro e baiano.

As ricas culturas dos sertões, umbilicalmente ligadas à vida, não desconhecem as secas. Sempre atentas aos instantes dramáticos e alegres da existência sertaneja, as culturas dos sertões têm nas secas um de seus temas mais recorrentes. Assim, secas e culturas dos sertões não se apresentam como realidades contrapostas. Antes, elas configuram sempre dimensões existentes, interconectadas e vitais da vida sertaneja.

Celebrar as culturas dos sertões em um contexto de brutal seca nos sertões baianos não significa alienação, nem esquecimento desta situação dramática. Pelo contrário, a Celebração das Culturas dos Sertões pretende chamar a atenção de toda a Bahia para o sofrimento de nossos conterrâneos, busca estimular uma solidariedade atual e ativa e, em conjunto com eles, homenagear a força e a sabedoria que, enfrentando adversidades, permite expressar simbolicamente suas experiências de vida com tanta criatividade, vitalidade, sensibilidade e inteligência.

Estudos das culturas dos sertões (2014)

A superação da monocultura instalada em determinadas políticas culturais da Bahia requer a afirmação da diversidade como dado constitutivo e vital da cultura baiana. Ela deve acolher as culturas negras, antes tão menosprezadas e perseguidas, mas também contemplar muitas outras vertentes culturais significativas, pois inúmeros foram os repertórios acionados para conformar a diversa cultura baiana.

A Bahia é um espaço construído imaginariamente por estoques e fluxos simbólicos distintos e por complexas trocas culturais. A preservação e a promoção da diversidade cultural, bem como o incentivo aos diálogos interculturais, são horizontes orientadores das políticas culturais agora em vigor.

Um dos veios mais ricos da cultura baiana provém das culturas dos sertões. Hoje elas são muitas vezes desconsideradas e mesmo esquecidas, apesar dos vastos territórios da Bahia onde persistem e continuam cotidianamente a produzir identidades. Além de sua amplitude geográfica, não se pode olvidar que estas culturas foram e continuam sendo fontes inspiradoras de significativa produção cultural no Brasil e na Bahia.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Cultura tem realizado, desde 2012, eventos estratégicos intitulados Celebração das Culturas dos Sertões. Acontecidos em Salvador e Feira de Santana (2012) e Salvador e Juazeiro (2013), estes eventos estratégicos pretendem explodir as limitadas fronteiras dos eventos cotidianos e ser catalisadores de processos que expressem e estimulem políticas, visando: recolocar na agenda cultural pública da Bahia as culturas dos sertões; articular seus ativistas e criadores; estimular sua revitalização; reativar seus canais e incentivar o conhecimento e reconhecimento de suas produções e produtos. Enfim, garantir um lugar de destaque às culturas dos sertões como componentes vitais na conformação da cultura brasileira e baiana.

Os eventos concebidos e realizados como estratégicos buscam superar as limitações de tempo e espaço de meros eventos e estimular um conjunto de novas iniciativas, de formulação e de ação, que passem

a conformar uma atuação mais continuada, articulada e sistemática com relação a uma determinada área. Neste caso específico configuram políticas para as culturas dos sertões.

As Celebrações das Culturas dos Sertões reuniram nomes significativos do ambiente cultural no Brasil e na Bahia, tais como: Elomar, Ariano Suassuna, Antonio Nóbrega, Xangai, Bráulio Tavares, Durval do Albuquerque, Chico Liberato, Targino Gondin, Alexei Bueno, Antonio Torres, Carlos Pitta, Bule-Bule, dentre outros. Nelas, foram realizadas múltiplas atividades: exposições, mesas-redondas, oficinas, mostras de filmes, cortejos, feira, espetáculos. Envolveram diferentes áreas da cultura: música, literatura, cinema, artes visuais, dança, artesanato, teatro, culturas populares, culturas digitais etc.

Debates e encontros de estudos dedicados especificamente às culturas dos sertões estão entre as iniciativas mais marcantes das Celebrações das Culturas dos Sertões. Muitas temáticas, visões plurais e autores foram acionados para desvelar passado, tematizar o presente e imaginar o futuro das culturas dos sertões. Os debates e encontros de estudos acolheram não só nomes consagrados, mas estimularam jovens estudiosos a apresentar e discutir seus trabalhos e constituir de redes de cooperação cultural. O pensamento e a reflexão sobre as culturas dos sertões são essenciais para que elas readquiram lugar de destaque no cenário nacional e estadual.

O livro *Culturas dos Sertões* reúne uma seleção do rico acervo de olhares e estudos apresentados nas Celebrações das Culturas dos Sertões. O trabalho de organização do livro foi executado de modo qualificado pelo professor Alberto Freire, estudioso das culturas dos sertões e um dos coordenadores dos encontros de estudos realizados. O livro busca estimular a produção de novas reflexões e análises sobre um dos mais marcantes componentes das culturas brasileiras e baianas.

Valorizar os Vaqueiros (2012)

O Estado da Bahia foi o primeiro no Brasil a reconhecer o ofício do vaqueiro como patrimônio cultural, através do Conselho Estadual de Cultura e da Secretaria Estadual de Cultura. No entendimento do Conselho e da Secretaria, o ofício do vaqueiro, para além de um mero fazer, comporta toda uma significativa dimensão cultural, pois ele conforma valores, comportamentos, simbologias, ritos, ideários, modos de vestir e se alimentar, sonoridades de trabalho etc. A atuação dos vaqueiros teve e tem relevante papel na configuração territorial e cultural da sociedade brasileira e da Bahia, em particular.

O reconhecimento do ofício como patrimônio cultural deve ser assumido como tão somente o primeiro passo para valorizar estes personagens, por vezes, tão esquecidos em nossa história e cultura. Reconhecer sem seus necessários desdobramentos é letra morta. Cabe, por conseguinte, buscar modalidades efetivas de dar consequência a este importante passo inicial.

A Celebração das Culturas dos Sertões é uma destas possibilidades de continuar a valorização dos vaqueiros e sua imanente cultura, dado que os vaqueiros ocupam lugar de destaque nas culturas dos sertões. Nesta perspectiva, nada mais justo que incluir na programação da Celebração, em sua edição primeira, um ato comemorativo do pioneiro reconhecimento e, mais que isto, a exposição fotográfica “Imagens dos Vaqueiros da Bahia”, toda ela dedicada aos nossos vaqueiros.

A exposição é composta por imagens resultantes do projeto “Histórias de Vaqueiros: Vivências e Mitologias”. A mostra reúne 30 fotografias de Josué Ribeiro, Bauer Sá e Elias Mascarenhas, com curadoria de Washington Queiroz e coordenação de montagem de Edgar Filho. Além das fotografias, a exposição traz ainda reproduções de falas de vaqueiros, com textos que tratam sobre o seu dia a dia, sua relação com o trabalho, com os animais, com o meio ambiente, além de reflexões sobre a vida, o amor e a morte, sempre em sua singular linguagem.

Artes e Artistas

Da Bahia para o Brasil e o mundo (2014)

Um dos maiores desafios das políticas culturais no Brasil e, quem sabe, no mundo parece ser o desenvolvimento de políticas que extrapolem as esferas da criação, conservação, memória, preservação e produção. Em geral, as políticas ficam estacionadas nestas localizações, sem dúvida, necessárias, mas não suficientes. Outros registros essenciais para o campo cultural são esquecidos. Circulação, distribuição, formação e consumo quase desaparecem nas políticas culturais no Brasil. Neste horizonte, cabe saudar o Vale Cultura, um dos primeiros programas nacionais voltadas para estimular o consumo cultural.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia reconhece as ausências assinaladas e busca implantar programas que superem tal distorção. Um dos mais criativos deles acontece na área de teatro. A Fundação Cultural do Estado da Bahia esboçou em 2012 uma atuação que combina o Kit de Difusão do Teatro da Bahia com a Mostra Baiana, ambos acionados em torno do Festival do Teatro de Curitiba, maior vitrine do teatro brasileiro para curadores, produtores, diretores e programadores de espaços teatrais em âmbito nacional e internacional.

O Kit de Difusão do Teatro da Bahia teve sua primeira versão lançada em 2013, na abertura da Mostra Baiana. A publicação reuniu informações e vídeos na íntegra de 28 montagens baianas selecionadas a partir de uma consulta a entidades – SATED, Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia e Cooperativa Baiana de Teatro – e de chamada pública. O material foi avaliado e selecionado por uma comissão de especialistas brasileiros, composta por nomes como Maria Rejane Reinaldo, Sérgio Bacelar e César Augusto. O kit teve distribuição dirigida para curadores, programadores de espaços culturais e jornalistas nacionais e internacionais. A segunda edição do kit, produzida em 2014, realizou processo similar: seleção de 30 montagens baianas, com base em chamada pública e no trabalho desenvolvido por comissão, que reuniu Luiz Bertipaglia, Jorge Vermelho e Maria Marighella. Do mesmo modo, o lançamento da segunda versão aconteceu na abertura da Mostra Baiana e teve sua distribuição dirigida.

A Mostra Baiana já ocorreu em 2013 e 2014. No primeiro ano teve como curador o ator Wagner Moura, que selecionou espetáculos levando em conta o kit de difusão. Foram sete espetáculos, em 21 apresentações, um workshop, uma oficina e um bate-papo, que permitiram intercâmbio entre baianos e outros grupos participantes do festival. Os espetáculos exibidos foram: Áfricas, Luz Negra, O Pássaro do Sol, Pólvora & Poesia, Sargento Getúlio, Seu Bonfim e Siré Obá. A Fundação Cultural investiu 325 mil reais. A repercussão da mostra na imprensa nacional e no festival esteve acima das expectativas. A organização do

Festival de Teatro de Curitiba afirmou que ela foi uma das iniciativas mais felizes do Fringe (mostra paralela) nos últimos tempos.

O sucesso resultou em parceria entre a Fundação Cultural e organização do Festival para a Mostra Baiana em 2014. Na sua segunda edição, a mostra contou com a curadoria de Lázaro Ramos. Os oito espetáculos apresentados foram: A Arte de Matar Galinhas; Destinatário Desconhecido; Entre Nós – Uma Comédia sobre a Diversidade; Grand Théâtre: Pão & Circo; L. Recebe; O Circo de Soleinildo; O Segredo da Arca de Trancoso e Uma Vez, Nada Mais. A parceria permitiu a redução do investimento do estado para aproximadamente 160 mil reais, mais que 50% em relação ao ano anterior. A Bahia foi novamente um dos destaques do Festival de Curitiba.

O kit e a mostra permitiram a circulação do teatro baiano, inclusive através de convites propiciados por estes processos de difusão. Mas o apoio à circulação não se reduziu apenas a estes mecanismos. A Fundação Cultural tem apoiado a vinda de curadores de fora para participar de festivais que acontecem no estado e conhecer o teatro baiano. Nos anos de 2012 e 2013, ela aportou 85 mil reais no Festival Latino-Americano de Teatro (Filte) com esta finalidade.

Em 2014, a Secretaria Estadual de Cultura, através de sua Fundação Cultural, apoia o Festival do Teatro Brasileiro – Cena Baiana. Ele prevê a circulação do teatro baiano nos estados do Acre, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Além de espetáculos, o Festival realiza o Ciclo de Dramaturgos Baianos, que envolve onze dramaturgos: Aldri Anunciação, Ângelo Flávio, Cláudia Barral, Cláudio Simões, Elísio Lopes Júnior, Fábio Espírito Santo, Gil Vicente Tavares, João Sanches, Luciano Comin, Luiz Marfuz e Paulo Atto. Com estas e outras ações, a Secretaria contribui para que o nosso teatro possa circular na Bahia, no Brasil e no mundo.

Políticas culturais para o teatro baiano (2013)

O teatro baiano, em sua história e atualidade, tem se destacado na cena cultural nacional. Suas produções e profissionais circulam pelo Brasil, ocupando lugares de destaque no ambiente da nossa cultura. O teatro baiano, dada sua desenvoltura e desenvolvimento, demanda do Estado da Bahia uma política cultural específica. Mais que isto, por sua complexidade, reivindica uma política sensível às suas diversificadas manifestações como teatro profissional, amador e de rua. Esta política, além de estar atenta a multiplicidade de modalidades expressivas, deve ser capaz de acolher todos os momentos vitais do ciclo do fazer cultural e teatral.

A criação sempre ocupa lugar de destaque na arte, inclusive no teatro. Ela é o instante, em plenitude, da criatividade, da invenção e da inovação, tão essenciais à vida cultural. Sem criação, não há cultura, arte ou teatro. Ela surpreendente e condensa o instante mágico da revolução estética e cultural. Os editais de teatro do Fundo de Cultura da Bahia e o programa Verão Cênico buscam estimular e colaborar com este instante criativo.

Mas a política para o teatro não pode apenas estar concentrada na criação. Por mais fundamental que ela possa ser, a criação não pode substituir outros elos, nem olvidar toda a complexidade do ciclo dinâmico da cultura e da arte. Uma verdadeira política cultural para o teatro deve contemplar também os outros momentos da rede produtiva do teatro e da cultura.

O teatro, como toda a cultura, requer divulgação para despertar a atenção de novas platéias. Ela também precisa circular, buscar novos ambientes, nos quais possa ser acolhido e se conectar com o público. Sem incorporar medidas relativas à difusão, qualquer política cultural para o teatro se mostra insuficiente, pois a presença das pessoas aparece como condição essencial para a existência do teatro como modalidade artística singular. O teatro depende da sua instigante interação com o público. No teatro, diferente de outras linguagens artísticas, o público

não pode ser espacialmente distante, mas presença que interage com a representação, doando sentido ao teatro, enquanto expressão artística impar. A formação de platéia e o desenvolvimento de um mercado consumidor são, por consequência, atividades fundamentais de uma consistente política para o teatro.

A participação do teatro da Bahia no Festival de Teatro de Curitiba busca contemplar diversos dos movimentos indicados. O Festival de Curitiba funciona como uma espécie de lugar de exposição de peças teatrais para viabilizar sua circulação em outros cenários brasileiros. O apoio da Fundação Cultural do Estado da Bahia à realização de uma mostra baiana no Fringe, com sete peças do teatro, objetiva contribuir para a divulgação, difusão e circulação do movimento teatral baiano. A mostra, que tem como curador Wagner Moura, pretende fortalecer a dinâmica profissionalizante do teatro baiano.

Para complementar esta política, a Fundação Cultural produziu o Kit de Difusão do Teatro da Bahia, composto com a colaboração da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Diversões do Estado da Bahia e da Cooperativa Baiana de Teatro, instituições de referência da cena teatral baiana. O Kit reúne informações sobre 28 montagens teatrais, visando ampliar sua visibilidade nacional e internacional. Com textos em português, espanhol e inglês, além de imagens e vídeos, o Kit será lançado na abertura da mostra baiana no Fringe e posteriormente enviado a profissionais vinculados ao espetáculo no Brasil e no exterior.

A formação também emerge como imprescindível ao teatro. Ela possibilita a reinvenção continuada da cena teatral com o aparecimento de novos atores, diretores, dramaturgos, cenógrafos etc. Neste horizonte, a Bahia, por sua longa tradição de formação, tem sido pródiga doando ao país muitas e significativas personalidades no campo teatral. A Secretaria de Cultura apoia diversas iniciativas no campo da formação e da qualificação em cultura e em teatro e recentemente criou a Rede

Baiana de Formação e Qualificação em Cultura e o Centro de Formação em Artes, que devem atuar de modo permanente neste importante momento do fazer teatral.

A preservação da história e da memória configura outra dimensão que deve ser sempre contemplada em uma satisfatória política para o teatro baiano. Conhecer e reconhecer seu passado estimula a autoestima e possibilita partir de um patamar criativo bastante estimulante para desenvolver a arte teatral na Bahia. Neste segmento, a atuação da Secretaria ainda se mostra tênue e precisa ser mais vigorosa.

A memória e a atualidade devem ser abordadas em perspectiva crítica e assumidas através de estudos e pesquisas substantivas. Com relação aos estudos, a Bahia tem igualmente uma posição notável, em especial, por conta do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA, que desenvolve interessantes pesquisas sobre nosso teatro.

Mas a inexistência de um ambiente ativo de debate e crítica, ao mesmo tempo fraterna e rigorosa, inibe o desenvolvimento da cultura e do teatro. A Fundação Cultural está igualmente atenta a este elo do campo da cultura e do teatro. A realização de seminário, de cursos e a produção de publicações, livros e a revista *Cítrica*, voltadas à crítica cultural e teatral, buscam enfrentar esta ausência.

Por fim, uma política em sintonia fina com o teatro não pode deixar de estimular a organização do campo teatral na Bahia. Cabe não apenas equacionar a questão do teatro profissional, mas também novos modelos alternativos de organização e produção para outras modalidades de teatro e pensar formatos contemporâneos de negócios para consolidar o teatro baiano. Por óbvio, toda esta política deve ser construída em diálogo constante com o campo do teatro, através de um debate aberto e franco. Nesta perspectiva, esforço foi desenvolvido em 2012 para organizar os colegiados setoriais das Artes, dentre eles, o da área teatral.

A Secretaria de Cultura e a Fundação Cultural, deste modo, vêm buscando construir uma política cultural para o teatro baiano. Por óbvio,

ainda existem vazios e equívocos. Mas os horizontes estão delineados e inúmeros passos foram dados. O diálogo com a comunidade cultural e, mais especificamente, teatral possibilita a continuidade, aprimoramento e consolidação da política cultural para o teatro baiano.

Projeto Exu Sile Oná TCA (2014)

Pouco depois de assumir a Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, em 2011, ocorreu um instigante movimento de setores culturais reclamando maior apoio específico para as artes negras, em especial o teatro negro. Em um ambiente democrático, tais interpelações e debates, independente da concordância ou não com as posições colocadas, são alentadoras para a vida e a vitalidade culturais.

Três anos depois, recebi uma solicitação para escrever o texto de apresentação da Exu, a Boca do Universo, ato final do programa Exu Sile Oná TCA e, de imediato, rememorei este episódio. Hoje posso escrever sobre um projeto emblemático, que, pela primeira vez, colocou na cena do TCA Núcleo um grupo com densa inserção no universo das culturas negras. O grupo NATA, nascido em 1998, foi o vencedor do TCA Núcleo em 2013. Este acontecimento adquire um forte e belo teor simbólico para o teatro, as culturas negras e a cultura na Bahia.

No período entre 2011 e início de 2014, ainda que de modo não articulado e sistemático em uma política nitidamente formulada, a Secretaria de Cultura se empenhou em apoiar e estimular as potentes culturas negras da Bahia. Esta atitude foi expressa através da criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias; da realização dos Encontros das Culturas Negras em novembro de 2012 e 2013; das atividades desenvolvidas no Forte da Capoeira; dos programas Ouro Negro, Carnaval do Pelô e Pelourinho Cultural; das ações de formação efetuadas pelo

Centro de Formação em Artes da Fundo de Cultura da Bahia (Funcab) e pela Fundação Pedro Calmon; da atuação do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (Ipac) no reconhecimento do patrimônio cultural negro; das iniciativas de intercâmbio nacional e internacional; dos projetos contemplados nos editais do Fundo de Cultura da Bahia. Enfim, dos quase 100 milhões de reais investidos no universo das culturas negras.

Mas a inovação não acontece apenas pela vital presença do universo afro-brasileiro na cena do TCA Núcleo. O projeto Exu Sile Oná TCA ocupa um Teatro Castro Alves em obras, em processo de transformação no Novo TCA. Um complexo cultural que agrega ao nosso maravilhoso TCA um conjunto de novos equipamentos: centro cenotécnico, sala sinfônica, cinema, nova concha acústica, estacionamento.

Ocupar o TCA nestas circunstâncias excepcionais exigiu muita disposição e criatividade. O projeto aprovado e realizado, nesta perspectiva, foi inovador. Ele acolheu seis eixos: formação, intercâmbio cênico, difusão, linguagens conexas, criação e circulação. Envolveu múltiplos parceiros e atividades. Trabalhou, além de montagens teatrais, como convencionalmente ocorre no TCA Núcleo, em muitos outros horizontes culturais: figurinos, dança afro para não dançarinos, ensaios musicais, teatro de rua, dentre outros.

O processo empreendido, complexo e rico em suas múltiplas dimensões, traduz, por certo, tudo aquilo que marca a trajetória do NATA e de sua diretora Fernanda Júlia: força dramática, beleza cênica, singular sonoridade na tradução do universo das culturas negras e, em especial, da tradição dos orixás, tão vitalmente expressa na premiada peça Siré Obá – A Festa do Rei. Que venha agora o mensageiro Exu, em sua, por certo, forte interpretação do NATA e de Fernanda Júlia.

Os múltiplos desafios do novo TCA (2011)

Os desafios do projeto do novo TCA não são apenas arquitetônicos. Criar espaços e edificações, que sejam bem acolhidos pelo primoroso sentido estético de seus volumes, e construir vazios e lugares a serem preenchidos pelas vivências e fruição dos usuários foram desafios enfrentados pelos diversos projetos que participaram do concurso inovador realizado com o apoio vital do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-Bahia). Ampliar e complementar adequadamente o projeto de Bina Fonyat, monumento da arquitetura moderna, não deve ter sido fácil. Mas os projetos apresentados e o vencedor do concurso demonstraram a sensibilidade e qualidade de nossos arquitetos.

Equacionado este desafio, emerge outro vital: transformar o projeto vencedor em obra construída, em realidade para tantos que sonharam e investiram nele: governo, arquitetos, comunidade cultural, sociedade civil e população da Bahia. Cabe agora construir um amplo e aberto movimento que envolva todos, sem distinções e discriminações, para viabilizar a concretização deste projeto: dotar a Bahia de um novo TCA.

Um novo TCA que acolha toda sua tradição como espaço cultural vital para a Bahia: para teatro; música; dança; artes visuais; ópera e demais artes. Que revigore seus corpos permanentes: a Orquestra Sinfônica da Bahia, o Balé do Teatro Castro Alves, o Núcleo de Teatro e o Centro Técnico. Que acolha e transcenda a tradição, apoiando novas experiências como Neojibá e inaugurando novos espaços para seus contemporâneos desafios: sala sinfônica, sala de cinema, centro de referência de engenharia do espetáculo, dentre outros.

O novo TCA terá ainda como desafio se transformar no primeiro complexo cultural efetivo desta envergadura a ser implantado na Bahia e em Salvador. O estado e a cidade são sempre afirmados como lugares culturais, mas a carência de espaços e, em especial, de um complexo desta dimensão são notórios. O novo TCA deve inventar esta nova tradição, tão desejada por todos nós.

Nova ação do BTCA (2012)

Em determinadas áreas da cultura, o Estado tem obrigação de manter corpos estáveis. Eles são essenciais para a existência da inovação e da experimentação cultural e estética. Dificilmente o chamado “mercado”, em qualquer lugar do mundo, tem conseguido manter, sem o apoio do Estado, grupos culturais e artísticos de vanguarda ou que exigem grande investimento financeiro, como as orquestras. Os corpos estáveis, mantidos pelo Estado, devem se tornar lugares de referência para qualificar artistas profissionais e, mais que isto, aprimorar seus campos culturais.

O Balé do Teatro Castro Alves (BTCA), hoje com 33 anos, é um dos mais antigos corpos estáveis de dança existentes no Brasil. Em sua trajetória, ele ocupa lugar de destaque na dança da Bahia. Mesmo em suas crises, ele tem sido capaz de encontrar alternativas criativas. O BTCA, com a direção de Jorge Vermelho nestes últimos anos, redefiniu suas performances e, em 2012, teve atuação marcante em eventos de dança no país e no exterior, a exemplo da sua presença em São Paulo na mostra realizada pelo SESC em cinco cidades do interior paulista, e da sua participação na Bienal de Veneza, a mais importante bienal de artes do mundo, durante seis dias. Neste e em outros eventos, a atuação do BTCA foi elogiada pelo público e pela imprensa.

A nova ação do BTCA prossegue agora com um espetáculo inspirado na simplicidade, na criatividade e na beleza do poeta Manoel de Barros. Ele nos interpela a “transver” o mundo. Ou seja, ver o mundo através de outros e inusitados olhares. Depois da modernidade e da contemporaneidade construídas através do processo de “desencantamento” do mundo, como percebeu Max Weber, realizada pelo predomínio da razão cada vez mais instrumental, em uma dialética que termina por mitificar a razão, cabe subverter este olhar instrumental que não consegue mais sonhar, ter utopias ou observar com sensibilidade os detalhes delicados do mundo. O novo desafio do BTCA é traduzir

este mundo encantado, criativo e simples, de Manoel de Barros nos seus corpos em movimento.

Outro desafio assumido pelo BTCA, pelo Teatro Castro Alves, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia e pela Secretaria de Cultura é a construção dialógica e pactuada do futuro do nosso corpo estável de dança. Inspirados em Manoel de Barros, precisamos desenvolver a capacidade de imaginar possibilidades que assegurem renovada e movimentada vida ao nosso BTCA.

BTCA na Bahia (2013)

A territorialização da cultura é uma das diretrizes orientadoras da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia. Isto significa que a Secretaria busca levar as políticas culturais e suas atividades aos mais diferentes territórios baianos, tornando-se efetivamente uma secretaria estadual.

Desde 2011, este processo de territorialização foi aprofundado, com a integração dos centros culturais a esta dinâmica. Mas a integração só ganha sentido se vem acompanhada de uma programação qualificada de atividades artístico-culturais. Este tem sido o esforço da política de territorialização da Secretaria: simultaneamente ampliar e aprimorar sua atuação.

O Balé do Teatro Castro Alves (BTCA) se destaca neste processo. Desde 2011, assumiu o compromisso de levar aos territórios da Bahia seus espetáculos. Eles cada vez mais têm obtido repercussão relevante no campo da dança, com apresentações em outros estados e países. Deste modo, o BTCA amplia o repertório da dança nos territórios da Bahia, colabora na qualificação das artes e na ampliação de seu público.

Em 2013, o BTCA continua esta trajetória de três décadas de sucesso. Este ano, seus espetáculos poderão ser vistos, além de Salvador, em

sete cidades da Bahia: Alagoinhas, Feira de Santana, Guanambi, Jequié, Juazeiro, Valença e Vitória da Conquista. Com isto, o universo da dança, das artes e da cultura vai ter em 2013 um ano promissor.

Neojibá: música clássica para a juventude (2011)

O projeto Neojibá possui muitas dicções inovadoras. Ele articula, com rigor e encanto, inclusão sociocultural e busca de qualidade artística. Esta equação não é simples de ser resolvida. Muitas vezes inclusão e qualidade parecem ser e aparecem como dinâmicas contrapostas. No Neojibá isto não ocorre. Sua trajetória acolhe inclusão sociocultural e qualidade estética em uma fina sintonia musical.

O concerto inaugura a temporada 2011 da Orquestra Juvenil da Bahia, formada por integrantes das duas orquestras existentes: a Orquestra Juvenil Dois de Julho e a Orquestra Castro Alves. Ela tem a missão de representar a Bahia e o Brasil em outros estados e países. Em maio, estará em Londres no Royal Festival Hall. Em agosto, em Berlin, no Young Euro Classic Festival, e em Genebra, no Victoria Hall. Em setembro, na sala São Paulo.

Em 2011, o projeto Neojibá estará também incluindo 200 crianças e jovens de sete a 26 anos nas suas turmas de canto coral e iniciação ao instrumento na sua Orquestra Pedagógica Experimental, além expandir o programa através de novos núcleos e parcerias no interior do estado, como aconteceu no mês de fevereiro em Simões Filho, com a criação do primeiro núcleo Neojibá fora de Salvador, instalado em parceria com as Obras Sociais Irmã Dulce.

Todas estas atividades mostram o sentido do programa implantado nos quatro primeiros do Governo Jaques Wagner e na gestão Márcio Meirelles. Cabe, nestes próximos quatro anos, consolidar e expandir este virtuoso projeto cultural.

Pelourinho, artes e formação (2012)

A Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) mobiliza hoje mais de mil pessoas no Pelourinho. Elas vêm de toda cidade e, em número expressivo, das periferias de Salvador. Mães e parentes levam as crianças menores e ficam horas à sua espera. Esperam não apenas que suas crianças tenham boas aulas de dança, mas que as artes possam abrir um futuro brilhante para os seus.

Imaginar esta possibilidade não parece algo sem sentido em um estado chamado Bahia e em Salvador, pois na nossa cidade muitas pessoas ascendem socialmente através da música, da dança e de outras artes. Não é insensato agir deste modo no presente, nem projetar este futuro.

A Escola de Dança acolhe não só cursos de iniciação, mas oferece também curso profissionalizante na área, estando conveniada com a Secretaria de Educação. Atua em sintonia com a Lei n. 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras. Os cursos da Escola têm componentes de dança afro, danças populares e capoeira.

Esta maravilhosa história de inserção cultural e social no Pelourinho estimulou a Secretaria Estadual de Cultura a expandir a Escola de Dança, criando, em maio de 2011, o Centro de Formação em Artes (CFA). Desde 10 de setembro de 2012, o Centro está funcionando no Pelourinho, no admirável prédio do antigo seminário São Damaso, reconhecido pelo Iphan como patrimônio cultural.

Já no segundo semestre de 2011, ainda sem sede definida, o Centro de Formação em Artes, através de programa piloto, ofertou 16 cursos nas áreas de dança, música, artes visuais, fotografia e cultura popular, perfazendo 1.507 alunos em três turnos de atuação.

Agora, em sua sede própria, o Centro inicia seu Programa de Qualificação em Música, que já está atendendo 240 estudantes, por meio de dois núcleos iniciais: o de Formação Musical com Enfoque em Música da Bahia, dirigido pelo maestro Letieres Leite, e o Moderno

de Música, coordenado pelo maestro Bira Marques. A qualidade dos cursos, voltados para jovens músicos e profissionais da área, está assegurada pelo verdadeiro privilégio que é ter como responsáveis pelos cursos estes reconhecidos maestros. Os cursos de música atendem a demanda oriunda da Lei Federal 11.769, aprovada em 2011, que institui a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas públicas.

Também em setembro, o CFA começou a atuar em uma nova área: a arte circense. Trinta alunos vão acompanhar gratuitamente a Oficina de Acrobacias, ministrada por Antonio Marques. A oficina é viabilizada por uma parceria entre a Funceb e a Fundação Nacional das Artes (Funarte), vinculada ao Ministério da Cultura.

O CFA pretende estimular o estudo das artes e funcionar de modo complementar ao ensino já desenvolvido por outras instituições culturais, em especial, as universidades. A atuação do Centro no Pelourinho objetiva animar a vida do nosso centro histórico e consolidá-lo como ambiente da cultura na cidade do Salvador.

O CFA está integrado de modo pleno às prioridades estabelecidas pela Secretaria de Cultura que, atendendo às demandas das conferências estaduais de cultura, colocou a política de formação e qualificação em cultura como uma de suas áreas estratégicas.

Com esta perspectiva, foi constituída a Rede de Formação e Qualificação em Cultura, que reúne o Ministério da Cultura, a Secretaria de Educação da Bahia, outras secretarias estaduais, todas as universidades públicas – federais e estaduais – com atuação na Bahia, institutos federais de educação instalados na Bahia, organizações do Sistema S e inúmeras entidades da sociedade civil com atividades voltadas e reconhecidas em cultura e educação.

O CFA e a Rede fazem parte da estratégia da Secretaria de Cultura de consolidar a Bahia como um lugar de destaque na formação e qualificação em cultura no Brasil. A Bahia já possui uma imagem pública, nacional e internacional, de ambiente de criação cultural. Cabe agora

alargar esta imagem, fazendo com que a Bahia seja vista como um lugar privilegiado para a formação e qualificação no campo da cultura.

Dança Bahia (2014)

A dança dá ritmo à cultura da Bahia. Presença exuberante nas manifestações das culturas populares e identitárias desde longa data, em especial devido à exaltação do ritmo e dos corpos nas culturas negras, a dança expandiu seus movimentos com a criação da Escola de Dança pela Universidade da Bahia nos anos 1950, primeiro curso de nível universitário do Brasil; a afirmação das culturas negras nos anos 1970 a partir do surgimento do Ilê Aiyê; a criação do Balé do Teatro Castro Alves (BTCA) em 1981; a inauguração da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia em 1984; a implantação da Coordenação de Dança também vinculada à Fundação Cultural e a inauguração na UFBA do primeiro mestrado em dança do país. Esta conjunção de astros, que abrange outras iniciativas, coloca a dança em lugar de destaque na contemporânea cultura baiana.

Caymmi cantou as baianas, o ritmo de seus corpos e suas danças, e celebrou a malemolência como vital para a cultura da Bahia e dos baianos. Na Bahia imaginada por ele e outros inventores como Jorge Amado, Carybé, Pierre Verger os molejos de corpos cheios de malícia conformam baianidade. A Universidade da Bahia deu status universitário e festejou o reconhecimento desta linguagem artística para além do balé clássico, entronizado pelas elites dominantes colonizadas pela branca cultura ocidental. A irrupção inesperada do Ilê Aiyê no carnaval de 1974 reafirmou a dança com seus ritmos percussivos afro-baianos e sua beleza negra. A revolução desencadeada pelo “mais belo dos belos”

trouxe para a dança mulheres e depois homens, antes quase ausentes do universo especializado do setor.

O BTCA, companhia oficial do Estado da Bahia, contribuiu para fortalecer a pesquisa e a profissionalização. Decorridos anos sem uma renovação necessária de seu corpo artístico, esta capacidade de inovar se mostrou essencial para o BTCA desenvolver um trabalho artístico qualificado e adequado às condições existentes. Tais experimentos possibilitam que ele realize apresentações e turnês nacionais e internacionais com boa repercussão.

A Fundação Cultural do Estado da Bahia, por iniciativa de Lia Robatto, criou há 30 anos sua Escola de Dança, dirigida com excepcional dedicação por Beth Rangel, desde 2007. Hoje ela acolhe mais de 1500 alunos das mais diversas idades em três turnos e abrange cursos que vão da iniciação à formação profissional. Grande parte dos seus estudantes habitam os mais variados bairros de Salvador e da região metropolitana, em especial aqueles populares. Na atualidade suas atividades pedagógicas atingem diversos municípios baianos, nos quais realiza diferentes ações e cursos. A escola possui duas companhias de dança infantojuvenil que têm se apresentado em ambientes locais, regionais e nacionais e recebido premiações. Ela investiu também no projeto BTCA Memória, possibilitando a participação de alunos do curso profissional em quatro releituras de coreografias criadas em décadas passadas para o BTCA. Além disso, estimula e apoia grupos residentes formados por alunos, ex-alunos e artistas da comunidade. O trabalho consistente da Escola de Dança inspirou a instalação, em 2011, do Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia.

A Coordenação de Dança, além de desenvolver vários projetos, é responsável pelo edital setorial da área, que anualmente apoia atividades da comunidade cultural e dinamizam o campo da dança no estado com recursos públicos do Fundo de Cultura da Bahia. Entre 2012 e 2014 este edital específico selecionou 56 projetos em todo o estado, investindo 4,25 milhões de reais. A Coordenação realiza inúmeras outras ações, com destaque para o projeto Quarta que Dança, que dinamiza a área

desde 1988, e que recentemente foi ampliado para algumas cidades no interior do estado.

A rica cena da dança na Bahia movimentou muitos corpos e atuações. O campo vive uma animada expansão, assim como seu mercado de trabalho. Afora as atividades descritas, um sem número de iniciativas compõem o complexo e diversificado ambiente da dança no estado. Abril, mês dedicado à dança, abriga o Vivadança, festival internacional que, com apoio da Secretaria de Cultura, mobiliza há oito anos a comunidade cultural do estado e do país. O retorno da relevante Oficina Nacional de Dança Contemporânea, em 2014, deve complementar este criativo e promissor cenário da dança na Bahia.

Políticas culturais para a música na Bahia (2014)

A música tem um significado todo especial para a cultura e a sociedade brasileiras. Ela está presente no dia a dia de nossas vidas. Os brasileiros têm uma memória musical em sintonia fina com os instantes significativos, sociais ou individuais, da vida. A diversidade e a riqueza da música brasileira são notáveis. Não por acaso, tem repercussão nacional e internacional. Como não ter políticas culturais para um setor tão significativo?

A Bahia também possui história musical potente e requintada. A relevância da música na cultura baiana é patente. Esta rica trajetória foi expressa exemplarmente no espetáculo de Paulinho Boca de Cantor, que faz um belo retrospecto do itinerário de nossa música popular, acolhendo seus diferentes tempos, ritmos e estilos. A música da Bahia se impôs no cenário nacional e internacional em suas diferenciadas dimensões.

A Bahia tem uma diversificada gama de expressões musicais: erudita, popular, mercantil etc. Aqui se desenvolveu uma indústria da música como em poucos estados brasileiros. Para além das críticas

estéticas ou da hegemonia que inibe outras expressões musicais na Bahia, a indústria da música baiana produziu mercado de trabalho e profissionalização no cenário musical baiano.

Esta modalidade mais mercantil de música não requer tanta atenção de políticas culturais. Não por preconceito, mas porque ela possui sustentabilidade no mercado e dispensa apoio mais direto do Estado. Para ela, existem políticas complementares, como o FazCultura, lei estadual de incentivo à cultura, que se caracteriza pelo investimento neste tipo de música, através da isenção fiscal oferecida às empresas em até 80% do custo global da atividade. Ou seja, normalmente, nas atividades financiadas pelo FazCultura, 80% é dinheiro público e 20% das empresas. Este gênero de música pode ainda acionar outros programas da Secretaria de Cultura que investem no Carnaval e no Centro Histórico, como o Pelourinho Cultural, que incentiva manifestações culturais e musicais durante todo o ano.

Mas as principais políticas para a música da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia estão deliberadamente voltadas à preservação e à promoção da diversidade cultural e musical da Bahia. O próprio Pelourinho Cultural e o Carnaval da Cultura trabalham com este horizonte. O Carnaval Ouro Negro apoia blocos afros, de índios, de samba e afoxés. O Carnaval do Pelô tem como característica a busca da diversidade musical em seus largos, praças e ruas. O Carnaval Pipoca e os Outros Carnavais estimulam manifestações musicais alternativas como micro e minitrios, Palco do Rock no carnaval e o singular carnaval de Maragogipe, patrimônio cultural da Bahia. O Fundo de Cultura da Bahia e o Calendário das Artes, dois programas de fomento à cultura, ocupam lugar de destaque nesta política em prol da diversidade musical da Bahia.

Em sua política cultural para a música, o Governo da Bahia mantém corpos estáveis de música: a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e as orquestras juvenis, conhecidas como Neojibá. Elas desempenham papel relevante na formação e difusão da música orquestral.

Através de projetos especiais, a Secretaria Estadual de Cultura da Bahia estimula a música, a exemplo do Ano Jorge Amado (2012), do evento Cultura na Copa (2013), das Celebrações das Culturas dos Sertões (2012 e 2013), dos Encontros das Culturas Negras (2012 e 2013) e do Elas por Elas (2014). Os valores investidos em todo este conjunto de programas e projetos perfazem algo entre 20 a 25 milhões por ano ou 160 a 200 milhões entre 2007 e 2014.

Três outros programas devem ser também lembrados por sua importância para a música da Bahia: o Mapa Musical da Bahia, o Bahia Music Export e o programa de formação em música do Centro de Formação em Artes. O Mapa Cultural da Bahia conjuga: pesquisa, mapeamento e conhecimento da diversidade musical nos territórios baianos, divulgação via site e programas de rádio online e na Rádio Educadora. O Bahia Music Export combina: seleção, produção de CD, divulgação, presença em festivais, apoio para turnês e participação em eventos nacionais e internacionais. Até agora foram produzidos e divulgados cinco coletâneas musicais em CD. O Centro de Formação em Artes oferece cursos de atualização musical dirigidos por figuras reconhecidas como os maestros Letieres Leite e Bira Marques, desde 2012.

Este conjunto de ações continuadas configura uma política, ainda em processo de construção, que busca dar conta da complexidade e da riqueza da cultura musical da Bahia. Por certo que ela poderia ser mais ampla, mais sistemática e destinar mais recursos à música. Mas, apesar destes e de outros limites, as formulações e ações desenvolvidas são um bom começo de uma política cultural ampla e democrática, que esteja no patamar qualitativo e quantitativo alcançado pela música baiana.

Todos nós já vivenciamos o encantamento do circo. Palhaços, malabaristas, trapezistas, mágicos, animais amestrados, globo da morte, por vezes encenações (melo)dramáticas, além de outras atrações circenses, fazem parte de nossa experiência de vida. O circo rompia como a mesmice do dia a dia, de um cotidiano sempre igual em um mundo no qual a vida se movia em velocidade lenta. A chegada de circo em uma cidade ou em um bairro de uma cidade maior era uma festa para todos e, em especial, para a criançada. O espetáculo circense presenteava a comunidade com novidades, com a possibilidade de instantes cheios de emoções e surpresas. Magia e encanto faziam parte do circo.

Uma vez, em Arembepe – nunca esqueço –, pude assistir em um circo popular um episódio impressionante. A plateia, de pessoas de todas as idades da comunidade pesqueira, se emocionou, aos prantos, com um melodrama no qual aparecia Santa Teresinha e a figura clássica do diabo: roupa (esfarrapada) vermelha, chifres e tridente. E se exaltou com veranistas que riram da narrativa melodramática. Pouco depois, esta plateia ri gargalhadas com palhaços que fazem piadas apimentadas, chocantes para a moralidade mediana da sociedade. Isto tudo antecedido pela exigência, quase desesperada, de um pescador que uma espectadora deixasse de chupar um limão, pois colocava em risco a vida dos trapezistas. Magia, surpresas, enigmas, mas sintonia fina entre universos simbólicos do circo e da comunidade.

Hoje, no mundo conectado e veloz – ainda que o ritmo atinja as comunidades humanas de modo desigual –, o circo se vê jogado em um turbilhão de muitos e novos desafios. Em 1980, a “Caravana Rolidei”, trupe mambembe do filme *Bye Bye Brasil*, por exemplo, fugia das “espinhas de peixe”, representação visual e simbólica das antenas de televisão da época, para não disputar novidades e magias com este tentacular e potente universo simbólico sociotecnológico. Na contemporaneidade, o mundo glocalizado potencializa os desafios colocados ao circo. Somem-se a estas mudanças, as profundas transformações acontecidas

na arte circense, com o advento de novas técnicas, que convivem em sua grandiosidade de invenções e tecnologias, com a persistência de companhias mambembes, em situação desesperadora de desamparo e quase falência.

A Secretaria de Cultura e a Fundação Cultural do Estado da Bahia, através de seu Núcleo de Circo, entendem que este quadro complexo – de riscos e possibilidades – deve ser enfrentado através de políticas culturais públicas para o circo. A política, para ser pública, deve ser discutida e ter fóruns de deliberação compartilhada, além de reunir um conjunto diverso de instrumentos, a exemplo de colegiado, edital e outros, para dar conta da complexidade atual da situação do circo. Este catálogo é um pequeno, mas relevante, dispositivo de nossa atuação. Ele busca informar e auxiliar a comunidade circense e estimular potenciais parceiros para a construção de uma política cultural pública para o circo na Bahia

Política para a literatura na Bahia (2014)

A criação de uma coordenação específica para literatura, antes reunida com livro e leitura, foi uma das medidas previstas na reforma administrativa da Secretaria de Cultura e de sua Fundação Cultural em 2011. O entendimento que a literatura é uma linguagem artística específica possibilitou seu descolamento institucional. A literatura não aciona apenas o suporte livro em um mundo digital. O livro não serve de suporte somente para a obra literária. Outras modalidades de texto habitam os livros. A leitura, apesar do imenso estímulo da literatura, não se restringe a ela. A autonomia institucional da literatura atendeu a justa demanda da comunidade cultural.

Os editais de literatura do Fundo de Cultura da Bahia tiveram um número crescente de candidatos, ainda que o valor disponibilizado estivesse aquém do necessário para a área. De 2012 a 2014, foram

financiados 65 projetos. O Calendário das Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia, em 2012 e 2013, possibilitou o apoio a mais 11 projetos em municípios como Salvador, Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos, Itapetinga, Cansanção, Livramento de Nossa Senhora, Xique-Xique e São Félix do Coribe. Outro edital, voltado especialmente para estimular a criação de literatura infantil, reuniu a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação. Ele teve 49 obras inscritas e 19 selecionadas. Esta parceria institucional, junto com a participação de representantes da comunidade cultural, permitiu a elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura, com repercussões significativas para o campo literário.

Uma das iniciativas de maior destaque da nova coordenação, assumida pela professora Milena Brito, respondeu pelo título de *Autores Baianos: um panorama*. Com duas edições, uma em 2013 e outra em 2014, as publicações divulgaram nomes expressivos da ficção e da poesia em quatro línguas – português, alemão, espanhol e inglês –, com o objetivo de fazer circular a literatura baiana fora do país e estimular a tradução destes autores. A primeira edição compreendeu 18 autores, com uma tiragem de 2150 exemplares, e foi lançada em um painel dedicado à literatura baiana na Feira Internacional do Livro de Frankfurt, que homenageou o Brasil em 2013. A segunda conta com a participação de 16 autores. Comissões de especialistas fizeram as seleções públicas dos escritores nas duas edições.

Grandes nomes da literatura nacional e internacional estiveram presentes nas Conversas Plugadas realizadas do Teatro Castro Alves. O projeto convidou autores ao palco para discutir temas literários. As seis edições trouxeram à Bahia escritores como Mia Couto, José Eduardo Agualusa, José Miguel Wisnik, Antonio Torres, Sérgio Vaz e Eliane Brum. As palestras foram transmitidas para toda Bahia através do Portal do IRDEB.

Uma das prioridades da Secretaria de Cultura, sempre demandada pelas conferências de cultura, a formação se destacou entre as iniciativas da coordenação. Oficinas literárias, intituladas Escritas em Trânsito,

aconteceram em 15 edições. Elas resultaram, em alguns casos, na publicação dos textos elaborados em jornais e na conquista de editais locais e nacionais. O Centro de Formação em Artes, em conjunto com a coordenação, realizou cursos em Vitória da Conquista (2012 e 2013) e Porto Seguro (2013). Duas edições por ano do Fazer Poesia e Ficção na Bahia aconteceram em 2012 e 2013, uma delas em Feira de Santana. A Semana das Palavras Brincantes, composta de contação de histórias e palestras de autores, ocorreu em 2012, na Biblioteca Monteiro Lobato, acolhendo escritores como Jaime Sodré, Léo Cunha e Daniel Munduruku.

A interação entre coletivos artísticos e comunidades com escassos recursos culturais configurou projeto inovador da coordenação. A Ação Poética nas Comunidades trabalha durante uma semana em um território escolhido. Artistas ministram oficinas e, no final, a comunidade produz e expõe, juntamente com os artistas, estas criações no domingo. As comunidades do Solar do Unhão, próxima ao Museu de Arte Moderna (MAM), e de Alagados vivenciaram a atividade. Para 2014, está prevista ação no interior, na cidade de Jacobina.

Este conjunto de formulações e atividades foi complementado por apoios a iniciativas consideradas relevantes para o campo literário, a exemplo da circulação do Sarau Bem Black, da Feira de Artes Solidária, da publicação do ABC de Jorge Amado; de cortejos performáticos Castro Alves, da Semana de Letras e do evento Onde está a Poesia?

Um rápido balanço do que foi realizado pela coordenação permite confirmar o acerto da opção de autonomia institucional dedicada à literatura. Ela se mostrou pertinente e permitiu implantar um conjunto articulado, continuado e sistemático de iniciativas que prefiguram uma política específica para este campo cultural. Os passos dados até agora criam condições para vislumbrar o desenvolvimento de uma política para a literatura na Bahia.

Panorama do cinema baiano (2012)

O cinema baiano vive hoje um momento muito especial. Em 2011, tivemos semanas com vários longas-metragens baianos em cartaz em salas de exibições em nosso estado. A produção de longas-metragens, coisa rara na história de nosso cinema, vem se consolidando, inclusive com o aparecimento de novos criadores e com sua expansão para gêneros com pouca tradição no cinema de longa-metragem baiano, a exemplo do documentário e da animação. Alguns destes filmes conseguiram mobilizar públicos razoáveis e permanecer em cartaz por diversas semanas. Além dos longas, a produção audiovisual baiana tem se desenvolvido e consolidado, com novos filmes e vigorosos criadores.

Mas não só da produção vive hoje o cinema da Bahia. Novos cursos de formação cinematográfica nascem nas universidades, a exemplo dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estadual do Oeste da Bahia (UESB). Outras universidades imaginam criar cursos na área audiovisual, com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Proliferam também jornadas, seminários, mostras e festivais, nos quais nossos produtos audiovisuais são divulgados e discutidos. Estes e outros eventos permitem a comunidade cultural da Bahia interagir com a produção audiovisual contemporânea, nacional e internacional.

Por certo, este panorama não é só positivo. Nele persistem velhos problemas do audiovisual brasileiro e baiano, a começar pelo enorme predomínio do cinema e do audiovisual norte-americanos, que bloqueiam o acesso de nossa população não só ao filme baiano e brasileiro, mas a quase toda cinematografia internacional. A exceção a este quadro problemático são as salas alternativas e cineclubes, que possibilitam algum acesso à diversidade da produção audiovisual mundial, nacional, regional e local. Deste modo, problemas de recursos, distribuição e exibição continuam a atingir fortemente nosso audiovisual. Políticas

públicas para o audiovisual, porque construídas colaborativamente pelo Estado e pela sociedade, aparecem como vitais para este enfrentamento necessário para o desenvolvimento da audiovisual na Bahia.

Mas, com todas estas e outras limitações, o panorama do cinema baiano está em outro patamar histórico. Nada melhor para constatar este horizonte diferenciado que fazer uma visitação histórica qualificada de nossa trajetória fílmica. É exatamente isto que o texto do professor André Setaro, da UFBA, possibilita. André Setaro tem um itinerário crítico totalmente associado ao cinema da Bahia. Amante inveterado do cinema e do audiovisual, André tem uma longa e qualificada trajetória como crítico, professor e estudioso do cinema mundial e nacional e, em especial, de nossa produção audiovisual.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia se sente honrada em poder disponibilizar esta nova versão do *Panorama do Cinema Baiano*, de André Setaro. Não temos dúvida de que ele é essencial para uma compreensão da dinâmica cíclica de nosso cinema e para um entendimento mais consistente e rigoroso do audiovisual baiano: de suas conquistas, dilemas, entraves, sucessos. Enfim, de sua vida, que é parte imprescindível da nossa cultura e da vida de todos os baianos.

Um Festival para o cinema baiano (2012)

O audiovisual e o cinema na Bahia vivem hoje um instante singular. A criação de vídeos, filmes – curtas e longas – e de outros formatos audiovisuais é relevante e crescente. A circulação destes produtos abrange eventos e circuitos, inclusive o comercial. Eles são selecionados para festivais, mostras e seminários e ganham prêmios nestes encontros. Surgem cursos de formação em audiovisual e cinema. Entidades congregando pessoal da área nascem e estão cada vez mais atuantes.

Fóruns de discussão estão sendo inaugurados. Em suma, o audiovisual e o cinema baiano adquirem uma dinâmica não vista há muito tempo.

A Secretaria Estadual de Cultura tem apoiado este movimento do audiovisual e do cinema baiano, em seus mais diferentes momentos do fazer audiovisual. Ela busca estimular todos os elos produtivos deste fazer cultural.

Ela hoje apoia, por exemplo, vários festivais, mostras e seminários de audiovisual e cinema na Bahia, na capital e no interior. Estes eventos tratam de muitos temas e tem possibilitado diferentes olhares, permitindo publicizar um interessante repertório audiovisual e cinematográfico para os baianos. A difusão e o debate propiciados pelos festivais, mostras e seminários são elos vitais dentro de uma política cultural voltada para o audiovisual e o cinema. Sem eles, não se alcança a abrangência necessária para o desenvolvimento consistente do audiovisual e do cinema na Bahia.

Dentre estes eventos, o Festival de Cinema Baiano (Feciba), realizado desde o ano passado em Ilhéus, adquire uma inovadora singularidade. Ele busca traçar, através de mostra competitiva de curtas-metragens, de outras mostras – retrospectivas, atuais, temáticas e paralelas, além de oficinas, um panorama do cinema que se fez e está sendo criado na Bahia. Esta perspicaz singularidade já deu ao festival – apesar de seu nascimento recente – um lugar especial dentre os eventos apoiados pela Secretaria de Cultura da Bahia.

Em verdade, a Secretaria de Cultura acredita que o Feciba tem um papel relevante para o cinema baiano. Ele coloca em cena nossa criação audiovisual. Difunde nossa produção com vigor. Permite que seus protagonistas – diretores, atores, técnicos etc. – sejam reconhecidos e, com justeza, celebrados. Ele coloca nosso cinema em vital contato com o público. Tudo isto, realizado na cidade de Ilhéus, a partir de suas instituições, acolhendo nosso audiovisual em outras regiões da Bahia.

Os aspectos elencados acima demonstram uma evidente consonância entre o Feciba e as políticas culturais hoje em curso na Bahia.

A Secretaria de Cultura da Bahia, que busca na atualidade aprofundar a territorialização das políticas e das atividades culturais, tem na realização e na singularidade do Feciba um excelente exemplo de concretude desta política.

XIV Festival Nacional Cinco Minutos (2011)

Há quatorze anos, a Bahia realiza o Festival Nacional Cinco Minutos. O festival é uma das principais atividades da Secretaria de Cultura para estimular o aparecimento de novos criadores e democratizar a produção audiovisual. O formato Cinco Minutos já se tornou uma moderna tradição para os amantes do audiovisual. A Secretaria considera esta área estratégica para o desenvolvimento da cultura e do audiovisual no estado.

Este ano, 50 vídeos foram selecionados para a mostra competitiva do festival. Eles representam 10 estados e o Distrito Federal. A Bahia está presente com 18 vídeos, sendo 12 de Salvador. Dentre os outros estados se destacam: São Paulo (11 vídeos); Rio de Janeiro (sete); Pernambuco (seis) e Minas Gerais (dois). Os estados com um só vídeo completam a lista: Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, além do Distrito Federal. A distribuição geográfica dos vídeos selecionados demonstra o caráter nacional assumido pelo festival.

A mostra competitiva acontece em Salvador e, simultaneamente, em mais nove centros culturais da Secretaria, espalhados pelo estado. Em todos eles, ao final de cada exibição, o público pode votar, participando da eleição do vídeo a ser escolhido pelo júri popular.

Junto com a mostra competitiva, o festival acolhe uma ampla programação de atividades. São palestras, debates e mostras paralelas de animação, videoclipe e videodança, além de exposição de antigos equipamentos do campo audiovisual e cinematográfico.

Com este conjunto articulado de atividades, o Festival Nacional Cinco Minutos desenvolve as diferentes e essenciais dimensões inscritas na política de audiovisual da Secretaria de Cultura. Ele estimula a criação audiovisual; incentiva a formação de novos criadores; divulga as obras selecionadas e preserva a memória da produção audiovisual.

* * *

O que podem significar cinco minutos? (2014)

O tempo não é apenas um dado cronológico, como pode parecer a determinado senso comum. Para além de sua mensuração quantitativa, o tempo adquire sentidos diversos a partir de sua inscrição histórica, social e cultural. As percepções e os modos de lidar com o tempo variam na história e nas diferentes sociedades humanas. Ou seja, o tempo possui imanente uma dimensão cultural, sempre qualitativa, e diversa de mera quantidade.

A contemporaneidade parece estar no registro dos tempos acelerados. Mas mesmo em uma sociedade convivem, não sem tensões, modalidades distintas de lidar com o tempo e, por conseguinte, equacionar seus desdobramentos em termos de modos e ritmos de vida. Milton Santos, observando a Bahia, tematiza e analisa as consequências de ritmos acelerados e lentos para a nossa vida e nossa cultura.

Quando foi criado há alguns anos, o Festival Nacional Cinco Minutos propôs naquele instante um desafio algo diferente: produzir vídeos em cinco minutos em um mundo que trabalhava seus modelos audiovisuais em tempos mais amplos, como longa, média e curta-metragem. O desafio era ser conciso: produzir um audiovisual com algum sentido em até cinco minutos. A rigor, o desafio era a excentricidade de produzir sentido em um formato considerado quase sem tempo, conforme a temporalidade daquele momento histórico.

No contemporâneo mundo digital em que estamos imersos, esta excentricidade perdeu sentido. Ela deixou de existir enquanto excentricidade. Os atuais tempos acelerados e suas modalidades audiovisuais típicas tornaram cinco minutos uma temporalidade sintonizada como os horizontes temporais deste admirável mundo novo. O que era excêntrico se transformou em sintonia. Na era digital emergem novos formatos audiovisuais para inovadores aparelhos e aplicativos. Para eles, o tempo de cinco minutos talvez até já seja de longa duração.

Em síntese, esse Festival, antes voltado para uma produção excêntrica e experimental, hoje tem sintonia fina com demandas do audiovisual na atualidade. O exercício de produzir artefatos simbólicos em até cinco minutos se tornou exigência para novos modelos audiovisuais. Nesta perspectiva, outra lógica pode dinamizar o festival. A convergência contemporânea entre a produção em até cinco minutos e as circunstâncias sociais e temporais devem inspirar o Festival Nacional Cinco Minutos e ter centralidade em suas produções e seus debates.

* * *

Imagens e territórios (2012)

Vivemos um mundo de imagens. Elas cotidianamente nos habitam e interpelam. Desde a invenção da reprodução técnica das imagens no século XIX, primeiro com imagens fixas e depois em movimento, o que experimentamos é um processo incessante de proliferação de imagens, através de variadas tecnologias e inúmeros suportes.

Esta vida cotidiana cada vez mais preenchida por imagens cria muitas ilusões. Algumas delas: todos têm acesso à diversidade de imagens e podem produzir imagens com facilidade. Em verdade, nada é tão simples como aparenta.

Apesar de termos hoje diversas tecnologias das imagens acessíveis, bem mais que em um passado recente, elas ainda exigem requisitos técnicos e, especialmente, econômicos. Assim, muitas pessoas e territórios continuam excluídos da produção e do acesso a imagens.

Com todas as novas possibilidades tecnológicas, a concentração da produção de imagens em determinados territórios se mantém gritante. Para lembrar um exemplo clássico e emblemático: o cinema norte-americano domina algo em torno de 80% do mercado mundial de filmes. No sistema em que vivemos, a desigualdade socioeconômica, política e cultural, entre pessoas e entre territórios, continua imensa. Isto significa que muitos territórios não só estão destituídos da produção de imagens, como também estão completamente excluídos das imagens produzidas.

O projeto DOC-Territórios está na contramão deste processo de concentração e negação de imagens. Ele dá centralidade à associação entre territórios e imagens e tem como premissa o reconhecimento do território como um vetor vital para imaginar a cultura em sua diversidade e para construir políticas públicas de cultura.

São 26 documentários produzidos nos e sobre os 26 territórios de identidades, então delimitados pelo planejamento estadual. São 26 visões da Bahia plural e singular. Estes 26 olhares sobre a diversidade sociocultural baiana, por certo, trazem outras imagens da Bahia. Imagens distintas das corriqueiras imagens produzidas por Salvador sobre a Bahia.

O processo de territorialização – assumido como política pública de cultura na Bahia – possui múltiplas dimensões e possibilidades. Por certo, uma das suas dimensões mais potentes e promissoras do projeto seja possibilitar este olhar mais amplo, diverso e plural, fazendo emergir imagens profundas e desconhecidas que conformam: a Bahia, sua rica cultura baiana e todos os baianos.

Algumas palavras acerca do Prêmio Pierre Verger (2012)

A invenção da fotografia no século XIX foi uma enorme revolução em termos tecnológicos e culturais. Ela se inseriu no processo de subsunção da cultura ao capital e se inscreveu no processo de inauguração de novas tecnologias de reprodução técnica voltadas especificamente para os bens simbólicos. Tais bens estavam excluídos até aquele momento do alcance das transformações tecnológicas, originadas na “revolução industrial” do final do século XVIII e voltadas somente para a reprodução técnica dos bens materiais.

A revolução da reprodução técnica de bens simbólicos, inaugurada com o aparecimento das novas máquinas de imprimir nos anos 30 do século XIX, que substituíram as artesanais e já arcaicas impressoras modeladas desde sua invenção por Gutenberg, em seu instante fotográfico permitiu um salto qualitativo nas tecnologias de reprodução: além de palavras agora era possível retratar imagens.

A reprodução técnica de imagens fixas significou um avanço tecnológico com notáveis impactos na vida contemporânea, pois transformou a imagem em um objeto cotidiano, iniciando sua proliferação e sua posterior banalização em uma atualidade cada vez mais inundada de imagens.

A fotografia, originalmente entendida como mera possibilidade de reprodução técnica, teve repercussões culturais profundas e fecundas, a exemplo do que aconteceu com a secular arte da pintura. Ela libertou a pintura de sua “missão” figurativa, abrindo múltiplas veredas para seu desenvolvimento posterior. Nada casual o alargamento do horizonte de linguagens estéticas que a pintura experimentou no final do século XIX e início do XX.

Este novo mundo de imagens, com dispositivos tecnológicos cada vez mais sofisticados, nasceu com a fotografia. Mas a multiplicação de imagens subverteu o papel original da fotografia enquanto mera técnica de reprodução. Já no século XIX e, em especial, no século XX,

inúmeros fotógrafos contribuíram para isto, construindo uma estética singular e transformando a fotografia em arte, mesmo quando ainda se dedica a retratar realidades.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia entende a fotografia com uma das artes mais sintonizadas com este mundo de imagens proliferantes, que chamamos de contemporaneidade. Daí a instituição do Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger, realizado a cada dois anos desde 2002. Hoje este é um dos maiores prêmios do país. Ele abrange uma premiação em dinheiro, uma exposição a ser realizada em Salvador e a publicação de um catálogo com o ensaio fotográfico.

Estamos agora festejando Pedro David, vencedor do prêmio em 2010/2011. Foram 109 trabalhos inscritos de estados como: Bahia, Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e do Distrito Federal. A comissão de seleção foi composta por José Carlos Mamede, Leonardo Costa Braga e Sérgio Burgi.

O ensaio fotográfico “Jardim” de Pedro David, como afirmou o próprio autor, procura “entender a expansão da cidade (Belo Horizonte) para fora de seus limites, o embate entre seus habitantes com a natureza e as razões que levam pessoas tão diferentes a procurar os mesmos pedaços da periferia”. Tema atualíssimo em um Brasil que cresce, incorpora setores excluídos e revitaliza periferias, mas ainda se revela profundamente desigual, tenso e marcado por profundos desafios políticos, culturais e ambientais. Lugares especiais, as periferias na atualidade condensam desafios e muitas das potencialidades sociais, econômicas, políticas e culturais do processo de mudança em curso no Brasil. Olhar para elas, entender suas dinâmicas, estimular seus potenciais emergem como tarefas urgentes, inclusive do campo cultural, quase sempre tão enquistado em outros lugares e apartado da complexidade dos embates vitais da contemporaneidade brasileira. Realidades duras, densas, conflituosas e belas reveladas pelo criativo olhar imaginário de Pedro David.

Os Salões de Artes Visuais da Bahia, realizados desde 1992, tornaram-se uma das mais importantes tradições das políticas culturais do Estado da Bahia no campo das artes. A triste tradição de instabilidade e descontinuidade vigente no campo das políticas culturais no Brasil e na Bahia tem impossibilitado a continuidade de programas e projetos, mesmo quando muitos deles têm sucesso e apresentam ótimos resultados. Felizmente, os Salões de Artes Visuais da Bahia se impuseram na contramão desta triste tradição brasileira e baiana.

Em seus 20 anos de existência, os Salões conseguiram constituir uma dinâmica de conservação e inovação que possibilitou sua continuidade contra todas as ameaças, que, por certo, não foram poucas. Deste modo, devemos festejar e muito este programa que tem estimulado a criação no campo das artes visuais em toda a Bahia, bem como incentivado sua difusão e a reflexão crítica sobre esta produção artística.

Várias hipóteses podem ser aventadas para explicar esta relevante continuidade em meio a tanta descontinuidade. A necessidade vital de expressão artística de nossa população é uma delas. A presença e a força das artes visuais na Bahia emergem como outra explicação possível. A postura republicana da política cultural do governo Wagner em manter bons programas e projetos culturais dos governos anteriores não pode ser esquecida.

Diversas alternativas, não necessariamente excludentes, poderiam ser formuladas, mas gostaria de destacar outra hipótese que me parece elucidativa: a manutenção de uma das poucas iniciativas de políticas culturais que se voltavam para toda a Bahia, sem discriminações. O rodízio na escolha das cidades que irão sediar os salões a cada ano tem se mostrado um mecanismo essencial do processo de territorialização da cultura. Esta capacidade de levar as políticas culturais aos mais diversos lugares do estado é, sem dúvida, uma das forças explicativas da longa e vigorosa história dos Salões de Artes Visuais da Bahia.

III Bienal da Bahia (2014)

Depois de 45 anos, vamos ter bienal na Bahia. Ela será a terceira. Ela continua e descontinua as Bienais de 1966 e 1968. Esta última fechada pela ditadura civil-militar, implantada no Brasil com o golpe de 1964. De imediato, uma questão se impõe como inevitável: por quê resgatar a ideia de bienal depois de tanto tempo e revisitar uma história quase esquecida?

O direito à memória é parte substantiva dos direitos culturais. Saber de nossa história, de tradições, de possibilidades de vida, esmagadas e silenciadas pela força dominante – neste caso em sentido literal – aparece como condição para iluminar o presente e o futuro. Para, atento, buscar alternativas e outras modalidades de sentir e pensar o mundo.

Mergulhar na história em um ano tão emblemático como 2014 – quando acontece os 50 anos do golpe militar e os 30 anos do movimento democratizante das Diretas Já – coloca em cena: atitudes, questionamentos, limites e possibilidades, que podem ser, criticamente, continuadas e descontinuadas, mas devem ser sempre reavivadas e atualizadas.

Por certo, era outra a Bahia e outra a circunstância nacional e internacional nos anos 60. Uma Bahia que, desde o final da década de 1940, se colocou em movimento, deixando a paralisia da primeira metade do século XX. Uma Bahia muito desigual e (ainda) provinciana, mas cada vez mais viva com sua dinamização econômica e seu renascimento cultural. Estimulante olhar, sem nostalgia, esta Bahia criativa, depois interdita por aqueles anos de ditadura civil-militar e pelo autoritarismo que se manteve em nosso estado, mesmo no período pós-ditadura.

A III Bienal dialoga com nossa interessante história cultural, rememorando episódios quase esquecidos, mas ela se abre obrigatoriamente para o presente e o futuro. Seu tema/questão – “É tudo nordeste?” – busca dar singularidade a nossa bienal e constituir um diferencial em relação às bienais mais marcantes existentes na atualidade no país: a de São Paulo e a do Mercosul. O Nordeste acionado aqui é múltiplo e complexo, é passado e presente, é singular e universal, é território e experiência.

Todos nós sabemos que a partir de Lula significativas mudanças acontecem no Nordeste. Diferente de instantes anteriores, a região hoje tem um desenvolvimento maior do que outros territórios do Brasil. Este Nordeste em movimento, com dilemas e tensões inerentes a este processo, inventa novas e contemporâneas dinâmicas territoriais e experiências humanas. Este Nordeste contemporâneo também é muito distinto daquele dos anos 1960, presente de modo marcante na cultura brasileira então produzida.

Sabemos também que territórios e experiências no mundo atual só podem ser imaginados em uma dimensão glocal. Nela, fluxos locais e globais perpassam e dão sentido aos territórios e às experiências. Na contemporaneidade, mesmo quando ela se apresenta corroída por problemas e dificuldades, vivemos em tempo real e em espaço planetário.

Tais dispositivos, que conformam a modalidade contemporânea da experiência humana, transformam esta experiência em potencialmente universal, pois ela dialoga, muitas vezes em tempo real, com experiências afins vivenciadas nos mais distintos rincões do planeta. Nesta perspectiva, a questão/tema do III Bienal da Bahia demonstra sua abrangência, abrindo múltiplas possibilidades de diálogos interculturais, a serem estimuladas, acolhidas e instaladas na Bienal.

É este Nordeste, território e experiência humana, que estará em cena na Bahia, na capital e no interior, em inúmeros espaços e diversificadas modalidades culturais, dado que a III Bienal não estará restrita apenas às artes visuais, mas irá mobilizar muitas linguagens e espaços.

A III Bienal da Bahia envolve todo este leque de dimensões e questões. Ela será a maior atividade da Secretaria de Cultura, coordenada pelo seu Museu de Arte Moderna (MAM), para apresentar e representar a Bahia neste ano emblemático, quando também se realiza no Brasil a Copa do Mundo. Nela, nossa cultura deve assumir lugar de destaque. Sua visibilidade internacional e nacional pode ser o verdadeiro legado da Copa.

A Secretaria de Cultura no Ano Jorge Amado (2012)

O centenário do escritor e da figura humana Jorge Amado mobilizou a Secretaria de Cultura desde o início do ano de 2011. Já em março, a Secretaria convidou um conjunto de instituições culturais – Fundação Casa de Jorge Amado, universidades, Academia de Letras da Bahia, entidades municipais de cultura etc. – e de personalidades próximas a Jorge e seu universo para imaginar conjuntamente o que depois foi denominado Ano Jorge Amado. Todas as pessoas e entidades convidadas responderam prontamente e participaram de uma série de animadas reuniões entre março e agosto de 2011. Parte da família, dois netos de Jorge, também estiveram presentes em algumas destas reuniões.

No dia 10 de agosto de 2011, o ano foi inaugurado com a inspirada fala do moçambicano Mia Couto, hoje, sem dúvida, um dos maiores escritores da língua portuguesa e admirador confesso de Amado. Sempre muito sensível, o autor disse da relevância de Jorge para a literatura universal e, em especial, para os escritores africanos. A inauguração do Ano Jorge Amado aconteceu no ambiente mágico do Teatro Castro Alves completamente lotado e encantado com as figuras de Mia Couto e Jorge Amado.

Durante todo o segundo semestre de 2011, as entidades parceiras do Ano Jorge Amado e a Secretaria de Cultura promoveram diversas atividades enfocando as muitas abordagens possibilitadas por Amado e sua obra. Destaque para a série de concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia (Osba) intitulada Jorge Amado e para o ciclo de palestras sobre os livros mais marcantes da literatura do escritor baiano, com estudiosos convidados, promovido pela Biblioteca Monteiro Lobato. Os concertos e o ciclo têm continuidade no ano de 2012. Outro destaque: o livro *Jorge Amado de todas as cores* publicado pela Fundação Pedro Calmon com trabalhos sobre Jorge.

As homenagens continuam por todo o ano de 2012. Muitas atividades foram e estão sendo desenvolvidas, como pôde ser observado no

catálogo do Ano Jorge Amado, publicizado pela Secretaria de Cultura. Não só a Secretaria realizou atividades, mas um extenso leque de instituições. Muitas dessas entidades foram apoiadas pela Secretaria, como, por exemplo: a Fundação Casa de Jorge Amado, o terreiro Ilê Axé Opô Afonja e a Prefeitura Municipal de Ilhéus. O livro de Zélia Gattai, com fotos de Jorge e sua família, foi apoiado através do Fundo de Cultura da Bahia. A marcante cerimônia de homenagem a Jorge realizada no terreiro de Mãe Stella de Oxossi também teve o apoio da Secretaria.

Em torno do dia do centenário a Secretaria de Cultura programou três grandes atividades. No dia nove de agosto, a abertura no Museu de Arte da Bahia (MAM) da exposição Jorge Amado e Universal, antes realizada com sucesso no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. No dia 10 de agosto, data do centenário, acontece no Teatro Castro Alves um concerto que reúne a Osba e uma admirável gama de cantoras e cantores baianos em uma significativa homenagem da cultura baiana ao nosso maior escritor. O Concerto ao Amado Amor, criado cuidadosamente através de pesquisa e seleção de músicas de e sobre Amado, tem como intérpretes uma diversidade de músicos e de vozes, todos perpassados pelo universo imaginário de Jorge. O espetáculo será apresentado também no dia 11 de agosto em um dos cenários mais presentes na vida e na criação de Jorge Amado: o Pelourinho. O concerto busca acolher a população da Bahia, que Jorge tanto amava e soube, com sensibilidade, expressar em sua obra.

As homenagens prosseguem até o fim do ano, muitas delas com apoio da Secretaria. Dentre elas, cabe lembrar: lançamentos de livros, inclusive o de Moraes Moreira, sobre o escritor baiano; mostra de filmes inspirados na obra de Jorge Amado; debates; espetáculos e inúmeras outras atividades.

O Ano Jorge Amado é pleno de homenagens, emoções e lembranças daquele que foi um dos inventores da identidade baiana, tal como vivenciamos hoje. Jorge inventou a Bahia para baianos, brasileiros e estrangeiros. Cabe a nós colocar em debate esta potente invenção e relembrar o que Walter Benjamin escreveu: “[...] um acontecimento

vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Amado e Gonzaga (2012)

O ano de 2012 é animado por muitas comemorações. Destaque para os centenários de duas das estrelas maiores da nossa cultura, o escritor Jorge Amado e o músico Luiz Gonzaga. Por suposto, não será preciso acionar muitas palavras para justificar tais comemorações.

Jorge Amado, além de ser um dos escritores mais populares e representativos do Brasil, foi um ativista cultural, sempre disposto a apoiar novos criadores e defender a cultura. Ele tornou a Bahia conhecida e reconhecida internacionalmente. Suas histórias e personagens habitam nossa vida e imaginação. Em uma dimensão menos visível, Jorge foi militante político, vinculado ao Partido Comunista (PC) entre os anos 1930 e a década de 1950. Em momentos stalinistas, quando a religião era tomada como ópio do povo, ele soube defender o respeito à diversidade religiosa, em especial, do povo de santo, naquele momento, como ainda hoje, perseguido e discriminado.

Luiz Gonzaga, como ninguém, cantou o sertão nordestino: seus flagelos e encantos. Sua música tocou, com criatividade e sensibilidade, nordestinos e brasileiros. Seus enormes sucessos indicam o lugar privilegiado que ele ocupa na nossa música popular. Sua influência na música brasileira é incontestável. Ainda hoje, seus cantos e encantos produzem novas e originais musicalidades. Gonzaga, por vezes, foi conservador, mas a grandeza de sua arte ultrapassou limites e fez dele uma das maiores expressões de nosso imaginário.

Jorge Amado e Luiz Gonzaga foram artistas esplendorosos da literatura e da música. Como criadores geniais, eles expressaram – com fina percepção, grande criatividade e sintonia com seu tempo social – manifestações, sensibilidades e ideários engendrados por segmentos majoritários de nossa população, muitas vezes esquecidos pela cultura oficial e pelas elites.

As riquezas das suas artes – ao expressar as singulares circunstâncias societárias vivenciadas por eles – possibilitam que Jorge Amado e Luiz Gonzaga transponham fronteiras: eles não são apenas criadores estéticos, mas se tornam inventores de tradições, para lembrar a criativa expressão do historiador Eric Hobsbawm.

Jorge Amado, juntamente com outros criadores, é, sem dúvida, um dos inventores da “baianidade”, desta identidade cultural da Bahia, constituída por modos singulares de ser, viver, fazer, saber, pensar, imaginar, sentir, sonhar, andar, dançar, comunicar profundamente impregnados pela cultura afro-baiana, concentrada no Recôncavo. Ele, depois de escrever a região cacaueteira, produz esta densa identidade que agrega baianos, mesmo aqueles oriundos de outros territórios do estado.

Luiz Gonzaga, em conjunto com outros autores, emerge como um dos maiores inventores do Nordeste. Cabe lembrar que existia no Brasil apenas um Norte indistinto, que englobava Norte e Nordeste. Coube aos criadores da chamada cultura regional, dentre eles Luiz Gonzaga, a criação do Nordeste enquanto região do Brasil.

As artes, sintonias e invenções culturais fizeram com que as criações de Jorge Amado e Luiz Gonzaga fossem “eternizadas” ao transcender lugares, tempos e opiniões. Elas são um manancial vital para a cultura e a vida brasileiras e baianas. Seus múltiplos acionamentos têm produzido, quase sempre, criativas manifestações da nossa cultura.

A rememoração destes autores não pode se limitar às justas homenagens, mas deve ensejar novas revisitações, revisões e recriações. No caso da Bahia, Jorge Amado e Luiz Gonzaga colocam em cena os

dois maiores estoques e fluxos que conformam a cultura da Bahia em sua diversidade constitutiva: a cultura afro-baiana e a cultura do sertão. Sem elas, dificilmente podemos imaginar a cultura baiana. Jorge Amado e Luiz Gonzaga são dois ícones para iluminar a complexa trama da cultura baiana contemporânea. Nesta perspectiva, cabe tomar as homenagens como atos inspiradores para imersão e reflexão profundas acerca de eixos culturais conformadores da nossa contemporaneidade: as culturas afro-baianas e as culturas do sertão.

Jorge Amado como ativista cultural (2012)

Em seu centenário Jorge Amado tem sido lembrado, de modo muito justo, como excepcional criador cultural baiano e brasileiro. Em suas narrativas, ele expressou a saga da “civilização” do cacau e construiu uma baianidade de tom afromestiço, poderoso imaginário de Salvador, do Recôncavo e da Bahia até hoje. Ele e criadores notáveis como Caymmi, Carybé, Pierre Verger e outros, em verdade, conformaram uma “identidade” baiana dotada de impressionante presença e persistência política e cultural em termos nacionais e internacionais.

A celebração do centenário de Amado, além de todas as justas homenagens, deve possibilitar o conhecimento e reconhecimento da complexidade da atuação político-cultural de Jorge. Desde os anos 1920, ele foi também um destacado ativista cultural. Ou seja, exerceu de modo excepcional o papel de um “intelectual público”, na concepção elaborada de Russell Jacoby. Jorge Amado entrevistou sempre e publicamente nos momentos e debates cruciais de seu tempo. Sua obra e sua atuação cultural foram construídas em permanente interlocução com suas circunstâncias espaciais, temporais, vitais. Sua trajetória nesta perspectiva é emblemática.

Na juventude, entre 1928 e 1933, juntamente com Dias Gomes, Edison Carneiro, Walter da Silveira, Sosígenes Costa e outros, Jorge Amado participou na Bahia da chamada Academia dos Rebeldes. Nos anos 1930 e 1940, atuou ativamente no agitado ambiente político-cultural brasileiro, escreveu em jornais e revistas, publicou diversos romances, participou de encontros e entidades e se aproximou do Partido Comunista. Teve livros queimados pela ditadura do Estado Novo, considerados subversivos e atentatórios à moral. Foi perseguido e exilado.

Retorna ao país e participa da luta contra o nazifacismo e pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Filiado ao Partido Comunista (PC), é eleito deputado federal constituinte por São Paulo, em 1945. Como deputado, tem uma atuação destacada no campo da cultura. Na Constituinte, defende a liberdade religiosa. Na Câmara, propõe legislações relativas ao cinema, à censura e às culturas populares. Em abril de 1947, por exemplo, aprova projeto para conceber pensão mensal ao palhaço Benjamin de Oliveira, na época com 86 anos. Na justificativa do projeto, Jorge Amado escreve: “[...] uma nação torna-se grande não só pelo seu progresso material, mas ainda, por aquilo que realizam seus sábios, escritores e artistas, mesmo quando se trata de humilde palhaço de circo”.

Tem seu mandato cassado em 1948, juntamente com todos os parlamentares eleitos pelo PC. Nos anos 40 e 50, desenvolve intensa atividade política e cultural, colaborando em inúmeras publicações no Brasil e no exterior, participando de encontros e congressos em todo o mundo e militando ativamente em movimentos político-culturais, a exemplo dos Partidários da Paz. Em 1951, recebe o Prêmio Stalin da Paz.

Com a crise desencadeada pelas denúncias de Nikita Khruhshev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, Jorge Amado e muitos artistas e intelectuais em todo o mundo abandonam os partidos comunistas e de modo muito diferenciado fazem uma revisão crítica do passado. Diversos se tornam anticomunistas, em muitos casos tão obsessivos e militantes quanto foram antes stalinistas.

Ele e outros importantes intelectuais e artistas ex-stalinistas fundam e dirigem o quinzenário cultural *Para Todos* (1956-1958), publicação notável por seus conteúdos, programação visual e abertura ao debate político e cultural. Um exemplo desta abertura: *Para Todos* critica a invasão da Hungria, então uma república socialista que buscava uma renovação democrática, pelas tropas soviéticas em 1956. A posição crítica à URSS deixou furiosa parte da direção do PC. Afastado da militância, Jorge Amado continuou participando da vida política e cultural e escrevendo suas maravilhosas narrativas.

Bahia festeja Caymmi (2014)

Em 2014, a Bahia festeja o centenário de um dos maiores inventores da baianidade, entendida como narrativa que constitui nossa identidade cultural. Caymmi, Jorge Amado, Carybé, Pierre Verger, dentre outros criadores, foram os construtores simbólicos da Bahia, como a vivenciamos desde meados do século XX. Eric Hobsbawm anunciou as tradições como inventadas. Ou seja, conformadas historicamente. Deste modo, a baianidade, ainda hegemônica, foi constituída simbolicamente por estes e outros criadores.

Caymmi nasceu em 30 de abril de 1914 e morreu em 16 de agosto de 2008. Ele foi cantor, compositor, violonista, pintor e ator. Suas canções, simultaneamente simples e sofisticadas, cantam e encantam a Bahia e a todos. Elas produziram um imaginário da Bahia para baianos, brasileiros e estrangeiros. Exportaram uma Bahia boa terra para a nação e para o mundo.

Suas músicas musicaram a Bahia (“Acontece que sou baiano”, “Adalgisa”, “Saudade da Bahia”, “São Salvador”, “Você já foi à Bahia?”). Cantaram e encantaram baianas (“Lá vem a baiana”, “O que é que a baiana tem?”), baianas (“A preta do acarajé”) e mulheres (“Marina, Rosa

morena”, “Dora”, “Doralice”, “Francisca Santos das Flores”, “Modinha para Gabriela”).

Elas reafirmaram a Bahia, seus lugares (“Saudade de Itapoã”, “Coqueiro de Itapoã”, “A lenda do Abaeté”, “Maracangalha”), suas comidas (“Vatapá”, “Açaça”), suas religiosidades (“365 igrejas”, “Oração de Mãe Menininha”, “Rainha do mar”, “Canto do Obá”, “Santa Clara clareou”, “Promessa de pescador”), suas musicalidades (“Afoxé”, “O samba da minha terra”), suas festas (“Festa de rua”) e seu mar (“O mar”, “Suíte do pescador”, “O bem do mar”, “É doce morrer no mar”, “João Valentão”, “Pescaria”, “O vento”, “A jangada voltou só”, “Temporal”, “Noite de temporal”, “Milagre”, “Sargaço mar”, “Balada do rei das sereias”, “Adeus da esposa”).

O canto de Caymmi não esqueceu as mazelas de seu povo, do povo que conviveu com ele e sempre habitou suas canções. Não deixou de denunciar desigualdades e amarguras sociais (“Eu não tenho onde morar”, “Fiz uma viagem”) e raciais (“Retirantes”). Não por acaso, durante parte de sua vida, esteve bastante próximo de comunistas, como seu amigo Jorge Amado, letrista de algumas composições suas, como: “Retirantes”, “Cantiga de cego”, “É doce morrer no mar”. Mas a proximidade com Jorge Amado comporta diferenças de estilo: Caymmi conciso, Jorge abundante.

Nas suas músicas, Caymmi, em especial, rememora a (cidade da) Bahia pré-industrial entre os anos 1920 e 1940. Uma cidade em ritmo lento, malemolente e hospitaleira, à margem do progresso, que contaminava outras regiões do país, a exemplo de São Paulo. Cabe lembrar que a população da Cidade da Bahia, como era chamada Salvador, entre os anos 1920 e os 1940, se manteve quase estacionária. Para expressar esta Bahia, boa terra, Caymmi recorre a muitas musicalidades: canções praieiras, sambas, sambas de roda, sambas-canção, toadas, cantigas de ninar, modinhas, serenatas, cocos, marchas, pontos de candomblé, cantigas de roda. Ele visita tradições e cria inovações musicais e poéticas. Sua poesia é coloquial, esteticamente moderna.

Para além da Bahia, Caymmi é inventor do Nordeste. Gilberto Freire afirma que, pelo menos, dois Nordeste existem. O Nordeste do sertão semiárido forjado, dentre outros criadores, por Luiz Gonzaga que, em 2013, comemorou seu centenário, e o Nordeste praieiro, do litoral da Bahia ao Maranhão, com vegetação e água onipresentes. Caymmi configura e embala com suas canções este outro Nordeste, imaginariamente não hegemônico, apesar de dominante em termos políticos e econômicos.

Tal lembrança reivindica uma complexa discussão sobre as imagens públicas do Nordeste, suas predominâncias, esquecimentos e tensões. Mas este já outro assunto. Tema para a III Bienal da Bahia que, também em 2014, pergunta: É tudo Nordeste? Nos horizontes deste texto, cabe festejar Dorival Caymmi como genial criador de tantas sensibilidades, imaginários e belezas, que no dia a dia alimentam baianos, brasileiros e os seres do universo, humanos, demasiadamente humanos.

Argentino, baiano, universal (2011)

O sociólogo francês Lucien Goldmann, em suas estimulantes teorias sobre o sujeito transindividual, defendeu a tese de que a criação cultural é sempre resultado de uma coletividade, de um grupo social que inaugura modalidades singulares de estar, viver, pensar e sentir o mundo. Mas ele, perspicazmente, superou a simplificadora dicotomia coletividade x individualidade ao afirmar que somente os grandes artistas, intelectuais ou líderes eram capazes, cada um em sua dimensão específica, de sintetizar, transformar e dar sentido a esta criação coletiva anônima, dispersa, fragmentada, eclética e multifacetada. A sensibilidade, a intuição, o carisma e a criatividade imanentes aos grandes criadores possibilitariam esta magia de conformar, de modo rigoroso, novos imaginários; percepções; sentimentos; pensamentos; emoções e horizontes, enfim.

Carybé foi múltiplo: pintor, gravador, desenhista, ilustrador, ceramista, escultor, muralista, pesquisador, historiador e jornalista. Como criador, ele foi um dos inventores da Bahia, de suas tradições e estilos de vida. Juntos, ele, Jorge Amado, Dorival Caymmi e outros grandes criadores construíram a Bahia imaginariamente. Uma Bahia boa terra, singular, colorida e miscigenada. Uma Bahia que pulsa em seu povo. Uma Bahia sintetizada através de suas imagens singularíssimas. Uma Bahia que, talvez, hoje esteja se esvaindo no curso veloz da história para renascer em novas constelações culturais, muitas delas com intensa interlocução com seus ancestrais.

Como grande criador, Carybé deu traços singulares a este imaginário baiano. Ele, argentino naturalizado brasileiro, foi o mais baiano dos argentinos. Talvez o capeta que habita Carybé esteja intimamente associado a esta capacidade de transculturação. Tendo nascido em Lanús (Argentina), com outro sotaque cultural, ele, de modo expressivo, se fez baiano e traduziu visualmente a nova terra que adotou. Mais que isso, foi um dos construtores desta imagem tão forte de Bahia, que até hoje povoa o imaginário de baianos, brasileiros e estrangeiros. Em seu centenário de nascimento, nada mais justo que relembrar e referenciar este argentino baiano universal. Que Carybé continue a nos habitar criadoramente.

A modernidade de Mário Cravo Júnior (2013)

O modernismo demorou a aparecer na Bahia. Terra de profundas e fundadas tradições, a Bahia resistiu longo tempo à modernidade cultural. A sedimentada cultura das academias serviu de anteparo e obstáculo às pretensões do modernismo de transformar a cultura baiana. Para se afirmar, nossos primeiros modernistas, compelidos, buscaram exílio

fora da Bahia. Por sua criatividade, eles foram recolhidos e reconhecidos em outros lugares já modernizados do Brasil. Jorge Amado, Edison Carneiro e Dias Gomes são alguns destes modernistas rejeitados pelo ambiente cultural baiano, avesso ao modernismo.

Notável a dificuldade do modernismo se desenvolver em terras baianas. A primeira geração, nos anos 20, inventou o modernismo no Brasil. A segunda, na década de 1930, consolidou o modernismo através do regionalismo e da ampliação de seu público. Estas duas gerações pouco afetaram o cenário cultural baiano, apesar da presença de expoentes baianos na geração de 30, a começar por Jorge Amado. Orgulhosa de sua cultura, a Bahia se mantinha contrária à modernidade.

Só no final dos anos 1940, o modernismo vai acontecer na Bahia. Mário Cravo Júnior tem lugar vital na sua instalação e consolidação. Mário, Carlos Bastos e Genaro de Carvalho são protagonistas primeiros desta mudança. Junto a eles, os Cadernos da Bahia, publicação cultural voltada para a literatura e artes visuais, voz fundamente da virada modernista baiana.

O processo também teve poderosos aliados. Um deles, Anísio Teixeira, que, dentre outras iniciativas, convida os jovens artistas plásticos modernos da Bahia para criar os murais instalados na sua inovadora Escola Parque. Um mural de Mário Cravo Júnior está entre eles. Dois outros aliados de peso: o jornalista Odorico Tavares e o reitor Edgard Santos. Em sintonia fina com a modernização de Salvador e Recôncavo, estimulada pela descoberta de petróleo e posterior instalação da Petrobras nestes territórios, a modernidade, enfim, se fazia na Bahia.

Mário Cravo Júnior não só desempenha este papel inaugurador. Com sua criatividade, ele assume lugar de destaque na nossa arte moderna. Sua obra está disseminada nas ruas e prédios de Salvador e de outras cidades. Ela encontra acolhida em relevantes museus no Brasil e no mundo. Sua produção artística é reconhecida em estudos, publicações e ambientes culturais.

A versatilidade no uso de materiais marca a trajetória de Mário. Ele mesmo afirmou: “Eu preciso renovar meu relacionamento com os materiais”. Renovar e revirar. Estar atento às potencialidades inscritas nos materiais, velhos e novos. Experimentar materiais, tecnologias e possibilidades. Extrair dos mais diversos materiais formatações estéticas singulares. Abstratas, como a Fonte da Rampa do Mercado, e figurativas, a exemplo do seu expressivo Antonio Conselheiro.

Essa renovada experimentação de materiais, tecnologias e formatos estéticos não implica em uma opção pelo culto à efemeridade, sem mais. Se materiais, tecnologias e formatos trabalhados possuem este caráter mutante, o mesmo não pode ser dito dos substratos culturais que informam suas criações. Eles nada têm de efêmero. Pelo contrário, eles são densos, consistentes e incorporados. Nascem de uma inserção profunda do artista na cultura brasileira e baiana. Nas diferentes expressões das culturas dos sertões. No Nordeste, que percorreu e acolheu como dado cultural introjetado. Nas diversas manifestações das culturas negras da Bahia, que habitam suas obras e orixás.

Tais interfaces não se esgotam na ligação umbilical com seu entorno mais próximo. Ele incorpora a cultura baiana/brasileira em constantes diálogos com fluxos universais, com formas e conteúdos internacionais, provenientes de suas viagens aos Estados Unidos e Europa e de sua abertura à contemporaneidade. Inquieto, ele disse aos 88 anos:

“Estou chegando ao ciclo final, tenho consciência disso. Mas ainda tenho vontade de encontrar o que não encontrei”.

É este Mário Cravo Júnior – inaugurador, dialógico, criativo e inquieto – que o Governo do Estado da Bahia, através de sua Secretaria Estadual de Cultura, mostra nesta exposição. Ela homenageia nosso escultor maior, agora nos seus 90 bem vividos e criativos anos.

Das singularidades de Rubem Valentim (2011)

Há alguns anos, realizei uma pesquisa intitulada *Comunicação e Cultura na Bahia dos anos 50 e 60*. Para quem habita hoje uma Bahia imersa na predisposição quase natural de identificar cultura baiana e cultura negra, parece surpreendente que aquela época, agitada pelo intenso e criativo “renascimento baiano”, não tivesse esta quase identidade de modo algum inscrita no seu imaginário.

A cultura baiana de então apresentava forte influência e presença das culturas do sertão. Ela estava configurada por esta matriz cultural, marcante na cena brasileira daqueles anos, enquanto os componentes afro-baianos eram quase excluídos do cenário cultural. Eles, por certo, habitam o cotidiano das pessoas e conformam a vida da Cidade da Bahia e do Recôncavo, mas parecem não poder adentrar e ser expressos no universo reconhecido como cultura. Tais componentes, potentes e cheios de vida, são vivenciados como prisioneiros do cotidiano, reclusos em guetos, sem dignidade para explodir barreiras impostas, superar fronteiras e serem traduzidos e reconhecidos como cultura.

Neste horizonte, a figura de Rubem Valentim adquire singularidade. Negro, “homem do povo”, como disse, ele viveu intensamente a cultura popular afro-baiana, com destaque para os terreiros de candomblé, ainda “sem saber que era arte e cultura”. Mas, diferente de outros personagens da geração dos 1950 e 1960, em Rubem Valentim esta experiência existencial, vivenciada como deslumbramento, irá se transfigurar em uma singular criação cultural que vai marcar toda sua trajetória artística. Na contramão dos estoques populares do sertão acionados predominantemente no ambiente cultural baiano daqueles anos, Rubem Valentim se constrói e se expressa através de uma simbologia que recria continuamente emblemas e signos do candomblé da Bahia, ícones do universo religioso e cultural afro-baiano.

A densa conexão com os terreiros não se faz em horizonte figurativo, potente na Bahia e no Brasil dos 50 e 60, nem por via de nenhuma

concessão ao pitoresco, ao exótico ou ao folclórico, tão ao gosto de olhares “estrangeiros”, internacionais ou nacionais, das elites. Antes ele recorreu ao abstrato, à geometria dos ferros e utensílios rituais dos orixás. Mário Pedrosa escreveu que ele foi o primeiro pintor abstrato da Bahia. Vários autores, a exemplo de Walmir Ayala, anotaram seu construtivismo, em um instante em que este movimento se afirma no Brasil e se expressa em Brasília. A contemporaneidade de sua obra advém, dentre outras dimensões, de tais enlaces com o abstracionismo e o construtivismo, mas vai além.

Estes diálogos também acontecem de modo bastante singular. O recurso à abstração e à geometria em Rubem Valentim não significa distância ou esquecimento do mundo ou mera adesão ao racionalismo formalista. Antes, sua obra assumiu uma modalidade profundamente criativa, original e espiritual de expressar sua re-ligação essencial com seu mundo. Sua proposta de levar ao quase purismo geométrico uma simbologia vital e exuberante, “selvagem” aos padrões meramente ocidentais e cristãos, apresenta-se como projeto estético complexo e sofisticado. Exige rigor e vigor. Seus emblemas possuem intensa densidade existencial. Seus signos manifestam original linguagem litúrgica. Sua opção abstrata elabora um caminho refinado para encontrar dimensões profundas do real e do ser. Sua espiritualidade se anuncia em cada “emblema ou logotipo poético” das entidades que referencia.

Revisitar Rubem Valentim nos dias atuais não apenas se constitui em uma homenagem de sua cidade/estado natal, que se orgulha de seu filho. Tal ato afirma o reconhecimento de sua atualidade, sua admirável coerência e suas muitas lições.

Rubem Valentim demonstra de modo contundente o caráter tênue dos limites impostos aos universos culturais. Popular e erudito, tradicional e contemporâneo podem ser acionados de modo colaborativo e inventivo. Ele mostra como tratar de maneira respeitosa e esteticamente requintada estoques culturais, sem derrapar para o folclórico ou para o populismo, que afirmam sempre mais do mesmo. Ele elabora e

inaugura inusitados fluxos que dinamizam a cultura, sem estar aprisionado e acomodado aos esquemas estabelecidos, sem tentar paralisar o movimento imanente à vitalidade da cultura. Enfim, Rubem Valentim constrói delicadas pontes imaginárias entre culturas e propõe belos e possíveis diálogos interculturais. Sem elas, não temos o movimento cultural que estimula a imaginação e pode abrir surpreendentes horizontes estéticos e sociais, que hoje tanto necessitamos para sermos novamente contemporâneos.

Clodoaldo, crítica e cultura (2012)

Para ser viva e criativa, a cultura necessita de uma série de requisitos, dentre eles, a existência de todo um complexo conjunto de momentos e movimentos, sem os quais a cultura corre o risco de se tornar ensimesmada. A cultura fechada está ameaçada de paralisia, porque sua vida está comprometida na fragilidade de relações e trocas culturais. A cultura (auto)proclamada pura perde potencial dialógico e se transforma em violência contra outra(s) cultura(s). Em suma, a cultura ensimesmada assume uma postura reacionária. Ela é destituída do vigor libertário e de respeito à alteridade próprios da cultura criativa e crítica.

A cultura viva pressupõe a existência de uma dinâmica rede de conexões e instantes. Ela exige criação, inovação, invenção e criatividade. Ela necessita ser transmitida, difundida e divulgada. Ela tem que circular e ser distribuída. Ela precisa ser conservada e preservada. Ela deve ser organizada através de legislações, políticas, gestões e produções culturais. Ela demanda recursos humanos, financeiros e materiais. Ela requer de estudos, pesquisas, análises e críticas.

Este último requisito tem um papel de destaque na dinâmica da cultura. Os estudos, pesquisas, análises e críticas permitem conhecer

em mais detalhes e profundidade as atividades e obras culturais. Desvelam dimensões e nuances inimagináveis; iluminam conexões e relações, por vezes inconscientes aos próprios criadores; chamam atenção para experimentos inusitados. Isto é, possibilitam leituras múltiplas de criações sempre complexas, porque demasiadamente humanas. Tais leituras e releituras são vitais para o movimento de contínua reinvenção da cultura, inclusive de suas tradições.

A superação da fruição imediata e de suas leituras espontâneas – necessárias, mas insuficientes para a trama cultural – faz que os estudos, pesquisas, análises e críticas adquiram uma excepcional atitude educativa e formativa dos públicos da cultura e na construção de uma cultura cidadã, com considerável incidência no desenvolvimento da cultura e da cidadania cultural.

A Secretaria Estadual de Cultura e a Fundação Cultural do Estado da Bahia assumem plenamente todos os pressupostos antes anotados. Nesta perspectiva, um conjunto de programas foi imaginado para atuar e estimular estudos, pesquisas, análises e críticas da cultura. O Programa Crítica das Artes é um deles. Com ele se busca incentivar e apoiar o desenvolvimento da reflexão crítica sobre atividades e obras artísticas, através de diversos procedimentos, tais como: seminários, cursos, palestras, publicações, premiações, auxílios financeiros etc. A publicação de uma coleção de livros destinada à crítica das artes é uma destas modalidades de atuação e concretização do programa.

O primeiro número da coleção é dedicado ao crítico cultural José Clodoaldo Multari Lobo, mais conhecido como Clodoaldo Lobo, pois animar a crítica baiana deve significar também rememorar nossa tradição de críticos, posto que a Bahia já teve uma interessante presença nesta área. A escolha de Clodoaldo Lobo decorre de sua atuação como crítico cultural, em um ambiente mais recente, após um momento eloquente da crítica na Bahia, como aconteceu nos anos 50 e 60.

Clodoaldo Lobo é um devorador perspicaz de livros, literatura e cultura. Seus autores visitados são incontáveis: Clarice Lispector, Nélida

Piñon, Caio Fernando Abreu, João Ubaldo Ribeiro, Fernando Sabino, Rubem Fonseca, Franz Kafka, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Leon Tolstói, Fiódor Dostoiévski, para citar alguns poucos. Além da literatura, cabe lembrar as suas excursões em campos, a exemplo, da psicanálise e da filosofia. Sua curiosidade intelectual é intensa. Sua sensibilidade é extraordinária. Sua atuação crítica é quase sem fronteiras.

Como crítico de artes e cultura, ele circulou por diversos jornais e publicações. Esteve no Diário de Notícias, Jornal da Bahia, Bahia Hoje, Guia do Ócio e, especialmente, em A Tarde, onde durante muitos anos escreveu sobre cultura e artes e exerceu de modo mais efetivo seu papel de crítico das artes, com destaque para o teatro.

Com seu olhar, sempre cuidadoso e perspicaz, Clodoaldo Lobo analisou complexas atividades e obras, internacionais e nacionais, em uma época em que o exercício da crítica sofria limitações, devido ao contexto político brasileiro e, em particular, baiano. Sem concessões, a cultura e a arte baianas foram acompanhadas por Clodoaldo Lobo, com carinho, mas também com rigor, como pode ser observado na seleção de seus textos que compõe este primeiro livro da Coleção Crítica das Artes.

Da rebeldia de Bel Borba (2011)

A cultura da Cidade da Bahia e a rua têm historicamente relações estreitas e intrínsecas. Em parcela considerável, a cultura soteropolitana é uma cultura gestada, habitante e amiga das ruas. Convívios, experiências, criação de sentidos são produtos emanados destes espaços públicos. Não parece nada casual a existência de tantas celebrações e festejos acontecidos nas ruas de Salvador.

Mas as ruas da Cidade da Bahia estão todo dia sendo degradadas de modo intenso. Invasão de automóveis, velocidade perigosa, engarrafamentos, deserto de pessoas e muitas formas de violência. Todas elas

modalidades de expulsão e de exílio das pessoas de viver vidas em vias públicas. As ruas deixam de ser acolhedoras e passam a ser ameaça.

Deserto de pessoas, experiências, sentidos e vidas, as cidades tornam-se quase não-lugares, porque territórios destituídos de significados e de sentimento de pertença. Grave circunstância. A cultura, destituída de sentidos, é colocada em xeque.

Bel Borda e sua arte urbana se insurgem contra este panorama ameaçador. Sua rebeldia traduzida em marcantes intervenções produz experiências, sentidos e olhares. Produz significados e sentimentos de pertença na devastadora selva de pedra árida de sentidos. Sua singular intervenção urbana reanima e revitaliza os espaços públicos. Na contramão da aridez da ausência de significados, novos, surpreendentes e, por vezes, enigmáticos sentidos a serem desvelados pelos olhares velozes dos transeuntes.

Para além das ruas, Bel Borba é um artista multifacetado. Este artista plural pode ser encontrado agora nas ruas e na exposição “Aqui, em sete elementos” montada no Palacete das Artes. A mostra apresenta seus últimos trabalhos, baseados na transmutação e no aproveitamento de materiais diversos e em processos de intervenção que são quase performances. Neste universo criativo surgem esculturas, instalações, vídeos, pinturas e até tapeçarias que expressam a conexão vital entre Bel Borba e sua cidade, sintetizada em múltiplas e diferenciadas manifestações estéticas.

Com minha obra, exprimo a consciência revoltada do planeta (Frans Krajcberg)

Quase impossível imaginar hoje Krajcberg sem seu vínculo umbilical com a natureza. Como assinalou o crítico Frederico Morais (2012): “[...] a natureza tornou-se a matéria-prima desse artista”. Esta conexão vital conformou o escultor, pintor, gravador e fotógrafo brasileiro e universal, nascido na Polônia. O impacto da natureza, com toda a vitalidade das matas e terras do Paraná, Minas Gerais, Amazônia, Pantanal, sul da Bahia e de muitos outros brasis e mundos, (re)configurou sua expressão estética.

Krajcberg disse que sua preocupação é penetrar mais na natureza. Diferente de outros artistas modernos e contemporâneos seduzidos por máquinas e tecnologias, ele quer a natureza. Este desejo não significa apenas encantamento, mas um compromisso vigoroso em sua obra e em sua vida. Aliás, estética e ética se confundem em Krajcberg. Elas, em sua universalidade, exprimem uma consciência revoltada contraposta às inúmeras modalidades de agressão ao meio ambiente do planeta.

Desde os anos 1970, Krajcberg escolheu a Bahia, depois de viagens, estadias e moradas em muitos lugares. No Sítio Natura, em Nova Viçosa, plantou sua casa, vida, obras e utopias. Mas seu poderoso ativismo político-cultural não deixou de irrigar o planeta em exposições e manifestações.

Sensível às expressões vitais, estéticas e políticas do artista/ativista, o governo Jacques Wagner resolveu dedicar uma digna, respeitosa e merecida acolhida a Frans Krajcberg. A publicação deste maravilhoso livro *Natureza* em seu aniversário de 90 anos é apenas um momento deste acolhimento. Além do livro, a exposição e seu catálogo são outros presentes de aniversário para ele. Mas, sem dúvida, o presente mais substantivo que se deseja dar a Krajcberg e ao povo da Bahia é a mostra e a preservação permanentes de sua vigorosa obra-vida.

Patrimônio Cultural

Ideias para o Pelourinho (2011)

O Pelourinho ocupa lugar vital na cultura baiana e brasileira. Centro histórico da cidade e ícone da cultura afro-baiana, ele se tornou na atualidade o nosso lugar de maior visibilidade. Com a proximidade das copas das confederações e do mundo esta visibilidade nacional e internacional será muito ampliada. Cabe buscar maneiras de reanimar rapidamente sua vida cultural.

A atração e instalação de novas instituições e centros culturais para o centro histórico é uma das medidas mais adequadas e de maior potencial para

desenvolver o ambiente cultural, pois a movimentação contínua de pessoas, atrações e recursos propiciada por estas organizações fortalecerá em muito a dinâmica daquela região da cidade. O Pelourinho comporta uma grande diversidade de instituições e centros culturais.

A organização de calendário anual de festas periódicas se apresenta como outra medida apropriada para dinamizar o Pelourinho. O carnaval, o festival do Olodum, as festas juninas e o natal fazem parte deste possível calendário de atividades periódicas. A festa carnavalesca vem se afirmando como um carnaval da diversidade, pois seus diferentes largos e praças comportam estilos musicais e atrações bem variadas, contemplando públicos e gostos bastante diferenciados.

O festival de artes do Olodum é uma tradição do Pelourinho. Ele aglutina um conjunto de manifestações relevantes da cultura afro-baiana, que tem no Pelourinho e no Olodum dois de seus maiores expoentes. O umbilical enlace do Pelourinho com a cultura afro-baiana configura mesmo sua singular identidade.

As festas juninas – Santo Antônio, São João e São Pedro – produziram recentemente uma boa animação no Pelourinho, que funciona como um belo ambiente para tais festejos. O natal aparece como uma alternativa para este território especial da cidade. Suas ruas e casarios parecem propícios para abrigar decorações, presépios, corais, autos de rua inovadores e muitas iniciativas que atraiam a população baiana e brasileira.

Outras comemorações podem ser imaginadas para complementar este calendário anual: o festival literário (Flipelô), pensado pela Casa de Jorge Amado para o próximo ano; um festival cultural da diáspora africana no mundo; feiras de artesanato e de antiguidades, bem como encontros e seminários. A atração de eventos é um dos pilares da política cultural para o Pelourinho.

A estas festas devem ser agregadas outras atividades eventuais de grande impacto, tais como a festa de Santa Bárbara e o cortejo do Dois de Julho. Além deles, cabe destacar os acontecimentos realizados cotidianamente nas áreas de: música, teatro, dança, culturas populares, cinema, artes visuais, literatura, livros, debates etc.

Instalação de residências artístico-culturais e, em especial, a inauguração de uma instituição público-privada voltada para o carnaval baiano emergem como relevantes neste conjunto de ideias. O carnaval da Bahia, por sua envergadura, requer e comporta a construção de uma casa do carnaval que, através de recursos tecnológicos avançados, documente a festa e mostre interativamente músicas, imagens, depoimentos, histórias, fantasias e possibilite estudos, pesquisas e o debate do carnaval, inclusive em seminários internacionais sobre os carnavais do mundo.

O recurso às tecnologias informáticas deve garantir o Pelourinho como uma zona livre para a utilização da internet, visando atrair usuários e permitir a instalação de um polo de empreendimentos de economia criativa. O potencial criativo de Pelourinho necessita ser estimulado para que possa se renovar de modo contínuo.

Por óbvio, tais ideias culturais não bastam para resolver o Pelourinho. Em conjunto com elas são necessárias muitas outras medidas em diversas áreas de políticas, em especial aquelas voltadas para a infraestrutura, a exemplo de suas dimensões: urbanas, de segurança pública, de serviços públicos, de saúde, educacionais, de desenvolvimento social e de turismo. Mas, por certo, a implantação de tais ideias pode dinamizar bastante a vida do Pelourinho.

Salvador, cultura e políticas culturais (2012)

Todos nós sabemos que Salvador é uma cidade cultural. Ela inclusive é reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Salvador tem história, memória e tradições significativas. Possui rico patrimônio material e imaterial. Acolhe diversas culturas populares, em especial aquelas afro-brasileiras. Abriga – e abrigou – movimentos culturais, artistas e intelectuais relevantes. Sedia várias instituições – universitárias ou não – que formam profissionais e estudiosos em cultura.

Emprega muita gente em empreendimentos destinados à criação, produção e difusão das suas artes e culturas. Produz renda para a sua população através de uma economia da cultura, que reúne inúmeros eventos, espetáculos e festas populares, com destaque para o carnaval. Salvador, com sua cultura, atrai turistas de todo Brasil e do exterior. Enfim, todos nós sabemos que Salvador é uma cidade que respira, vive e se alimenta de cultura. Os brasileiros e estrangeiros também sabem disto. A imagem pública de Salvador está umbilicalmente associada à cultura.

O poder público municipal não tem compreendido esta dimensão cultural da “Cidade da Bahia”, como era chamada Salvador no passado. Com raras exceções, Lídice da Mata é uma delas, as gestões municipais não dedicaram atenção a esta vital marca de nossa cidade: sua relevante vida cultural, desenvolvida apesar da ausência de políticas culturais municipais e dos graves problemas sociais, econômicos e urbanos, que nossa população enfrenta cotidianamente. As políticas culturais municipais têm sido, quando existentes, pífias. Este quadro assustador das políticas culturais municipais não deve ser imputado apenas à atual gestão, mas ele marca a história recente de Salvador. Como a prefeitura, durante a ditadura e no pós-ditadura, foi tratada pela corrente política que dominou a Bahia apenas como um apêndice do governo estadual, Salvador foi destituída de políticas públicas municipais em muitas áreas, inclusive na cultura.

Salvador não possui políticas culturais. Ela não tem uma secretaria municipal de cultura ou um sistema municipal, sua lei do livro e leitura não é aplicada, seu conselho de cultura não está funcionando, nem seu fundo de cultura e sua lei de incentivo à cultura. O orçamento de Salvador para a cultura é de apenas 0,11% de seu orçamento municipal. Ou seja, menos de quatro milhões de reais por ano. Todas as principais capitais do país possuem percentuais e orçamentos maiores para a cultura que Salvador. Recife destina 1,86% de seu orçamento para a cultura, quase 74 milhões de reais. Porto Alegre, 0,95%; Rio de Janeiro, 0,92%; Belo Horizonte, 0,78% e São Paulo, 0,75%. Salvador, cidade cultural, não

abriga nenhum centro cultural de envergadura, que contemple muitas linguagens artísticas e culturais. Os pouquíssimos equipamentos culturais municipais – não chegam a dez – estão quase todos localizados na região central da cidade. Na periferia não existem instalações culturais do município. Enfim, Salvador não tem política cultural municipal.

No momento em que a cidade está sendo intensamente discutida é imprescindível afirmar seu perfil cultural. Os poderes públicos municipais têm que assumir que a cultura é essencial em Salvador e para Salvador. Ela é uma oportunidade singular para o desenvolvimento da cidade e de sua população. Ela não pode ser desperdiçada. A cultura deve ser colocada no centro de projeto de desenvolvimento de Salvador e não ser relegada a um lugar secundário. Não existe a possibilidade de um desenvolvimento integral e sustentável da cidade, sem posicionar a cultura neste lugar de centralidade.

Para isto, a cidade necessita de uma prefeitura que, sintonizada com esta visão, formule e implante políticas culturais municipais, efetivas e democráticas. Políticas culturais que, articulando cultura e desenvolvimento, façam Salvador participar dos processos de transformação, inclusive cultural, em curso no Brasil e na Bahia. Enfim, políticas públicas de cultura que consolidem Salvador não só como uma cidade, mas como uma capital da cultura.

Salvador e seu aniversário (2013)

Salvador, fundada em 29 de março de 1549, comemora mais um aniversário. São muitos anos plenos de história, aventuras e desventuras. Uma rica trajetória impregnada, de modo consciente ou inconsciente, em sua gente. Suas ruas, casarios e patrimônio guardam esta memória secular. Sua cultura, sempre admirada e referida para além de suas fronteiras,

sintetiza e expressa o modo singular de viver, sentir e pensar dos seus habitantes, soteropolitanos ou não.

A Cidade da Bahia, como muitas vezes foi e é chamada, tem muitas histórias para contar e muita cultura para difundir. Mas sua história e cultura estão inscritas, de maneira inevitável, em circunstâncias sociais, que conformam possibilidades sociais. Algumas animadas, ativas e criativas, que fizeram a fama de Salvador e a colocaram em lugar de destaque na cena nacional e internacional. Outras, tristes e imobilizadoras, que empobreceram a vida e bloquearam os potenciais criativos da cidade e de seu povo.

Itinerário complexo. Potencialidades e oportunidades múltiplas. Muitas primorosamente aproveitadas. Outras criminosamente desperdiçadas. Eis, em resumo, Salvador, com suas riquezas, complexidade e desafios, neste seu aniversário.

Desafios, em especial, oriundos de tempos recentes e difíceis. De desgovernos e de carências no período pós-ditadura. De ausência de autoridade e de autonomia. De submissão a outros poderes, que desfiguraram brutalmente seu secular tecido urbano. Deixaram feridas, difíceis de cicatrizar. Problemas e sequelas. Criaram monstros urbanos, que invadiram avenidas, ruas, praças, prédios e até alma, comprometendo a singularidade da cidade do Salvador.

Sua cultura tem sido maltratada. As vigorosas culturas populares, as requintadas culturas eruditas, as inovadoras culturas de vanguarda, todas foram desestimuladas e desassistidas por anos. As tradições de ausências, autoritarismo e instabilidades, que marcam as políticas culturais no Brasil, se instalaram em profundidade nas terras soteropolitanas. A cultura da Cidade da Bahia, sem apoios e estímulos de políticas municipais, resiste viva, mas sofre consequências desta vida prejudicada.

As culturas da cidade e seus protagonistas, populares e profissionais especializados, clamam e lutam por salvar Salvador, por uma vida mais digna, equânime, criativa e capaz de libertar seus enormes potenciais e aproveitar as oportunidades para a cultura abertas pelo processo

de mudança democrática em curso no Brasil e na Bahia. Processo que enfrenta a desigualdade socioeconômica e busca um desenvolvimento mais completo, que envolve e transforma a cultura em cultura cidadã, sintonizada com as expectativas criadas por um país que tem um lugar cada vez mais promissor no mundo contemporâneo.

* * *

O Dois de Julho e a releitura da Independência do Brasil (2013)

A Independência do Brasil para a quase totalidade dos brasileiros está representada no quadro “Independência ou Morte” de Pedro Américo, pintado em Florença, 66 anos depois do acontecimento de sete de setembro de 1822. Esta versão idílica, também conhecida como “Grito do Ipiranga”, sintetiza a visão da independência ensinada aos brasileiros. Uma independência sem luta. Um mero ato de Dom Pedro, filho do rei de Portugal. Em suma: uma transição pelo alto, como dizia Carlos Nelson Coutinho, sem a participação ativa da população.

Nós, baianos, sabemos que a história da Independência do Brasil felizmente não se reduz a este quadro idealizado. Na Bahia, a luta pela Independência durou mais de um ano, envolveu batalhas sangrentas e teve a participação ativa de índios, negros e brancos, de mulheres e homens, de escravos e homens livres, de pessoas de todas as classes sociais. O 18 de fevereiro, em Salvador; o 14 de junho, em Santo Amaro; o 25 de junho, em Cachoeira, todos acontecidos no ano de 1822, e o Dois de Julho de 1823 em Salvador são datas expressivas desta longa e heroica luta dos baianos pela independência do Brasil.

As desavenças iniciais entre tropas de portugueses e de brasileiros que ocorrem em Salvador, no dia 18 de fevereiro de 1822, transformaram-se depois em combates declarados e encarniçados, em especial após o grito do Ipiranga e naquelas regiões de maior concentração de

tropas do exército português, a exemplo das então províncias: Bahia, Cisplatina, Grão Pará, Maranhão e Piauí. Mas em nenhuma destas províncias a luta teve a intensidade da Bahia. Nela, a independência do Brasil foi consolidada.

O reconhecimento do Dois de Julho como data nacional, a partir do projeto da deputada Alice Portugal, deve ser encarado como momento relevante e ponto de partida para necessária releitura da história da Independência no Brasil. Em lugar da versão simplificadora, que reduz tudo ao grito dado nas margens do riacho Ipiranga, a independência do Brasil requer uma visão mais complexa, abrangente e brasileira, porque não restrita ao território paulista.

A Bahia pode e deve dar mais esta importante contribuição ao processo de Independência do Brasil. No passado, através da guerra de libertação. No presente, por meio de outro tipo de luta, não violenta, mas de vital importância: a releitura simbólica da nossa independência. Por certo, devemos buscar aliados neste processo de revisão da história do Brasil. Os estados brasileiros, nos quais ocorrem lutas, são naturais companheiros de jornada. Com eles e com outros estados, devemos buscar rever a história de nossa independência. Atos e atividades conjuntas são essenciais para viabilizar esta revisão que, por certo, vai encontrar muitas resistências dos setores mais conservadores.

O Governo da Bahia, desde 2007, está empenhado na valorização da independência. A transformação do hino ao Dois de Julho no hino oficial da Bahia; a transferência anual da capital para Cachoeira no dia 25 de junho; o cuidado com o cortejo e a produção e divulgação de materiais sobre o Dois de Julho são exemplos desta atitude e deste compromisso.

Outras medidas estão em curso para fortalecer esta nova visão, tais como: o mapeamento das comemorações da independência no estado da Bahia; a ampla divulgação da nova e complexa visão na Bahia, no Brasil e mesmo no exterior; a produção de obras de comunicação e de cultura, como jogo eletrônico e quadrinhos, e a conexão das lutas pela

independência no Brasil com o que ocorreu, quase simultaneamente, em toda a América espanhola. Este último procedimento toma fôlego com a realização do Seminário Internacional Independências nas Américas (2012) que, entre 29 de julho e 01 de agosto, em Cachoeira e em Salvador, reúne estudiosos brasileiros e estrangeiros para refletir sobre os processos de independência do Brasil e da América espanhola.

O desafio colocado para os baianos – governo, sociedade civil e comunidade cultural – não é pequeno: transformar efetivamente o Dois de Julho em uma data conhecida e reconhecida por todos os brasileiros. Isto significa, nada menos, que rever de modo radical a história da independência do Brasil.

Capoeira na Bahia e no mundo (2014)

A figura que representa a Bahia é feminina: a baiana, com seus turbantes, saias rodadas, panos da costa e gingado. Ela está intimamente associada em sintonia finíssima com a imagem pública da Bahia. É a representação universal e incontestada da Bahia. Talvez só outra imagem pública se atreva e se aproxime de sua potência: a capoeira. No Brasil e no mundo, a capoeira representa a Bahia, terra imaginada como uma espécie de mãe e meca da capoeira.

Hoje a capoeira está disseminada em mais de 150 países no mundo. Sem dúvida, é uma das manifestações culturais mais marcantes e presentes no mundo contemporâneo. Ela expressa a Bahia. Leva a Bahia e sua cultura a territórios inusitados. Universaliza a Bahia.

A capoeira, além disto, difunde de modo poderoso a língua portuguesa, pois os cantos da capoeira geralmente são feitos em português. Ela atua como uma embaixatriz da língua portuguesa e da cultura

baiana e brasileira. Mais de cem mestres de capoeira baianos encontram-se espalhados pelo mundo na atualidade cumprindo esta relevante atuação cultural.

Fundamental que a Bahia e o Brasil tratem dignamente este verdadeiro patrimônio cultural. O reconhecimento oficial deste patrimônio – como aconteceu em 2008 – é importante, em especial quando sabemos que durante muitos e muitos anos a capoeira e os capoeiristas foram reprimidos brutalmente pelo estado e hostilizados pelas elites dominantes da sociedade.

Com o reconhecimento, repressão, hostilidade e preconceito comecem a ser superados, mas o processo está apenas se iniciando. O reconhecimento só não basta. Ele deve obrigatoriamente vir acompanhado de políticas, formulações e ações do Estado e da sociedade, que traduzam cotidianamente o reconhecimento. Ele não pode ser apenas algo formal, mas deve se transformar em medidas efetivas.

A Secretaria Estadual de Cultura está inscrita com esta constelação de sentido. O processo de constituição do Forte da Capoeira no antigo Forte de Santo Antônio Além do Carmo é apenas a ponta mais visível do processo em curso na Secretaria. O acolhimento parceiro de mestres de capoeira, ali instalados, e de outros abrigados em casas do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, órgão da Secretaria, aparece como faceta relevante do trabalho colaborativo em andamento. O apoio a projetos de e sobre capoeira, muitos realizados no próprio Forte, e a efetivação de pesquisa sobre a temática também emergem como momentos significativos desta atenção com a capoeira, como política de tornar efetivo o reconhecimento oficializado.

A realização desta política e esforço tem propiciado a busca e o encontro de parceiros. O Museu Afro-Brasileiro da UFBA, que se destaca na preservação e promoção das culturas negras, tem sido um aliado da capoeira e de sua secular luta por um espaço mais digno no Brasil e na Bahia. Sua coleção Capoeira do Amafro, que reúne peças e documentos

preciosos dos mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde, é exemplo vivo desta preocupação e atenção.

A publicação deste livro, inspirado e alicerçado na Coleção, dá vida ao acervo. Desta maneira, a coleção ganha vitalidade, gera novas obras, conhecimentos e olhares. Ela realiza seu compromisso de herança cultural. Seu potencial produtivo abre outras possibilidades e novos horizontes. Bem mais que isso, o livro reafirma e atualiza o reconhecimento oficial da capoeira como patrimônio cultural vital do Brasil e da Bahia.

O livro, plural e multifacetado, com ginga, acolhe olhares diversos e permite angulações diferenciadas buscando iluminar os movimentos belos, complexos e expressivos da capoeira. A história; as biografias dos mestres; o patrimônio; as ações museológicas; as imagens; os cantos, contos e poesias; a musicalidade; a religiosidade; as indumentárias; a educação; a filosofia; a corporeidade; todas estas são dimensões visitadas pelo livro e por seus diversificados autores.

Ele acena para outra tarefa inscrita no reconhecimento: a necessidade não só de preservar e promover a capoeira, mas também a obrigação de estimular estudos, conhecer mais a capoeira em suas múltiplas dimensões e difundir este maior conhecimento da capoeira. O livro publicado está afinado com esta perspectiva de estímulo ao estudo e a sua difusão. Esta perspectiva é hoje alvissareira, quando sabemos que muitos mestres de capoeira estão realizando cursos de graduação e pós-graduação e produzindo um singular conhecimento enriquecido por suas trajetórias e experiências.

Artesanato e artista popular (2013)

A parceria entre a Secretaria de Cultura da Bahia, através do Centro de Culturas Populares e Identitárias; o Instituto Mauá, vinculado à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda de Esporte, e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Ministério da Cultura tem possibilitado (re)editar a Sala do Artista Popular como espaço de difusão das artes e culturas populares.

As artes e culturas populares, lugares de pertença do artesanato, não têm sido contempladas de modo substantivo pelas políticas culturais no Brasil, apesar delas terem como uma de suas fontes originárias e inspiradoras as formulações e ações do “gestor cultural” Mário de Andrade. Com sua concepção ampla de arte – “A arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza-se da ciência, das coisas e dos fatos” – ele acolhia o tangível e o intangível. Por conseguinte, Mário de Andrade possuía uma larga abertura para as culturas populares, artes populares, artes aplicadas e artesanato.

Este desprezo com o popular e o utilitário, que marca as políticas culturais nacionais, foi colocado em questão por outro “gestor cultural” emblemático: Aloísio Magalhães, também um dos renovadores das nossas políticas culturais. Sua experiência de artista aplicado, designer, e sua visão ampla de bens culturais dialogaram com as “tecnologias domésticas e de sobrevivência”. Ele afirmou: “... não entendo que um plano de estímulo ao artesanato, ao fazer popular, exista sem um forte componente cultural de identificação e de compreensão do fenômeno”.

Porém Mário e Aloísio foram exceções em muitos sentidos no panorama brasileiro das políticas culturais. Eles servem para confirmar a regra, quase sempre vigente, do descaso e esquecimento das artes e culturas populares. A Sala do Artista Popular está na contramão desta atitude com as artes e culturas populares. Ela tem como foco o artesanato brasileiro de tradição cultural.

A Sala do Artista Popular se torna ainda mais relevante quando sabemos da situação problemática em que vive o artesanato, em um mundo cada vez mais glocalizado. Ele sofre a pressão e influência de uma dinâmica “internacional-popular”, como diria Renato Ortiz, que captura social e esteticamente uma parte significativa do que se expõe e se negocia como artesanato. Em outras palavras, este fluxo “internacional-popular” coloca em questão: originalidade, identidade, diversidade e mesmo caráter inusitado daquilo manuseado pela habilidade humana e em seu lugar impõe mais do mesmo: um “artesanato” produzido em série, com réplicas quase “industriais”.

Neste momento difícil, em que a manufatura artesanal enfrenta tais desafios, nada melhor que expor a arte e a cultura popular, construindo uma atitude que destrave esta inibição da imaginação e busque novas alternativas político-culturais para o artesanato.

Sala do artista popular (2013)

As culturas populares, lugar de pertença do artesanato, não têm sido contempladas de modo substantivo pelas políticas culturais no Brasil, apesar de terem um lugar significativo na cultura brasileira e baiana. Elas, por exemplo, foram uma das fontes originárias e inspiradoras das formulações e ações do “gestor cultural” Mário de Andrade. Com sua concepção ampla de arte ele dizia que: “A arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza-se da ciência, das coisas e dos fatos” – ele esboçou um projeto não realizado para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, que acolhia o material e imaterial, sem o H de histórico adotado por Gustavo Capanema na criação do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan) em 1937. O novo serviço nacional

privilegiou apenas a dimensão tangível do patrimônio, na contramão do projeto de Mário de Andrade, que possuía uma larga abertura para as culturas populares, artes populares, artes aplicadas e artesanato.

Este desprezo com o popular e o utilitário, que marca as políticas culturais nacionais, foi colocado em questão por outro “gestor cultural” emblemático: Aloísio Magalhães, também um dos renovadores das nossas políticas culturais. Sua experiência de artista aplicado e designer e sua visão ampla de bens culturais dialogaram com as “tecnologias domésticas e de sobrevivência”. Ele afirmou: “[...] não entendo que um plano de estímulo ao artesanato, ao fazer popular, exista sem um forte componente cultural de identificação e de compreensão do fenômeno”.

A tímida atitude existente se torna ainda mais problemática, quando todos nós sabemos que o artesanato, em um mundo cada vez mais globalizado, sofre a pressão e influência de uma dinâmica “internacional-popular”, como diria Renato Ortiz, que captura social e esteticamente uma parte significativa do que se expõe e se negocia como artesanato. Em outras palavras, este fluxo “internacional-popular” coloca em xeque originalidade, identidade, diversidade e mesmo o caráter inusitado daquilo manuseado pela habilidade humana e, em seu lugar, impõe mais do mesmo: um “artesanato” produzido em série, com réplicas quase “industriais”. Neste momento em que a manufatura artesanal enfrenta tais desafios nada melhor que assumir uma atitude que destrave esta inibição da imaginação e busque novas alternativas político-culturais para o artesanato.

Porém, Mário e Aloísio foram exceções em muitos sentidos no panorama das políticas culturais no Brasil. Quase sempre as culturas populares e o artesanato ficaram fora das atenções das suas formulações e ações. Esta atitude tem inibido nossa imaginação e dificultado sobremodo o pensamento e a atuação no campo das culturas populares e do artesanato.

Este livro, resultante da parceria estabelecida desde o início do governo Wagner em 2007 entre a Secretaria de Cultura da Bahia,

através de seu Centro de Culturas Populares e Identitárias e de seu Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, através do Instituto Mauá, e o Ministério da Cultura, através do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, busca reunir e reeditar as publicações anteriores da Sala do Artista Popular, acrescidas de textos de especialistas convidados. Ele visa colaborar para subverter e superar esta situação. Ele pode dar pistas para inscrever o artesanato nas preocupações das nossas políticas culturais. (Nota do editor: o livro a que o autor se refere é “Trançar, tecer: Valente, Araci e São Domingos”, publicado pelo Centro Nacional do folclore e Cultura Popular, Iphan/Minc, em 2013)

A Sala do Artista Popular (SAP) foi criada pelo Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Ministério da Cultura em 1983, por iniciativa de Ricardo Gomes Lima. Seu objetivo era proporcionar um espaço de difusão da arte popular, colocando em cena objetos que, por seu significado simbólico, técnica de confecção ou matéria prima empregada, são testemunho do viver e fazer de comunidades culturais populares. Desde 2007, já foram realizadas na Bahia nove mostras da Sala de Arte Popular, abrangendo o artesanato de: Araci, Barra do Rio Grande, Cocos, Coqueiros, Irará, Maragojipinho, Passagem, Rio de Contas, Rio Real, São Domingos e Valente. Temos agora a oportunidade de ver e rever toda esta rica produção artesanal documentada, reunida e reconhecida em um livro.

Cultura e festas (2011)

Final de ano é tempo de festas no mundo, no Brasil e na Bahia. Com a beleza do vermelho e branco de Santa Bárbara/Iansã, começa o ciclo

de festas da Bahia. Depois muitas são as “lavagens” e “festas de largo”, como se dizia antigamente, da Cidade da Bahia. Algumas estão muito vivas, outras padecem. Algumas desaparecem, outras nascem. Todas se transformam e mudam no ritmo e no embalo da vida.

Na estação chamada verão, elas florescem, se tornam numerosas e ganham visibilidade. Todos nós somos interpelados a viver as festas. Elas mais que nunca se transformam em parte vital do cotidiano. Apesar disto, muitos imaginam as festas como pura diversão, como divertimento dispensável. A rigor, as festas existem em todas as civilizações humanas. Não há sociedade sem festas, por mais diferenciados que sejam seus formatos e conteúdos. As festas são, por conseguinte, componentes fundamentais de qualquer vida societária.

Entretanto, alguns povos são tomados como mais festivos que outros. Esta consideração diferenciada se deve menos à presença, sempre existente, das festas e mais às conformações adquiridas por elas. Nos lugares onde as festas são vibrantes, efusivas e expansivas, seus povos são imaginados como festeiros. Nos locais onde elas são intimistas, as festas chamam menos atenção, parecem não existir e suas populações são afirmadas como sérias. Mas seriedade e divertimento não podem e nem devem ser contrapostas ou assumidas como atitudes que se excluem. Todos os povos vivem momentos de seriedade e de diversão.

A Bahia gosta de ser cantada como terra da alegria, apesar das desigualdades sociais pronunciadas e só agora devidamente enfrentadas pelo governo e pela sociedade. Alegria, que por vezes parece quase obrigatória e até compulsiva, tem essencial conexão com as festas em sua versão baiana, contaminadas por rica mestiçagem cultural, e acentuadas pelo calor do sol de verão. Esta é a estação, conforme dados de pesquisas, em que os baianos mais trabalham e produzem festas. É sempre bom lembrar que fazer festa dá muito trabalho.

As festas são acontecimentos multidimensionais e isto tem se aprofundado na contemporaneidade. Estudos mais recentes tendem a conceber as festas de maneira multifacetada e, portanto, analisar detalhadamente as inúmeras dimensões que compõem tais manifestações.

Hoje as festas são pensadas, dentre outras, em suas dimensões: lúdica, estética, identitária, turística, econômica, política, comunicacional, espacial, educativa e organizacional.

Alguns exemplos esparsos demonstram aspectos desta multidimensionalidade e podem ser enunciados de modo sintético. Em Campina Grande, o “maior São João do mundo” adquiriu tal potência política que nas últimas eleições municipais um bloco dos debates foi especialmente destinado à discussão sobre as propostas dos candidatos para as festas juninas na cidade. A importância econômica e turística do carnaval e das festas natalinas parece evidente em cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Gramado, no caso do natal. A celebração do dia da consciência negra, em 20 de novembro, tem sido vital para a afirmação identitária dos afrodescendentes no Brasil, desde que eles deslocaram politicamente as comemorações da abolição em 13 de maio para a data que relembra Zumbi, os quilombos e de toda a luta contra a escravidão no Brasil. Além disso, não cabe esquecer que as festas cívicas constroem as identidades nacionais e regionais em quase todos os países do mundo. Basta rememorar nossa bela festa do Dois de Julho para afirmar o orgulho dos baianos por ter sido consolidada a independência do Brasil na Bahia.

A presença marcante das festas na vida dos baianos nos obriga a superar preconceitos e levar as festas a sério. Isto implica em estudar suas dimensões e suas dinâmicas e, mais que nunca, considerar as festas como componente imprescindível das políticas públicas de cultura desenvolvidas na Bahia.

Políticas culturais e festas (2011)

Festas Juninas, 2 de Julho, Boa Morte, Santa Bárbara, Natal, Reveillon, Lavagem do Bonfim, Iemanjá, Carnavais, Micaretas, Semana Santa,

Romarias, Corpus Christi e muitas outras festas animam nosso calendário. A festa e a Bahia têm relação umbilical. Não por acaso, somos tão admirados e criticados por esta quase simbiose. A festa parece fazer parte do DNA do baiano.

Mas a festa não é exclusividade baiana. Os brasileiros são encarados pelos estrangeiros como um povo festeiro. Em verdade, a festa é inerente e está presente em toda e qualquer sociedade humana. A modalidade, dimensão e motivo do festejo mudam, mas onde existe ser humano encontramos festa e comemoração. Em algumas sociedades, ela se apresenta de modo mais animado, vistoso, pulsante, vital. Este é o caso da Bahia.

Em sua diversidade, as festas expressam os imaginários e sentimentos de nações, povos, cidades, comunidades e indivíduos. Elas, como instantes extraordinários, alteram comportamentos, valores e rotinas da vida ordinária. A depender de sua potência, em vastas circunstâncias societárias, as festas produzem identidades marcantes. Enfim, são fenômenos culturais fundamentais na história e na contemporaneidade.

De imediato, cabe uma pergunta básica: como as políticas culturais no Brasil e na Bahia têm tratado as festas? Em grande medida, parecem desconhecer e desconsiderar as festas como dado cultural relevante. Assim, como as políticas culturais nacionais e estaduais tendem a abandonar as festas, muitas vezes elas ainda são assumidas pelos estados, brasileiro e baiano, como inscritas em outras políticas, algumas delas de forte teor clientelista e/ou mercantil. Tal postura provoca graves repercussões, prejudicando a realização e o desenvolvimento das festas, pois agridem sobremodo sua configuração cultural e lúdica.

Por certo, as festas são comemorações complexas e, por conseguinte, possuem múltiplas dimensões. Elas aglutinam, dentre outras, variáveis políticas, econômicas, sociais, espaciais, comunicacionais e lúdicas. Deste modo, podem ser capturadas por diversos tipos de políticas. Entretanto, as políticas culturais são aquelas que tomam as festas em toda sua complexidade e em seus aspectos mais essenciais, como expressão viva de um coletivo humano.

Fundamental, portanto, um novo olhar e uma nova política para as festas. Uma atitude que não desconheça seus mais variados componentes, mas que tenha como horizonte preservar e promover o seu caráter cultural mais fundamental: a possibilidade de uma experiência, coletiva e individual, lúdica e singular, que expresse e mobilize e corações e mentes.

O tema das festas no Brasil e na Bahia vem emergindo, recentemente, como relevante, seja na área dos estudos e pesquisas, seja no campo das políticas de cultura, ainda que este movimento possua tão somente um caráter embrionário. Tal atitude aponta para a superação de preconceitos, acadêmicos e estatais, com relação às festas. Eles bloqueavam a possibilidade das comemorações serem tratadas à sério como acontecimentos dignos que exigem políticas culturais específicas. Por contraposição à visão preconceituosa, floresce uma nova disposição de encarar as festas e acolher toda a multiplicidade de fatores envolvidos nelas.

Os baianos e os brasileiros, que vivem as comemorações com prazer e entusiasmo, sabem que as festas dão muito trabalho. Exigem enorme esforço de organização. É só imaginar o que significa organizar carnavais ou festas juninas em termos de: atrações; desfiles; espaços urbanos; instalações; segurança pública; serviços de apoio, como saúde e limpeza, por exemplo; divulgação; acionamento de recursos etc. Assim, as festas também produzem emprego e renda. Elas envolvem uma multiplicidade apreciável de dimensões e interesses humanos.

A recente criação pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia do Centro de Culturas Populares e Identitárias acontece nesta perspectiva. O Centro concentra toda formulação e ação da Secretaria no âmbito das festas. Ele é um primeiro reconhecimento que as festas, dada sua relevância cultural, devem ter políticas culturais específicas.

Carnaval e cultura (2011)

O carnaval é uma das manifestações mais vitais da cultura baiana. Ele expressa o jeito de ser dos baianos, a alegria e a criatividade de nosso povo. O carnaval, com todos os seus sabores e também dissabores, conforma parte da imagem pública deste estado chamado Bahia. Ele mobiliza multidões de foliões, baianos e turistas, que pulam o carnaval, e de trabalhadores que fazem a festa, gerando emprego e renda para muitos, ainda que sua distribuição nem sempre seja a mais justa. Assim, ele tem enorme significado não apenas para aqueles que brincam o carnaval, mas para toda a Bahia.

Nesta perspectiva, a festa merece um tratamento muito especial como expressão cultural viva e lúdica de nossa população. O Conselho Estadual de Cultura sugeriu recentemente a criação de um museu do carnaval. Em uma interpretação livre desta interessante proposta, pode-se imaginar uma casa, espaço, usina. Um ambiente pulsante que acolha de modo permanente, mas em constante movimento como um trio elétrico, toda sua constelação de estrelas, sonoridades, imagens e personalidades. Um lugar vital da memória e de justa homenagem a toda criatividade, criaturas e criações que animam o carnaval. Um território presencial para que baianos, turistas, pesquisadores conheçam mais a festa. Um espaço virtual, conectado em rede e tecnologicamente avançado, como nosso carnaval, para levar ao mundo, outra vez mais, esta mensagem de festa, paz e alegria. Mas este sonho só pode se tornar realidade como construção coletiva, que reúna muitos corações e mentes, como no carnaval, e mobilize: Estado; sociedade civil e todo o povo da festa.

Outro componente pede passagem neste bloco de carnaval. Paulo Miguez, pesquisador da festa, vem propondo a realização de seminários internacionais dos carnavais da América ou do mundo, que possibilitem um diálogo intercultural com a diversidade de modos de organizar e brincar a festa. Os carnavais são muitos. Assumem diferentes modos de se realizar e estão em variados lugares das Américas

e do mundo. A Bahia pode ser um polo para acolher, aglutinar e discutir esta diversidade da festa. A dimensão de nosso carnaval permite propor Salvador como ponto de encontro dos carnavais das Américas e do mundo. A cultura se desenvolve sempre e necessariamente através do intercâmbio de estoques e fluxos culturais. Os seminários podem projetar ainda mais nossa festa e reforçar a promoção da diversidade cultural, parâmetro contemporâneo para pensar a riqueza das nações.

O bloco pode ter sua apoteose com a imaginação de uma nova governança para a intervenção do Governo do Estado no apoio ao carnaval. Hoje, o governo baiano é o principal responsável pelo financiamento de nosso carnaval. Segurança, saúde, cobertura midiática e inúmeras manifestações culturais, dentre outras iniciativas, são assumidas pelo governo estadual. Entretanto, esta vigorosa atuação acontece de modo fragmentado e disperso. Inspirado no programa Carnaval Ouro Negro, existente desde 2008 e imaginado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, poderia ser criado um fundo específico para financiar a festa com aporte de todos os órgãos estaduais que já apoiam o carnaval e de outras instâncias estimuladas a fazer o mesmo. Um fundo de funcionamento republicano, transparente, gerido de modo democrático e participativo pelo conjunto de entes institucionais, públicos e da sociedade civil, envolvidos com o carnaval. Um fundo envolto por uma política de estímulo à diversidade e à criatividade, com uma governança que estimulasse o planejamento e a melhor organização de uma das maiores festas do mundo contemporâneo.

Este conjunto de intervenções – usina, seminários, fundo de apoio e governança – por certo irão dar potência a nossa grande festa. Os serviços necessários serão aprimorados, as entidades carnavalescas terão mais tempo para se preparar e o apoio do poder público estadual será mais adequado e justo. Tudo para ampliar a criatividade, a espontaneidade e a animação da nossa maravilhosa festa.

Políticas culturais para o carnaval (2013)

A Bahia e Salvador já se agitam em ritmo de carnaval. Prazerosamente, ele invade corpos e mentes. A cidade se transforma e se transtorna. O clima carnavalesco, antes do período oficial da festa de Momo, torna-se vital à dinâmica e à vida da capital baiana. Ela respira carnaval, desde o início de dezembro.

Apesar de ser festa municipal, o carnaval mobiliza todos. Ele tem enorme apoio do governo estadual, que investe mais de 65 milhões de reais para assegurar aos cidadãos, foliões ou não, as melhores alternativas para brincar ou não pular o carnaval. Deste modo, mesmo sem poder interferir de modo significativo na definição de como a festa é organizada, atribuição do poder municipal, o governo estadual é dos mais significativos protagonistas e o maior financiador da festa sotero-politana. Ao Estado, cabe assegurar a segurança, parte significativa dos cuidados de saúde, além de grande parcela das atrações para viabilizar o sucesso do carnaval e possibilitar que ele seja experimentado por todos como instantes de intenso prazer e alegria.

Preocupada com a animação dos foliões e com o carnaval como expressão cultural, a Secretaria de Cultura da Bahia desenvolve uma política cultural específica voltada para a festa. Ela está organizada em quatro eixos: Carnaval Ouro Negro; Carnaval do Pelourinho; Carnaval Pipoca e Outros Carnavais.

Um dos principais programas da Secretaria é o Carnaval Ouro Negro. Ele objetiva estimular a diversidade cultural através do apoio aos blocos afro, de samba e afoxés. Apesar da reafirmação do carnaval da Bahia, desencadeada pela criação do Ilê Aiyê há quase 40 anos, os blocos negros têm dificuldades nada desprezíveis de obter patrocínio das empresas. O Ouro Negro, de grande sucesso e repercussão social e cultural, é o maior investimento da Secretaria na festa. Hoje ele passa por um processo de aprimoramento, visando cada vez mais garantir a beleza e o lugar privilegiado que os blocos negros devem ocupar no carnaval da Bahia.

Também o Carnaval do Pelourinho tem como horizonte assegurar a diversidade cultural da festa. As ladeiras e largos do Pelourinho são tomados no carnaval por uma multiplicidade de manifestações culturais. Do axé ao frevo, do samba às marchinhas, da MPB ao forró, do rock ao rap, do reggae ao bolero: todos os ritmos e atrações são encontrados e se encontram no Pelô. O Carnaval do Pelourinho é agora um carnaval da diversidade cultural e musical.

Em pesquisas que desenvolve sobre o carnaval, a Secretaria de Cultura detectou que 60% dos participantes do carnaval de Salvador brincam como folião pipoca. Tal constatação trouxe imanente um desafio: como desenvolver políticas para o folião pipoca? Como resposta a esta indagação nasceu o programa Carnaval Pipoca, voltado para apoiar trios elétricos independentes, que agitam todos aqueles que não querem ou podem estar dentro das cordas dos blocos. O edital do Carnaval Pipoca garante trio elétrico; produção e um conjunto diverso de atrações, que animam o folião pipoca. Também aqui a diversidade cultural e musical do carnaval encontra-se apoiada e estimulada.

O Programa Outros Carnavais tem como orientação incentivar modos e modalidades diferenciadas de viver o carnaval. O governo estadual reconheceu o singular carnaval de caretas e fantasias de Maragogipe como patrimônio imaterial da Bahia. Ele é um bom exemplo de Outros Carnavais que devem ser viabilizados. A Secretaria de Cultura acredita e investe nesta perspectiva. Outro evento que se inscreve neste programa é o Palco do Rock. Existente há dezenas de anos, o Palco, sempre instalado no coqueiral de Piatã, possibilita uma maneira diferente, roqueira, de viver os dias do reinado de Momo.

Com este leque de programas, a Secretaria Estadual de Cultura colabora com a cultura e a animação do carnaval da Bahia, tendo sempre como compromisso político vital a garantia da diversidade cultural e musical de uma das mais participativas e maiores festas do Brasil e do Mundo.

Carnaval da diversidade no Pelô (2012)

As festas da diversidade no Pelourinho começaram com os festejos de final de ano. De 10 de dezembro de 2011 até 6 de janeiro de 2012, foram realizados autos de natal; espetáculos de dança, música e teatro; exposições de presépios; apresentações de corais; iluminação cênica de prédios; além de três decorações distintas para espaços urbanos diferenciados do Centro Antigo. Enfim, uma multiplicidade de atividades acionando alternativas estéticas diversas para comemorar o natal enquanto acontecimento cultural relevante para os baianos.

A diversidade prossegue como marca, agora do carnaval do Pelô. Seus variados largos e praças, suas intrincadas ruas, seu rico patrimônio arquitetônico, seu cenário urbano são o ambiente ideal para festejar a diversidade cultural. Eles expressam, em modalidades históricas e contemporâneas, as encruzilhadas culturais que compõem nossa cultura mestiça, resultado de intensas e, muitas vezes, tensas trocas interculturais.

Em 2012, o Pelourinho será o palco adequado ao carnaval da diversidade do Ano Jorge Amado, justa homenagem ao centenário de Jorge, nosso amado escritor. Jorge que tão generosamente viveu e imaginou o Pelourinho. Neste ano, ele se torna o inspirador-animador da festa, papel que certamente muito o alegraria.

Desde agosto passado, a Bahia iniciou a comemoração do Ano Jorge Amado, com a inspiradora palestra do moçambicano Mia Couto, hoje um dos maiores escritores da língua portuguesa, no Teatro Castro Alves. Este ano, as homenagens ao mais (re)conhecido escritor baiano prosseguem no carnaval, que ele retratou em 1930 no seu primeiro livro, *O país do carnaval*, quando tinha apenas 18 anos.

Ritmos e atrações diferenciadas agitarão o Pelourinho este ano. Suas ruas, praças e largos serão invadidos pela animada população da Bahia e por turistas para brincar e pular, como dizem os baianos, o carnaval da diversidade. Nele, irão se misturar fenômenos tão distintos como: bailes infantis, samba-reggae, música eletrônica, forró, frevo,

samba, orquestras, marchinhas, reggae, guitarra baiana e muitos outros gêneros e atividades musicais.

A abertura de toda esta festa da diversidade comporta outra justíssima homenagem. Neste caso, trata-se de uma tradição musical inventada na Bahia. Intitulada inicialmente de pau-elétrico, hoje esta invenção-tradição se chama guitarra baiana e é, por certo, um dos diferenciais do nosso carnaval. Inaugurada pela dupla elétrica Dodô e Osmar, ela foi trabalhada e difundida por Armandinho.

Hoje ela não somente distingue culturalmente nosso carnaval, mas cria um repertório singular para a música baiana. Os usos diferenciais possibilitados pela guitarrinha têm originado experimentos musicais muito diversificados, como os desenvolvidos, dentre outros, pelos guitarristas: Armandinho e Aroldo Macedo, Robertinho Barreto (“BaianaSystem”), Morotó Slim (“Retrofoguetes”), Júlio Caldas e Fred Menendez, ambos na cena mais instrumental. A invenção-tradição prossegue com a escola de guitarra baiana organizada pelo professor Aroldo Macedo.

Após a homenagem-abertura do carnaval do Pelô, na quinta-feira, 16 de fevereiro, muitas outras atrações farão a festa da diversidade cultural com baianos e turistas nas suas ruas e praças. Serão mais cinco dias temáticos de folia no palco principal no largo do Pelourinho dedicados: ao samba da Bahia; ao carnaforró, em justa homenagem ao também centenário Luiz Gonzaga; às orquestras e ao “frevo recriado baiano” de Moraes Moreira. Nas outras praças e nas ruas: marchinhas, música eletrônica, reggae e outros gêneros mais.

Para recuperar outra tradição do carnaval da Bahia, a festa deve ser ambientada em um cenário decorado. Reinventar a tradição da decoração de ruas e praças festivas aparece como outra das metas do carnaval do Pelô. Afinal, ele também deve acolher, como no passado, a criatividade de nossos artistas para embelezar ainda mais o patrimônio da humanidade que é nosso Pelourinho. Toda esta mistura de cores e sons dará um tempero bem baiano ao nosso carnaval.

Carnaval, carnavais (2014)

A monocultura é inimiga da agricultura. A monocultura é a maior inimiga da cultura. A cultura sempre pressupõe troca, intercâmbio, diálogo. Não por acaso, recentes acontecimentos e debates na cena internacional e nacional colocam a diversidade cultural e os diálogos interculturais como sinônimos da riqueza cultural e como horizonte utópico a ser preservado e promovido pelas políticas culturais. A declaração e a convenção da diversidade cultural, aprovadas no âmbito da Unesco em 2001 e 2005 com apoio do governo brasileiro, são demonstrações cabais da nova perspectiva que doa sentido e conforma a visão contemporânea de cultura.

A monocultura, pelo contrário, interdita a criatividade e a mestiçagem de culturas. Ela tende a afirmar a cultura como pura e uniforme em contraposição aos procedimentos que imaginam a cultura como invenção do novo, do inusitado e da novidade, que produzem e movem a cultura. Sem esta dinâmica de rupturas e inaugurações, a cultura queda paralisada, perde seu vigor e se torna mais do mesmo: tradição que aniquila a vida/vitalidade cultural.

Estas reflexões podem parecer distantes de Maragogipe e da apresentação do livro *Careta quem é você? Carnaval de Maragogipe*, que reúne belas imagens do seu carnaval. Imagens captadas, delicada e perspicazmente, pelo fotógrafo Álvaro Villela entre 2007 e 2012. Imagens que expressam a riqueza e, em especial, a singularidade do carnaval de Maragogipe.

O carnaval historicamente é produto de diferentes mestiçagens e inovações. Tradições inventadas, como diria o historiador marxista Eric Hobsbawm. Na sua longa história, o carnaval se alimentou de muitos e distintos repertórios culturais e inventou tradições. No Brasil e na Bahia, ele foi acolhido vivamente pela população e se tornou não só uma de nossas maiores festas, mas um momento privilegiado de nossa cultura.

O carnaval não está fora do mundo. Ao contrário, ele está imerso no campo de tensões, forças e disputas que é a sociedade. Nesta perspectiva,

sua dinâmica é produzida por múltiplas tramas culturais, políticas e econômicas. Algumas delas de potente e perigosa tentação de homogeneização e monopolização.

A singularidade do carnaval de Maragogipe deriva da sua capacidade de não ser devorado pelo modelo hegemônico de carnaval que, para o mal e para o bem, se transformou em canônico e quase único na Bahia. Ele mantém suas tradições. Bem mais que isto, tem demonstrado vitalidade para atualizar continuamente estas tradições.

A beleza das máscaras e o segredo dos caretas, neste sentido, nada escondem. Antes desvelam dispositivos e se revelam emblemas da singularidade do carnaval de Maragogipe. Álvaro Villela busca mascarados. Ele garimpa criações e cenas preciosas. Nas suas fotos, máscaras e caretas roubam a cena e expressam em modalidade contundente toda singularidade do carnaval de Maragogipe.

Essas características levaram o Governo da Bahia a reconhecer, através da Secretaria Estadual de Cultura, do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural e do Conselho Estadual de Cultura, o carnaval de Maragogipe como patrimônio imaterial da Bahia. Mais que o registro – importante sem dúvida, mas insuficiente –, a Secretaria de Cultura tem buscado apoiar, dentro de suas competências e limitações, o singular carnaval de Maragogipe naquilo em que ele enriquece nossa diversidade cultural.

O livro de Álvaro Villela, além das belas e expressivas imagens do carnaval de Maragogipe, traz outros olhares, agora em formato de textos, que se debruçam sobre o próprio fotógrafo, a fotografia e a experiência viva de participar do carnaval de Maragogipe. Eles configuram e agregam horizontes ao livro. Aliás, toda esta exuberância de textos e principalmente de imagens transforma o livro em um maravilhoso convite para ver, pensar e antes de tudo visitar e viver a experiência singular do carnaval cultural de Maragogipe.

Carnaval da cultura (2014)

Antes de tudo é preciso afirmar que as festas – inclusive o carnaval – são encaradas pela Secretaria de Cultura da Bahia como importantes acontecimentos culturais, pois expressam modos de vida, que singularizam e dão identidade às nações, aos povos e à Bahia. Elas não podem ser imaginadas como eventos fortuitos, pois estão presentes em todos os tempos e espaços humanos.

A Secretaria de Cultura da Bahia leva muito a sério as festas, mas sem esquecer seu caráter lúdico, vital aos instantes excepcionais da vida coletiva e individual. Com estes horizontes, busca desenvolver políticas voltadas para as festas e, em particular, para o carnaval. Elas estão aglutinadas sob a denominação de Carnaval da Cultura.

Quatro programas de significativa inscrição cultural são abarcados pelo Carnaval da Cultura. O Carnaval do Pelô anima a diversidade cultural nos largos, praças e ruas do Pelourinho. O Carnaval Ouro Negro apoia a presença destacada de blocos de matriz africana, de índios, de samba e afoxés no carnaval de Salvador e na micareta de Feira de Santana. O Carnaval Pipoca garante atrações para o folião pipoca, amplamente majoritário no carnaval de Salvador. Os Outros Carnavais promovem modalidades singulares de realizar e curtir o carnaval, a exemplo do específico carnaval de mascarados de Maragogipe, reconhecido como patrimônio cultural da Bahia, e o Palco do Rock.

A documentação destes carnavais tem sido trabalho da Secretaria e de comunicadores profissionais contratados para esta tarefa. Os nossos fotógrafos produziram expressivas imagens do Carnaval da Cultura. Nada melhor que selecionar algumas delas e colocá-las à disposição dos olhares do público, carnavalesco ou não. A seleção foi realizada por comissão especializada e levou em consideração critérios não apenas estéticos, mas também outros, tais como documentais e de diversidade cultural. As fotos registram em imagens a multiplicidade de alegrias,

criatividades, estilos, imaginários, modalidades, personagens que animam nosso carnaval.

Uma morada para o carnaval da Bahia (2012)

As festas ocupam indiscutivelmente um relevante lugar no mundo contemporâneo. Como no passado, elas são acontecimentos multidimensionais, mas antes elas estavam prisioneiras a lógicas religiosas e políticas dominantes, muito rígidas e restritivas. Esta circunscrição ao religioso e ao político, campos associados até a modernidade, inibiu o desenvolvimento de muitas das dimensões hoje existentes nas festas.

Na contemporaneidade, outras dimensões intrínsecas às festas puderam florescer. O caráter lúdico ganhou liberdade para se expressar livremente, sem as limitações do ascetismo, sua apologia ao sacrifício e sua condenação ao prazer. A dimensão estética pode ser trabalhada de modo mais sofisticado e singular sem as regras canônicas advindas daqueles campos, antes hegemônicos e intrincados. A autonomização do campo cultural e artístico permite um grau de experimentação e liberdade estéticas impossível de ser imaginado na circunstância anterior. As festas podem então assumir livremente suas escolhas e preferências estéticas. Os aspectos identitários passam a se manifestar de maneira mais contundente com o processo de secularização do mundo e da cultura, imanente à modernidade. As festas tornam-se “porta-vozes” de identidades culturais, tão potentes no mundo contemporâneo.

Com a modernidade capitalista, as festas passam a adquirir cada vez mais uma feição econômica. Hoje, as festas mobilizam enormes quantidades de pessoas e recursos. Este caráter assumido pelas festas faz com que a economia da cultura ganhe importância crescente na atualidade.

Intimamente associada a esta lógica econômica, as festas passam a desempenhar um papel relevante como destino turístico. Elas funcionam como potentes polos de atração de turistas em todo o mundo.

Outras dimensões – comunicacionais, espaciais, organizativas – poderiam ser lembradas, mas é desnecessária uma listagem ainda mais exaustiva para afirmar o caráter multidimensional e o lugar vital que as festas ocupam hoje. O carnaval é um exemplo disto. Nele, toda complexidade está presente de modo grandioso.

Nós sabemos como o carnaval da Bahia importa em todos estes aspectos. Apesar disto, não temos uma política pública consistente para o carnaval da Bahia e de Salvador. Exemplo emblemático disto é a inexistência de uma instituição dedicada a ser a morada do carnaval de Salvador.

Há um ano publiquei um texto anotando esta grave falta. Naquele artigo, propunha a criação de uma instituição para congregar o carnaval. Um ambiente que acolhesse de modo permanente, mas em vivo movimento, toda a constelação de estrelas, sonoridades, imagens e personalidades que animam a festa. Um lugar de memória e de justa homenagem a toda criatividade, criaturas e criações que deram e dão vida ao nosso carnaval. Um local para acessar todo repertório das músicas e das imagens existentes do carnaval da Bahia. Um ambiente para expor toda riqueza de suas indumentárias, cenários, instrumentos musicais e os exemplares mais famosos de trio elétrico. Um território presencial para que baianos, turistas, pesquisadores possam conhecer melhor a festa. Um espaço virtual, tecnologicamente avançado como nosso carnaval, no qual os visitantes pudessem percorrer um trio elétrico e, mais que isto, ter a singular experiência, através de simulação, de estar em cima do trio em pleno carnaval da Bahia.

Uma morada viva, pulsante, cheio de movimento, que acolha estudiosos e estimule pesquisas sobre os carnavais da Bahia e do mundo; que reúna depoimentos; que armazene ricos acervos documentais, bibliográficos, sonoros e visuais da festa; que realize encontros de estudos e um

seminário internacional sobre os carnavais, possibilitando um diálogo intercultural com a diversidade de modos de organizar e brincar a festa.

Durante todo este ano, conversei com personagens ligados ao carnaval, aprimorando a proposta e observando como quase todos apoiam a morada. Mas este sonho só pode se tornar realidade como construção coletiva, que reúna muitos corações e mentes, como no carnaval, e mobilize: Estado; sociedade civil e todo o povo envolvido na festa.

* * *

Apêndice

*Políticas Culturais na Bahia Contemporânea**

Fui escolhido pelo governador Jacques Wagner para dirigir a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia no seu segundo mandato. Quero agradecer sua confiança; dizer da honra desta missão; afirmar minha satisfação e assumir agora a responsabilidade de prosseguir o trabalho empreendido pelo ex-secretário Márcio Meirelles e sua equipe.

Um segundo mandato de governo é o reconhecimento do realizado e implica no prosseguimento do trabalho. Logo, meu primeiro compromisso é dar continuidade aos programas e projetos que fizeram avançar de modo significativo as políticas culturais na Bahia nos últimos quatro anos. Eu e minha equipe iremos buscar consolidar tais políticas.

* Discurso de transmissão de cargo para Secretário da Cultura, no segundo mandato do governo Jacques Wagner, 24 de janeiro de 2011.

Mas um novo governo deve igualmente aperfeiçoar seu trabalho. Aliás, nosso governador, em várias oportunidades, tem enfatizado sua disposição de aprimorar a gestão no segundo mandato. Vamos seguir a orientação do governador Jaques Wagner e acrescer às políticas anteriores elementos novos, sejam eles desdobramentos dos resultados alcançados ou inovações que respondem aos desafios inscritos nas conjunturas contemporâneas.

Gostaríamos, então, de expor as diretrizes que irão orientar a continuidade e a inovação que desejamos implantar.

Toda política cultural, para fazer jus à denominação, aciona a política para desenvolver a cultura. Mas este denominador comum – desenvolver a cultura – é nitidamente insuficiente para expressar as singularidades das políticas culturais.

No caso brasileiro e baiano, elas têm que ser pensadas como inscritas na transformação que acontece hoje na nossa sociedade. Tal processo altera, através de reformas, as condições socioeconômicas e inclui parte significativa da nossa população. Cabe equacionar o que ocorre na dimensão cultural deste imenso movimento de transformação; lutar pela consolidação de uma cidadania cultural para todos e pela instalação de uma cultura cidadã no Brasil e na Bahia.

Trata-se, portanto, de politizar as políticas culturais. Mas este movimento não pode nunca ser confundido com a instrumentalização da cultura. As experiências históricas de excessiva politização foram nefastas para a cultura. Quando a cultura é apenas um instrumento da política temos sempre uma situação de grande perigo para a cultura.

Política cultural, pelo contrário, significa colocar a política como instrumento a serviço do desenvolvimento da cultura. Mas a política cultural, como o nome já indica, é política, pois implica sempre em: escolhas, opções e posicionamentos. Nesta perspectiva, nos colocaremos sempre ao lado dos valores republicanos, democráticos e libertários. Valores associados à radical democratização da cultura; transparência; trabalho colaborativo; aprimoramento da gestão; atuação integrada em rede e definição de prioridades.

Nossa atuação deve ser múltipla, mas focada em prioridades definidas. Os principais eixos temáticos que orientarão a Secretaria de Cultura são cinco: diálogo intercultural; institucionalidade cultural; territorialização da cultura; economia e financiamento da cultura e transversalidades da cultura.

A cultura não se desenvolve de maneira isolada e autossuficiente. Seu enriquecimento requer e supõe sempre intercâmbio. Cooperação, trocas e tensões são essenciais para o avanço da cultura. Sem um ambiente dinâmico, a cultura não ganha vida.

Mas, para que exista intercâmbio é necessária a afirmação de identidades, concebidas em modalidade não essencialista. As identidades e a diversidade são premissas para o diálogo intercultural.

Na Bahia, precisamos ter políticas para as artes e as culturas populares, sejam elas afro-baianas, do sertão ou de alguma das regiões culturais que marcam e dão identidade ao nosso estado. Assumimos aqui o compromisso de construir políticas para as artes e as culturas populares, na sua diversidade de manifestações. Políticas que busquem um contínuo diálogo intercultural com expressões culturais contemporâneas, locais e globais.

O intercâmbio se fará também através do estímulo ao debate e crítica cultural, em diferenciados suportes, acionados em dicção colaborativa. Neste sentido, vamos criar fóruns de pensamento crítico para debater amplamente temas políticos e culturais atuais e reanimar publicações.

Outra prioridade será o desenvolvimento da institucionalidade cultural. O campo da cultura no Brasil e na Bahia padece de um déficit institucional. Temos poucas e frágeis instituições. Estamos comprometidos com: reforma administrativa com implantação plena da Secult; Lei Orgânica da Cultura; legislações culturais; Sistema Estadual de Cultura; Plano Estadual de Cultura; Conferência Estadual de Cultura e renovação do Conselho Estadual de Cultura.

Vamos racionalizar e potencializar os organismos existentes, com a redefinição de algumas de suas atribuições. Pretendemos reformar fisicamente equipamentos – a exemplo do TCA e da Biblioteca Pública – e

criar novos organismos, como: o Instituto Baiano de Museus (Ibam), a Cidade do Carnaval e um Complexo Cultural no Palácio da Aclamação.

A territorialização da cultura – marca fundamental da atuação da gestão de Márcio Meirelles, que deu à Secretaria uma envergadura verdadeiramente estadual – vai prosseguir e se consolidar. Ênfase especial será dada: aos Pontos de Cultura e suas redes; à animação dos centros culturais localizados nas maiores cidades da Bahia; à regularização da situação dos representantes territoriais da cultura e ao fórum dos dirigentes municipais de cultura. Toda a atuação da Secretaria será perpassada pelo fortalecimento da territorialização da cultura.

A economia e o financiamento da cultura aparecem como substratos vitais da promoção e proteção da diversidade cultural. Devemos formular e implantar um sistema de financiamento amplo que possa dialogar com a complexidade do campo cultural. Este sistema deve acolher os mais diversos mecanismos de financiamento à cultura, objetivando sempre garantir a diversidade, o desenvolvimento e o diálogo intercultural.

Medidas de financiamento criativas, adequadas à diversidade de expressões culturais, serão formuladas e aplicadas aos campos culturais específicos. Em colaboração com a comunidade teatral, vamos esboçar uma política de apoio à profissionalização de nosso teatro. Sem esquecer, no entanto, suas manifestações que não obedecem necessariamente a esta dinâmica, como o teatro experimental e de rua.

Uma das características marcantes da cultura na contemporaneidade é sua transversalidade. Isto é, a ampliação crescente de sua interface com os diferentes campos sociais. Hoje a cultura perpassa toda a sociedade. Uma política cultural contemporânea não pode deixar de considerar as políticas transversais como momentos imanentes. Faremos um grande esforço para interagir com as áreas sociais, sempre em colaboração com suas respectivas secretarias estaduais.

No âmbito destas políticas, privilégio será dado à interação entre cultura e educação. A premente necessidade de reativar esta conexão pode ser justificada através de diferentes argumentos. O distanciamento entre a educação formal e a cultura emerge como um deles. Ele configura

um dos maiores obstáculos para a construção de uma escola atraente, integral e qualificada, requisito fundamental da democratização da cultura e da sociedade.

Em outro horizonte, a crescente necessidade de profissionais capacitados em cultura e mais especificamente em organização da cultura configura outra razão para buscar incessantemente o reforço desta interação.

Na verdade, o enlace entre cultura e educação tornou-se essencial para pensar as políticas culturais na atualidade.

Em cooperação com a SEC deverão ser efetuadas publicações conjuntas e atividades em escolas e centros culturais. Programas e redes de formação e qualificação em cultura, envolvendo também as universidades públicas federais e estaduais. Em conjunto com estas instituições, pretendemos construir uma universidade popular – de preferência a ser instalada no Pelourinho – que oferecerá cursos de extensão, nas mais distintas áreas do conhecimento.

Em perspectiva similar, buscaremos um trabalho colaborativo com a nova Secretaria de Comunicação, pois na contemporaneidade é impossível conceber políticas de cultura sem uma associação com a comunicação. Grande parte da cultura contemporânea é produzida por aparatos sociotecnológicos. O cinema, o rádio e a televisão têm uma influência fundamental na conformação da cultura midiática como o circuito cultural hegemônico no mundo e no Brasil contemporâneo. Neste horizonte, o IRDEB é essencial para as políticas culturais na Bahia.

A cooperação com a área de Ciência e Tecnologia torna-se também fundamental, em especial para o campo das culturas digitais. No mundo contemporâneo, cada vez mais fica evidente o enlace íntimo entre cultura, ciência e tecnologia. As novas tecnologias produzem comportamentos, estilos de vida, atitude frente ao mundo, valores e, por conseguinte, novas modalidades de cultura, expressivas para desvelar o contemporâneo.

Não vou cansar vocês com uma enumeração exaustiva das interfaces da cultura que pretendemos trabalhar, mas não posso me furtar de dizer duas palavras sobre a conexão entre cultura e turismo. Sabemos

que, no passado, tivemos em nosso estado uma relação complicada que levou ao divórcio entre cultura e turismo. Mas é inconcebível que não sejam estabelecidas relações em um novo patamar, em que tanto a cultura quanto o turismo se beneficiem desta imprescindível interação.

A realização da Copa do Mundo no Brasil e na Bahia em 2014 abre uma janela de oportunidades que exige uma potente conexão entre cultura, turismo e esportes. Aqui temos outro desafio para a Secretaria de Cultura e para o Governo do Estado como um todo.

Um enorme desafio que tem que ser vencido de maneira altamente qualificada, pois os olhos do mundo estarão desde, pelo menos, 2013 sobre nós. A visibilidade mundial propiciada pela Copa do Mundo é, sem dúvida, uma das maiores oportunidades para que a cultura brasileira (e baiana, por extensão) se movimente em horizonte global, acompanhando e colaborando com o processo de afirmação internacional do Brasil como país que cada vez mais interfere nos destinos de nosso planeta.

Neste horizonte, comparece o tema da revitalização do Centro Antigo de Salvador e de nosso patrimônio cultural. Eles só podem ser equacionados através da colaboração entre o governo estadual, nacional e municipal. Aqui temos outro espaço para o exercício em plenitude da transversalidade e do trabalho colaborativo entre as secretarias estaduais, outros entes estatais e a sociedade civil.

Guimarães Rosa afirmou: “o bonito nas pessoas é que elas ainda não foram terminadas”. Nunca será demais lembrar que a cultura tem um papel vital no desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Nosso desejo de revolucionar o mundo; conformar pessoas e sociedades generosas, solidárias, criativas e justas deve colocar a cultura em um lugar muito especial nas políticas públicas de governos que buscam a transformação social por caminhos radicalmente democráticos, como o Governo da Bahia.

Outros títulos da Coleção Cult

CULT 1 - Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares

Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.)

CULT 2 - Políticas culturais no Brasil

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

CULT 3 - Políticas culturais na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (Org.)

CULT 4 - Estudos da cultura no Brasil e em Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (Org.)

CULT 5 - Transversalidades da cultura

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

CULT 6 - Políticas culturais no governo Lula
Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

CULT 7 - Políticas culturais para as cidades
Antonio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (Org.)

CULT 8 - Políticas culturais, Democracia e Conselhos de Cultura
Antonio Albino Canelas Rubim e Taiane Fernandes e Iuri Rubim (Org.)

CULT 9 - Stonewall 40 + o que no Brasil?
Leandro Colling (Org.)

CULT 10 - Cultura e Desenvolvimento: perspectivas
políticas e econômicas
Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha (Org.)

CULT 11 - Estudos da festa
Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

CULT 12 - Desleitura cinematográfica: literatura, cinema e cultura
Marinyze Prates de Oliveira e Elizabeth Ramos (Org.)

CULT 13 - Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França
Frederico Lustosa da Costa (Org.)

CULT 14 - Federalismo e políticas culturais no Brasil
Alexandre Barbalho, José Márcio Barros e Lia Calabre (Org.)

CULT 15 - Estudos e políticas do CUS
Leandro Colling e Djalma Thurler (Org.)

CULT 16 - Cultura dos sertões

Alberto Freire (Org.)

CULT 17 - ENECULT 10 anos

*Lindinalva Silva Oliveira Rubim, Mariella Pitombo
Veira e Delmira Nunes de Souza (Org.)*

Este livro foi composto na EDUFBA por
Edson Nascimento Sales.

O projeto gráfico foi desenvolvido no Estúdio
Quimera por Iansã Negrão, com o auxílio de Inara
Negrão para a EDUFBA, em Salvador.

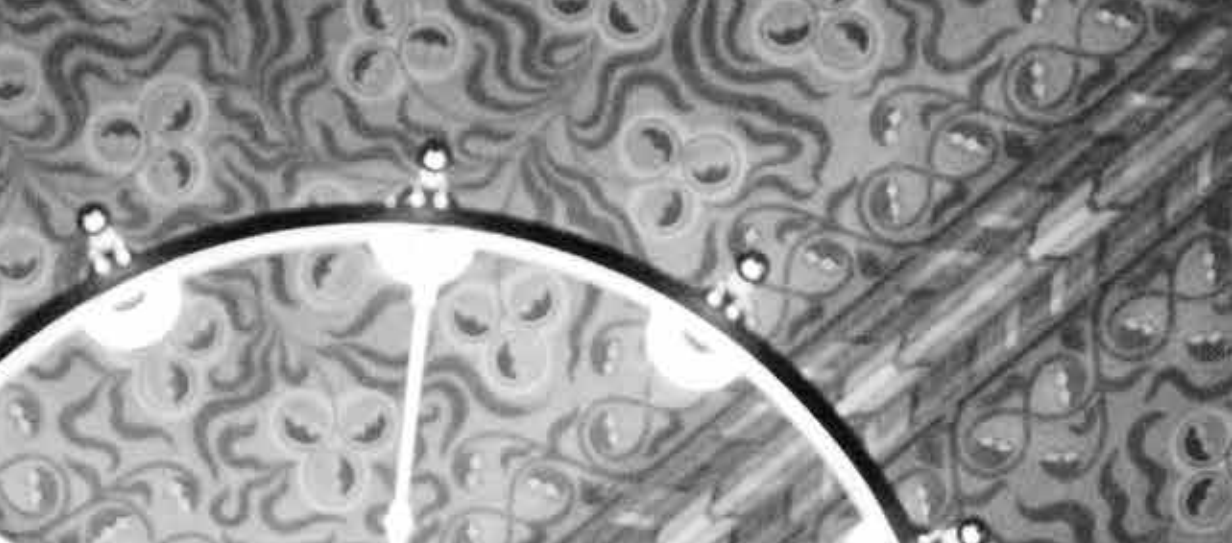
Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da
EDUFBA. A capa e o acabamento foram feitos na
Cartograf em Salvador.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas
foram compostas em DTL Documenta Sans, família
tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².

500 exemplares.

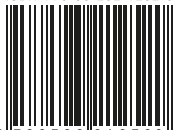




Este livro busca captar a atmosfera do dia a dia do imaginar e construir políticas culturais. A vida e suas múltiplas e, por vezes, contraditórias demandas. As reivindicações em suas urgências. A necessária tradução de formulações em ações. Com riscos, virtudes, equívocos e desafios, o livro deseja iluminar o cotidiano pensar e fazer políticas culturais na Bahia contemporânea.



ISBN 978-85-232-1252-0



9 788523 212520